



Bruxelas, 6.6.2018
COM(2018) 457 final

PART 1/2

RELATÓRIO DA COMISSÃO

AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO TRIBUNAL DE CONTAS

Relatório anual de 2017 sobre a gestão e a execução do orçamento da UE

Índice

ÍNDICE	1
PREFÁCIO	2
RESUMO	4
INTRODUÇÃO	13
SECÇÃO 1 EXECUÇÃO E RESULTADOS	15
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UE	15
ORÇAMENTO DA UE DE 2017	18
SÍNTESE DOS PROGRESSOS REALIZADOS EM QUESTÕES TRANSVERSAIS	19
1.1. COMPETITIVIDADE PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO (RUBRICA ORÇAMENTAL 1A).....	23
1.2. COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL (RUBRICA ORÇAMENTAL 1B)	37
1.3. CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: RECURSOS NATURAIS (RUBRICA ORÇAMENTAL 2).....	45
1.4. SEGURANÇA E CIDADANIA (RUBRICA ORÇAMENTAL 3)	56
1.5. EUROPA GLOBAL (RUBRICA ORÇAMENTAL 4).....	73
1.6. INSTRUMENTOS ESPECIAIS.....	85
SECÇÃO 2 CONTROLO INTERNO E GESTÃO FINANCEIRA	86
2.1. AVALIAÇÃO DO QUADRO DE CONTROLO INTERNO	89
2.2. GARANTIA DA GESTÃO E RESERVAS.....	103
2.3. PROTEÇÃO DO ORÇAMENTO DA UE: CORREÇÕES FINANCEIRAS E RECUPERAÇÕES..	108
2.4. GARANTIAS OBTIDAS ATRAVÉS DO TRABALHO DO SERVIÇO DE AUDITORIA INTERNA (SAI)	111
2.5. RESUMO DAS CONCLUSÕES SOBRE O TRABALHO REALIZADO PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO DAS AUDITORIAS	113
2.6. ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA EXTERNA E DE QUITAÇÃO	116
2.7. CONCLUSÕES SOBRE OS RESULTADOS POSITIVOS DO CONTROLO INTERNO E DA GESTÃO FINANCEIRA	117
2.8. GESTÃO ORGANIZACIONAL	118

Prefácio

Enquanto 2016 foi um ano de dúvidas para o projeto europeu, sobretudo com a decisão do Reino Unido de sair da União, 2017 foi um ano de esperanças e perspectivas renovadas. O 60.º aniversário do Tratado de Roma serviu de mote para um período de profunda reflexão sobre o futuro da Europa e constituiu uma oportunidade para reiterar o nosso compromisso para com os valores da União e definir as prioridades da UE a 27.

A União Europeia foi capaz de se concentrar na sustentabilidade da recuperação económica. As taxas de crescimento da UE e da área do euro ultrapassaram as expectativas em 2017, atingindo o nível mais alto dos últimos dez anos (2,4 %). A União teve também de enfrentar uma série de desafios, desde a competitividade, a migração e a segurança à solidariedade e à resposta a algumas catástrofes naturais.

O orçamento da UE é um trunfo único da União, contribuindo para traduzir as ambições em resultados palpáveis no terreno. Complementa os orçamentos nacionais criando valor acrescentado europeu em domínios onde uma resposta coordenada constitui a forma mais eficiente e eficaz de concretizarmos as nossas prioridades.

No **relatório anual sobre a gestão e a execução do orçamento da UE**, descrevemos os muitos contributos que o orçamento da UE deu para a consecução dos nossos objetivos comuns em 2017.

O ano de 2017 foi o quarto ano de execução do atual quadro financeiro plurianual, estando todos os programas financeiros já plenamente operacionais. Ao mesmo tempo, o grande número de desafios imprevistos veio, uma vez mais, confirmar a importância de uma abordagem flexível da execução orçamental.

A promoção do investimento continuou a ser uma das principais prioridades. O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, parte do Plano de Investimento para a Europa, já originou novos investimentos de mais de 287 mil milhões de EUR e ajudou a criar mais de 300 000 postos de trabalho. Em dezembro, o Parlamento Europeu e o Conselho decidiram alargar e aumentar o fundo para catalisar até 500 mil milhões de EUR de investimentos até 2020. A solidariedade e o apoio foram também importantes. A título de exemplo, foram mobilizados 1,2 mil milhões de EUR no âmbito do Fundo de Solidariedade da UE, o maior montante já mobilizado numa única parcela, na sequência dos

sismos de 2016 e 2017 nas regiões italianas do Abruzzo, do Lácio, das Marcas e da Úmbria.

De igual modo, o orçamento da UE continuou a apoiar a resposta europeia global à crise migratória e a gestão das fronteiras externas europeias. Financiada pelo orçamento da UE, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, com um mandato alargado, reforçou significativamente a sua presença nas fronteiras externas da UE com o objetivo de apoiar os Estados-Membros nas suas atividades de gestão das fronteiras e na realização conjunta de uma gestão integrada das fronteiras ao nível da UE.

O orçamento da UE permitiu também à União desempenhar um papel importante fora das fronteiras europeias, num período de instabilidade na sua vizinhança e de vários desafios mundiais, como as alterações climáticas.

A otimização da execução do orçamento da União tem sido, desde o início, uma prioridade para a Comissão Juncker. Apoiamos vivamente a crescente ênfase que o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e o Tribunal de Contas Europeu têm colocado não só na forma como os programas são geridos, mas também nos resultados que eles estão a obter nos domínios que realmente importam aos cidadãos europeus.

O **relatório anual sobre a gestão e a execução** reflete a dupla focalização da Comissão Europeia na **execução do orçamento da UE, mas também na boa gestão financeira**. O presente relatório faz parte do pacote integrado de relatórios financeiros da Comissão, sendo uma componente essencial do nosso sistema altamente desenvolvido de responsabilização financeira. **Através do presente relatório, assumimos a responsabilidade política global pela gestão do orçamento da UE**. Esta é uma responsabilidade que encaramos com extrema seriedade.

Numa perspetiva de futuro, a Comissão apresentou recentemente as suas propostas para o futuro quadro financeiro plurianual. Partindo de uma análise global das despesas dos atuais programas financeiros, estas propostas revelam a forma como o futuro orçamento da UE irá contribuir para a ambiciosa agenda acordada pelos líderes em Bratislava e na Declaração de Roma. Trata-se de uma proposta para uma versão mais moderna, simplificada e flexível do orçamento, direcionada para os domínios em que a concentração de recursos cria um verdadeiro valor acrescentado para

todos os cidadãos europeus. A execução e a boa gestão financeira estão no cerne destas propostas.

A Comissão continuará a desempenhar o seu papel na íntegra, juntamente com os Estados-Membros, com vista a explorar o potencial do orçamento da

UE para investir no crescimento, na criação de emprego e na resposta aos desafios comuns.

Günther H. Oettinger
Comissário responsável pelo Orçamento e Recursos Humanos

Resumo

O presente **relatório anual sobre a gestão e a execução** do orçamento da UE apresenta as informações mais recentes sobre os resultados obtidos com o orçamento da UE (secção 1) e sobre a forma como o mesmo é gerido e protegido (secção 2).

O presente relatório faz parte do pacote integrado de relatórios financeiros anual, que apresenta informações pormenorizadas sobre receitas, despesas, gestão e execução do orçamento da UE, em consonância com as melhores práticas nos domínios da transparência e da responsabilização. Este pacote constitui igualmente o principal contributo da Comissão para o processo de quitação orçamental anual.

A secção 1 do relatório anual sobre a gestão e a execução abrange os resultados obtidos com o orçamento da UE na totalidade das rubricas orçamentais e domínios de intervenção. Explica a contribuição dos programas financeiros da UE para a concretização das prioridades políticas da União e

resume os últimos resultados da avaliação sobre a execução dos programas da UE no período de 2014-2020.

O ano de 2017 foi o quarto ano de execução do atual quadro financeiro plurianual e o terceiro do mandato da atual Comissão. A Comissão propôs um orçamento que reflete e apoia as prioridades políticas definidas pelo Presidente Juncker, em especial contribuir o mais possível para o emprego, o crescimento e o investimento, e dar uma resposta europeia coordenada aos desafios da gestão da migração e à luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada. Além destas duas prioridades claras, por intermédio do orçamento da UE e de outros instrumentos, a Comissão continuará a avançar no sentido de um mercado único digital em rede, de uma União mais resiliente ao nível da energia, incluindo a ação climática, de uma União social e de uma UE mais forte na cena mundial e no domínio da defesa.

Emprego, crescimento e investimento

A economia europeia continuou a recuperar em 2017. Estão a ser criados postos de trabalho, as finanças públicas estão bastante mais consolidadas e as reformas estruturais estão a lançar as bases para o crescimento sustentável a mais longo prazo. Por outro lado, subsistem riscos negativos, por exemplo, em relação à economia mundial e à volatilidade dos mercados financeiros mundiais. A prioridade do orçamento da UE de 2017 consistia em tirar partido da retoma sustentada, com especial incidência no objetivo de colmatar o défice de investimento europeu.

O **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos**, parte do Plano de Investimento para a Europa, esteve no cerne destes esforços. Até meados de 2018, o fundo mobilizou já mais de 287 mil milhões de EUR em novos investimentos nos domínios dos transportes, do digital, da energia, da saúde, da investigação e da inovação em toda a UE. Esta dinâmica ajudou já a criar mais de 300 000 postos de trabalho. Graças a estes investimentos, foi possível disponibilizar o acesso à Internet de alta velocidade a 11 milhões de agregados familiares, energias renováveis a mais de 4 milhões de agregados e melhores cuidados de saúde a 1 milhão de cidadãos¹.

Estima-se que os projetos financiados pelo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos venham a gerar um aumento de 0,7 % no produto interno bruto da União e a criar 700 000 novos postos de trabalho até 2022².

Existem também fortes sinergias entre o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e outros instrumentos financeiros apoiados pelo orçamento da UE, por exemplo, o mecanismo de garantia de empréstimo do **Programa para a Competitividade das Empresas e pequenas e médias empresas (COSME)**. Até ao final de 2017, o COSME financiou mais de 275 000 pequenas e médias empresas (das quais 50 % eram empresas em fase de arranque) em 25 países, que, de outro modo, teriam tido dificuldades em obter financiamento privado devido ao seu perfil de risco elevado.

O **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** contribuiu também para o êxito das pequenas e médias empresas, financiando mais de 457 000 empresas deste tipo.

*Deverão ser diretamente criados cerca de 156 000 postos de trabalho nas pequenas e médias empresas apoiadas pelo **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (projetos selecionados até ao final de 2016).*

O **Mecanismo Interligar a Europa** está a apoiar investimentos específicos em projetos de infraestruturas nos domínios da energia, dos transportes e dos serviços digitais. 86 % do investimento nos transportes estão a ser afetados a projetos transfronteiriços que permitirão uma melhoria significativa da infraestrutura de transportes europeia e o reforço do mercado único europeu.

O Mecanismo Interligar a Europa contribuiu para:

- a modernização de um importante troço ferroviário no nordeste da Polónia (Białystok-Elk) no âmbito do projeto global «Rail-Baltica»;

- uma nova linha elétrica entre Alytus (Lituânia) e a fronteira deste país com a Polónia, que pôs termo ao isolamento energético dos Estados bálticos;

- a utilização por 16 Estados-Membros da plataforma de serviços de base de saúde em linha, que veio facilitar a segurança e a continuidade dos cuidados de saúde prestados aos doentes no contexto transfronteiriço.

O emblemático **programa de investigação e inovação Horizonte 2020** da Europa é fundamental para promover a inovação e uma economia baseada no conhecimento. Por exemplo, o projeto emblemático «Grafeno» é um claro exemplo do alto valor acrescentado da UE gerado pelo programa Horizonte 2020. Devido à sua combinação única de propriedades superiores, o grafeno é um ponto de partida credível para a emergência de novas tecnologias revolucionárias num vasto leque de domínios. Mais de 150 parceiros oriundos dos meios industrial e universitário de mais de 20 países europeus estão a desenvolver conjuntamente aplicações em domínios como as tecnologias

móveis 5G, as baterias, a engenharia aeroespacial, as aplicações médicas e a tecnologia automóvel.

Graças ao programa de investigação e inovação da UE, foi desenvolvido o primeiro microprocessador para examinar a atividade cerebral em alta resolução, um grande avanço no combate a doenças como a epilepsia.

Através das ações Marie Skłodowska-Curie, o programa financiou 36 000 investigadores em todas as fases das respetivas carreiras e independentemente da sua idade ou nacionalidade, contribuindo de forma importante para manter, desenvolver e atrair para a Europa talentos no domínio da investigação.

As empresas agrícolas tiveram igualmente um forte apoio do orçamento da UE em 2017, através da política agrícola comum. Os benefícios deste investimento residem na preservação de um dos maiores ativos da UE, as suas atividades económicas rurais, que apesar do seu declínio em termos de dimensão, lograram manter um crescimento positivo de cerca de 9 % desde 2005 e, simultaneamente, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 24 % desde 1990 e a utilização de fertilizantes, o que teve um impacto positivo na qualidade da água.

Até ao final de 2016, os programas de desenvolvimento rural contribuíram para a reestruturação e modernização de quase 45 000 explorações agrícolas.

A ênfase no ambiente, no clima e no contexto rural em geral que envolve as atividades agrícolas aumentou consideravelmente no âmbito desta política.

A resposta europeia ao desafio da migração e à luta contra o terrorismo

Em 2017, a resposta à crise dos refugiados e ao desafio da migração esteve no topo das prioridades da Comissão. O orçamento da UE respondeu a estes desafios com o apoio financeiro à gestão eficaz das fronteiras e à integração dos refugiados. A flexibilidade do orçamento da UE na mobilização de fundos foi plenamente utilizada, tendo prestado um apoio inestimável aos Estados-Membros em domínios em que é crucial uma abordagem europeia coordenada.

No interior da UE...

A gestão dos fluxos migratórios no interior da UE é apoiada pelo **Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração** e pelo **Fundo para a Segurança Interna**. Entre 2013 e 2017, o número de pessoas beneficiárias de assistência (em sistemas de acolhimento e de asilo) cresceu de 18 944 para 184 122.

Até dezembro de 2017, foram reinstaladas 26 849 pessoas necessitadas de proteção internacional e foram recolocadas 33 151 pessoas. A partir do orçamento da UE, foi especificamente consignado um apoio aos dois programas de recolocação de Itália e da Grécia (651 milhões de EUR) e ao programa de reinstalação (872 milhões de EUR).

Também em 2017, o orçamento da UE foi mobilizado para pôr em prática a abordagem dos centros de registo, através da qual as agências da UE trabalham no terreno para identificar, registar e recolher rapidamente as impressões digitais dos migrantes que chegam aos referidos centros. Este trabalho prosseguiu na Grécia e em Itália, com uma capacidade total de cerca de 5 600 lugares na Grécia³ e 1 850 em Itália.

No final de 2017, mais de 45 000 refugiados e migrantes continuavam ainda bloqueados na Grécia. Desde meados de 2016, praticamente 40 000 pessoas beneficiaram, na Grécia, do programa de ajuda de emergência para integração e alojamento e do programa de ajuda monetária, no âmbito do **Instrumento de Apoio de Emergência**.

Durante o primeiro semestre de 2017, o Instrumento de Apoio de Emergência abrangeu cerca de 1 000 lugares para menores não acompanhados em abrigos específicos.

A partir de agosto, as autoridades gregas assumiram o financiamento destes abrigos através do seu programa nacional, no quadro do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração.

A gestão eficaz das fronteiras é também uma forma importante de resposta aos atuais desafios migratórios. **A Frontex, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira**, tornou-se um interveniente fundamental no quadro da execução das medidas em matéria de migração a nível europeu, assumindo novas funções e utilizando novos instrumentos no que respeita ao regresso das pessoas que tenham esgotado todas as vias legais para legitimar a sua permanência no território da UE. O ritmo das operações de regresso organizadas pela Frontex continuou a aumentar, tendo atingido um total de 14 271 pessoas regressadas em 2017.

A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira contribuiu para o resgate de 111 000 migrantes que chegaram a Itália através da rota do Mediterrâneo Central.

O controlo das fronteiras externas beneficiou igualmente do aperfeiçoamento de sistemas de tecnologias da informação, designadamente o **Sistema de Informação sobre Vistos** e o **Sistema de Informação Schengen**. No início de 2018, o Sistema de Informação sobre Vistos continha informações sobre 55 milhões de pedidos de visto de curta duração.

Neste contexto, o **Fundo para a Segurança Interna** contribuiu para a formação de 8 134 agentes das forças da ordem sobre temas de âmbito transfronteiriço (terrorismo, criminalidade organizada e corrupção).

Além disso, os projetos de grande escala em infraestruturas e no domínio espacial financiados pelo orçamento da UE desempenharam um papel importante na resposta à crise dos refugiados. O serviço de busca e salvamento do sistema **Galileo** reduz drasticamente o tempo de deteção dos sinais de emergência emitidos por radiobalizas de perigo de três horas para apenas dez minutos, melhorando de forma considerável a precisão da localização.

...e em parceria com os nossos vizinhos

Na resposta aos desafios migratórios, a promoção de uma parceria coordenada e colaborativa com as regiões vizinhas e outros países terceiros para enfrentar as causas profundas dos primeiros revelou-se extremamente importante. Por este motivo, uma parte crescente da ajuda não

humanitária da UE aos países vizinhos da Síria foi prestada através do **Fundo Fiduciário Regional da União Europeia de resposta à crise síria, o «Fundo Madad»**: em 2017, o financiamento ultrapassou a meta de 1 mil milhões de EUR.

Graças ao Fundo Madad, mais de 450 000 crianças e jovens refugiados e das comunidades de acolhimento tiveram um melhor acesso a educação de qualidade, proteção e apoio psicossocial⁴.

A Líbia continuou a ser o principal país de partida para Itália. Em resposta, o ritmo de execução da vertente Norte de África do **Fundo Fiduciário da UE para África** aumentou consideravelmente, com oito novos programas aprovados num montante total de 232,5 milhões de EUR e um programa de várias vertentes de 8,6 milhões de EUR.

Até ao final de 2017, a quase totalidade dos 3 mil milhões de EUR afetados ao **Mecanismo em Favor**

dos Refugiados na Turquia fora autorizada para projetos destinados a assegurar uma satisfação mais completa e coordenada das necessidades dos refugiados e das comunidades de acolhimento na Turquia.

Graças ao Mecanismo em Favor dos Refugiados na Turquia, quase dois milhões de pessoas tiveram acesso a serviços de cuidados de saúde primários e cerca de um milhão a serviços de saúde mental de reabilitação⁵.

Em 2017, o orçamento da UE continuou a prestar um forte apoio a muitas outras prioridades políticas da União.

Além destas prioridades, através dos programas de despesas da UE, a Comissão alcançou também progressos noutros domínios, por exemplo, nos da União social, da ação externa, de uma União mais

resiliente ao nível da energia, incluindo a ação climática, de um mercado único digital em rede e da defesa.

Investimento social e juventude

O emprego, a inclusão social e a educação constituíram igualmente uma prioridade importante do orçamento de 2017. A **Iniciativa para o Emprego dos Jovens** centra-se na diminuição do desemprego dos jovens em toda a União. Este programa apoiou jovens a viver em regiões que registavam uma taxa de desemprego dos jovens superior a 25 % em 2012. A sua dotação orçamental foi reforçada em 2017 a pensar nas regiões que tinham uma taxa de desemprego dos jovens superior a 25 % em 2016.

A partir de 2014, cerca de 790 000 pessoas voltaram ao mercado de trabalho, 820 000 pessoas obtiveram uma qualificação e 276 000 estudaram ou receberam formação na sequência das ações financiadas pelo Fundo Social Europeu, incluindo a Iniciativa para o Emprego dos Jovens.

Todas as ações do Fundo Social Europeu permitiram que, entre 2014 e 2016, quase 8 milhões de pessoas obtivessem ajuda na procura de emprego, na formação ou na educação.

O **Erasmus+** celebrou o seu 30.^o aniversário em 2017. De 2014 em diante, mais de 1,8 milhões de estudantes participaram em atividades de mobilidade e mais de 240 000 organizações estiveram envolvidas em projetos de cooperação. A avaliação intercalar indica que:

A vontade de ir viver para o estrangeiro a título permanente é maior entre os participantes no programa Erasmus+ (mais 31 % comparativamente à vontade dos não participantes). De igual modo, identificam-se mais como cidadãos da UE (mais 19 %).

O voluntariado apoiado pelo programa Erasmus+, juntamente com outros oito programas e instrumentos da UE, contribuiu para a criação de mais oportunidades para os jovens no âmbito do Corpo Europeu de Solidariedade. No primeiro ano após o seu lançamento, contou com a adesão de mais de 42 000 jovens de todos os Estados-Membros. Até ao final de 2017, um ano desde a entrada em funcionamento da ferramenta de inscrição em linha, foram oferecidas aos jovens mais de 2 500 colocações⁶.

Ação externa

O orçamento de 2017 contribuiu também para **uma Europa mais forte na cena mundial**. A UE disponibilizou mais de 2,2 mil milhões de EUR de **ajuda humanitária** em 80 países diferentes⁷. Em conjunto com os seus Estados-Membros, a União continuou a ser o maior doador mundial de ajuda humanitária.

O financiamento humanitário da UE apoiou a educação de mais de 4,7 milhões de crianças afetadas por situações de emergência em mais de 50 países⁸.

Em 2017, foi alcançado um acordo sobre o **Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável**. Este fundo faz parte do Plano de Investimento Externo Europeu, que visa intensificar a participação do setor privado no desenvolvimento socioeconómico dos países parceiros. A resposta ao convite à apresentação de propostas para as duas primeiras dotações para investimentos foi bastante positiva, tendo sido recebidas 30 propostas apresentadas por 12 instituições parceiras, num valor total superior a 2,5 mil milhões de EUR.

Ação climática e ambiente

O orçamento da UE continuou a ser um importante instrumento da luta contra as alterações climáticas. Para alcançar este resultado, estão a ser integradas ações de atenuação e adaptação em todos os programas de despesas principais da UE, em particular nos fundos de desenvolvimento regional e de coesão, da energia, dos transportes, da investigação e inovação, da política agrícola comum e da política de desenvolvimento da UE.

Estima-se que, em 2017, a contribuição total do orçamento para a integração das ações em matéria de alterações climáticas (ou seja, as despesas orçamentais dos projetos ambientais) tenha sido de 20,3 %.

Observou-se igualmente uma evolução positiva no domínio da **eficiência energética na União**. A UE fixou um objetivo de poupança energética de 20 % até 2020 (em comparação com a utilização prevista de energia em 2020), o que equivale, aproximadamente, a desligar 400 centrais elétricas.

*Em resultado dos projetos selecionados até 2016 no âmbito do **Fundo de Coesão**, prevê-se um acréscimo da capacidade de produção de energia renovável de 2 000 megawatts e uma redução das emissões de gases com efeito de estufa superior a 3 milhões de toneladas de equivalentes CO₂.*

Além disso, estima-se que os projetos financiados no âmbito do **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** resultem numa redução das emissões de gases com efeito de estufa de 3 milhões de toneladas de equivalentes CO₂.

Mercado único digital

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos contribuiu também para a realização do **mercado único digital**, juntamente com o **Mecanismo Interligar a Europa**. Além disso, até ao final de 2017, foram selecionados cerca de 5 500 projetos no âmbito do Fundo de Coesão para apoiar a realização de um mercado único digital em rede.

Até ao final de 2016, o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional permitiu que mais 1 milhão de agregados familiares obtivesse acesso à banda larga.

Defesa

O lançamento do Fundo Europeu de Defesa, em 2017, marcou o início de um novo capítulo na cooperação em matéria de defesa. Este fundo servirá para apoiar os Estados-Membros na aplicação mais eficiente das suas despesas em capacidades de defesa comuns, no reforço da segurança dos cidadãos europeus e no fomento de uma base industrial competitiva e inovadora.

Controlo interno e gestão financeira

Além dos resultados obtidos através das despesas da UE, a forma como o orçamento da UE é gerido tem um impacto importante no seu desempenho global. Por esse motivo, a Comissão procura assegurar os mais elevados padrões de gestão financeira em termos de eficiência, eficácia e relação custo-eficácia. É esse o enfoque da secção 2 do relatório anual sobre a gestão e a execução.

Reforço do quadro de controlo interno

Com base nas normas e melhores práticas internacionais, a Comissão continuou a reforçar o seu quadro de controlo interno em 2017. O objetivo consiste em passar de um sistema baseado na conformidade para um sistema baseado no desempenho. Tal assegurará um rigoroso controlo interno e, ao mesmo tempo, dará aos serviços da Comissão a flexibilidade necessária para se adaptarem às suas necessidades e circunstâncias específicas. Embora 2017 tenha sido um ano de transição, um terço dos serviços comunicou já o efeito que os novos princípios estavam a ter na eficácia dos seus controlos. **Em geral, todos os serviços concluíram que as normas e princípios de controlo interno estavam a ter bons resultados e a ser aplicados de forma eficiente.** O novo quadro de controlo interno permite também uma avaliação mais flexível. Alguns serviços deram conta da necessidade de melhorar a eficácia da aplicação de princípios ou normas específicos.

Os sistemas de gestão financeira e de controlo do orçamento da UE têm melhorado de forma considerável ao longo do tempo. Esta melhoria foi igualmente reconhecida pelo Tribunal de Contas Europeu. Pela primeira vez, o Tribunal de Contas Europeu, na sua última declaração de fiabilidade⁹, emitiu um parecer positivo, e não negativo, sobre a legalidade e a regularidade dos pagamentos a cargo do orçamento da UE. O nível de erro diminuiu em todos os domínios de intervenção, dando continuidade à tendência decrescente do nível geral de erro estimado. O nível de erro foi inferior a 2 % em cerca de metade das despesas da UE, não tendo sido detetados erros materiais nas receitas.

No entanto, a Comissão continua a melhorar os seus sistemas de controlo.

Gestão e proteção eficazes do orçamento da UE

Para a Comissão, é absolutamente prioritário assegurar que o orçamento da UE seja bem gerido e

que sejam tomadas todas as medidas necessárias para **proteger o dinheiro dos contribuintes.**

Embora a Comissão seja a responsável última pela gestão do orçamento, 68 % das despesas são executadas pelas autoridades dos Estados-Membros, no âmbito da gestão partilhada, e 8 % através de entidades terceiras, no âmbito da gestão indireta.

A Comissão dispõe de dois mecanismos principais para assegurar a proteção do orçamento da UE, ou seja, para se certificar de que este não é utilizado para pagar despesas indevidas ou irregulares:

- mecanismos de prevenção (por exemplo, controlos *ex ante*, interrupções e suspensões de pagamentos); e
- mecanismos de correção (por exemplo, controlos *ex post*; estes consistem principalmente em correções financeiras impostas aos Estados-Membros, mas podem também consistir em recuperações de fundos junto dos beneficiários dos pagamentos da UE).

Embora possam ser detetados num qualquer ano, os erros são devidamente corrigidos nos anos seguintes. Nestas circunstâncias, afigura-se necessário e adequado realizar uma análise plurianual dos erros e correções em causa. **No contexto do quadro financeiro plurianual, os programas de despesas da Comissão, a maioria dos sistemas de controlo e os ciclos de gestão são plurianuais por definição.**

Estima-se que o montante global em risco no pagamento de 2017 corresponda a 1,7 % do total das despesas pertinentes.

Em 2017, em termos de correções financeiras e recuperações, os sistemas de controlo plurianuais dos serviços da Comissão permitiram **detetar e corrigir** 897 milhões de EUR antes de os fundos serem disponibilizados e 1 949 milhões de EUR após a disponibilização dos fundos.

Estima-se que o montante em risco no encerramento, ou seja, depois de todas as correções efetuadas, seja de 0,6 % do total das despesas pertinentes.

Este resultado significa que os mecanismos de controlo plurianuais dos serviços da Comissão asseguram, de um modo geral, a gestão adequada dos riscos relativos à legalidade e regularidade das operações e que as correções financeiras e as recuperações realizadas nos anos subseqüentes protegem globalmente o orçamento da UE.

Paralelamente, estão a ser tomadas medidas complementares em relação aos programas com níveis persistentemente elevados de erro, de modo a

atenuar as suas causas profundas e prevenir, detetar e corrigir eventuais fraudes¹⁰. Além disso, o Organismo Europeu de Luta Antifraude está mandatado para realizar inquéritos independentes a situações de fraude e corrupção que envolvam fundos da UE e formular políticas da UE em matéria de luta contra a fraude.

Garantia de gestão

Nos seus relatórios anuais de atividades de 2017, os 50 gestores orçamentais delegados declararam todos ter uma garantia razoável de que i) as informações constantes do seu relatório apresentam uma imagem verdadeira e apropriada, ii) os recursos afetados às atividades foram utilizados para os fins previstos e de acordo com o princípio da boa gestão financeira, e iii) os procedimentos de controlo aplicados oferecem as garantias necessárias quanto à legalidade e regularidade das operações subjacentes.

A fim de assegurar a transparência, nos relatórios anuais de atividades, são formuladas reservas em relação aos programas cuja taxa de erro residual (ainda) não tenha diminuído para menos de 2 % aquando da elaboração do relatório. Trinta gestores orçamentais delegados apresentaram garantias sem reservas, enquanto 20 declarações foram sujeitas a um total de 38 reservas relativamente a 2017 (37 em 2016). Em todos os casos, os gestores orçamentais delegados em causa formularam medidas que é necessário aplicar para corrigir as deficiências subjacentes e atenuar os riscos delas decorrentes.

O impacto financeiro das reservas na garantia de gestão diminuiu para 1 053 milhões de EUR de despesas (1 621 milhões de EUR em 2016) e para 431 milhões de EUR de receitas (517 milhões de EUR em 2016). A geração «legada» dos programas do período de 2007-2013, que estão em fase de conclusão, representa metade do número de reservas, mas apenas uma pequena parte do montante total em risco.

Outro domínio em que se observa uma transparência acrescida respeita aos fundos fiduciários da UE. Dada a sua crescente importância, os serviços responsáveis pelos fundos fiduciários garantem agora uma cobertura exaustiva dos fundos nos seus relatórios de gestão. Estes cobrem os seguintes aspetos: i) a responsabilidade pelas contribuições do orçamento da UE e do Fundo Europeu de Desenvolvimento para os fundos fiduciários da UE, e ii) a gestão das operações realizadas fora dos fundos fiduciários da UE (ou seja, com fundos de outros doadores).

Sistemas de controlo interno eficientes, eficazes e com uma boa relação custo-eficácia

As rigorosas normas de gestão financeira exigem que as medidas em vigor para garantir uma boa proteção do orçamento da UE sejam eficazes em termos de custos.

Assim, foram tomadas medidas tendentes a **desenvolver sinergias e procurar ganhos de eficiência**, nomeadamente, a simplificação das normas e dos procedimentos, a melhoria e a interligação dos sistemas de TI financeiros e uma maior congregação das competências financeiras. Em última instância, estas medidas resultam numa menor carga burocrática, em custos proporcionados dos controlos dos beneficiários, em menores taxas de erro, numa melhor qualidade dos dados e em períodos mais abreviados para o pagamento.

O **prazo de pagamento médio** dos serviços da Comissão tem **diminuído continuamente** ao longo dos anos, sendo agora inferior a 30 dias. Em 2017, o prazo de pagamento líquido médio foi de 20,4 dias.

Cada vez mais, os serviços da Comissão estão a tomar medidas no sentido de assegurar que os respetivos sistemas de controlo sejam **diferenciados em função do risco (ou seja, maior controlo e maior regularidade em domínios de maior risco, e menor controlo e menor regularidade em domínios de menor risco) e eficazes em termos de custos**. Até ao final de 2017, as análises periódicas realizadas por todos os serviços da Comissão para examinar os respetivos sistemas de controlo tinham concluído que estes sistemas eram eficazes em termos de custos.

Além disso, para a próxima geração de programas de despesas, os serviços são convidados a expor (nas fichas financeiras legislativas anexas às suas propostas legislativas) os motivos pelos quais consideram que a(s) modalidade(s) de gestão, o(s) mecanismo(s) de execução do financiamento e os métodos de pagamento propostos são as soluções mais adequadas, não só em termos de políticas ou objetivos dos programas, mas também quanto ao modo como estabelecem o equilíbrio entre três dos objetivos do controlo interno, designadamente, celeridade nos pagamentos, baixo nível de erro e baixo custo do controlo.

Introdução

O orçamento da UE é fundamental para a execução das políticas e prioridades europeias. O investimento a partir do orçamento da UE produz resultados por si só e funciona como catalisador de mais investimento proveniente de outras fontes públicas e privadas. O orçamento da UE atua em paralelo com outros instrumentos políticos a nível europeu e nacional para dar resposta ao grande número de desafios, e oportunidades, com que a União se confronta atualmente.

Contrariamente aos orçamentos nacionais, o orçamento da UE é essencialmente orientado para o investimento. Os programas são de caráter plurianual, criando um quadro estável e previsível, idealmente adequado para apoiar investimentos estratégicos a médio e longo prazo. O orçamento da UE centra-se em domínios em que a concentração de recursos para enfrentar os desafios comuns pode proporcionar resultados a todos os europeus que não seria possível obter com a mesma eficiência ou eficácia pelos Estados-Membros atuando isoladamente.

Este princípio aplica-se a domínios tão diversos como as infraestruturas transfronteiriças, a gestão das fronteiras externas, os projetos espaciais de grande escala e a investigação pan-europeia. Em todos estes domínios, o orçamento da UE ocupa uma posição única para proporcionar resultados a todos os cidadãos europeus. Esta é a essência do «valor acrescentado europeu», igualmente aplicável a políticas comuns como a política agrícola comum e a política de coesão.

A Comissão desempenha um papel central na gestão do orçamento, seja gerindo os programas diretamente (por exemplo, nos domínios da investigação ou da mobilidade dos jovens), seja gerindo-os em conjunto com os Estados-Membros (por exemplo, no âmbito da política de coesão).

Cabe à Comissão garantir que o orçamento da UE seja gerido de forma responsável e em conformidade com as regras aplicáveis, a fim de proteger o dinheiro dos contribuintes. Para o efeito, a Comissão aplica um sólido sistema de governação e de controlo interno. A gestão do orçamento da UE está sujeita ao controlo externo do Tribunal de Contas Europeu.

A consolidação da gestão financeira nos últimos anos permitiu uma incidência reforçada sobre a **execução** do orçamento: está o orçamento da UE a ser aplicado da melhor forma possível para proporcionar resultados palpáveis a todos os

europeus? A Comissão não pode garantir isso por si só. Partilha tal responsabilidade com os Estados-Membros, as regiões, as organizações não governamentais, os promotores de projetos e todos os intervenientes na execução do orçamento da UE.

O **relatório anual de 2017 sobre a gestão e a execução do orçamento da UE** reúne os aspetos ligados à gestão e à execução num único relatório integrado. Apresenta uma panorâmica das informações mais recentes sobre a execução do orçamento e inclui informações mais pormenorizadas sobre questões relacionadas com a gestão e a proteção do orçamento da UE. O presente relatório constitui o principal contributo da Comissão para o «processo de quitação» anual, através do qual o Parlamento Europeu e o Conselho examinam a execução do orçamento da UE.

A **secção 1** do relatório descreve, com exemplos, a forma como o orçamento da UE apoia as prioridades políticas da União e fornece os dados disponíveis mais recentes sobre os resultados alcançados até ao final de 2017. O presente relatório baseia-se nas informações constantes das declarações sobre os programas que integram a proposta orçamental para 2019, dos relatórios anuais de atividades de 2017 elaborados por todos os serviços da Comissão, e de outras fontes como os relatórios de execução dos programas da UE. No relatório deste ano, as avaliações intercalares constituíram uma valiosa fonte suplementar de informações sobre a execução.

A **secção 2** dá conta da evolução observada, em matéria de controlo interno, gestão financeira e proteção do orçamento da UE, em 2017. Baseia-se nos relatórios anuais de atividades elaborados por cada serviço da Comissão, nos quais o quadro de controlo interno e as questões conexas são descritos de forma pormenorizada. O relatório descreve ainda o modo como os serviços da Comissão lidaram com os problemas encontrados durante o ano. Esta secção resume as informações sobre a consecução:

- **dos objetivos do controlo interno** (gestão dos riscos para a legalidade e a regularidade; relação custo-eficácia dos controlos; estratégias antifraude);
- da **proteção do orçamento da UE** e;
- da **garantia de gestão** dada ao Colégio de Comissários.

Esta garantia baseia-se nas conclusões da gestão da Comissão, assentes em indicadores estatísticos e não estatísticos sobre os resultados do controlo e

as correções. Estas conclusões têm igualmente por base pareceres independentes, nomeadamente do Serviço de Auditoria Interna (SAI) e do Tribunal de Contas Europeu, e ainda as conclusões dos trabalhos do Comité de Acompanhamento das Auditorias.

A garantia de gestão prestada por todos os serviços e a garantia obtida através dos trabalhos de auditoria interna constituem a base da conclusão global do presente relatório. Esta conclusão permite que a Comissão, ao adotar o relatório, assuma a **responsabilidade política global** pela gestão do orçamento da UE de 2017.

De igual modo, o relatório incorpora a anterior **Comunicação sobre a proteção do orçamento da UE¹** e, tal como no ano passado, integrará o mais vasto **pacote integrado de relatórios financeiros sobre o orçamento da UE**, que inclui também as contas anuais.

Secção 1

Execução e resultados

O ano de 2017 foi de grande atividade para a União em muitas frentes, tendo-se observado resultados positivos na criação de emprego em toda a União, num contexto de retoma económica. Tal permitiu à **União centrar-se cada vez mais na concretização eficiente das suas prioridades políticas em domínios como a política social, o mercado único digital e a conclusão da União Económica e Monetária**. Prosseguiram os trabalhos relativos à formulação de uma abordagem global dos aspetos internos e externos da migração e à proteção das fronteiras externas da União. Foram lançadas novas iniciativas destinadas a reforçar as capacidades de segurança e defesa da União.

Foi igualmente um ano de **reflexão sobre o futuro da União** na sequência da decisão do Reino Unido de sair da União. O Livro Branco sobre o Futuro da Europa da Comissão lançou um debate à escala europeia sobre quais devem ser as prioridades da futura Europa dos 27. O subsequente Documento de reflexão sobre o futuro das finanças da UE analisou este desafio e colocou na mesa os principais elementos de discussão.

Em termos orçamentais, o ano de 2017 foi o quarto ano de execução do atual quadro financeiro plurianual. Após alguns atrasos iniciais, os programas financeiros estão, na sua maioria, plenamente operacionais, sendo visíveis os resultados no terreno.

O investimento continuou a ser uma prioridade, com a continuação da execução do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos para colmatar o défice de investimento na Europa. **O orçamento foi também mobilizado para apoiar o desenvolvimento de uma resposta europeia global aos aspetos internos e externos da migração, bem como para dar resposta a crescentes e diversas ameaças à segurança**. Dado estarmos a meio da execução dos programas em curso, em 2017, foram concluídas várias avaliações intercalares que apresentaram uma análise global do valor acrescentado da UE, da pertinência, da eficiência, da eficácia e da coerência

dos programas.

A presente secção começa com um breve resumo dos quadros de execução dos programas financeiros da UE. Em seguida, apresenta as informações mais recentes sobre os resultados alcançados com o orçamento da UE até ao final de 2017. **O tipo de dados apresentados depende do nível de maturidade dos programas, indo de dados sobre os meios até aos resultados das despesas desde a parte inicial deste período**. As avaliações finais do impacto dos programas ainda não estão disponíveis, pelo que só será possível apresentar relatórios definitivos numa fase posterior.

A secção está estruturada em torno das rubricas do atual quadro financeiro plurianual, sendo abrangidos os programas principais de cada rubrica. O relatório descreve também o modo como estes programas contribuem para a realização dos objetivos da estratégia Europa 2020 e a concretização das prioridades políticas da Comissão Juncker. Resume ainda os dados sobre os resultados obtidos pelos programas financeiros, mas também sobre os domínios em que a execução ficou aquém das expectativas ou em que as avaliações e os trabalhos de auditoria levados a cabo identificaram lacunas na conceção dos programas.

Estas informações são utilizadas para fundamentar as decisões sobre a execução dos atuais programas financeiros, mas também para informar os legisladores na formulação das propostas para o futuro quadro financeiro plurianual, apresentadas pela Comissão nas últimas semanas. Por conseguinte, o presente relatório anda a par com a análise das despesas que acompanha as recentes propostas da Comissão para o futuro quadro financeiro plurianual¹¹. Efetivamente, ao elaborar as suas propostas, a Comissão procurou retirar ensinamentos dos quadros financeiros atual e anteriores, a fim de criar programas de elevado desempenho e geradores de resultados positivos para a economia e a sociedade europeias nos respetivos domínios.

Execução do orçamento da UE

Quadro de execução 2014-2020

A existência de um quadro de execução sólido para o orçamento da UE constitui um pré-requisito para programas da UE orientados para os resultados e bem geridos. No quadro financeiro plurianual para o período de 2014-2020, os quadros de execução foram incluídos como novo elemento obrigatório na base jurídica de todos os programas financeiros, o que ajudou a dar uma maior ênfase aos resultados na totalidade do orçamento. Estes quadros implicam a definição de objetivos e indicadores claros e mensuráveis, bem como os necessários mecanismos de acompanhamento, informação e avaliação. Embora haja margem para melhorias, a Comissão considera que os indicadores, juntamente com outras fontes de informação, como as avaliações, constituem uma base sólida para acompanhar os progressos alcançados na realização dos objetivos dos programas. De igual modo, ajudam a prever e resolver problemas na execução dos programas, quando eles surgem.

Durante os primeiros anos de execução dos programas, as informações sobre a execução baseiam-se, essencialmente, nos meios - ou seja, na dotação financeira para um programa específico - e, sempre que possível, nas realizações. Este tipo de informações dá uma boa indicação inicial da forma como o orçamento da UE está a ser gasto e a contribuir para a concretização das prioridades políticas. À medida que a execução dos programas for avançando, serão disponibilizadas informações sobre os resultados e o impacto das despesas. Porém, poderá decorrer algum tempo até que seja possível avaliar o impacto final na economia e na sociedade europeias.

Este é o quarto ano de execução e muitos programas estão a começar a apresentar relatórios sobre os resultados diretos. No entanto, certos programas têm ciclos de execução longos e os indicadores sobre as realizações ainda não são inteiramente disponibilizados e incluídos nas declarações sobre os programas, como acontece, nomeadamente, com os programas em regime de gestão partilhada.

As auditorias do Tribunal de Contas Europeu contribuem igualmente para melhorar a execução dos programas, bem como a eficiência e a eficácia das operações, dos sistemas de gestão e dos procedimentos dos organismos e instituições que gerem os fundos da UE. A título de exemplo, 19 relatórios recentes confirmaram a necessidade de simplificar as regras e reforçar ou racionalizar o quadro de execução.

Os ensinamentos retirados das auditorias e da experiência prática da execução, assim como as conclusões das avaliações intercalares, contribuirão para a análise global das despesas que acompanha as recentes propostas da Comissão relativas ao futuro quadro financeiro plurianual e aos programas setoriais conexos. A simplificação e racionalização das regras e do quadro de execução são um tema importante destas propostas.

Relatórios de execução

No seu relatório anual de 2016, o Tribunal de Contas Europeu incidiu, em especial, sobre a qualidade dos relatórios de execução do orçamento da UE. Muitos destes relatórios são elaborados pela Comissão. A análise constatou que, embora a qualidade dos relatórios de execução tenha melhorado de forma considerável, existem ainda diversos aspetos passíveis de melhoria, por exemplo:

- **Qualidade dos dados:** nos seus relatórios de execução, a Comissão baseia-se nos indicadores de desempenho enumerados na base jurídica dos programas e comunicados anualmente nas declarações sobre os programas. Os dados provêm de uma grande variedade de fontes. O Tribunal de Contas e o Serviço de Auditoria Interna recomendaram a divulgação dessas fontes, juntamente com uma avaliação da qualidade dos dados recolhidos. Reconhecendo a importância da qualidade dos dados, os serviços da Comissão deram, este ano, especial atenção à qualidade dos dados da execução na elaboração dos seus relatórios anuais de atividades de 2017. As fontes dos dados são claramente identificadas e as eventuais preocupações quanto à qualidade dos dados são claramente assinaladas. Em determinados casos, os serviços da Comissão deixaram de prestar informações sobre certos indicadores pelo facto de os dados disponíveis não serem considerados suficientemente exatos ou pertinentes.
- **Elaboração equilibrada de relatórios:** no seu relatório anual de 2016, o Tribunal recomendou à Comissão, a propósito do relatório anual sobre a gestão e a execução de 2015, que envidasse mais esforços no sentido de garantir que os relatórios de execução deem uma imagem equilibrada, abrangendo tanto as realizações dos programas como as dificuldades encontradas. A Comissão está empenhada em elaborar relatórios equilibrados. Por exemplo, o presente relatório dá uma ampla cobertura aos ensinamentos retirados das avaliações

intercalares dos programas financeiros.

- **Ligações entre os quadros de execução:** o Tribunal recomendou à Comissão uma utilização mais sistemática das referências cruzadas entre os relatórios de execução para destacar de forma mais clara as ligações e complementaridades entre os relatórios e entre o quadro de execução do orçamento da UE (por exemplo, as declarações sobre os programas) e o quadro dos serviços da Comissão.
- **Legibilidade:** seguindo a recomendação do Tribunal, a Comissão continuou a melhorar a apresentação visual dos seus relatórios, utilizando auxílios visuais, gráficos, diagramas ou caixas de texto, quando adequado, para

apresentar os dados da execução e transmitir as principais mensagens relativas à mesma.

Responsabilidade partilhada pelos resultados

Cerca de três quartos do orçamento da UE são executados em regime de gestão partilhada com os Estados-Membros. Embora a responsabilidade financeira pela gestão do orçamento da UE incumba, em última análise, à Comissão, **a responsabilidade pelos resultados alcançados com o orçamento da UE é partilhada com uma vasta gama de intervenientes** a nível europeu, nacional e regional. Todos têm um papel a desempenhar para garantir que cada euro gasto com o orçamento da UE sirva com eficiência e eficácia a sua finalidade.

Orçamento da UE de 2017



Gráfico: Orçamento da UE de 2017 por rubrica orçamental. Todos os montantes são expressos em milhares de milhões de EUR.

O orçamento da UE, incluindo os orçamentos rectificativos, ascendeu a 159,8 mil milhões de EUR em 2017. Cerca de metade deste valor, 75,4 mil milhões de EUR, foi afetada ao crescimento inteligente e inclusivo. O apoio ao setor agrícola europeu totalizou 58,6 mil milhões de EUR. Foram gastos 4,3 mil milhões de EUR no reforço das fronteiras externas da União e na resposta à crise dos refugiados e à migração irregular. Foram também afetados 10,7 mil milhões de EUR às ações realizadas fora da União, e foram gastos 9,4 mil milhões de EUR na administração das instituições da UE. Em 2017, foram adotados seis orçamentos rectificativos. Além dos ajustamentos normais no lado das receitas, foram adotados dois projetos de orçamentos rectificativos para a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia, e houve a necessidade de introduzir ajustamentos na sequência da adoção da revisão intercalar.

Além dos limites máximos do quadro financeiro plurianual, existem instrumentos especiais: a Reserva para Ajudas de Emergência, o Fundo de Solidariedade da UE, o Instrumento de Flexibilidade e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Síntese dos progressos realizados em questões transversais

O orçamento da UE e a estratégia Europa 2020

O atual orçamento a longo prazo destina-se a contribuir para a estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Os objetivos são uma responsabilidade partilhada da União e dos seus Estados-Membros, requerendo a sua realização a combinação de vários instrumentos políticos, incluindo os orçamentos da UE e nacionais.

A Comissão efetua o acompanhamento dos objetivos principais da estratégia Europa 2020 utilizando nove indicadores. As informações sobre os progressos alcançados são regularmente atualizadas e publicadas no sítio Web do Eurostat¹². O quadro seguinte apresenta os mais recentes dados disponíveis sobre estes indicadores.

Os Estados-Membros estão a realizar progressos no sentido da consecução dos objetivos fixados há oito anos na estratégia Europa 2020. Globalmente, a UE está a aproximar-se dos seus objetivos em matéria de educação, energia, clima e emprego. Catorze Estados-Membros atingiram já os seus objetivos nacionais no que se refere à diminuição do abandono escolar precoce e ao aumento da percentagem da população com estudos superiores. Onze Estados-

Membros atingiram os seus objetivos em matéria de energias renováveis. Partindo do princípio de que a atual tendência se mantém, o objetivo da UE, que consiste em alcançar uma taxa de emprego de 75 % em 2020, está no bom caminho, e sete Estados-Membros alcançaram já os seus objetivos nacionais. Trata-se de uma realização notável, tendo em conta as graves repercussões da crise sobre o emprego. No entanto, o número de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social atingiu o seu ponto culminante em 2012, tendo baixado, desde então, até um nível próximo do registado antes da crise. Assim, não é provável que o objetivo seja alcançado em 2020. De igual modo, o objetivo de investir 3 % do produto interno bruto em investigação e desenvolvimento está longe de ser atingido e exigirá que sejam empreendidos grandes esforços¹³.

A contribuição para a estratégia Europa 2020 não deve cingir-se aos limites de um único programa, devendo antes ser encarada como uma contribuição mutuamente reforçada do orçamento da UE no seu todo. Estima-se que 59 % das autorizações do orçamento da UE em 2017 estejam ligadas à estratégia Europa 2020.

Objetivos da estratégia Europa 2020 para a UE	Dados de 2010	Dados disponíveis mais recentes	Em 2020, com base na evolução recente
1. Aumentar a taxa de emprego da população com idades compreendidas entre 20 e 64 anos para pelo menos 75 %	68,6 %	72,3 % (3.º trim. 2017)	O objetivo será provavelmente alcançado
2. Aumentar o investimento público e privado combinado em I&D para 3 % do PIB	1,93 %	2,03 % (2016)	Não é provável que o objetivo seja alcançado
3a. Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa pelo menos 20 % em relação aos níveis de 1990	Redução de 14 %	Redução de 23 % (2016)	O objetivo será provavelmente alcançado
3b. Aumentar a proporção das energias renováveis no consumo final de energia para 20 %	12,5 %	17,04 (2016)	O objetivo será provavelmente alcançado
3c. Caminhar para um aumento em 20 % da eficiência energética	5,7 % (consumo de energia primária)	16,0 % (2016) (consumo de energia primária)	O objetivo será provavelmente alcançado
4a. Reduzir as taxas de abandono escolar para menos de 10 %	13,9 %	10,6 % (2017)*	O objetivo será provavelmente alcançado
4b. Aumentar a percentagem da população com idades compreendidas entre 30 e 34 anos que terminou o ensino superior para pelo menos 40 %	33,8 %	39,9 % (2017)*	O objetivo será provavelmente alcançado
5. Libertar pelo menos 20 milhões de pessoas do risco de pobreza e exclusão social	Aumento de 0,5 milhões (comparado com o ano de referência de 2008)	Aumento de 1 milhão (comparado com o ano de referência de 2008)	Não é provável que o objetivo seja alcançado

Quadro: progressos no sentido da consecução dos objetivos UE2020. Fontes: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/2018-european-semester-country-report-communication_en.pdf. e atualizações* do Eurostat:

http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=t2020_40&plugin=1;

http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=t2020_41&plugin=1

Integração da ação climática e da biodiversidade

O orçamento da UE é igualmente um importante instrumento para apoiar a realização de objetivos transversais, como a ação climática e a biodiversidade. Para responder aos desafios e às necessidades de investimento relacionados com as alterações climáticas, a UE decidiu afetar pelo menos 20 % do seu orçamento para 2014-2020 – 200 mil milhões de EUR ao longo de todo o período – a ações relacionadas com as alterações climáticas. Para alcançar este resultado, estão a ser integradas ações de atenuação e adaptação em todos os programas de despesas principais da UE, em particular nos fundos de desenvolvimento regional e de coesão, da energia, dos transportes, da investigação e inovação, da política agrícola comum e da política de desenvolvimento da UE. Desde o projeto de orçamento de 2014, as estimativas de

despesas relacionadas com o clima são acompanhadas anualmente com os marcadores climáticos da UE, adaptados a partir dos «marcadores do Rio» da ajuda ao desenvolvimento da OCDE. Em 2017, o montante foi superior a 31 mil milhões de EUR, ou seja, 20,3 % do orçamento total. Estes valores fizeram com que, no final de 2017, o montante acumulado total relativo à integração da ação climática ultrapassasse os 100 mil milhões de EUR.

O procedimento de acompanhamento das despesas relacionadas com a biodiversidade previu que 9,3 % do orçamento de 2016 e 8,1 % do orçamento de 2017 seriam afetados a ações destinadas a travar e inverter o declínio da biodiversidade na UE, dando um importante contributo para os objetivos de crescimento sustentável da estratégia Europa 2020.

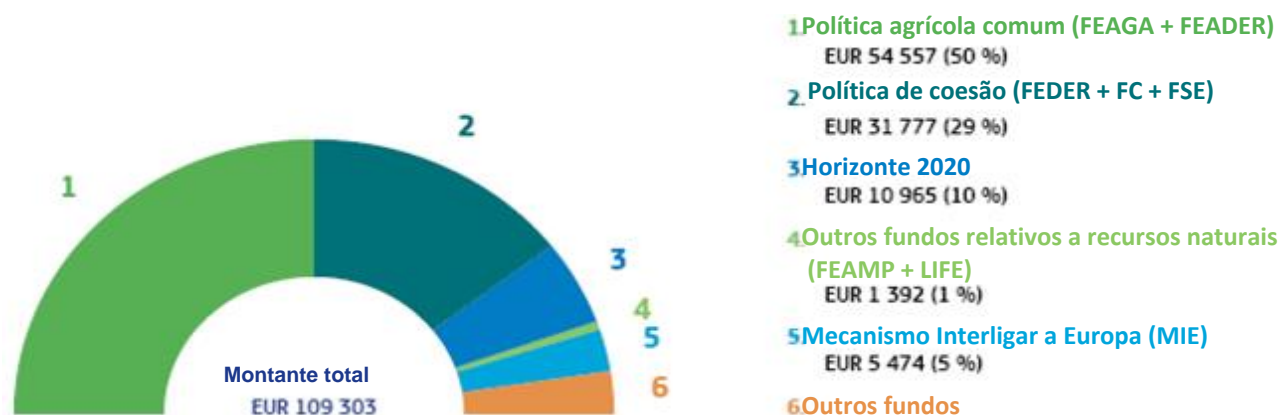


Gráfico: Integração da ação climática (2014-2017). Todos os montantes do gráfico são expressos em milhões de EUR. O montante efetivo para o período de 2014-2017 é de 109 mil milhões de EUR. O montante orçamentado para todo o período de 2014-2020 ascende a 200 mil milhões de EUR.

O orçamento da UE e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015, vieram conferir um novo impulso aos esforços envidados a nível mundial para alcançar o desenvolvimento sustentável. Através de consultas públicas, do diálogo com os seus parceiros e de investigação aprofundada, a UE desempenhou um papel importante na definição da Agenda 2030. Tal como salienta a comunicação intitulada «Próximas etapas para um futuro europeu sustentável» (COM(2016) 739), a UE está empenhada em desempenhar um papel ativo a fim de otimizar os

progressos para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão plenamente consagrados nos Tratados europeus e integrados em todos os seus programas, políticas setoriais e iniciativas.**

Ano após ano, a UE dá continuidade aos seus esforços, através dos seus instrumentos políticos e regulamentares, de prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e desempenha um papel de relevo, apoiando, coordenando e complementando as políticas dos Estados-Membros, também em termos

financeiros, através do orçamento da UE.

As declarações sobre os programas para 2018 destacaram, em particular, as iniciativas mais recentes e importantes que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, embora muitas vezes de forma indireta e não quantificável. Estes elementos são apresentados para efeitos de informação, não

constituindo uma comunicação oficial sobre a contribuição do orçamento da UE para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dada a interligação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, são muitas as ações da UE suscetíveis de contribuir para vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1.1. Competitividade para o crescimento e o emprego (rubrica orçamental 1A)¹⁴

Em 2016, foram atribuídos 21,3 mil milhões de EUR aos programas da rubrica «Competitividade para o crescimento e o emprego» (autorizações da rubrica 1A), o que representa 13 % do total das despesas orçamentais anuais. A rubrica 1A consiste em 23 programas de despesa diferentes. Os principais programas no âmbito da rubrica orçamental «Competitividade para o crescimento e o emprego» são: o Programa-Quadro de Investigação e Inovação Horizonte 2020, os programas dos grandes projetos de infraestruturas (Galileo, Reator

Termonuclear Experimental Internacional, Copernicus e o Sistema Europeu Complementar Geoestacionário de Navegação – EGNOS), o programa Erasmus+, que financia ações nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto, o Mecanismo Interligar a Europa para o desenvolvimento de redes transeuropeias de transportes, energia e setor digital, e o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, parte do Plano de Investimento para a Europa.



Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social (EaSI), o programa Alfândega 2020 e o programa Fiscalis 2020. Todos os montantes são expressos em milhões de EUR.

Apoio às prioridades da Comissão Europeia

Os programas abrangidos por esta rubrica orçamental contribuem sobretudo para as prioridades da Comissão Juncker de «Emprego, crescimento e investimento», «Mercado Único Digital», «União da Energia e ação climática» e «Uma União económica e monetária mais aprofundada e mais equitativa». Contribuem igualmente para as prioridades da estratégia Europa 2020 em matéria de «crescimento inteligente e sustentável» e de «crescimento inclusivo», principalmente através da criação de postos de trabalho e da empregabilidade acrescida resultantes do Horizonte 2020 e do Erasmus+. Os programas financiados ao abrigo desta rubrica orçamental contribuem ainda para a estratégia Europa 2020 fomentando a investigação e a inovação, melhorando os níveis de competência e de educação (ao longo da vida), promovendo o empreendedorismo, facilitando a utilização de redes inteligentes e a economia digital, construindo redes transeuropeias interligadas, investindo em infraestruturas pan-europeias, e visando uma maior eficiência energética e de recursos.

Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos

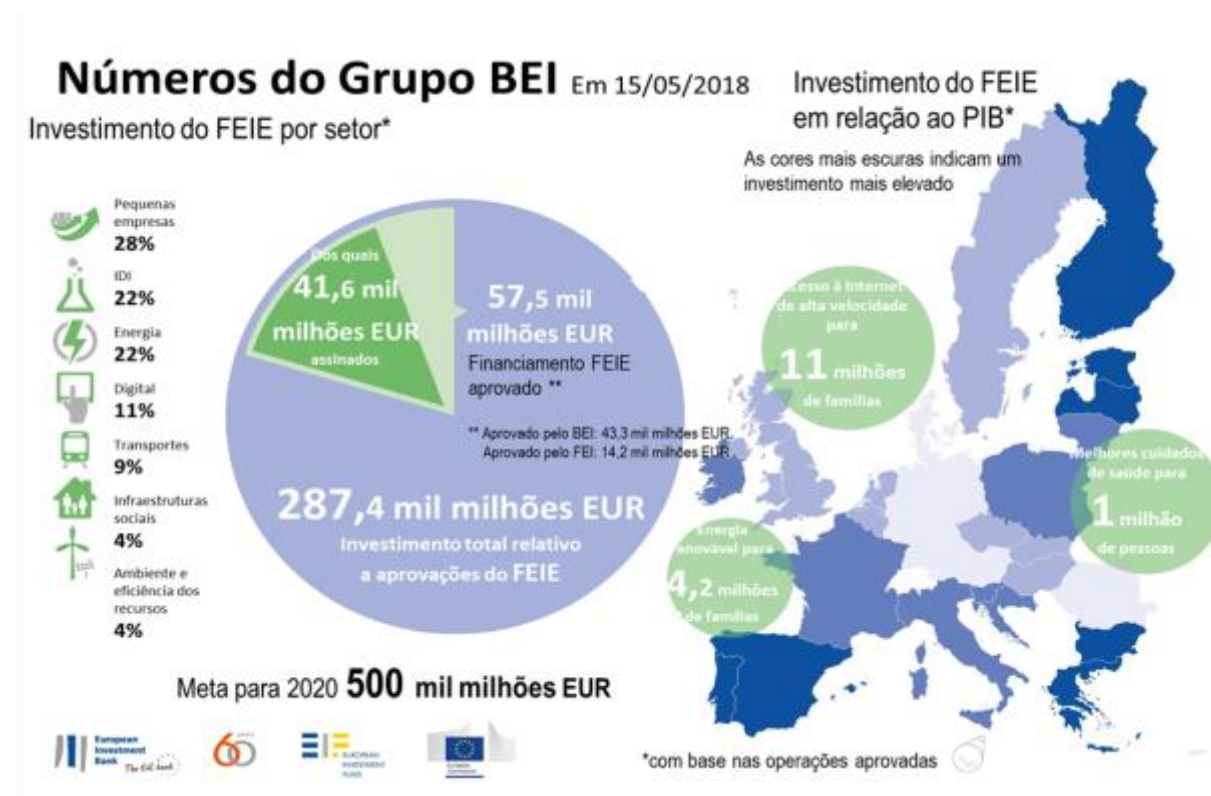


Figura: Painel do FEIE. Fonte: Valores do Grupo BEI a partir de 15/05/2018, fonte: <http://www.eib.org/efsi/>

Gráfico: Principais programas financiados em 2017 ao abrigo da rubrica 1A. A categoria «Outros programas» inclui, nomeadamente, o Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social (EaSI), o programa Alfindega 2020 e o programa Fiscalis 2020. Todos os montantes são expressos em milhões de EUR

O objetivo global do Plano de Investimento para a Europa, lançado em 2014, consistia em lançar o investimento na Europa e, com isso, restaurar a competitividade e fomentar o crescimento e o emprego na UE. O plano está centrado no Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, que combina uma garantia da UE com os recursos do Banco Europeu de Investimento; a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento, que é um balcão único de acesso a serviços de aconselhamento e assistência técnica; e o Portal Europeu de Projetos de Investimento, o ponto de encontro dos promotores de projetos com os investidores.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos foi concebido para mobilizar um investimento total de 315 mil milhões de EUR na economia real. Em dezembro de 2017, o volume dos investimentos mobilizados pelas operações aprovadas do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos situava-se em 81 % do objetivo inicial.

Em termos acumulados, desde o lançamento do fundo, os projetos aprovados equivalem a uma verba de investimento total de 287 mil milhões de EUR, distribuídos por duas vertentes: 186,2 mil milhões de EUR para a Secção Infraestruturas e Inovação e 101,2 mil milhões de EUR para a Secção Pequenas e Médias Empresas. Mais de 445 000 pequenas empresas deverão beneficiar deste investimento, que contribuiu para a criação de mais de 300 000 postos de trabalho.¹⁵

No final de 2017, a UE formalizou¹⁶ a decisão de prorrogar a duração e alargar a dimensão do fundo para 500 mil milhões de EUR, a mobilizar até 2020, com vista a estimular os investimentos e a proporcionar estabilidade aos promotores de projetos.

O apoio no âmbito do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos está focado em setores de grande importância para a economia europeia, nomeadamente:

- Infraestruturas estratégicas, nomeadamente digitais, de transportes e de energia;
- Educação, investigação, desenvolvimento e inovação;
- Energias renováveis e eficiência de utilização dos recursos;
- Apoio às pequenas e médias empresas.

Estes investimentos permitiram disponibilizar, por exemplo, o acesso à Internet de alta velocidade a 11 milhões de agregados familiares, energias renováveis a mais de 4 milhões de agregados e melhores cuidados de saúde a 1 milhão de cidadãos¹⁷.

A Comissão fomenta ativamente a visibilidade dos projetos. No final de 2017, havia 239 projetos de 27 Estados-Membros publicados no Portal Europeu de Projetos de Investimento, lançados¹⁸ em 2016.

Tais projetos incluem:

- *o desenvolvimento de um parque eólico terrestre na Suécia;*
- *investigação sobre novas formas de tratamento da doença de Alzheimer ou das doenças arteriais em Espanha;*
- *o apoio à produção de alternativas reutilizáveis e compostáveis aos sacos plásticos de utilização única na República Checa;*
- *a expansão e a melhoria do acesso à banda larga sem fios em Itália;*
- *a construção de habitação social na Polónia.*

Horizonte 2020

O Programa-Quadro Horizonte 2020 visa reforçar a base científica da UE, impulsionar a liderança industrial e a capacidade de inovação no setor privado e promover a contribuição da investigação e inovação para a resposta aos desafios sociais (tais como a segurança alimentar ou a ação climática). Apoia as prioridades políticas da UE, tal como reforçadas pelo quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2017, o Horizonte 2020 disponibilizou 8,5 mil milhões de EUR em financiamento, que permitiram mobilizar mais investimento direto, perfazendo um total de 10,6 mil milhões de EUR. Foram financiados cerca de 5 000 projetos, desde subvenções a investigadores de nível mundial e a ciência de ponta ao apoio a PME inovadoras para criar novos produtos e oferecer novos serviços²¹.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos deverá aumentar o produto interno bruto da União em 0,7 % e criar 700 000 novos postos de trabalho até 2020¹⁹

As conclusões preliminares da avaliação em curso sublinham que, apesar da melhoria do investimento e do acesso ao financiamento por parte das pequenas e médias empresas, subsistem necessidades de financiamento ainda consideráveis. O efeito de alavanca do fundo é claramente evidenciado nesta avaliação. Em certos projetos com elevados benefícios sociais, o multiplicador alcançado foi reduzido, devido à relutância dos investidores privados. Existe também margem para melhorar as sinergias entre o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos e outros instrumentos financeiros apoiados pelo orçamento da UE, por exemplo, com os instrumentos financeiros do Programa para a Competitividade das Empresas e pequenas e médias empresas (COSME).

De igual modo, até à data, a experiência adquirida com o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos mostrou que há margem para uma maior contribuição para a resolução dos problemas sociais, pois apenas 4 % dos projetos aprovados e assinados respeitaram a infraestruturas sociais²⁰. Por conseguinte, no quadro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, acordou-se juntar as contribuições do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos com as do Programa para o Emprego e a Inovação Social.

Até à data, através das ações Marie Skłodowska-Curie, o programa financiou 36 000 investigadores em todas as fases das respetivas carreiras, independentemente da sua idade ou nacionalidade. Este financiamento contribuiu de forma significativa para manter, desenvolver e atrair para a Europa talentos no domínio da investigação.

Em 2017, foram assinalados o 20.º aniversário das ações Marie Skłodowska-Curie e o 150.º aniversário do nascimento da cientista que lhes deu o nome, a polaco-francesa Marie Skłodowska-Curie, duas vezes vencedora do Prémio Nobel, com uma série de eventos dentro e fora da Europa.

Dois dos três investigadores agraciados com o Prémio Nobel da Química de 2017, pela otimização dos microscópios eletrónicos, participaram nas ações Marie Skłodowska-Curie e noutros projetos de investigação financiados pela UE, enquanto 14 doutorandos financiados pelas ações Marie Skłodowska-Curie apoiaram a histórica deteção das ondas gravitacionais que levou ao Prémio Nobel da Física de 2017.



Figura: Números-chave do projeto emblemático «Grafeno», fonte: https://graphene-flagship.eu/SiteCollectionDocuments/EC_leaflet.pdf

O projeto emblemático «Grafeno» é um exemplo revelador do alto valor acrescentado da UE gerado pelo Programa-Quadro Horizonte 2020. Esta iniciativa de investigação com dez anos de duração é uma das maiores iniciativas de sempre financiadas na Europa. Mais de 150 parceiros oriundos dos meios industrial e universitário de mais de 20 países europeus estão a desenvolver conjuntamente aplicações em domínios como as tecnologias móveis 5G, as baterias, a engenharia aeroespacial, as aplicações médicas e a tecnologia automóvel. Os avanços recentes remetem para o primeiro microprocessador feito de material de grafeno, o qual tem um grande potencial de utilização em objetos de uso quotidiano e aplicações de análise da atividade cerebral em alta resolução, suscetíveis de contribuir para uma melhor compreensão de doenças como a epilepsia.

Em 2017, uma equipa financiada pelo Conselho Europeu de Investigação detetou falhas de segurança em processadores informáticos, denominados «Meltdown» e «Spectre», abrindo novos caminhos para uma maior segurança na conceção dos sistemas informáticos modernos.

O Horizonte 2020 contribuiu também para o desenvolvimento e a implantação de sistemas de observação integrados no mar Mediterrâneo. O Horizonte 2020 atribuiu 8,4 milhões de EUR ao consórcio internacional ODYSSEA para integrar as redes de sistemas de observação e previsão em toda a bacia do Mediterrâneo. O projeto conta com a participação de 28 parceiros de 14 países, na sua maioria da bacia do Mediterrâneo.

O Horizonte 2020 apoiou ainda o projeto «E-ferry», que visa desenvolver e demonstrar o transbordador elétrico de veículos e passageiros de autonomia média de maior capacidade do mundo. Este projeto responde à necessidade premente de reduzir as emissões de CO₂ e a poluição atmosférica geradas pelos transportes aquáticos. Utiliza 56 toneladas de avançadas baterias de titanato de lítio, alta eficiência e uma rápida capacidade de carga para realizar sete viagens por dia, transportando 31 veículos e cerca de 200 passageiros ao longo dos 40 km que separam o território continental dinamarquês da ilha de Aero. O «E-ferry» reduz em 50 % o consumo anual de energia e diminui a poluição em 2 000 toneladas de CO₂.

A recente avaliação intercalar do Horizonte 2020, concluída em 2017²², deu indicações de que o

programa está a produzir importantes benefícios suplementares em relação aos mecanismos nacionais e regionais de apoio à investigação e inovação, nomeadamente em termos de escala, celeridade e âmbito, e está a reforçar a vantagem competitiva dos participantes. Ao mesmo tempo, em termos mais gerais, aumenta a atratividade global da UE enquanto espaço de investigação e inovação. O Horizonte 2020 cria concorrência ao nível da UE no domínio da investigação e inovação, lançando convites à apresentação de propostas transnacionais e identificando os projetos de inovação e investigação colaborativas mais promissores.

A revisão intercalar concluiu igualmente que as medidas de simplificação introduzidas no Horizonte 2020 (tais como a taxa única de reembolso, a taxa fixa para custos indiretos ou o Portal dos Participantes) diminuíram os custos de participação e reduziram o tempo necessário para a concessão de subvenções. Este período tem agora uma duração média de 192 dias, uma diminuição superior a 100 dias relativamente ao Sétimo Programa-Quadro anterior.

Em comparação com o programa anterior, foram envidados esforços acrescidos no sentido de aumentar as sinergias entre o Horizonte 2020 e outros programas, nomeadamente os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos. Um exemplo do aumento das sinergias é o «Selo de Excelência», que

corresponde à atribuição de um rótulo de alta qualidade europeu às propostas que obtiverem uma classificação acima do limiar de qualidade, mas não financiadas, para que possam financiar-se junto de fontes alternativas de financiamento público ou privado. Esta atribuição ajuda os organismos de financiamento que queiram investir em propostas promissoras (incluindo as autoridades nacionais e regionais, através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) a identificar mais facilmente esses projetos. Porém, o Selo de Excelência ficaria a ganhar com um maior alinhamento entre as regras vigentes, de modo a aumentar as possibilidades de financiamento dos projetos em causa.

Os resultados da avaliação intercalar assinalaram igualmente vários aspetos passíveis de melhoria, nomeadamente a necessidade de mais flexibilidade para a adaptação às novas prioridades e de sistemas de acompanhamento mais adequados para medir os progressos alcançados. Além disso, a avaliação chamou a atenção para a necessidade de um maior impacto e de uma maior sensibilização dos cidadãos. Este aspeto é importante para melhorar a comunicação da contribuição da investigação e da inovação para a resposta aos desafios sociais e tecnológicos, bem como para adotar uma abordagem mais centrada no impacto e mais orientada para uma missão específica no futuro.

Erasmus+

NÚMERO DE PARTICIPANTES NO ERASMUS POR ESTADO- MEMBRO

milhões de pessoas

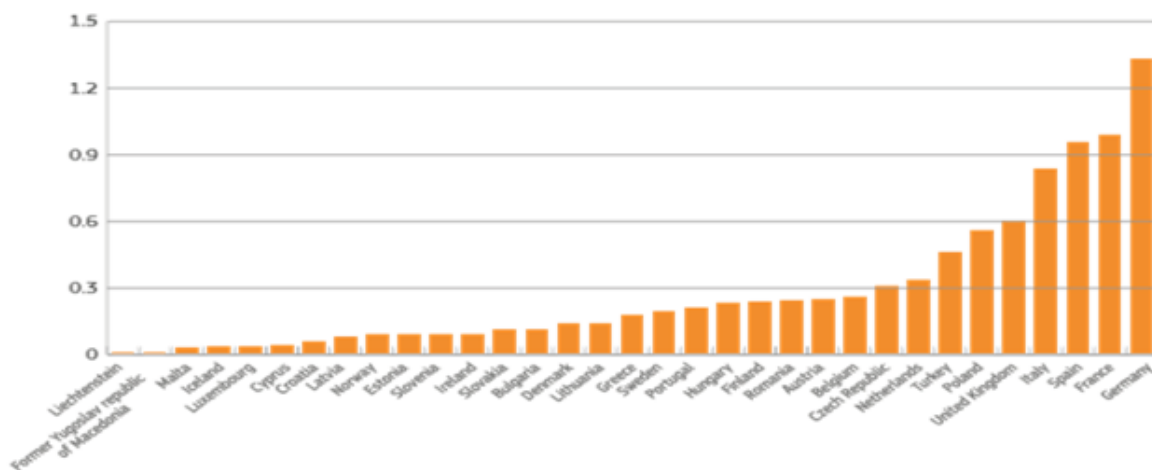


Gráfico: Número de participantes no Erasmus por Estado-Membro, fonte: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/leaders-working-lunch-mobility_pt.pdf

Em 2017, celebrou-se o 30.º aniversário do programa Erasmus. O programa tem por objetivo a cooperação transfronteiriça entre os Estados-Membros, através de intercâmbios universitários destinados a fomentar o crescimento do número de estudantes internacionais. Começou por ser um pequeno programa de mobilidade para estudantes do ensino superior em 1987, com apenas 3 200 estudantes no seu primeiro ano. Presentemente, é um dos programas mais bem-sucedidos da UE, com uma marca bem conhecida que projeta uma imagem positiva da União muito para lá das suas fronteiras.

Trinta anos após o seu lançamento no domínio do ensino superior, o programa Erasmus+ expandiu-se para outros domínios, como as escolas do ensino básico, o ensino e formação profissional, a educação de adultos, a juventude e o desporto.

Em 2017, a campanha «De Erasmus para Erasmus+» celebrou o 30.º aniversário do programa Erasmus+ dentro e fora da UE. Mais de 750 000 pessoas participaram em cerca de 1 900 eventos em 44 países para assinalar e debater o impacto das atividades apoiadas pelo Erasmus e debater o seu futuro. Este programa é sucessivamente apontado pelos cidadãos como um dos três resultados mais positivos da integração europeia.

Em junho de 2017, foi lançada a nova aplicação móvel «Erasmus+ Mobile App» para ajudar estudantes, incluindo os participantes em intercâmbios com países terceiros fora da Europa, estagiários e pessoas envolvidas em intercâmbios de jovens a prepararem-se melhor para a sua mobilidade. A referida aplicação permite acompanhar facilmente os seus progressos nas diferentes etapas antes, durante e depois da sua experiência no estrangeiro. Desde o seu lançamento, a aplicação foi já descarregada mais de 27 000 vezes. A recente avaliação intercalar do Erasmus+ (2018)²³ revelou que o programa está no bom caminho para alcançar os seus objetivos, nomeadamente com mais de 1,8 milhões de pessoas a participar em atividades de mobilidade e mais de 240 000 organizações envolvidas em projetos de cooperação até à data. Os beneficiários do programa apresentam taxas de satisfação superiores a 90 %. O programa promove a vontade de trabalhar ou estudar no estrangeiro e o desenvolvimento de competências em línguas estrangeiras, incentiva um comportamento cívico positivo e estimula o sentimento de pertença «europeu» (mais 19 % em comparação com os não participantes).

O Erasmus+ tem um efeito positivo na aquisição de aptidões e competências, aumentando assim a empregabilidade e o empreendedorismo e abreviando a transição do ensino para o mercado de trabalho (13 % mais rápida em relação às pessoas).

que não participaram no programa Erasmus+ nem nos programas antecessores). Tendo em conta os resultados obtidos, a avaliação frisou o incontestável valor acrescentado europeu do Erasmus+. Tal decorre do volume elevado e do âmbito alargado das atividades financiadas, juntamente com o acesso equitativo à mobilidade para fins de aprendizagem, melhores práticas integradas, maior integração da UE e uma clara dimensão internacional. Outros regimes de financiamento de medidas semelhantes a nível nacional continuam a ser significativamente inferiores, tanto em termos de volume como de âmbito de aplicação. É pouco provável que consigam substituir o financiamento do Erasmus+.

A avaliação assinalou também que há potencial para introduzir medidas mais bem direcionadas destinadas a maximizar a relevância das atividades Jean Monnet, a coerência no domínio do desporto e o valor acrescentado do programa no setor da educação de adultos. Concluiu que a participação no setor da educação de adultos é altamente fragmentada, devido à diversidade do setor; no domínio do desporto, os recursos não devem ser excessivamente dispersos, de modo a alcançar resultados significativos. No que respeita às atividades Jean Monnet, há que reforçar a sensibilização e a compreensão da integração europeia junto das gerações mais jovens (nomeadamente dos alunos do ensino básico).

O Corpo Europeu de Solidariedade oferece aos jovens entre os 18 e 30 anos de idade a oportunidade de participarem num vasto conjunto de atividades solidárias em toda a UE, tendo em vista a participação de 100 000 jovens nas suas atividades até ao final de 2020. No futuro, para além de ofertas de voluntariado, estágios e empregos, o Corpo Europeu de Solidariedade dará também aos participantes a possibilidade de lançarem projetos de solidariedade próprios ou de se empenharem em atividades de voluntariado no âmbito de um grupo.



Aaron, dos Países Baixos, está destacado em Berlim, onde é voluntário numa escola e centro de dia para ensinar e criar projetos de **teatro com refugiados sírios**, a fim de ajudar à sua integração na sociedade.



Denisa, da Roménia, e Andrew, da Irlanda, foram destacados para Roterdão, onde **organizam atividades para jovens de grupos desfavorecidos**, nomeadamente atividades culturais, jogos e atividades desportivas para crianças com necessidades especiais.



Theodoros, da Grécia, é voluntário em Estugarda, onde contribui para **melhorar as oportunidades dos jovens** da região do Danúbio para encontrarem um posto de trabalho adequado às suas competências e formação académica.

O voluntariado apoiado pelo programa Erasmus+, juntamente com outros oito programas e instrumentos da UE, contribuiu para a criação de mais oportunidades para os jovens no âmbito do **Corpo Europeu de Solidariedade**. No primeiro ano após o seu lançamento, contou com a adesão de mais de 42 000 jovens de todos os Estados-Membros. Até ao final de 2017, um ano desde a entrada em funcionamento da ferramenta de inscrição em linha, foram oferecidas aos jovens mais de 2 500 colocações²⁴. Em agosto de 2017, 16 voluntários do Corpo Europeu de Solidariedade chegaram a Núrsia, Itália, uma das cidades duramente atingidas por vários sismos graves entre agosto de 2016 e janeiro de 2017, onde ajudam nos esforços de reparação dos danos e reconstrução de serviços sociais para a comunidade local. No total, até 2020, terão sido mobilizados 230 voluntários nas regiões de Itália atingidas pelos sismos.

Programa para a Competitividade das Empresas e pequenas e médias empresas (COSME)

O Programa para a Competitividade das Empresas e pequenas e médias empresas é um programa diversificado, englobando um vasto número de ações de apoio às pequenas e médias empresas, através de subvenções e instrumentos financeiros. O programa tem quatro objetivos específicos: o acesso das PME ao financiamento, o acesso aos mercados, a promoção de um ambiente empresarial favorável e da competitividade e a promoção do empreendedorismo.

Os instrumentos financeiros utilizados no âmbito do Programa para a Competitividade das Empresas e pequenas e médias empresas satisfizeram os interesses dos intermediários financeiros nos países da UE e nos países terceiros participantes no programa, em especial no mecanismo de garantia de empréstimos. No final de 2017, o Fundo Europeu de Investimento assinou 87 acordos de garantia de empréstimos, num valor total de 859 milhões de EUR, dos quais 72 apoiados pelo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos. Ao abrigo destes acordos, mais de 275 000 pequenas e médias empresas receberam já mais de 12,8 mil milhões de EUR de financiamento até ao final de dezembro de 2017. O regime de financiamento do programa tem um elevado efeito de alavanca, transformando 1 euro do orçamento da UE em 30 euros de financiamento para pequenas e médias empresas.

A celebração dos acordos para o mecanismo de capital próprio para o crescimento foi mais demorada, porquanto os capitais próprios implicam diligências e processos de angariação de fundos mais complexos. No final de 2017, o Fundo Europeu de Investimento investiu, através do mecanismo de capital próprio para o crescimento, em doze fundos, que canalizaram um investimento de cerca de 157 milhões de EUR para pequenas e médias empresas em fase de expansão e crescimento.

Dois terços (365 milhões de EUR) do objetivo do programa do acesso aos mercados destinam-se à **rede europeia de empresas (Enterprise Europe Network)**, a maior rede mundial de centros de serviços às empresas. Estes disponibilizam um amplo apoio à internacionalização e à gestão da inovação, bem como serviços de aconselhamento e parceria às pequenas e médias empresas que pretendam exportar para fora dos seus países, tanto no mercado único da UE como fora da Europa. Os serviços vão desde informações sobre questões da UE, visitas a empresas e campanhas de sensibilização, a consultoria especializada, missões

empresariais e eventos de estabelecimento de parcerias e mediação tecnológica.

Os dados sobre os beneficiários de 2017 ainda não se encontram disponíveis devido à duração de dois anos das subvenções. No entanto, cerca de 254 000 pequenas e médias empresas foram apoiadas em 2016, prevendo-se um número de beneficiários semelhante para 2017. Cerca de 3 000 funcionários da rede participaram ativamente em eventos locais e prestaram serviços de consultoria especializados a 70 000 pequenas e médias empresas em matérias como o acesso ao financiamento, direitos de propriedade intelectual, negócios e tecnologia e eficiência na utilização dos recursos. Cerca de 25 000 participaram em eventos para o estabelecimento de parcerias.

Graças aos seus serviços de parceria, desde a sua renovação, em 2015, a rede europeia de empresas alcançou 8 620 acordos de parceria entre pequenas e médias empresas.

Em 2017, a rede alargou os seus serviços de consultoria com consultores especializados em expansão de empresas, a fim de ajudar as PME jovens e inovadoras a desenvolver as suas atividades fora do país de origem. Os dados do relatório final sobre o período operacional de 2017-2018 deverão ser apresentados em março de 2019.

Em 2017, o **Erasmus para jovens empresários** atingiu já 5 800 intercâmbios entre novos empresários e empresários experientes desde o início do programa. Atualmente, o programa Erasmus para jovens empresários é executado através de uma rede de 175 organizações intermediárias locais em 33 países (dos 38 participantes).

Os resultados preliminares da avaliação intercalar²⁵ do Programa para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas indicam que o conceito geral do programa revelou ser um êxito em termos de resposta às necessidades dos empresários no mercado europeu.

Os novos empresários que nele participaram entre 2014 e 2016 criaram, até à data, 241 novas empresas e mais de 1 000 novos postos de trabalho. De igual modo, os empresários de acolhimento confirmaram os efeitos positivos associados à criação, pela sua parte, de mais de 1 000 novos postos de trabalho.

58 % dos empresários experientes participantes no programa COSME constataram um aumento do volume de negócios e um crescimento do emprego de 41 %.

As conclusões preliminares da avaliação intercalar indicam que o Programa para a Competitividade das Empresas e pequenas e médias Empresas (COSME) permite gerar economias de escala em domínios como o apoio às pequenas e médias empresas no estrangeiro ou a aplicação dos direitos de propriedade intelectual, mediante a concentração dos esforços nacionais e a criação de serviços que careceriam de massa crítica se fossem prestados a

Mecanismo Interligar a Europa

O Mecanismo Interligar a Europa constitui um instrumento de financiamento fundamental da UE que apoia investimentos em infraestruturas para o desenvolvimento de redes transeuropeias de elevado desempenho, sustentáveis e eficientemente interligadas nos domínios dos transportes, da energia e dos serviços digitais. O programa centra-se em projetos da UE destinados a financiar troços transfronteiriços e a eliminar estrangulamentos nos transportes, a pôr termo ao isolamento energético e a aumentar a segurança do abastecimento energético, através de soluções ao nível da UE nas infraestruturas de serviços digitais que possam trazer benefícios para todos os europeus.

A extensão da rede principal e dos corredores para os países vizinhos reforça a conectividade e contribui para tornar a UE mais forte na cena mundial. Com base na análise em curso da terceira versão dos planos de trabalho dos corredores da rede principal, o investimento necessário para desenvolver os nove corredores da rede principal até 2030 poderá gerar cerca de 4,5 biliões de EUR de PIB acumulado durante o período em causa. Tal corresponderia a um acréscimo do PIB de 1,8 % em 2030 comparativamente a 2015. O número de empregos por ano criados pela execução dos nove corredores da rede principal poderá atingir cerca de 13 milhões de postos de trabalho²⁶.

Em 2017, foram concluídos troços importantes, como as ligações ferroviárias entre Berlim e Munique, ou entre Paris e Bordéus, ambas abertas ao público. Foram precisos muitos anos para concluir os dois projetos, que constituem troços essenciais dos corredores da rede principal.

nível nacional. As conclusões indicam ainda que o programa proporciona valor acrescentado europeu, por exemplo, através da rede europeia de empresas, que apoia as empresas europeias na expansão dos seus mercados fora da UE.

No entanto, 20 % do orçamento dispersa-se por um grande número de ações de dimensão relativamente reduzida. Sem pôr em causa a utilidade de ações-piloto flexíveis que, pela sua própria natureza, são de pequena escala, esta fragmentação influi de forma negativa no potencial da relação custo-eficácia destas ações e pode dificultar a direção e coordenação estratégicas do programa.

Os projetos selecionados para financiamento no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa em 2017 foram os seguintes:

No setor dos transportes: a modernização do troço ferroviário Białystok-Elk, com mais de 100 km, no nordeste da Polónia, no âmbito da modernização do projeto «Rail-Baltica»; a modernização dos sistemas de gestão do tráfego aéreo em todos os Estados-Membros da UE; a expansão total do túnel rodoviário de Karawanken, entre a Eslovénia e a Áustria; o desenvolvimento de uma rede de alta velocidade de carregamento de veículos elétricos através da Suécia, Dinamarca, Alemanha, França, Reino Unido e Itália.

No setor da energia: a linha de eletricidade «Litpol Link». Este projeto ligou pela primeira vez as redes dos países bálticos às redes da Europa Ocidental (ligação entre a Lituânia e a Polónia), pondo termo ao isolamento energético dos países bálticos.

No setor digital, 16 Estados-Membros utilizam a plataforma de serviços de base de saúde em linha, que veio facilitar a segurança e a continuidade dos cuidados de saúde prestados aos doentes no contexto transfronteiriço.

O primeiro convite misto à apresentação de propostas foi lançado em 2017, no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa - Transportes, destinado a combinar as subvenções do Mecanismo Interligar a Europa com o financiamento proveniente do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, bem como dos bancos de fomento nacionais ou de investidores do setor privado. O objetivo consiste em apoiar projetos economicamente viáveis com recurso ao

financiamento privado através de uma subvenção da UE destinada a colmatar o défice de financiamento. Na primeira fase do convite misto de 2017, a maior parcela do financiamento foi consagrada ao desenvolvimento da rede ferroviária europeia (719,5 milhões de EUR), à descarbonização e modernização dos transportes rodoviários (99,6 milhões de EUR) e ao desenvolvimento dos portos marítimos (78,9 milhões de EUR) e das vias navegáveis interiores (44,7 milhões de EUR).

Os projetos ao abrigo do convite misto de 2017 incluem iniciativas como o aumento da velocidade transfronteiriça da linha ferroviária de acesso ao túnel de Fehmarnbelt, entre a Dinamarca e a Alemanha; a ampliação e modernização da linha ferroviária Divača-Koper na Eslovénia, com vista a melhorar a sua capacidade, segurança e fiabilidade; a adaptação da mais importante via de navegação interior belga, o canal Albert, para o transporte de mercadorias de maiores dimensões; o aumento da capacidade do porto de Gdansk, na Polónia. No domínio da inovação e dos combustíveis alternativos, foram selecionados vários projetos que reuniam vários Estados-Membros, com o objetivo de implantar redes de carregamento ultrarrápido de veículos elétricos.

A avaliação intercalar²⁷ do Mecanismo Interligar a Europa considerou que as necessidades de investimento no desenvolvimento de infraestruturas

continuam a ser elevadas e que persistem falhas de mercado, designadamente em projetos transfronteiriços com custos a nível local ou nacional, mas cujos benefícios são obtidos à escala europeia, ou nos casos de distribuição assimétrica dos custos e benefícios em projetos envolvendo vários Estados-Membros. Assim, o programa continua a ser relevante e bastante eficaz, apesar de muitos projetos a longo prazo ainda não estarem concluídos.

Nos transportes, 86 % dos fundos atualmente afetados respeitam a infraestruturas de transportes transfronteiriças, centradas sobretudo no desenvolvimento da rede principal e dos nove corredores a concluir até 2030. No setor da energia, o Mecanismo Interligar a Europa contribui para reforçar a interconectividade, visando pôr termo ao isolamento energético e concluir o mercado interno da energia. No setor digital, considerou-se que o programa contribui para a implantação de infraestruturas de serviços digitais que permitem que as administrações públicas, os cidadãos e as empresas beneficiem de serviços em linha transfronteiriços. No entanto, continua a ser necessária sensibilização para explorar o seu potencial na plenitude. O Mecanismo Interligar a Europa continuou a utilizar e desenvolver instrumentos financeiros inovadores, mas a avaliação salientou que a aplicação destes instrumentos tem sido limitada, em parte devido às novas possibilidades oferecidas pelo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos

Espaço

A economia e a sociedade da UE dependem cada vez mais de aplicações e serviços espaciais, cuja potencial perturbação seria, provavelmente, muito dispendiosa em termos de receitas das empresas e, mais importante ainda, de segurança humana²⁸.

O Copernicus é o Programa da UE de Observação da Terra e, enquanto tal, constitui um dos maiores fornecedores de dados a nível mundial, proporcionando um valor acrescentado considerável, em especial quando comparado com o que seria possível conseguir a nível nacional. Tendo por base um sistema de satélites e de sensores (estações terrestres, sensores aéreos, sensores marítimos), o programa Copernicus fornece informações fiáveis e atualizadas através de serviços que incidem sobre seis domínios temáticos: meio terrestre, meio marinho, atmosfera, alterações climáticas, gestão de situações de emergência e segurança. Estas informações apoiam várias políticas e aplicações da UE, em domínios que vão da proteção do ambiente

até ao ordenamento local e regional, à agricultura, ao desenvolvimento sustentável e à vigilância das fronteiras.

O Galileo e o Sistema Europeu Complementar Geostacionário de Navegação são os programas de navegação por satélite da UE. Conjuntamente, estes programas fornecem sinais de posicionamento e cronometria utilizados em domínios económicos críticos como as redes de telefonia móvel, os sistemas de navegação integrados nos automóveis e os sistemas de alta precisão para a aterragem de aeronaves.

O serviço de gestão de emergências Copernicus foi ativado mais de 80 vezes em 2017 para auxiliar os intervenientes da proteção civil e da ajuda humanitária em atividades de emergência. As catástrofes abrangidas foram as seguintes: as tempestades e inundações na Europa, os incêndios florestais em Espanha, Portugal e Grécia, o furacão Ofélia na Irlanda, os ventos fortes na Polónia e, a nível internacional, os sismos no México e no Iraque e os furacões Harvey e Irma nos EUA e nas Caraíbas.

Existem 22 satélites Galileo em órbita, dos quais 18 estão operacionais e 4, lançados em dezembro de 2017, em fase de testes. Também em 2017, registou-se um aumento da penetração no mercado, com a venda de cerca de 75 milhões de telefones inteligentes compatíveis com o Galileo. Por exemplo, os dispositivos produzidos pela Apple, pela Samsung e pela Sony incluem circuitos integrados compatíveis com o Galileo.

Segundo a avaliação intercalar concluída em 2017²⁹, o Copernicus está no bom caminho e a cumprir os seus objetivos, embora nem todos de igual forma. Os dados fornecidos têm um bom nível de qualidade e fiabilidade, o que, juntamente com a adoção da política de dados livres, constitui um dos trunfos do programa. Contudo, a avaliação revelou também a necessidade de melhorar a distribuição e o acesso aos dados e de reforçar a integração dos dados espaciais com as outras fontes de dados e outros domínios de intervenção e setores económicos, de modo a alcançar uma maior adesão por parte dos utilizadores.

Tal como indica a avaliação intercalar³⁰, o Galileo e o Sistema Europeu Complementar Geoestacionário de Navegação progredem a bom ritmo na realização dos seus objetivos. No final de 2016, mais de 250 aeroportos de 20 países aplicavam os procedimentos de aproximação e aterragem do Sistema Europeu Complementar Geoestacionário de Navegação³¹.

A partir de 2018, todos os novos modelos de automóveis vendidos na União Europeia dependerão do Sistema Europeu Complementar Geoestacionário de Navegação e do Galileo para calcular a posição das chamadas de emergência em caso de acidente³².

A avaliação identificou também alguns problemas de ineficiência relacionados com a estrutura de governação. Por exemplo, a baixa reatividade do processo de decisão, devido ao número de intervenientes envolvidos, mas também à diferente estrutura de governação entre as modalidades de implantação, exploração e trabalho entre a Agência

do GNSS Europeu e a Agência Espacial Europeia. A governação da segurança foi igualmente apontada como uma fonte de ineficiência: o lançamento dos primeiros serviços e a transição da fase de implantação para a de exploração colocou desafios que carecem de uma resposta adequada para manter e melhorar o nível de segurança apropriado.

Estes projetos desempenharam também um papel importante na crise dos refugiados. Por exemplo, o Copernicus, o Programa da UE de Observação da Terra, disponibilizou imagens para ajudar a monitorizar os portos e praias assinalados como pontos de partida das embarcações com migrantes durante 2015 e 2016. O serviço de busca e salvamento do sistema Galileo reduz drasticamente o tempo de deteção dos sinais de emergência emitidos por radiobalizas de perigo de três horas para apenas dez minutos, melhorando de forma considerável a precisão da localização.

Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)

O Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER) visa demonstrar a viabilidade e a sustentabilidade da fusão como fonte de energia, através da construção e exploração de um reator de fusão experimental, um passo importante para a demonstração da fusão como fonte de energia sustentável. Devido às suas importantes vantagens, como a disponibilidade de grandes reservas de combustível e a ausência de emissões de CO₂, a fusão poderia dar um contributo significativo para a realização da estratégia a longo prazo da UE de descarbonização do sistema energético, de forma segura e eficiente. Trata-se de um projeto único de cooperação científica a longo prazo acordado a nível internacional por sete parceiros (UE, Estados Unidos, Rússia, Japão, China, Coreia do Sul e Índia). O reator experimental em construção tem por objetivo provar a viabilidade da fusão como fonte de energia sustentável.

Uma vez que o projeto envolve a construção de mais de dez milhões de componentes, foram celebradas centenas de contratos com a indústria e as instituições de investigação europeias. Em dezembro de 2017, ficaram concluídas 50 % das obras necessárias para a primeira fase operacional do ITER³³.

O ITER necessita de ímanes para assegurar a estabilidade do plasma. Em 2017, foi apresentado³⁴ o íman supercondutor mais sofisticado da história, em construção na Europa.

Este íman tem 14 metros de altura e 9 metros de largura e pesa 110 toneladas. Trata-se da primeira de 18 bobinas de campo toroidal que irão funcionar no ITER. Estas bobinas criarão um poderoso invólucro magnético para reter o combustível de fusão, que deverá atingir 150 milhões de graus Celsius. As bobinas de campo toroidal do ITER gerarão um campo magnético cerca de um milhão de vezes mais forte do que o campo magnético da Terra. A Europa fabricará nove bobinas, mais uma sobressalente. As restantes nove serão fabricadas no Japão. A produção destes ímanes envolverá pelo menos 600 pessoas de 26 empresas.

Foram desenvolvidos produtos pioneiros que conferem vantagem às empresas europeias em

termos de inovação e competitividade, assim como oportunidades de desenvolvimento de conhecimentos, saber-fazer e eventuais tecnologias e produtos derivados. Em 30 de setembro de 2017, tinham sido assinados 601 contratos operacionais e 322 subvenções, no montante total de 3,97 mil milhões de EUR (valor de 2008).

A Europa está igualmente a trabalhar na construção de parte do invólucro magnético que albergará a reação de fusão (a câmara de vácuo). Foi também construída na Europa uma instalação de ensaio específica para testar os sistemas de aquecimento que serão necessários no ITER³⁵.

1.2. Coesão económica, social e territorial (rubrica orçamental 1B)³⁶

Foram afetados 54 mil milhões de EUR aos programas abrangidos pela rubrica 1B para 2017, o que representa 34 % da totalidade do orçamento da UE de 2017. A rubrica 1B consiste em seis programas de despesa diferentes. Abrange o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de

Coesão, o Fundo Social Europeu³⁷, incluindo a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (dotação complementar específica) e o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas. Todos estes programas são executados em regime de gestão partilhada.

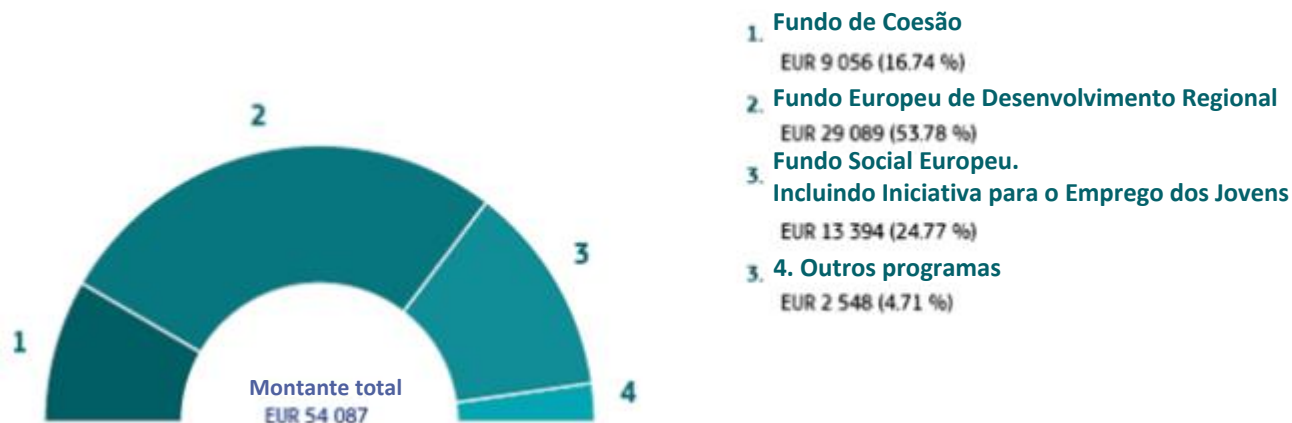


Gráfico: Principais programas financiados em 2017 ao abrigo da rubrica 1B. A categoria «Outros programas» inclui a contribuição para o Mecanismo Interligar a Europa, o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas, as regiões ultraperiféricas e escassamente povoadas, a assistência técnica, os projetos-piloto e as ações preparatórias. Todos os valores são expressos em milhões de EUR.

Apoio às prioridades da Comissão Europeia

As intervenções da política de coesão contribuem para a consecução de várias prioridades da Comissão Juncker, nomeadamente as de «Emprego, crescimento e investimento». A política de coesão é o principal instrumento de investimento da UE para a realização dos objetivos da estratégia Europa 2020, apoiando o crescimento e a criação de emprego ao nível da UE e as reformas estruturais a nível nacional. Tornou-se uma parte essencial da governação económica da Europa e contribui de forma decisiva para todos os elementos do triângulo virtuoso do investimento, das reformas estruturais e das finanças públicas responsáveis. As condicionalidades ex ante contribuíram para a criação de condições estruturais e legislativas favoráveis a investimentos sólidos com efeitos induzidos positivos para além do âmbito exclusivo da política de coesão. A política de coesão é um meio cada vez mais importante para combater os efeitos da crise económica a curto prazo e reforçar o potencial de desenvolvimento endógeno das regiões a médio prazo. Além das condicionalidades macroeconómicas da política de coesão, que criam um estímulo acrescido para políticas macroeconómicas sólidas, o regulamento que rege a política de coesão prevê a reprogramação ao critério da Comissão caso sejam formuladas recomendações específicas por país (REP) pertinentes para novos investimentos durante o exercício anual. A política de coesão contribui para o Plano de Investimento para a Europa e complementa o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, fazendo-o de várias formas: mobilizando o investimento público e privado, apoiando as reformas estruturais e melhorando o acesso ao financiamento. O financiamento está a ser estrategicamente investido na investigação e inovação e no apoio às pequenas empresas e às tecnologias digitais, contribuindo assim para a consecução dos objetivos de crescimento inteligente da UE.

Contribui também para o «Mercado Único Digital» e a «União da Energia e ação climática». Graças ao maior orçamento da UE já atribuído aos investimentos nos domínios da energia, do ambiente, do clima e dos transportes sustentáveis, verifica-se uma contribuição significativa para encaminhar a Europa no sentido de uma economia hipocarbónica.

A política de coesão contribui igualmente para o desenvolvimento do mercado interno e para diversas ações relacionadas com a resposta à crise dos refugiados e a política de migração e várias questões sociais, como a atenuação dos efeitos da pobreza e da exclusão social nas pessoas que se encontram em situações de privação material severa e o apoio ao emprego (dos jovens).

O **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** e o **Fundo de Coesão** visam reforçar a coesão económica e social na UE através da redução das disparidades entre as suas regiões e do apoio à plena integração das regiões menos desenvolvidas no mercado interno da UE. O **Fundo Social Europeu** é o principal instrumento da UE para apoiar o emprego, ajudar as pessoas a obterem melhores empregos, garantir oportunidades de trabalho mais equitativas para todos os cidadãos e apoiar o aperfeiçoamento e a reconversão profissionais. O **Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas** apoia as ações dos países da UE destinadas a prestar assistência às pessoas mais carenciadas, nomeadamente com alimentos, vestuário e medidas de inclusão social para ajudar as pessoas a saírem da pobreza.

A política de coesão é a principal política de investimento da UE. Destina-se a todas as regiões e cidades da UE, de modo a apoiar a criação de postos de trabalho, a competitividade das empresas, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável, e a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O quadro regulamentar da política de coesão para o período de 2014-2020 foi adotado cerca de seis meses mais tarde em relação ao quadro financeiro plurianual para o período de 2007-2013. Esta adoção tardia dos atos jurídicos, aliada aos novos requisitos destinados a melhorar o desempenho da política e a qualidade da sua execução (por exemplo, as

condicionalidades *ex ante*, a designação das autoridades responsáveis pela gestão dos programas), fez atrasar o início da execução dos programas do período de 2014-2020.

Não obstante, olhando para os primeiros anos dos programas do período de 2014-2020, os primeiros resultados estão a tomar forma.

Embora com um início mais lento do que no período de 2007-2013, a taxa de seleção de projetos no atual período de programação encontra-se agora em recuperação. Até janeiro de 2018, foram selecionados em toda a Europa 673 800 projetos para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão, do Fundo Social Europeu e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens, no valor de 260 mil milhões de EUR ou 54 % do total do financiamento disponível para o período em causa. Este nível de seleção de projetos durante o período de 2014-2016 é comparável aos primeiros anos do período de 2007-2013³⁸, sendo razoável prever que, doravante, as taxas de execução sejam muito semelhantes às registadas no período anterior. Até ao final de 2017, foram concluídos 99 % dos planos de ação para as condicionalidades *ex ante* respeitantes ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estas condicionalidades visavam incentivar os Estados-Membros a proceder a mudanças estruturais e reformas políticas, incluindo as associadas às recomendações específicas por país pertinentes³⁹.

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão

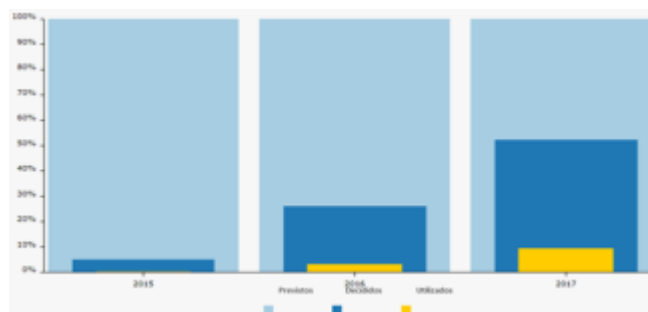


Gráfico: Progressos na execução (custo total) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Período coberto até 31.12.2017.

Fonte: <https://cohesiondata.ec.europa.eu/funds/erdf>

As taxas de seleção de projetos aumentaram significativamente, atingindo, no final de 2017, os

53 % no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com investimentos no montante de 147 mil milhões de EUR abrangendo 160 000 projetos (contra 72 mil milhões de EUR no final de 2016), e os 64,3 % no Fundo de Coesão, com investimentos no valor de 48 mil milhões de EUR abrangendo 8 600 projetos (contra 19,6 mil milhões de EUR no final de 2016). Estes números comparam favoravelmente com o mesmo intervalo do período de 2007-2013. Os dados no final de 2017 evidenciavam progressos mais homogêneos na maior parte dos Estados-Membros e dos temas.

Dada a natureza de longo prazo específica dos investimentos dos fundos, o nível de execução financeira (pagamentos da UE) nos primeiros anos do período de programação tende a ser baixo, como

se verificou no intervalo de 2014-2016, com um aumento posterior nos últimos anos da programação. Tal aplica-se sobretudo aos grandes projetos que, devido ao seu caráter de grandes investimentos em infraestruturas, têm normalmente um ciclo de vida longo e uma fase de arranque (planeamento, programação, autorizações) sem uma execução financeira significativa. No final de 2017, os pagamentos destinados aos programas situam-se nos 13 % no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e nos 18 % no Fundo de Coesão.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão apoiam o desenvolvimento do mercado único e, ao mesmo tempo, geram efeitos de contágio das regiões menos desenvolvidas para o resto da Europa, nomeadamente através do aumento da conectividade e dos fluxos comerciais. Estima-se que o impacto positivo líquido médio dos programas do período de 2007-2013 nos países não abrangidos pela política de coesão seja de 0,12 % do produto interno bruto até 2023.⁴⁰

No tocante aos resultados obtidos pelos programas comunicados pelos Estados-Membros até ao final de 2016, os projetos executados no âmbito do Fundo de Coesão e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional já permitiram:

- apoiar 84 579 empresas, das quais mais de 36 000 apoiadas por instrumentos financeiros;
- mobilizar mais de 593 milhões de EUR de investimento privado, igualando o apoio público prestado às empresas (com e sem subvenções);
- criar 10 300 postos de trabalho e empregar 636 novos investigadores;
- melhorar a classificação do consumo energético de 41 800 agregados familiares e reduzir o consumo de energia primária anual dos edifícios públicos em 14,9 milhões de kW/h por ano;
- melhorar os serviços de saúde prestados a 2,7 milhões de pessoas; ter mais 156 000 pessoas servidas por um melhor abastecimento de água e mais 73 000 pessoas servidas por um melhor tratamento de águas residuais;
- construir 54 km de novas rodovias da rede transeuropeia de transportes (RTE-T), reconstruir ou modernizar 217 km de rodovias e reconstruir ou modernizar 92 km de ferrovias.

Dados recentes⁴¹ mostram que, no período de 2015-2017, os fundos estruturais representaram uma percentagem superior a 40 % do investimento público num número significativo de Estados-Membros.

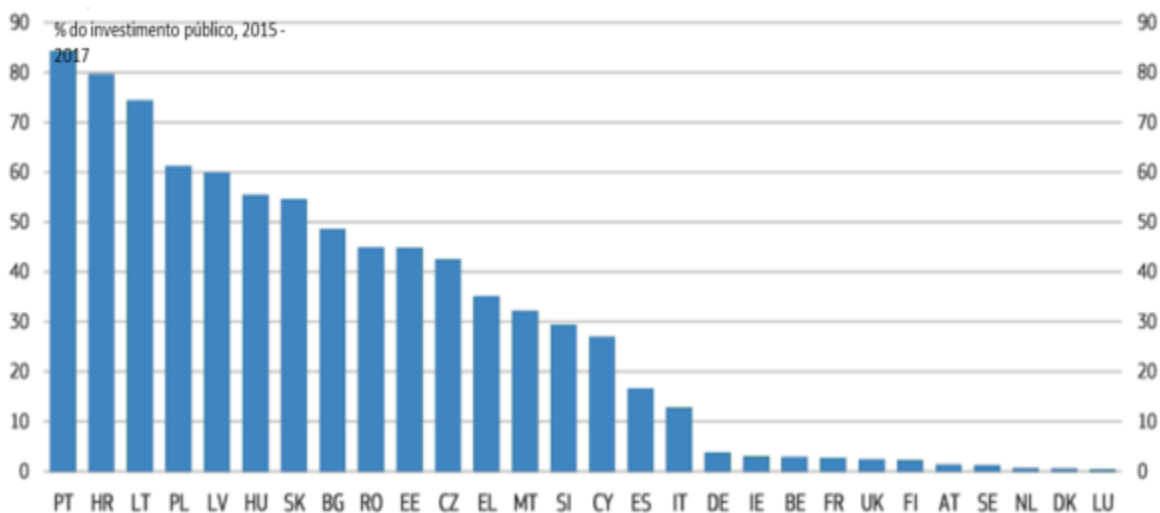


Gráfico: Financiamento da política de coesão como percentagem estimada do investimento público, 2015-2017. Fonte: Eurostat, DG Regio http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion777cr.pdf

No que se refere, em especial, ao emprego, crescimento e investimento, os projetos selecionados até ao final de 2016 têm por objetivo criar 155 600 postos de trabalho diretos em resultado do apoio às pequenas e médias empresas.

Até ao final de 2017, os projetos selecionados para financiamento pelo Fundo Europeu de

Desenvolvimento Regional apoiam mais de 450 000 pequenas e médias empresas. No âmbito destes projetos:

- mais de 200 000 destas empresas serão apoiadas com aconselhamento e consultoria (o que corresponde a 45 % do objetivo final);
- foram selecionadas para apoio mais de 70 000 empresas em fase de arranque (46 % do

objetivo), tendo os projetos já concluídos beneficiado mais de 16 800;

- serão mobilizados mais de 9,5 mil milhões de EUR de investimento privado através dos projetos selecionados até ao final de 2016, igualando o apoio público às empresas (com e sem subvenções), tendo já sido atingidos 0,6 mil milhões de EUR.

De igual modo, até ao final de 2017, foi concedido apoio a cerca de 30 700 projetos de investigação e inovação, o que assegura um nível significativo de investimento neste domínio e influencia de forma positiva as despesas internas brutas da UE em investigação e desenvolvimento.

Nos domínios da **educação** (mais de 16 500 investimentos em infraestruturas) e da inclusão social, um vasto conjunto de intervenções teve também o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, o que contribuiu para a realização dos objetivos prioritários conexos.

A contribuição para o **mercado único digital**, através dos programas do período de 2014-2020, está também a ganhar ímpeto. Até ao final de 2017, foram selecionados cerca de 5 500 projetos para apoiar a realização de um mercado único digital em rede, o que corresponde a um investimento total de 9,1 mil milhões de EUR (combinando o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional com o cofinanciamento a nível nacional).

Prevêem-se igualmente realizações notáveis no domínio da **eficiência energética e das energias renováveis**, correspondendo os projetos selecionados até ao final de 2016 a uma capacidade adicional de produção de energia renovável superior a 2 000 MW e a uma redução das emissões de gases com efeito de estufa superior a 3 milhões de toneladas de equivalentes CO₂, contribuindo assim para a realização dos objetivos no domínio das alterações climáticas.

Até ao final de 2016, estima-se que cerca de mais um milhão de agregados familiares esteja coberto pelo acesso à banda larga, o que ajuda a criar as condições adequadas para o desenvolvimento das redes e serviços digitais, dando aos consumidores e às empresas um melhor acesso aos bens e serviços digitais em toda a Europa, em especial nas zonas rurais.

Graças aos mais de 3 500 projetos já selecionados e executados no domínio da inclusão social, a política de coesão contribuiu também de forma ativa para os esforços enviados pela Comissão no sentido de efetivar a **integração dos migrantes**, com investimentos em infraestruturas sociais, de saúde, de educação, de habitação e de apoio à infância. A

fim de dar maior proeminência e aumentar a incidência dos investimentos no apoio aos migrantes e refugiados, foi proposta uma nova prioridade de investimento para o efeito no regulamento relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Prevê-se que os dados da avaliação dos Estados-Membros sobre o impacto e as realizações do período de programação de 2014-2020 comecem a ser enviados em 2018, dado que, até à data, na maioria dos casos, apenas estão disponíveis dados sobre os progressos dos programas. A partir de 2018, os projetos estarão numa fase mais avançada e será possível avaliar os primeiros resultados.

Fundo Social Europeu e Iniciativa para o Emprego dos Jovens

O Fundo Social Europeu é o principal instrumento financeiro da UE de apoio às reformas estruturais nos domínios do emprego, da educação e da formação, tendo uma ligação direta às prioridades e aos objetivos prioritários da estratégia Europa 2020 em matéria de emprego, educação e luta contra a pobreza. Contribui para a promoção da coesão económica e social e da inclusão social na UE, e constitui um instrumento de solidariedade financeira e integração económica.

Um amplo leque de dados demonstra o valor acrescentado da UE das políticas apoiadas pelo Fundo Social Europeu, que não seriam aplicadas, ou sê-lo-iam a uma escala bastante inferior, sem o investimento da UE. Ao mesmo tempo, através do financiamento europeu, os Estados-Membros investem em domínios e grupos-alvo (ou prosseguem reformas) que não considerariam prioritários, mesmo que houvesse fundos nacionais disponíveis. Assim sendo, o Fundo Social Europeu funciona como um instrumento importante para apoiar os esforços de reformas envidados por muitos Estados-Membros em domínios de importância fundamental para a economia europeia, em sintonia com as recomendações emitidas no âmbito do Semestre Europeu, nomeadamente: reformas nas políticas relativas ao mercado de trabalho, no desemprego dos jovens, na modernização do ensino e formação profissional, nos sistemas de proteção social e reformas administrativas.

Apesar das importantes disparidades entre os Estados-Membros e os programas, o ano de 2017 marcou uma forte aceleração na execução de todos os programas operacionais. O relatório estratégico de 2017⁴² sublinha que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento proporcionam um quadro de investimento a longo prazo estável aos Estados-Membros e às suas regiões.

Ao longo de 2017, foram pagos quase 11 mil milhões de EUR aos programas do Fundo Social Europeu do período 2014-2020 (incluindo o pré-financiamento) e, no final de 2017, a taxa de absorção (pagamentos intermédios/dotação para o período de 2014-2020) era de 8,25 %. Apesar do baixo nível de despesas certificadas, a taxa média de seleção de projetos foi

A Comissão empreendeu também uma avaliação dos principais projetos apoiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelo Fundo de Coesão entre 2000 e 2013. Durante 2018, a Comissão levará também a cabo a revisão intercalar da iniciativa «Assistência Conjunta de Apoio a Projetos nas Regiões Europeias» (JASPERS).

superior a 42 %, o que revela que a execução no terreno decorre a bom ritmo, abrindo caminho a um forte contributo dos fundos estruturais para a consecução dos objetivos da estratégia Europa 2020 nestes domínios.

No que diz respeito à Iniciativa para o Emprego dos Jovens, a execução acelerou em 2017. No final de 2017, o custo total elegível das operações selecionadas para apoio rondava os 7 mil milhões de EUR e os beneficiários tinham declarado mais de 3,2 mil milhões de EUR. No âmbito da Iniciativa para o Emprego dos Jovens, a Comissão recebeu pedidos de pagamento dos Estados-Membros num montante próximo dos 2,7 mil milhões de EUR (incluindo pagamentos intermédios e o pré-financiamento inicial e anual).

Relativamente à execução do Fundo Social Europeu, a metodologia simplificada de determinação dos custos e o montante são definidos com antecedência, o que resulta numa redução da carga administrativa associada à documentação que é necessário conservar para efeitos de verificação de gestão. A despesa total que deverá ser coberta por custos unitários será, aproximadamente, de 9 mil milhões de EUR.

Embora a execução varie grandemente consoante os Estados-Membros e os programas operacionais, em termos agregados, a Iniciativa para o Emprego dos Jovens do Fundo Social Europeu alcançou, até ao final de 2016, os seguintes resultados:

7,8 milhões de participantes⁴³, incluindo 4,2 milhões de desempregados e 2,1 milhões de inativos; 1,6 milhões de participantes eram desempregados de longa duração;

Entre esses participantes, 787 000 encontraram emprego na sequência de uma intervenção do Fundo Social Europeu ou da Iniciativa para o Emprego dos Jovens. e 820 000 tinham adquirido qualificações depois de participarem na intervenção;

Graças ao apoio do Fundo Social Europeu, 276 000 participantes estavam a estudar ou a seguir uma formação;

458 000 pessoas desfavorecidas participantes, incluindo migrantes, procuravam ativamente emprego, estudavam, seguiam uma formação, tinham adquirido qualificações ou estavam a trabalhar, nomeadamente por conta própria.

Até setembro de 2017, os Estados-Membros tinham já declarado que **1,7 milhões de jovens tinham sido beneficiários da Iniciativa para o Emprego dos Jovens**.

Em Chipre e na Bulgária, 45 % dos participantes na Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) tinham encontrado emprego depois de participarem no programa. Em Itália, 35 % dos participantes que concluíram o programa estão atualmente empregados.

A maioria das avaliações realizadas pelos Estados-Membros, relativamente à Iniciativa para o Emprego dos Jovens, concluiu que, de um modo geral, as intervenções prestaram apoio aos destinatários que mais delas necessitavam, nomeadamente: os jovens desempregados de longa duração, inativos e desencorajados, esperando-se que essas

intervenções tivessem um impacto positivo significativo. Os melhores resultados foram obtidos nas intervenções em que houve cooperação entre os parceiros e partes interessadas dos projetos, tais como os serviços públicos de emprego, as escolas e os municípios. Um dos desafios específicos identificados foi a dificuldade de abordar as pessoas que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação, em especial as pertencentes aos grupos mais vulneráveis. Além disso, as pessoas que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação pareciam formar um grupo-alvo muito heterogéneo, sendo que cada grupo-alvo necessita de outra combinação de intervenções, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Além da Iniciativa para o Emprego dos Jovens, os Estados-Membros realizaram algumas avaliações do Fundo Social Europeu nos anos anteriores. Em geral, estas avaliações concluíram que existia um efeito positivo em termos de colocação e estabilidade do emprego.

Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas

A pobreza e a exclusão social constituem sérios obstáculos à concretização dos objetivos da estratégia Europa 2020. O Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas complementa os instrumentos de coesão existentes, prestando assistência às pessoas que se encontram demasiado afastadas do mercado de trabalho para beneficiarem das medidas de ativação do Fundo Social Europeu.

O ano de 2017 assistiu à execução e lançamento dos programas operacionais do fundo no terreno. Até ao final de 2017, as intervenções apoiadas pelo fundo estavam a obter resultados na esmagadora maioria dos Estados-Membros, tanto em termos de prestação de assistência material como de realização de atividades de inclusão social a favor das pessoas mais carenciadas. Os relatórios anuais de execução relativos a 2016 revelam progressos contínuos na execução dos programas.

Em 2016, estima-se que 15,3 milhões de pessoas beneficiaram de intervenções de ajuda alimentar, mais de 660 000 pessoas beneficiaram de assistência material básica e cerca de 23 000 pessoas participaram em atividades de inclusão social. Foram distribuídos mais de 377 000 toneladas de alimentos cofinanciados pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas.

A execução do fundo no terreno reflete-se também na execução financeira: até ao final de 2017, a Comissão efetuara pagamentos no montante de

1,02 mil milhões de EUR, dos quais 602,8 milhões de EUR sob a forma de pagamentos intermédios e 419,5 milhões de EUR sob a forma de pré-financiamento.

As realizações e resultados acima descritos indicam que os objetivos do fundo estão em vias de ser atingidos e que, apesar de dispor de um orçamento reduzido, este instrumento vem complementar os esforços envidados a nível nacional para erradicar a pobreza e promover a inclusão social. Além disso, é um instrumento essencial para responder a situações de pobreza extrema, bem como para constituir parcerias e redes, aumentar a sensibilização e permitir a partilha de conhecimentos entre operadores.

Os relatórios de execução de 2016 apontam para os seguintes resultados dos programas:

- estima-se que, em 2014-2016, se tenham registado 37,1 milhões de casos de participação em intervenções de ajuda alimentar, 0,7 milhões de casos de prestação de assistência material básica e cerca de 23 000 participações em atividades de inclusão social.
- Em termos acumulados, foram distribuídas quase 940 000 toneladas de alimentos até ao fim de 2016.
- Estima-se que 50 % dos beneficiários finais do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas são mulheres, perto de 30 % são crianças de idade igual ou inferior a 15 anos e

mais de 11 % são migrantes, participantes de origem estrangeira ou minorias, incluindo comunidades marginalizadas, como a comunidade cigana.

Os resultados preliminares da avaliação intercalar em curso do fundo mostram que existem claros efeitos de volume em vários Estados-Membros onde este instrumento preenche uma lacuna na cobertura nacional. Na Finlândia, Itália, Lituânia e Eslováquia, o fundo é a única fonte de ajuda alimentar. Mesmo nos Estados-Membros com canais estabelecidos para a prestação de ajuda alimentar, o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas constitui uma fonte de financiamento adicional e pode proporcionar produtos adicionais aos beneficiários finais (efeito de volume). Além disso, há provas de efeitos processuais na melhoria das parcerias entre organizações não governamentais e administrações centrais para a prestação de assistência alimentar e material.

A avaliação mostra também que o fundo é eficaz para atenuar a privação alimentar e contribuir para a inclusão social. As partes interessadas valorizam e sublinham a necessidade de preservar os aspetos específicos do fundo, tais como a flexibilidade e, de um modo geral, os requisitos administrativos menos exigentes do que os dos programas habituais do Fundo Social Europeu, bem como as redes estabelecidas e as modalidades operacionais. Os baixos limiares permitem a prestação de auxílio a pessoas distantes dos serviços sociais, tais como os sem-abrigo, os novos migrantes ou os migrantes sem documentos e os idosos em risco de pobreza. Além disso, facilita as respostas rápidas a necessidades emergentes e a situações de crise. Muita da carga administrativa decorre dos requisitos impostos ao nível dos Estados-Membros, tais como as definições restritivas de elegibilidade.

Outras conclusões de avaliações comuns aos programas da política de coesão

A Comissão realizou uma série de avaliações⁴⁴ e estudos⁴⁵ para analisar os resultados do período de 2007-2013 e as fases iniciais de programação e execução dos programas da política de coesão do período de 2014-2020. Os elementos recolhidos confirmam o importante contributo dos investimentos da política de coesão para gerar crescimento, emprego e investimento, bem como o seu impacto significativo no reforço da convergência socioeconómica, melhorando o ambiente e a coesão territorial nos Estados-Membros e regiões da UE.

A avaliação *ex post* da Comissão da política de coesão⁴⁶ durante o período de 2007-2013 demonstrou os efeitos contínuos a longo prazo da política de coesão. Indicou igualmente que todos os países e regiões da União Europeia beneficiam com a política de coesão, mesmo que sejam contribuintes líquidos, depois de somados os seus efeitos diretos e indiretos.

Os dados de acompanhamento finais do período de 2007-2013 comunicados pelos Estados-Membros ilustram os resultados da política de coesão em certos domínios de intervenção importantes.

No total, foram criados mais de 1,3 milhões de postos de trabalho com o financiamento do período de 2007-2013 e mais de 355 000 PME foram diretamente apoiadas pela política de coesão.

Os Estados-Membros deram conta de aumentos substanciais nos resultados obtidos no setor dos transportes:

foram construídos 6 500 km de novas rodovias, foram modernizados 41 000 km de rodovias, foram construídos 476 km de novas ferrovias e foram reconstruídos 7 500 km de ferrovias. Segundo os dados fornecidos, mais 15 milhões de pessoas passaram a ser servidas por um melhor abastecimento de água potável e mais 19,7 milhões de pessoas por melhores estações de tratamento de águas residuais. Graças ao financiamento da política de coesão, a população coberta por banda larga aumentou 20,5 milhões de pessoas durante o período de 2007-2013.

Todavia, são necessárias reformas em vários domínios. A política de coesão deu resposta à crise financeira, desempenhando um papel anticíclico com um efeito estabilizador, bem como a necessidades emergentes como a crise migratória, mas a sua capacidade de adaptação a novas circunstâncias e a novos desafios revelou-se limitada. Este facto atesta a necessidade de analisar o modo como a política de coesão poderá preparar-se e reagir melhor a evoluções, crises e mudanças sociais imprevistas.

Apesar dos exemplos positivos de um alinhamento mais próximo entre os instrumentos de financiamento da UE no período de 2014-2020, é necessário maximizar as sinergias com as políticas setoriais e os outros programas de despesas. A experiência adquirida com o período de 2014-2020 demonstra que continua a ser necessário envidar esforços suplementares para harmonizar as regras⁴⁷ e que ficou por explorar todo o potencial das sinergias com as políticas setoriais e programas como o LIFE, o Mecanismo Interligar a Europa, o Horizonte 2020, o

Erasmus+, o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração e o Fundo para a Segurança Interna.

As regras diferem entre os fundos da UE que investem no desenvolvimento do capital humano. Esta fragmentação é indutora de ineficiências. De igual modo, as complementaridades, o impacto e a visibilidade das medidas são prejudicados pela atual fragmentação dos fundos. Por exemplo, a assistência material básica prestada pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas podia ser mais bem integrada com as medidas de inclusão social e empregabilidade aplicadas no âmbito do Fundo Social Europeu.

Os beneficiários dos projetos continuam a sentir dificuldades para aceder a estes fundos e executar

os projetos com celeridade. As autoridades nacionais e regionais consideram igualmente que a gestão da política é demasiado complexa. Por conseguinte, para o futuro, será necessário um grande esforço no sentido de simplificar a execução e permitir uma programação mais ágil e flexível. Em vários dos seus relatórios especiais⁴⁸, o Tribunal de Contas Europeu formulou observações e recomendações no que respeita à simplificação dos fundos da política de coesão, preconizando a simplificação dos regimes de execução, a diminuição da carga administrativa e dos atrasos na execução, o alinhamento dos planos nacionais de desenvolvimento e a racionalização do número de indicadores utilizados.

1.3. Crescimento sustentável: recursos naturais (rubrica orçamental 2)⁴⁹

Em 2017, foram afetados a esta rubrica 58,6 mil milhões de EUR, que representam 37 % do orçamento total da UE para 2017. A rubrica 2 abrange os dois pilares da política agrícola comum: O pilar I consiste nas medidas de apoio ao mercado e nos pagamentos diretos financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia; o pilar II inclui o apoio ao desenvolvimento rural financiado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Além

disso, esta rubrica cobre o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, a dimensão internacional da política comum das pescas (ou seja, as organizações regionais de gestão das pescas e os acordos de pesca sustentável) e atividades nos domínios do clima e do ambiente, através do Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE).

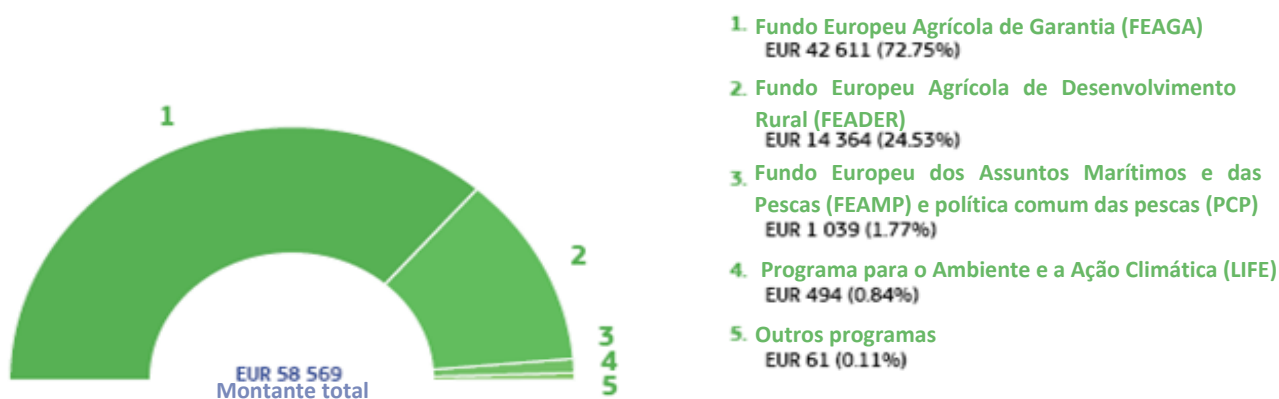


Gráfico: Principais programas financiados em 2017 ao abrigo da rubrica 2. A categoria «Outros programas» inclui as agências descentralizadas, os projetos-piloto e as ações preparatórias. Todos os valores são expressos em milhões de EUR

Apoio às prioridades da Comissão Europeia:

As ações ao abrigo desta rubrica contribuem para a realização das prioridades da Comissão de «Emprego, crescimento e investimento», «União da Energia e ação climática» e, em certa medida, da prioridade «Mercado Único Digital», bem como para «[u]ma política comercial equilibrada e progressiva para controlar a globalização». Contribuem igualmente para os objetivos da estratégia Europa 2020 no domínio do crescimento sustentável, em articulação com o crescimento inteligente e inclusivo no que diz respeito aos investimentos que contribuem para a criação de emprego e a inovação.

No âmbito do quadro financeiro plurianual de 2014-2020, os principais objetivos da política agrícola comum (PAC) são a produção alimentar viável, a gestão sustentável dos recursos naturais e alterações climáticas e o desenvolvimento territorial equilibrado. As medidas no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia visam melhorar a situação dos produtores primários da cadeia alimentar, reforçar a capacidade dos setores agrícola e agroalimentar e apoiar o rendimento das explorações agrícolas através de pagamentos diretos em larga medida dissociados da produção. No âmbito do segundo pilar da política agrícola comum, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural continua a ter como objetivo o bem-estar económico, social e ambiental das zonas rurais e a sustentabilidade do ambiente rural.

No âmbito do quadro financeiro de 2014-2020, a principal prioridade do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas consiste em favorecer a execução da política comum das pescas mediante o apoio a pescas e uma aquicultura sustentáveis a nível ambiental, eficientes em termos de recursos, inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento. Os seus demais objetivos passam por aumentar o emprego e reforçar a coesão territorial, promover a comercialização e a transformação dos produtos das pescas e fomentar a execução da política marítima integrada. O programa LIFE é um instrumento de financiamento específico consagrado ao ambiente e à ação climática, sendo complementar à abordagem de integração adotada para o quadro financeiro plurianual de 2014-2020, segundo a qual o ambiente e a ação climática são parte integrante de todos os principais instrumentos e intervenções.

Os programas ao abrigo da rubrica 2 contribuem para o cumprimento dos compromissos da UE relacionados com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a execução da Agenda 2030.

O ano de 2017 foi um ano de reflexão sobre o futuro da política agrícola comum. Mais especificamente, essa reflexão deu especial atenção às questões da simplificação, da modernização e da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar. Na sequência de uma ampla consulta, a Comissão publicou, em novembro de 2017, a Comunicação sobre o futuro da alimentação e da agricultura⁵⁰, que descreve o novo modelo para uma política agrícola comum mais inteligente, moderna e sustentável. A PAC deve ser mais flexível e orientada para os resultados, promover a subsidiariedade e a responsabilidade atribuindo aos Estados-Membros um papel muito mais importante na aplicação dos regimes de financiamento, procurar atingir objetivos realistas e adequados, fixados de comum acordo, e contribuir para atenuar o fardo administrativo relacionado com os procedimentos da UE que pesa sobre os beneficiários.

A referida comunicação indicou que o setor aumentou a sua produtividade em cerca de 9 % desde 2005, reduzindo simultaneamente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em

24 % desde 1990, assim como a utilização de fertilizantes, com um impacto positivo na qualidade da água. No entanto, revelou também que o rendimento agrícola continua aquém dos salários praticados na economia em geral.

A eficácia da política agrícola da UE é demonstrada pelas estatísticas comerciais:

O valor das exportações agroalimentares cifraram-se em 137,9 mil milhões de EUR em 2017, o que representa um aumento de 5,1 % face a 2016.

Em 2017, a Comissão realizou igualmente uma consulta sobre a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e em relação às práticas comerciais desleais, tendo adotado, em abril de 2018, uma proposta com vista à proibição das práticas comerciais desleais mais prejudiciais na cadeia de abastecimento alimentar, de modo a garantir um tratamento mais equitativo para as pequenas e médias empresas dos setores alimentar e agrícola.

Fundo Europeu Agrícola de Garantia

Durante os primeiros anos do quadro financeiro plurianual de 2014-2020, a execução do Fundo Europeu Agrícola de Garantia decorreu sem problemas, incluindo algumas medidas de apoio ao mercado de duração limitada. De um modo geral, a execução está no bom caminho, avança sem grandes dificuldades e regista uma evolução positiva ao longo dos anos.

Despesas de mercado

As medidas de apoio ao mercado nos setores dos frutos, dos produtos hortícolas e da pecuária têm contribuído, continuamente, para reequilibrar os setores em causa. Mais especificamente, a ajuda ao ajustamento (introduzida em 2016) e a ajuda à redução da produção de leite destinada aos

produtores leiteiros permitiram gerir o desequilíbrio no mercado derivado de vários fatores macroeconómicos (termo das quotas de produção, fim de certos estabelecimentos de comercialização importantes em destinos fora da UE). Estes programas de ajudas prestaram um apoio eficaz aos produtores afetados nos Estados-Membros.

Os valores totais de exportação dos últimos doze meses refletem um aumento contínuo de 6,7 mil milhões de EUR em 2017 (+5,1 %) e, em especial, a recuperação das exportações de produtos lácteos (+1 mil milhões de EUR em leite em pó e manteiga; +530 milhões de EUR em produtos lácteos frescos e queijo), açúcar (+271 milhões de EUR) e azeite (+153 milhões de EUR). O aumento substancial das exportações de açúcar durante o último trimestre de 2017 decorreu do fim das quotas de produção de açúcar a partir de outubro de 2017, que conclui a

eliminação das anteriores restrições à oferta da PAC e reforça a sua abordagem orientada para o mercado. De igual modo, o êxito dos programas nacionais de apoio ao setor vinícola é atestado pelo desenvolvimento a longo prazo das exportações de vinho da UE, cujo valor, entre 2012 e 2016, continuou a crescer (de 8,9 mil milhões de EUR para 10,7 mil milhões de EUR) e representou uma contribuição líquida de 7,9 mil milhões de EUR para o excedente da balança comercial da UE. Esta tendência aparenta ter-se mantido em 2017, com o crescimento sustentado das exportações de vinho (+1,2 mil milhões de EUR face aos números de 2016, com uma contribuição líquida para o excedente da balança comercial que aumentou para 9,2 mil milhões de EUR).

Em 2017, os Estados-Membros participantes no regime de distribuição de frutos e produtos hortícolas nas escolas apresentaram relatórios de avaliação

sobre a execução do regime nos últimos cinco anos. Na sua maioria, os relatórios revelam um impacto positivo a curto prazo (aumento do consumo de frutas e produtos hortícolas pelas crianças nas escolas), constatando algumas alterações dos padrões de consumo em termos de frequência ou quantidade. De igual modo, a maioria dos relatórios destaca também uma evolução positiva dos conhecimentos e atitudes das crianças no sentido de uma alimentação saudável. O regime mereceu uma avaliação positiva de alunos, professores e pais e um apoio quase unânime à sua continuação. As principais recomendações no sentido da melhoria consistem na frequência e diversidade adequadas da oferta de frutos e produtos hortícolas, numa participação mais sistemática de professores e pais, numa melhor comunicação e na redução da carga administrativa.

Pagamentos diretos

DISTRIBUIÇÃO DO APOIO DIRETO DA UE AOS AGRICULTORES



Figura: Distribuição do apoio direto da UE aos agricultores, fonte: RAA da DG AGR

No exercício dos pedidos de pagamento de 2016 (exercício financeiro de 2017), o segundo ano de execução do sistema reformado, beneficiaram de

pagamentos diretos cerca de 7 milhões de agricultores e a superfície total abrangida pelos pagamentos correspondeu a cerca de 85 % da

superfície agrícola utilizada da UE (178 milhões de hectares).

Prosseguiu o reequilíbrio da distribuição dos pagamentos entre e no interior dos Estados-Membros: os dados confirmam a convergência dos pagamentos diretos médios por hectare (ao nível dos Estados-Membros e dos agricultores)⁵¹.

Os vários regimes que permitem uma maior orientação para as necessidades de determinadas categorias de beneficiários, nomeadamente os jovens agricultores, os pequenos agricultores e determinados setores ou regiões específicos com

problemas estruturais, estão plenamente operacionais. Quando necessário, os Estados-Membros reviram as suas decisões dentro dos limites da flexibilidade proporcionada pelo novo sistema, de modo a adaptar as modalidades de execução com base na experiência adquirida durante o primeiro ano. No exercício de 2016, os pagamentos aos agricultores foram, em certos casos, efetuados mais tarde do que é habitual, dado ter-se tratado do primeiro ano de aplicação da reforma. Contudo, já no exercício de 2017, a execução aproximou-se do ritmo normal, prevendo-se que a execução dos Estados-Membros melhore ainda mais nos anos seguintes.

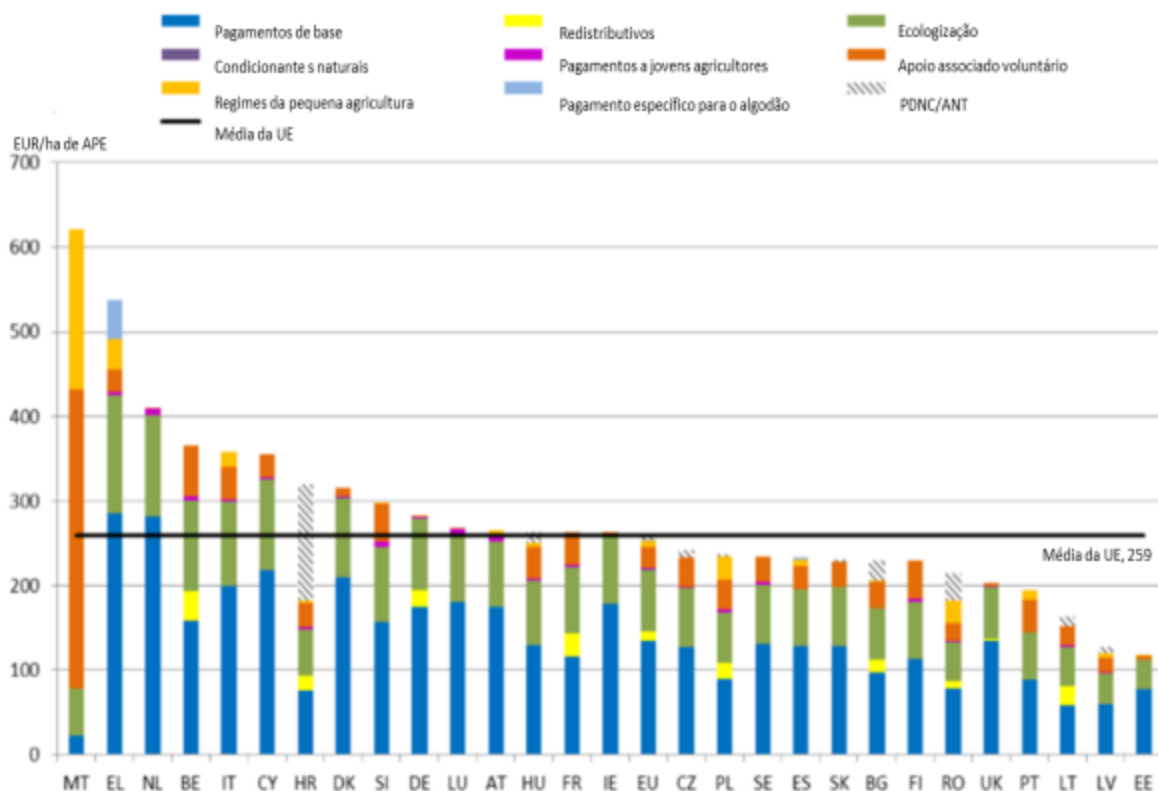


Gráfico: Pagamentos diretos por hectare de APE por Estado-Membro – 2016, fonte: <https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/statistics/facts-figures/direct-payments.pdf>

O pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (o denominado pagamento por «ecologização») foi introduzido com a reforma da política agrícola comum de 2013 para proporcionar benefícios ambiciosos ao clima e ao ambiente. Representa 30 % das dotações para pagamentos diretos anuais dos Estados-Membros. As explorações sujeitas a pelo menos uma das três obrigações em matéria de ecologização cobrem cerca de 79 % da superfície agrícola total da UE. Contudo, a avaliação do pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente⁵² considerou que o potencial das medidas de ecologização não foi totalmente explorado. Com base nos dados da execução de 2015 e 2016, os efeitos globais são incertos, mas afiguram-se algo limitados e variáveis nos diferentes Estados-Membros,

parecendo ter tido um efeito negligenciável na produção ou na viabilidade económica das explorações.

A avaliação concluiu que a atual arquitetura geral em matéria de ambiente e clima da política agrícola comum demonstrou ser mais complexa e difícil de gerir. O Tribunal de Contas Europeu concluiu que a ecologização acrescentou à política agrícola comum uma complexidade considerável que não era justificada pelos resultados que se esperava que produzisse⁵³. Referiu também que a ecologização se sobrepõe a outros instrumentos ambientais da política agrícola comum, criando o risco de efeito de inércia e de duplo financiamento, embora determinadas decisões e ações da Comissão e dos Estados-Membros atenuem estes riscos

Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

No âmbito do segundo pilar da PAC, os programas de desenvolvimento rural dão um contributo fundamental para as prioridades económicas, sociais e ambientais da UE, tendo em conta as especificidades nacionais e regionais das zonas

agrícolas e rurais da UE. O apoio aos projetos de inovação interativa no âmbito da Parceria Europeia de Inovação para a Agricultura, bem como à formação e à diversificação, visa a consecução dos objetivos da estratégia Europa 2020, dado que

promovem a inovação e o empreendedorismo. Em 2017, os Estados-Membros apresentaram os seus segundos relatórios anuais de execução, que abrangem o período até 31 de dezembro de 2016. Apesar da adoção tardia de determinados programas, devido sobretudo à adoção tardia do quadro legislativo, a execução encontra-se em velocidade de cruzeiro. De um modo geral, estes relatórios de execução confirmam uma aceleração sustentada dos níveis de despesas que compensou os atrasos iniciais.

Até ao fim do exercício de 2017, os níveis de despesa atingiram 21 % do total dos recursos da UE afetados ao desenvolvimento rural (excluindo o pré-financiamento pago aos Estados-Membros), a par dos 42,7 % de autorizações em relação às despesas públicas totais previstas. Assim, os últimos números disponíveis sobre as realizações e os resultados alcançados (fim de 2016) ainda não são inteiramente representativos. Prevê-se uma aceleração da execução do programa nos próximos anos, em especial no que toca ao investimento e às intervenções para a criação de emprego. É já possível apontar alguns resultados positivos, nomeadamente a realização de 60 % dos objetivos para 2020 relativos aos terrenos agrícolas sob contratos de gestão que contribuem para a biodiversidade e para a gestão dos solos e da água, e de 89 % do objetivo para 2020 respeitante à população rural abrangida por estratégias de desenvolvimento local.

Os programas de desenvolvimento rural ⁵⁴ permitiram que 43 400 explorações investissem na sua reestruturação ou modernização;

12 100 explorações agrícolas receberam apoio ao desenvolvimento empresarial e ao investimento de jovens agricultores.

5 600 explorações agrícolas participam em sistemas de qualidade, pequenas cadeias de abastecimento, mercados locais ou agrupamentos/organizações de produtores;

61 800 explorações agrícolas abrangidas por sistemas de gestão dos riscos.

Para o período de programação do desenvolvimento rural de 2014-2020, foram lançadas várias iniciativas que deverão melhorar a eficiência e a eficácia das despesas do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, por exemplo:

- Alterações, mediante o designado «Regulamento Omnibus»⁵⁵, no sentido de melhorar os instrumentos de gestão dos riscos destinados aos agricultores, reduzir a carga administrativa dos beneficiários e simplificar as condições dos instrumentos financeiros.
- A utilização das opções de custos simplificados em 64 % dos programas de desenvolvimento rural está a melhorar a eficiência e a eficácia das despesas e a reduzir a carga administrativa.
- No que respeita à utilização dos instrumentos financeiros para mobilizar e renovar o orçamento do desenvolvimento rural, o fundo está no bom caminho para cumprir o objetivo de duplicar a utilização de instrumentos financeiros comparativamente ao período de 2007-2013.

Exemplos de projetos no âmbito do desenvolvimento rural⁵⁶:

Aquaponia – estufa para produção alimentar inovadora na Suécia

Resumo do projeto

O ambiente sofre cada vez mais perdas de nutrientes do solo e, ao mesmo tempo, existe um problema de sobrecarga de nutrientes nos lagos e mares. A Peckas Naturodlingar investiu numa tecnologia que combina o cultivo de tomates com piscicultura em sistema fechado. A água nutritiva proveniente da piscicultura é encaminhada para os tomates, que absorvem os nutrientes. Em seguida, a água limpa é reencaminhada para a piscicultura. Deste modo, todos os nutrientes e a água são utilizados de forma eficiente, sem que o sistema gere resíduos. O apoio do programa de desenvolvimento rural sueco foi aplicado na construção de uma estufa de 4000 m². A nova estufa permitiu expandir a produção de tomate para venda.

Resultados do projeto

Em janeiro de 2018, a Peckas entregou o seu primeiro lote de tomate em mercearias de Härnösand. Toda a produção de tomate de 2018 foi encomendada pela empresa de distribuição «Gronsakshuset». A totalidade da água nutritiva da exploração circula num leito biológico/vegetal, voltando depois à exploração. Este método reduz as necessidades de água e todos os nutrientes nela presentes são utilizados na cultura de tomate.

Reconstrução de estrada florestal para uma proteção eficaz contra os incêndios florestais na Eslováquia

Resumo do projeto:

A estrada florestal fora da aldeia de Hrusovo, no sul da Eslováquia, encontrava-se em mau estado e necessitava de uma intervenção para voltar a ser transitável. A principal atividade do projeto passou pela reconstrução da estrada com a colocação de um novo tapete de asfalto. As obras de construção consistiram na alteração dos taludes adjacentes, na construção de comportas com frentes de betão a partir dos tubos de betão armado, bem como canais, sulcos, valetas e caleiras de drenagem. Foi também construída uma torre de vigia em madeira.

Resultados do projeto:

O projeto permite que as autoridades tenham acesso ao local durante todo o ano e sempre que necessário;

A torre de vigia em madeira permite vigiar o local e a aplicação de medidas de proteção contra incêndios;

A recém-construída estrada florestal permite assegurar a gestão e manutenção da zona florestal.

Os instrumentos financeiros estão totalmente programados em 27 programas de oito Estados-Membros com um orçamento público total de 669 milhões de EUR (465 milhões de EUR do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e 204 milhões de EUR de cofinanciamento nacional). A orientação específica sobre os instrumentos financeiros ajuda as autoridades de gestão a aplicar regimes específicos de instrumentos financeiros. Estes últimos podem ser utilizados por agricultores, silvicultores e empresas rurais, designadamente através de uma combinação de instrumentos financeiros e subvenções. Os instrumentos financeiros no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural podem ser executados em conjunto com o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos criado pelo Banco Europeu de Investimento e a Comissão.

A execução dos programas de desenvolvimento rural no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural está sujeita a diversas condicionalidades *ex ante*. Em alguns deles, foi necessário elaborar planos de ação específicos para assegurar a conformidade total com as referidas condicionalidades até ao final de 2016. À exceção de um, todos os planos de ação foram executados com êxito, pelo que as condicionalidades podem ser consideradas cumpridas.

Está em vigor um quadro geral comum de acompanhamento e avaliação da política agrícola comum para o período de 2014-2020. O Tribunal de Contas Europeu manifestou algumas preocupações relativamente ao sistema de acompanhamento e avaliação e aos indicadores conexos, tendo observado que os relatórios de execução podem não fornecer informações em tempo útil para elaborar a política futura e gerir o orçamento com base nos resultados⁵⁷. O Tribunal reconheceu que o quadro de execução visava reforçar a abordagem baseada nos resultados e convidou a Comissão a rever e efetuar o balanço da experiência adquirida com a execução do atual regime para o período de programação pós-2020. Além disso, o Tribunal considerou que os programas de desenvolvimento rural foram aprovados tardiamente, eram demasiado longos e incluíam documentos complexos com insuficiências

que limitam o potencial para aumentar a concentração no desempenho e nos resultados.

Está quase concluída (meados de 2018) uma avaliação das medidas florestais tomadas no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Os resultados preliminares mostram que o fundo estabelece um conjunto coerente de medidas capazes de satisfazer as necessidades do setor silvícola e de promover a gestão sustentável das florestas nas zonas rurais. A flexibilidade dos programas de desenvolvimento rural permitiu que as autoridades de gestão adaptassem as medidas às necessidades e especificidades locais e prestassem um apoio altamente direcionado. No entanto, a eficácia das medidas florestais continuou altamente dependente do grau de pormenor da conceção das medidas ao nível do programa, bem como do local, do momento e da duração da sua execução pelos beneficiários.

A síntese das avaliações *ex post* dos programas de desenvolvimento rural do período de 2007-2013 está em fase de conclusão⁵⁸. Esta avaliação baseia-se nas avaliações realizadas pelos Estados-Membros. As conclusões preliminares da síntese das avaliações *ex post* dos programas de desenvolvimento rural do período de 2007-2013 revelam que os programas tiveram efeitos positivos no reforço da competitividade e no ambiente. Porém, a eficácia das medidas relacionadas com a qualidade de vida e a diversificação das atividades foi prejudicada pela falta de priorização e de orçamento.

O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural foi igualmente sujeito ao exame do **grupo de alto nível para a simplificação**, que apresentou as suas conclusões e recomendações para a melhoria da gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento em 2017. O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural é objeto, a par de outros fundos, de vários estudos em curso, nomeadamente em matéria de a) simplificação, b) coordenação e harmonização dos fundos, e c) outras modalidades operacionais alternativas possíveis. As conclusões preliminares do estudo sobre a simplificação indicam que a carga e os custos administrativos do Fundo de Desenvolvimento Rural são mais elevados em comparação com outros Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Após um arranque difícil devido ao atraso na adoção do Regulamento relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, o ano de 2017

caracterizou-se por uma aceleração da execução do fundo na maioria dos Estados-Membros.

Ao longo de 2017, a taxa de execução começou a subir consideravelmente. O número de intervenções (com exceção da assistência técnica) mais do que duplicou, passando de 6 200 em 2016 para 15 500 em 2017. O número de navios de pesca beneficiários do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas quase que triplicou, aumentando de 3 600 em 2016 para mais de 9 600 em 2017. O número de navios da frota da pequena pesca costeira beneficiários do fundo duplicou. O apoio concedido promove o equilíbrio sustentável entre as frotas de pesca e os recursos e a proteção dos ecossistemas marinhos. O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas apoiou igualmente a melhoria da gestão de mais de 60 000 km² de zonas da rede Natura 2000 e de quase 1,5 milhões de km² de outras zonas marinhas protegidas (dados de 2016)⁵⁹. Mediante projetos que promovem a cooperação transfronteiriça em matéria de ordenamento do espaço marítimo, abre caminho para o desenvolvimento sustentável da economia marítima nas bacias marítimas com um número crescente de atividades económicas. As intervenções apoiadas beneficiam as pessoas (singulares ou coletivas) que agem oficialmente como seus beneficiários, mas também outras, como indica a caixa seguinte.

Estima-se que o apoio tenha como beneficiários mais de 71 000 pescadores e 25 000 membros de organizações de produtores, e ainda 77 000 trabalhadores e outras 32 000 pessoas. No fim de 2017, os 368 grupos de ação local da pesca tinham selecionado 1 156 projetos para execução e estavam em elaboração mais 56 projetos de cooperação com outros Estados-Membros.

No fim de 2017, as autorizações dos Estados-Membros correspondiam, em média, a 27 % do fundo. Embora as autorizações sejam satisfatórias, a discrepância em relação aos pagamentos aos beneficiários é considerável em todos os Estados-Membros. No final de 2017, os pagamentos

intermédios equivaliam a pouco menos de 3,4 % do apoio do fundo previsto para o período em curso.

O desenvolvimento do sistema comum de acompanhamento e avaliação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas foi um processo de aprendizagem comum envolvendo a Comissão e os Estados-Membros. Um relatório recente sobre a execução do sistema comum de acompanhamento e avaliação⁶⁰ formula várias recomendações para a introdução de melhorias com base na experiência adquirida até à data. Embora os Estados-Membros devam ter flexibilidade para utilizarem indicadores adicionais a nível nacional, os indicadores comuns devem abranger todos os investimentos para permitirem uma agregação pertinente ao nível da UE e fornecerem uma perspetiva global da utilização dos fundos.

Em 2017, foi concluída a avaliação *ex post* do Fundo Europeu das Pescas no período de 2007-2013⁶¹. A referida avaliação concluiu que os objetivos do fundo tinham sido alcançados em grande medida, mas que havia margem para melhorias, em especial quanto às suas eficácia e sustentabilidade. A articulação entre o fundo e a exploração sustentável das pescas pode ser reforçada, e a contribuição do Fundo para os objetivos de conservação mais gerais, como a proteção e a valorização do ambiente e dos recursos naturais relacionados com o setor das pescas, deve ter mais visibilidade. A avaliação concluiu também que havia a necessidade de adotar uma abordagem mais estratégica para tornar a aquicultura mais competitiva e aumentar a produção e, ao mesmo tempo, dar mais atenção aos desafios específicos que se colocam à frota da pequena pesca costeira, exceto no caso do desenvolvimento local, onde as complementaridades e as sinergias com outros fundos continuam a ser limitadas. Em grande medida, estas questões foram contempladas na formulação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas para o período de 2014-2020, com uma maior ênfase nos resultados.

Acordos de parceria no domínio da pesca sustentável

Os acordos de parceria no domínio da pesca sustentável celebrados entre a UE e países terceiros visam contribuir para um quadro regulamentar da frota de pesca de longa distância da UE, de modo a assegurar uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos relevantes dos países terceiros e a apoiar a competitividade da frota de pesca da União. Estas

parcerias proporcionam à UE um importante efeito de alavanca sobre os países terceiros, no que respeita à melhoria da governação dos oceanos e das pescas (através da melhoria da ciência, da gestão de dados, da capacidade institucional, da monitorização e vigilância, etc.).

No final de 2017, estavam em vigor doze protocolos dos acordos de parceria no domínio da pesca sustentável. Terminaram com êxito as negociações com vista à renovação do protocolo com a Maurícia, foram iniciadas negociações com a Guiné-Bissau e prosseguiram as negociações com Moçambique e Quiribáti. As negociações com a Guiné-Bissau demoraram mais do que o previsto, dando origem a uma interrupção do acordo. Paralelamente, as Comores não cumpriram os requisitos do Regulamento relativo à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e foram incluídas na lista dos países não cooperantes. Assim, em dezembro, na sequência de uma proposta da Comissão, o Conselho denunciou formalmente o acordo de parceria no domínio da pesca sustentável com as Comores.

Duzentos navios que arvoram pavilhão de um Estado-Membro da União Europeia beneficiam atualmente de uma autorização de pesca concedida

ao abrigo de acordos de parceria no domínio da pesca sustentável, os quais lhes facultam o acesso de que necessitam e contribuem igualmente para o crescimento e o emprego na UE. Estes acordos têm ainda contribuído para o desenvolvimento do setor das pescas nos doze países parceiros e para uma melhor governação deste setor. Simultaneamente, contribuem para eliminar a pesca ilegal e proporcionar melhores condições de enquadramento aos pescadores locais.

Em 2017, as dotações de autorização para os acordos de parceria no domínio da pesca sustentável ascenderam a 123,1 milhões de EUR, tendo registado uma taxa de utilização de 99,7 %. As dotações de pagamento atingiram os 132,5 milhões de EUR e foram integralmente utilizados.

Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)

O Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) promove o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos em matéria de aplicação da legislação e das políticas da UE e favorece a experimentação de novas abordagens para uma futura expansão. Em 2017, celebrou-se o 25.º aniversário do programa LIFE. Ao longo dos anos, o programa e as suas ações visíveis no terreno têm sido apreciados pelas partes interessadas e pelo público em geral na UE.

As realizações ao nível das políticas iniciadas no âmbito do LIFE irão moldar a economia e a sociedade da UE nas próximas décadas. A título de exemplo, são de referir o pacote de medidas relativas à economia circular, incluindo a ambiciosa estratégia para os plásticos, o Acordo de Paris, um acordo global e juridicamente vinculativo sobre o clima, e o quadro de ação relativo ao clima e à energia para 2030.

Em 2017, o programa LIFE disponibilizou 222 milhões de EUR, que permitirão mobilizar investimentos adicionais num total de 379 milhões de EUR em novos projetos, dos quais 112 no âmbito do subprograma «Ambiente». Muitos destes projetos ajudarão os Estados-Membros na sua transição para uma economia mais circular. Foram recomendados para financiamento 33 projetos relacionados com as alterações climáticas, metade dos quais incidindo sobre a adaptação.

Até ao final de 2017, foram selecionados e financiados cerca de 435 projetos tradicionais,

abrangendo todas as prioridades, mais 15 projetos integrados, 4 projetos do Corpo Voluntário Europeu (com a contratualização de mais dois em 2018)⁶² e outros projetos de assistência técnica e preparatórios.

Exemplos de projetos tradicionais: o ensaio de um protótipo italiano que permitirá, com uma boa relação custo-eficácia, converter os veículos a gasolina em veículos híbridos; a criação de produtos de base biológica a partir de lamas de águas residuais nos Países Baixos; a aplicação de um tratamento biológico inovador para remover os pesticidas e os nitratos da água no sul de Espanha. O apoio centra-se, de igual modo, na proteção dos sítios e das espécies da rede Natura 2000, como é o caso do projeto transfronteiriço da Eslovénia que visa contribuir para a sobrevivência de uma espécie extremamente ameaçada de lince alpino.

Além de atribuir subvenções a projetos de demonstração, projetos-piloto e projetos de boas práticas, o programa LIFE concede também subvenções a projetos integrados destinados a facilitar a execução dos planos dos Estados-Membros e das autoridades locais e a ações de sensibilização para induzir mudanças de comportamentos. Estes projetos integrados asseguram a aplicação das políticas em matéria de ambiente e ação climática numa grande escala

territorial e canalizam financiamento proveniente de outras fontes para a realização dos objetivos ambientais e climáticos.

Projeto integrado LIFE - Água: Abordagem integrada da execução do plano de gestão da bacia hidrográfica do Noroeste da Inglaterra

Um terço dos rios com pior qualidade da água em Inglaterra e no País de Gales situa-se na região da bacia hidrográfica do Noroeste (Inglaterra). Este projeto irá eliminar os obstáculos que estão a entrar a consecução do bom estado ecológico das massas de água da região, conforme exigido pela Diretiva-Quadro Água. Além da contribuição de 11 988 811 EUR do programa LIFE, o projeto irá facilitar a aplicação coordenada de 37 050 000 EUR de financiamento complementar proveniente do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 139 500 000 EUR de fundos públicos nacionais e 52 500 000 EUR de fundos do setor privado.

Outro exemplo é o projeto «LIFE OPTIMELT», que realizará a primeira demonstração à escala real do conceito inovador da recuperação de calor. A tecnologia, denominada OPTIMELT, utiliza uma reação endotérmica de gás natural com CO₂ do vapor de água no gás de combustão para recuperar mais calor do que era anteriormente possível nos processos de fabrico a altas temperaturas. Funciona como um elemento adicional aos atuais fornos de combustão oxidável, o que torna esta opção mais amiga do ambiente e eficaz em termos de custos (redução de 20 % do consumo de combustível e de oxigénio).

De acordo com as propostas recebidas, para um financiamento total de 251,7 milhões de EUR, os projetos integrados devem facilitar a aplicação coordenada em ações ambientais e climáticas de um total a rondar os 5,7 mil milhões de EUR, dos quais 3 mil milhões de EUR provêm de outros programas da UE, tais como o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Por cada euro financiado pelo programa LIFE, prevê-se que outros 22 EUR sejam financiados a partir de outras fontes para alcançar os objetivos ambientais e climáticos.

Em 2017, foi concluída a avaliação intercalar do programa LIFE⁶³. Foi levada a cabo numa fase inicial da execução do programa, pelo que incidiu principalmente sobre os processos aplicados para alcançar os objetivos do programa, os resultados esperados e as atividades em curso. A avaliação intercalar fornece uma garantia razoável de que a execução do programa está no bom caminho para concretizar os objetivos ambientais e climáticos. A revisão intercalar da estratégia de biodiversidade da UE para 2020⁶⁴ concluiu que «[o] programa LIFE continua a ser uma fonte de financiamento modesta, mas altamente eficaz, em prol da natureza e da biodiversidade».

No que respeita à eficiência, a avaliação intercalar do programa LIFE calculou que o benefício para a sociedade de alguns dos projetos selecionados na sequência dos primeiros convites à apresentação de propostas ascenderá a 1,7 mil milhões de EUR, o equivalente ao quádruplo do custo do orçamento total do programa LIFE para esse ano. Além disso, a transferência da maior parte da gestão das subvenções da Comissão para a Agência de Execução para as Pequenas e Médias Empresas está a superar os ganhos de eficiência de 8,2 milhões de EUR inicialmente previstos para o período de 2014-2020.

Por outro lado, o programa LIFE destina-se a complementar outros programas de financiamento da UE. Mais especificamente, são exploradas sinergias dando um tratamento preferencial às propostas de projetos no âmbito do programa LIFE que tiram partido dos resultados da investigação e inovação financiadas pela UE. De igual modo, a aplicação em maior escala das medidas testadas com êxito nos projetos do programa LIFE podem ser financiadas através de outros programas de financiamento da UE, por exemplo, é possível promover práticas de pesca mais sustentáveis através do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

A avaliação intercalar identificou também alguns aspetos passíveis de melhoria para reforçar a incidência estratégica da componente orientada para a procura do programa, por exemplo, visando os temas não abrangidos pelos projetos financiados nos anos anteriores. Devem ser envidados maiores esforços no sentido de replicar os projetos e transferir os seus resultados, por exemplo, desenvolvendo as capacidades de planeamento e execução de investimentos e colmatando o défice de recursos financeiros. A avaliação intercalar salientou ainda a necessidade de simplificar os procedimentos de gestão das subvenções, nomeadamente os processos de candidatura e elaboração de relatórios.

1.4. Segurança e cidadania (rubrica orçamental 3)⁶⁵

No âmbito da rubrica 3, o orçamento da UE reúne um conjunto de programas (4,3 mil milhões de EUR, representando 3 % do orçamento total da UE para 2017) que apoiam a resposta a desafios políticos prementes, como a segurança, o asilo, a migração e a integração de nacionais de países terceiros, a saúde e a proteção dos consumidores, bem como os relacionados com a cultura e o diálogo com os cidadãos. O financiamento é orientado para projetos em que a colaboração da UE origine ganhos de eficiência significativos.

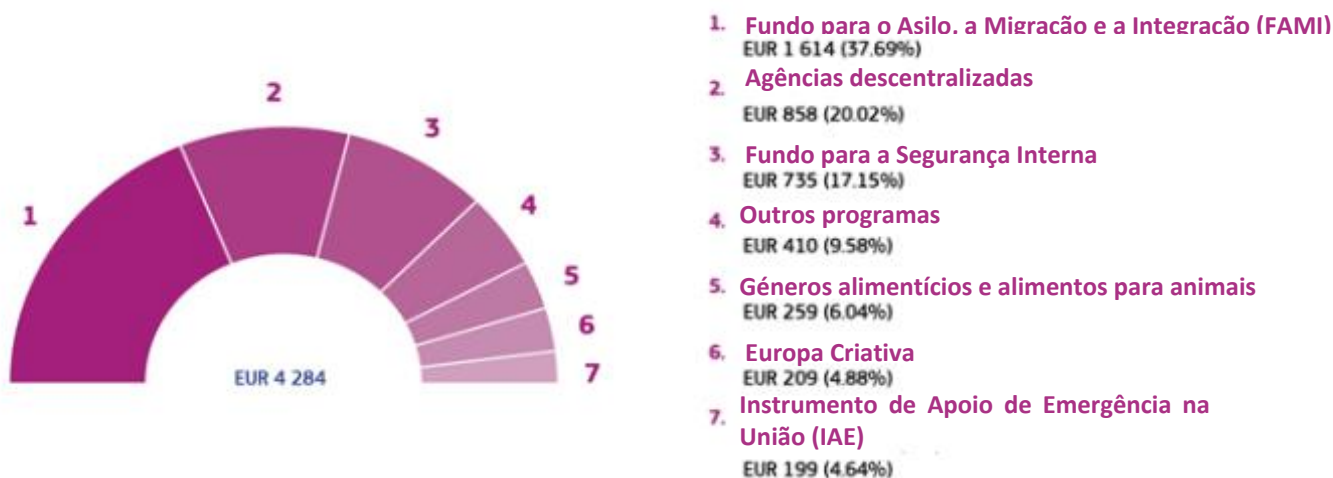


Gráfico: Principais programas financiados em 2017 ao abrigo da rubrica 3. A categoria «Outros programas» inclui, entre outros, sistemas de TI como o Sistema de Informação de Schengen e o Sistema de Informação sobre Vistos, o programa «Justiça», o programa «Direitos, Igualdade e Cidadania», o programa «Europa para os cidadãos», os programas «Saúde» e «Consumidores» e o Mecanismo de Proteção Civil da União. Todos os valores são expressos em milhões de EUR.

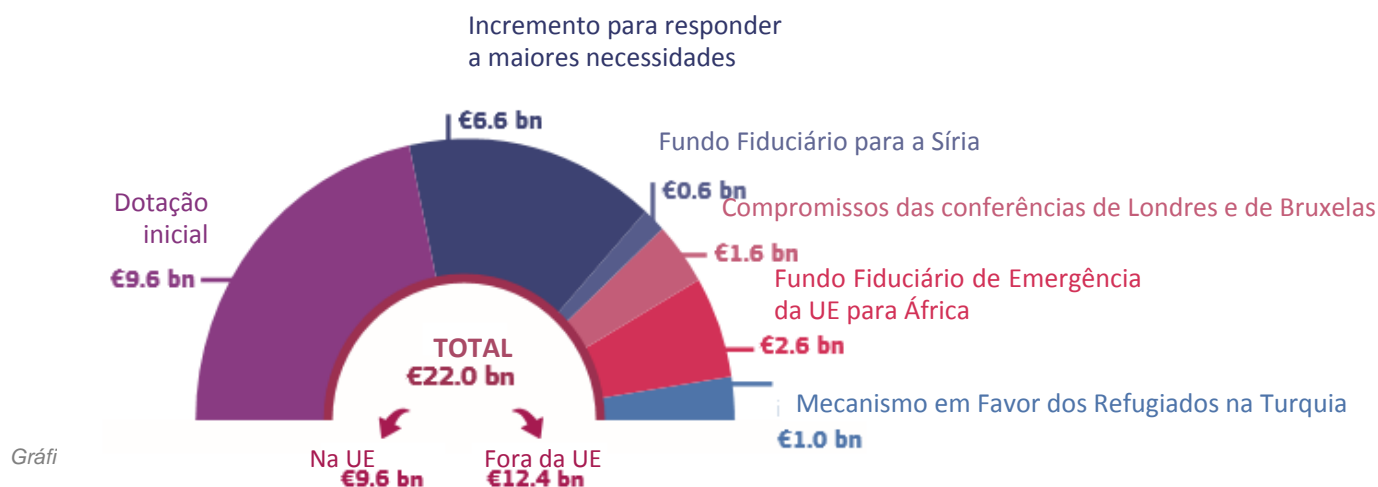
Apoio às prioridades da Comissão Europeia

Os programas ao abrigo da rubrica 3 contribuem sobretudo para as prioridades da Comissão nos domínios da «Justiça e direitos fundamentais» e da «Migração». Não obstante o orçamento relativamente baixo em causa, estes programas contribuem para as realizações da estratégia Europa 2020. Por exemplo, o programa «Saúde» situa-se na interceção do crescimento inteligente com o crescimento inclusivo: financia ações em prol da inovação no domínio da saúde e dos cuidados de saúde e apoia os Estados-Membros na reforma dos respetivos sistemas de saúde, ao mesmo tempo que trabalha em prol da promoção da saúde e da prevenção de doenças e luta contra a tendência para o aumento das desigualdades no domínio da saúde através de ações orientadas para a saúde de grupos vulneráveis, mais especificamente, desde 2015, dos refugiados. O Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração contribui para o crescimento inclusivo através do financiamento de projetos destinados a facilitar a integração de nacionais de países terceiros.

Esta componente do orçamento desempenhou um papel particularmente importante em 2017, no âmbito da resposta em curso à crise dos refugiados e da criação de uma abordagem global europeia da gestão dos fluxos migratórios. Tal como mostrou a experiência recente, a gestão dos fluxos migratórios e das ameaças à segurança constituem desafios que os Estados-Membros não podem enfrentar isoladamente. A supressão dos controlos nas fronteiras internas deve ser acompanhada de medidas comuns para assegurar um controlo e uma vigilância eficazes das fronteiras externas da União. O princípio da solidariedade e da partilha equitativa das responsabilidades entre os Estados-Membros é fulcral nas políticas comuns em matéria de asilo, imigração e fronteiras externas. O orçamento da UE proporciona os meios necessários para fazer face às implicações financeiras deste princípio. No domínio da segurança, da criminalidade grave organizada, do terrorismo e de outras ameaças relacionadas com a segurança, o fator transnacional é cada vez mais proeminente. A cooperação e a coordenação transnacionais entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei são essenciais para conseguir prevenir e combater a criminalidade, por exemplo, através do intercâmbio de informações, de investigações conjuntas, de tecnologias interoperáveis e de avaliações comuns das ameaças e dos riscos.

Lidar com os fluxos migratórios e gerir as fronteiras externas e a segurança da UE exige dos Estados-Membros recursos e capacidades substanciais. A melhoria da coordenação e cooperação a nível operacional, envolvendo a concentração de recursos em domínios como a formação e o equipamento, gera economias de escala e sinergias, assegurando assim uma utilização mais eficiente dos fundos públicos e reforçando a solidariedade, a confiança mútua e a partilha de responsabilidades pelas políticas da UE comuns entre os Estados-Membros.

Despesas relacionadas com a migração, a nível interno e externo



Financiamento da UE para a resposta aos desafios migratórios dentro e fora da UE no período de 2015-2018, fonte: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20171207_eu_budget_for_the_refugee_crisis_and_improving_migration_management_pt.pdf

Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

O Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração promove a gestão eficiente dos fluxos migratórios e o desenvolvimento de uma abordagem comum da União em matéria de asilo e migração. Contribui para a realização de quatro objetivos específicos, nomeadamente, o reforço e desenvolvimento do Sistema Europeu Comum de Asilo, o apoio à

migração legal para os Estados-Membros da UE de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e a integração efetiva dos nacionais de países terceiros; contribui também para promover estratégias de regresso equitativas e eficazes e garantir a solidariedade e a partilha de responsabilidades entre os Estados-Membros da UE,

em especial a favor dos mais afetados pelos fluxos migratórios e de requerentes de asilo. Apóia ainda a integração dos nacionais de países terceiros que sejam vítimas do tráfico de seres humanos.

Em 2017, os programas nacionais foram alterados para apoiar a integração dos nacionais de países terceiros, nomeadamente através de ações realizadas por organizações da sociedade civil e pelas autoridades locais, com vista a reforçar o regresso e as zonas de reinstalação. Os recursos afetados ao período de 2014-2020 aumentaram de 2 752 milhões de EUR para 5 391,5 milhões de EUR no final de 2017. As recentes dotações complementares para o orçamento relativo à gestão partilhada foram consignadas ao apoio aos dois programas de recolocação da Itália e da Grécia (651 milhões de EUR) e ao programa de reinstalação (872 milhões de EUR).

O total dos pagamentos efetuados em 2017 é de 576,2 milhões de EUR, quase o dobro do de 2016.

No âmbito da ajuda de emergência do fundo, foram afetados 973 milhões de EUR desde o início de 2014. Deste montante, a partir de 16 de janeiro de 2018, 630 milhões de EUR foram atribuídos aos Estados-Membros sob pressão migratória, para responderem à crise migratória e dos refugiados.

A ajuda de emergência deu resposta às necessidades básicas e imediatas, tais como alimentação, abrigo e cuidados de saúde aos refugiados, serviços de acolhimento e apoio a menores não acompanhados, o reforço da capacidade dos serviços de asilo para poderem tratar o grande número de pedidos e o apoio aos requerentes de asilo no regresso aos respetivos países de origem, bem como aos programas de recolocação. Estas atividades revelaram-se mais prementes em países da linha da frente como a Grécia, Itália e Bulgária.

O fundo continuou também a apoiar a Rede Europeia das Migrações.

O fundo prestou assistência através de diversos projetos no domínio dos sistemas de acolhimento e de asilo (por exemplo, assistência jurídica e representação, aconselhamento social, serviços direcionados para grupos vulneráveis, etc.). Entre 2014 e 2017, o número de pessoas beneficiárias de assistência (em sistemas de acolhimento e de asilo) cresceu de 148 045 para 297 083. Destas, o número de pessoas beneficiárias de assistência jurídica aumentou de 18 395 (12,4 %) para 56 933 (19,1 %).

Em 2017, o fundo apoiou igualmente a criação de mais de 7 000 novos lugares nos centros de acolhimento. O número de locais adaptados para menores não acompanhados, um grupo de migrantes especialmente vulnerável, aumentou também dos escassos 183 lugares de 2014 para 17 070 lugares em 2017.

Em julho de 2015, os Estados-Membros acordaram reinstalar mais de 22 000 pessoas necessitadas de proteção internacional durante o período de 2015-2017. Ao abrigo da Declaração UE-Turquia, acordaram também, em março de 2016, em reinstalar até 54 000 refugiados sírios provenientes da Turquia (em vez de os fazer regressar à Turquia).

No final de 2017, tinham sido reinstaladas 26 849 pessoas. Foram recolocadas 33 151 pessoas (11 445 provenientes de Itália e 21 706 provenientes da Grécia, números que correspondem a mais de 94 % das pessoas elegíveis e registadas para recolocação em Itália e na Grécia).

O elevado afluxo acentuou as disparidades em matéria de desemprego, níveis de instrução e risco de exclusão social entre os nacionais de países terceiros e os nacionais dos países de acolhimento.

Contudo, com o apoio do fundo, a percentagem de nacionais de países terceiros que receberam o estatuto de residente de longa duração aumentou de 30 % em 2013 para 44 % em 2016. Além disso, no final de 2017, 1 432 612 nacionais de países terceiros beneficiaram de assistência no domínio da integração.

Entre 2013 e 2017, aumentou o número de repatriados e de pessoas beneficiárias de assistência à reintegração, antes ou após o regresso, cofinanciada pelo fundo. O número de repatriados com o regresso cofinanciado pelo fundo foi de 48 250 em 2017, contra 5 904 em 2014. Destes repatriados, a percentagem de regressos não voluntários aumentou de um quarto em 2014 para metade em 2017. O número declarado de pessoas que regressaram voluntariamente foi de 17 736 em 2017. Além disso, foram tomadas medidas no sentido de reforçar a cooperação prática entre os Estados-Membros e entre estes e os países terceiros em questões relacionadas com o regresso.

A avaliação intercalar⁶⁶ considerou que, no geral, o fundo gerou valor acrescentado da UE, isto apesar da sua dimensão relativamente reduzida face aos importantes desafios decorrentes da crise ocorrida durante este período (de 0,23 % - previsão inicial - para 0,63 % - após dotações complementares - das dotações orçamentais da UE para o período de 2014-2020). Ao nível da UE, o principal benefício reside na dimensão transnacional de ações como a Rede

Europeia das Migrações, mas também na repartição dos encargos, nomeadamente com o apoio da ajuda de emergência e do mecanismo de recolocação.

Deste modo, o fundo está também a atingir os seus objetivos. Todavia, a coerência interna do fundo entre as diferentes modalidades de gestão é suscetível de melhoria, em especial através da sensibilização dos beneficiários para as ações e os projetos apoiados pelo fundo. Aparentemente, a carga administrativa terá sido o fator que mais prejudicou a eficiência do fundo, mesmo depois da sua simplificação considerável em comparação com o programa de financiamento anterior. De igual modo, poucos dados apontaram no sentido de uma maior capacidade de

desenvolvimento, acompanhamento e avaliação dos sistemas de asilo. Embora o programa de reinstalação da UE tenha alcançado progressos significativos, continua a verificar-se um contributo limitado para a criação, desenvolvimento e execução de programas de reinstalação nacionais. O sistema de acompanhamento e avaliação do fundo necessita de mais melhorias, nomeadamente nas definições dos seus indicadores e na recolha de dados. O sistema de distribuição de fundos poderá ser mais adaptável, de modo a assegurar uma resposta adequada à evolução das necessidades e o reforço da sustentabilidade dos projetos.

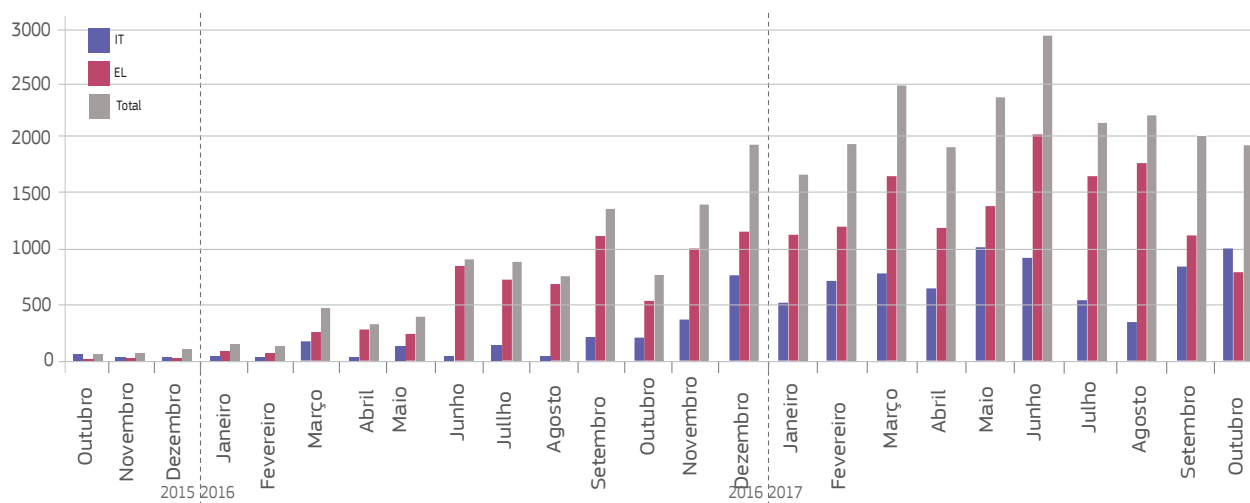


Gráfico: Número de recolocações entre outubro de 2015 e outubro de 2017, fonte: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20171114_relocation_eu_solidarity_between_member_states_en.pdf

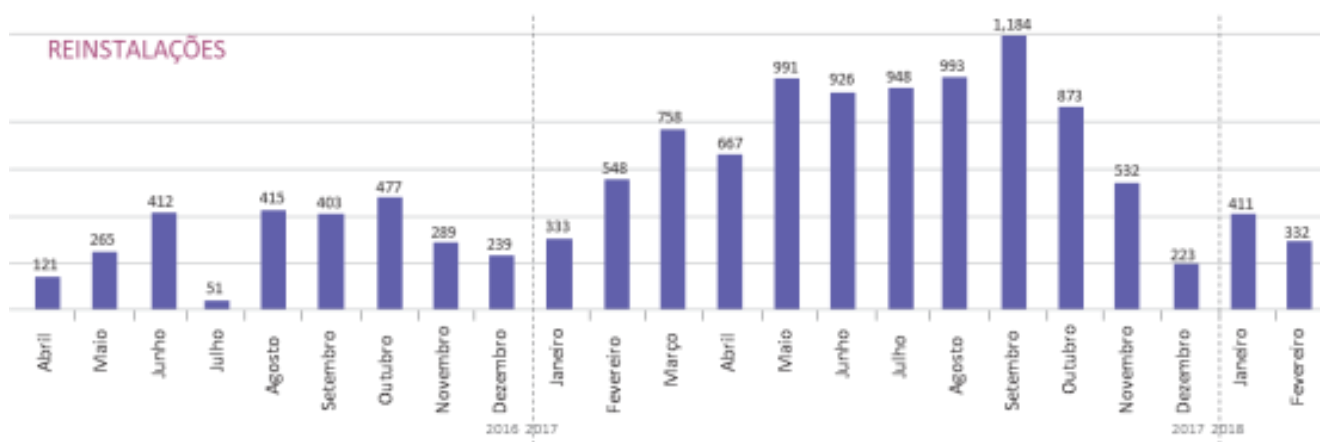


Gráfico: Número de reinstalações de refugiados sírios provenientes da Turquia entre abril de 2016 e fevereiro de 2018, fonte: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20180314_eu-turkey-two-years-on_en.pdf

Fundo para a Segurança Interna

O Fundo para a Segurança Interna promove a execução da Estratégia de Segurança Interna, a cooperação em matéria de aplicação da lei e a gestão das fronteiras externas da União. O fundo é composto por dois instrumentos, o Fundo para a Segurança Interna – Fronteiras e Vistos e o Fundo para a Segurança Interna – Polícia. O primeiro instrumento (Fronteiras e Vistos) contribui para assegurar um elevado nível de segurança na União, facilitando simultaneamente as viagens efetuadas de forma legítima. O segundo instrumento (Polícia) centra-se na luta contra a criminalidade, bem como na gestão de riscos e de crises.

Em 2017, a execução atingiu a velocidade de cruzeiro.

Ao abrigo da ajuda de emergência do Fundo para a Segurança Interna – Fronteiras e Vistos, em 16 de janeiro de 2018, foram concedidos 309 milhões de EUR, correspondentes a 53 convenções de subvenção, aos Estados-Membros para responderem à crise migratória e dos refugiados. Ao abrigo da ajuda de emergência do Fundo para a Segurança Interna – Polícia, foram concedidos 6,3 milhões de EUR, correspondentes a cinco projetos. Em 2017, foram concedidos 57,8 milhões de EUR aos dois Estados-Membros confrontados com as pressões mais urgentes nas suas fronteiras externas, nomeadamente a Grécia (3,8 milhões de EUR) e a Itália (54 milhões de EUR), em especial nos centros de registo.

A avaliação intercalar⁶⁷ indicou que o Fundo para a Segurança Interna – Fronteiras e Vistos contribuiu para a aplicação da política comum de vistos da UE e foi eficaz na facilitação das viagens efetuadas de forma legítima. O intercâmbio de informações e as atividades de formação contribuíram para a aplicação uniforme do acervo da União em matéria de política de vistos.

O fundo apoiou o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação da UE, com especial destaque para o Sistema de Informação sobre Vistos, que continha informações sobre 55 milhões de pedidos de visto de curta duração no início de 2018, e o Sistema de Informação Schengen, uma base de dados que continha mais de 76 milhões de alertas sobre pessoas ou objetos, tais como pessoas procuradas ou desaparecidas e objetos para efeitos de apreensão, e mais de 5 mil milhões de pesquisas e 243 500 referências pertinentes⁶⁸ em 2017.

relativamente baixo. Foram criadas várias ações nos domínios do alerta precoce e da cooperação em

Toda esta informação contribuiu para a prestação de serviços de elevada qualidade aos requerentes de visto, para a igualdade de tratamento dos nacionais de países terceiros e para combater a migração ilegal de forma homogénea, demonstrando um elevado valor acrescentado da UE. Não obstante, a contribuição do fundo para a cooperação consular e o reforço da cooperação com os países terceiros permaneceu limitada. O fundo contribuiu igualmente para a execução eficaz da gestão integrada das fronteiras, isto apesar da crise migratória e de segurança. Apoiou a elaboração da política de gestão integrada das fronteiras e reforçou a solidariedade entre os Estados-Membros, através do cofinanciamento do equipamento utilizado nas operações conjuntas da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira. O fundo contribuiu também para o desenvolvimento do Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (Eurosur) e de sistemas de tecnologias da informação para a gestão das fronteiras. No entanto, a avaliação revelou que a continuidade das ações depende, em grande medida, do financiamento da UE. Do ponto de vista financeiro, sem um instrumento de financiamento específico da UE, o financiamento nacional não teria permitido o financiamento eficiente e eficaz das ações previstas. Além disso, a avaliação concluiu que o quadro comum de acompanhamento e avaliação foi estabelecido tardiamente, muito depois do início dos projetos. As medidas de acompanhamento, elaboração de relatórios e controlo continuam a ser vistas como um peso burocrático pelas partes interessadas.

O Fundo para a Segurança Interna – Polícia contribuiu para um elevado nível de segurança na União, através da prevenção e da luta contra a criminalidade transfronteiriça grave organizada, incluindo o terrorismo, e do reforço da coordenação e da cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei. De igual modo, contribuiu para melhorar a capacidade dos Estados-Membros para gerir de forma eficaz os riscos relacionados com a segurança e as crises e, em menor escala, para proteger as pessoas e as infraestruturas críticas contra ataques terroristas e outros incidentes relacionados com a segurança.

Os dados disponíveis indicam que o fundo contribuiu para reforçar a cooperação e coordenação entre os Estados-Membros e os organismos europeus, bem como para melhorar a capacidade dos Estados-Membros para realizar avaliações abrangentes das ameaças e dos riscos, isto apesar de o número de projetos financiados a nível nacional e da União ser matéria de prevenção de crises (por exemplo, a rede ATLAS). A avaliação revelou que o quadro de

acompanhamento e avaliação deve incidir sobre questões como a definição dos indicadores e a simplificação dos relatórios. As questões ligadas à prossecução da eficiência do fundo, à flexibilidade na elaboração dos programas nacionais e ao financiamento do programa continuam a constituir outros tantos desafios. Apesar das melhorias

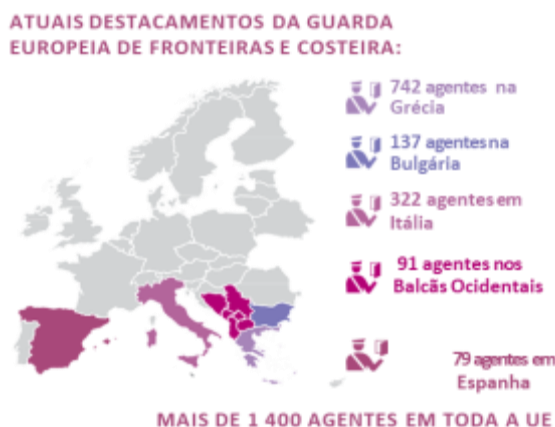


Figura: Repartição dos destacamentos da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, fonte: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20171207_the_european_border_and_coast_guard_agency_pt.pdf

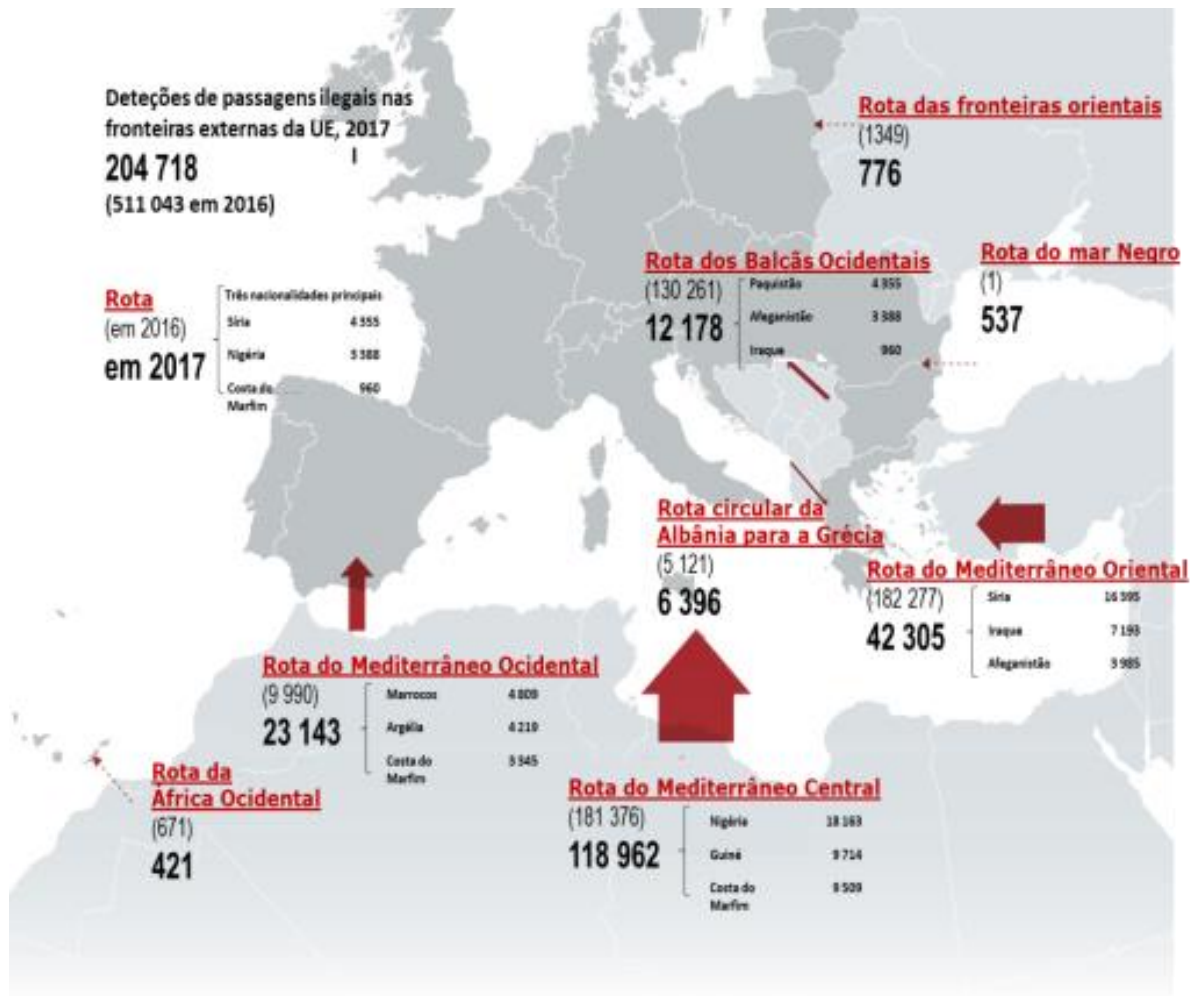
registadas em relação ao período de programação anterior, a perceção da carga administrativa associada ao fundo é ainda elevada.

A Comissão, em conjunto com a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira e os Estados-Membros, continuou a trabalhar em prol de uma gestão eficaz e reforçada das fronteiras externas da UE. Em 2017, a Agência efetuou 15 operações

conjuntas nas fronteiras externas marítimas, terrestres e aéreas da UE, para as quais destacou entre 1 175 e 1 700 guardas de fronteira, num total de 347 805 dias-homem (mais 11,6 % face a 2016). Nas fronteiras externas sujeitas a maiores pressões, a Agência teve uma presença permanente com a operação conjunta Triton, no Mediterrâneo Central, e a operação conjunta Poseidon, no Mediterrâneo Oriental.

A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira contribuiu para o resgate de 111 000 migrantes que chegaram a Itália através da rota do Mediterrâneo Central.

O ritmo das operações de regresso organizadas pela Frontex continuou a aumentar, tendo atingido um total de 14 271 pessoas regressadas em 2017.



Além disso, através da missão da política comum de segurança e defesa em curso no Níger e no Mali e do Fundo Fiduciário da UE para África, a UE apoia missões de busca e salvamento no deserto: até agora, as autoridades do Níger e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) salvaram este ano mais de 1 100 migrantes no Sara nigerino⁶⁹.

Na Grécia, estão operacionais cinco centros de registo (Moria, Vathy, Vial, Lepida e Pyli), nos quais todos os migrantes são devidamente submetidos a rastreio, identificação, recolha de impressões digitais e registo, e são informados sobre os seus direitos. Em 31 de dezembro de 2017, estes centros de registo tinham uma capacidade conjunta de cerca de 5 600 lugares. Foram envidados esforços continuados no sentido de melhorar as condições de

vida dos migrantes que permanecem por períodos mais prolongados nas ilhas, enquanto aguardam uma decisão sobre a sua situação de acordo com os requisitos da Declaração UE-Turquia. A fim de responder à procura crescente, abriram mais cinco centros de registo, com uma capacidade conjunta de 1 850 lugares, em Itália (Lampedusa, Messina, Trapani, Taranto e Pozzallo), que vieram aumentar a capacidade declarada total dos centros de registo em 15 %.

Apesar do afluxo contínuo e elevado das chegadas de migrantes no primeiro semestre de 2017, Itália conseguiu manter a taxa de recolha de impressões digitais perto dos 100 % em 2017.

Instrumento de Apoio de Emergência na União

No seu segundo ano de execução, o Instrumento de Apoio de Emergência continuou a prestar um valioso apoio aos refugiados vulneráveis na União Europeia (na Grécia). O ano de 2017 foi um ano de transição para a execução do instrumento, pois a abordagem passou de uma primeira operação de emergência para uma operação mais normalizada. Foram redimensionadas duas modalidades de execução da ajuda humanitária: 1) mudança do fornecimento de refeições para um sistema de ajuda monetária para assegurar a alimentação nos campos, e 2) mudança gradual do abrigo em campos para um regime de alojamento arrendado. Estas duas iniciativas resultaram no programa de ajuda de emergência para integração e alojamento. Segundo os dados estatísticos do Governo grego, no início de 2017, permaneciam na Grécia cerca de 60 000 refugiados e migrantes. A Agência das Nações Unidas para os Refugiados declarou que, no final de 2017, estavam ainda retidos no país mais de 45 000 refugiados e migrantes.

Em 2017, o instrumento acomodou até 40 000 destes beneficiários, afetando até 198 milhões de EUR, através de organizações humanitárias, à prestação de apoio de emergência em função das necessidades.

O financiamento complementou os esforços envidados pelas autoridades gregas, para além do apoio prestado à Grécia por outros instrumentos da

UE. As ações financiadas foram realizadas por quinze organizações humanitárias e respetivos parceiros de execução, através da prestação de apoio multisetorial baseado na ajuda monetária, que constituiu a modalidade de base. Os serviços incluíram ajuda à satisfação de necessidades básicas, ajuda alimentar, abrigo, alojamento arrendado, planeamento e gestão dos campos, proteção especial de menores não acompanhados, educação, cuidados de saúde (incluindo apoio psicossocial), água, saneamento e higiene. Em dezembro de 2017, 37 597 pessoas tinham beneficiado do programa de ajuda de emergência para integração e alojamento e do programa de ajuda monetária.

No primeiro semestre de 2017, o instrumento cobriu igualmente a gestão de cerca de 1 000 lugares para menores não acompanhados em abrigos específicos. A partir de agosto, as autoridades gregas assumiram o financiamento destes abrigos através dos respetivos programas nacionais, no âmbito do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração. O Instrumento de Apoio de Emergência contribuiu para a criação, quando necessário, de zonas de segurança 24 horas por dia-7 dias por semana nos campos para estes menores.

Mecanismo de Proteção Civil da União

O Mecanismo de Proteção Civil da União cumpriu de forma eficaz a sua função principal de facilitar a entrega da ajuda em espécie proveniente dos Estados-Membros da UE para acudir a catástrofes ocorridas dentro e fora da Europa. O Mecanismo de Proteção Civil da União tem por objetivo apoiar, coordenar e complementar as ações dos Estados-Membros no domínio da proteção civil, com vista a aumentar a eficácia dos sistemas que visam prevenir, preparar e responder a catástrofes naturais e de origem humana. O mecanismo visa reduzir as perdas de vidas humanas e os prejuízos ambientais, económicos e materiais causados por catástrofes, através de uma abordagem global que abranja a prevenção, a preparação e a resposta a catástrofes;

melhorar a compreensão dos riscos de catástrofes nos Estados-Membros, através da cooperação em matéria de avaliação de riscos e de planeamento e do desenvolvimento gradual de uma cultura europeia de prevenção de catástrofes; melhorar a preparação para catástrofes através de ações de formação, exercícios, intercâmbio de melhores práticas e atividades similares.

Em 2017, o Mecanismo de Proteção Civil da União foi ativado em resposta a 32 emergências e registou alguns feitos assinaláveis. Tendo em conta as catástrofes naturais mais complexas e frequentes que afetaram gravemente muitos países europeus nos últimos anos, a Comissão apresentou, em novembro, novos planos ambiciosos visando o

reforço da capacidade europeia para lidar com as catástrofes naturais, mediante o reforço das capacidades de resposta europeias através do sistema rescEU e a intensificação da prevenção e preparação para as catástrofes.

A Capacidade Europeia de Resposta de Emergência foi criada sob a forma de reserva voluntária. A reserva voluntária de capacidades de resposta dos Estados-Membros reúne uma série de módulos de proteção civil, outras capacidades de resposta e peritos que os Estados-Membros mantêm em estado de prontidão para intervirem em missões de proteção civil da UE em todo o mundo. As equipas têm de satisfazer critérios mínimos de qualidade e submeter-se a um processo de certificação destinado a garantir a qualidade e a interoperabilidade. Os módulos, capacidades de resposta e peritos com formação e certificação garantem uma resposta eficaz às catástrofes dentro e fora da UE. A reserva voluntária permite também abreviar o tempo de projeção dos meios. As capacidades da reserva voluntária foram mobilizadas em todas as emergências graves, incluindo as que necessitavam de recursos especializados.

Por exemplo, durante a crise do Ébola, foram disponibilizadas capacidades aéreas de evacuação sanitária de doentes infetados pelo Ébola, bem como laboratórios móveis.

No seguimento da execução bem-sucedida do projeto «Buffer-IT» de 2016, destinado a reforçar as capacidades aéreas dos Estados-Membros no combate aos incêndios florestais:

Foram cofinanciadas duas capacidades aéreas de combate a incêndios florestais (capacidades complementares) para a época de incêndios florestais de 2017. A capacidade complementar baseada em Itália era composta por dois aviões anfíbios pesados e a baseada em Espanha consistia em dois aviões anfíbios médios. Em 2017, estas capacidades complementares na Europa entraram em ação quatro vezes na Europa, tendo realizado um total de 230 horas de voo e 773 descargas de combate a incêndios.

De igual modo, o Corpo Médico Europeu, lançado em fevereiro de 2016, é o novo quadro de mobilização de equipas e peritos em medicina e saúde pública para operações de preparação ou resposta, dentro ou fora da UE. Até à data, nove Estados-Membros afetaram equipas médicas, laboratórios móveis e equipas de apoio logístico, tendo já sido mobilizadas



duas equipas durante o surto de Ébola na África Ocidental.

Fora das fronteiras da UE, em 2017, o mecanismo facilitou a prestação de assistência aos seguintes países: Albânia, Arménia, Bangladeche, Chile, Domínica, Iraque, México, Montenegro, Peru, Tunísia e Uganda. O mecanismo disponibilizou também conhecimentos especializados sob a forma de missões (consultivas) de preparação e prevenção na Jordânia, Butão e Arménia. Foram ainda realizadas ações de prevenção e preparação selecionadas em países candidatos, países potencialmente candidatos e países abrangidos pela política europeia de vizinhança.

A assistência enviada incluiu material e kits de abrigo (Bangladeche), estojos médicos (Iraque) e unidades de purificação de água (Domínica). Além disso, na sequência do sismo no México, peritos da UE reforçaram o apoio às autoridades mexicanas na avaliação dos danos ocorridos nos sítios do património cultural.

A avaliação intercalar do mecanismo foi concluída em 2017⁷⁰. A avaliação sublinhou que o mecanismo teve um claro valor acrescentado da UE para os Estados participantes nos seus três pilares temáticos, designadamente, prevenção, preparação e resposta às catástrofes. Por exemplo, no domínio da resposta, o valor acrescentado da UE foi bem evidente na perspetiva geral das capacidades disponíveis ao nível da UE, bem como na possibilidade de solicitar uma resposta coordenada à escala da UE através de uma única plataforma.

O mecanismo provou ser um instrumento útil para mobilizar e coordenar a assistência prestada pelos Estados participantes na resposta a crises dentro e

fora da União, constituindo uma prova tangível da solidariedade europeia. Por exemplo, a existência de uma única plataforma europeia para a partilha de informações, a coordenação operacional e o estabelecimento de normas europeias sobre as capacidades de resposta a catástrofes e de orientações comuns sobre a avaliação dos riscos demonstram claramente o valor acrescentado da UE no domínio da prevenção, preparação e resposta às catástrofes.

O acréscimo de novas capacidades através da Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (reserva voluntária) reforçou a preparação global para enfrentar catástrofes ao nível da UE e permitiu mobilizar recursos de resposta de projeção imediata, constituídos por uma série de equipas, peritos e equipamento dos Estados participantes. Subsistem desafios importantes no que toca à determinação das necessidades das capacidades, à fixação de

objetivos adequados para as capacidades e à formulação de normas de qualidade, bem como à melhoria da articulação entre as atividades de prevenção e as atividades de preparação e resposta. Outro desafio a vencer passa pela articulação com programas da UE de âmbito mais vasto, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. A avaliação salientou a necessidade de reforçar o quadro de acompanhamento, aumentar a coerência entre as ações no âmbito do mecanismo e a agenda de adaptação às alterações climáticas da UE, e aumentar a sustentabilidade dos resultados. O mecanismo deve ainda encontrar o equilíbrio correto entre, por um lado, ser um quadro de assistência mútua entre países europeus na sequência de catástrofes naturais ou de origem humana e, por outro, evoluir no sentido de um instrumento mais complexo, capaz de responder a crises de várias naturezas e com um alcance global.

Programa «Europa para os Cidadãos»

A execução do programa «Europa para os Cidadãos» decorre em duas vertentes: «Memória europeia» e «Empenhamento democrático e participação cívica». Estas vertentes cofinanciam projetos relativos à memória europeia, atividades de geminação de municípios, redes de municípios e projetos da sociedade civil. As duas vertentes são complementadas por ações horizontais para a divulgação e utilização dos resultados dos projetos. O programa é executado através de subvenções de ação e subvenções de funcionamento concedidas a organizações europeias da sociedade civil e grupos de reflexão ativos nos domínios temáticos visados pelo programa.

Em 2017, no âmbito da vertente «Memória europeia», foram apoiadas 39 iniciativas destinadas a criar um sentimento de apropriação por parte dos cidadãos em relação ao modo como a UE está a evoluir e aos valores em que assenta. Os 373 projetos de geminação de municípios, as 32 redes de municípios e os 27 projetos da sociedade civil, no âmbito da vertente «Empenhamento democrático e participação cívica», centraram-se na promoção da solidariedade em tempos de crise e no combate à estigmatização dos migrantes e grupos minoritários.

Em 2017, todas as ações do programa foram executadas. Durante este ano, das 1 942 candidaturas recebidas, foram selecionados 412 projetos, com um orçamento total de 25,6 milhões de EUR. O programa foi executado em 33 países participantes elegíveis.

O resultado da avaliação intercalar⁷¹ do programa «Europa para os Cidadãos» confirma o valor acrescentado do programa na promoção da participação cívica, no reforço do sentimento de pertença e no fomento da compreensão mútua. A estrutura do programa, com duas vertentes e uma medida transversal relativa à valorização, demonstrou ser eficiente, e tanto as subvenções de funcionamento como as de ação ajudaram a alcançar os resultados pretendidos. No total, 3,3 milhões de cidadãos participaram diretamente em atividades apoiadas pelo programa (por exemplo, atividades de geminação de municípios, eventos organizados por organizações da sociedade civil, etc.) e outros 3,9 milhões tiveram uma participação indireta (por exemplo, utilização de material em linha produzido no âmbito do programa, leitura de estudos elaborados por grupos de reflexão). No entanto, a avaliação também apontou a falta de visibilidade derivada da pequena escala das atividades, a necessidade de reforçar as sinergias com outros programas da UE e a necessidade de melhorar os indicadores de acompanhamento.

Programa «Direitos, Igualdade e Cidadania»

Em 2017, o programa «Direitos, Igualdade e Cidadania» contou com um orçamento de 61,5 milhões de EUR. O programa de trabalho anual de 2017 foi adotado em 1 de março de 2017, com 10 convites à apresentação de propostas para subvenções de ação lançados e oito encerrados. Foram igualmente encerrados três convites à apresentação de propostas para subvenções de funcionamento destinadas a apoiar os parceiros em contratos-quadro. Foram concedidas subvenções de funcionamento no valor de 15 milhões de EUR a 12 autoridades nacionais e 32 organizações ativas no terreno, destinadas a projetos centrados na identificação e melhoria das normas sobre proteção e apoio às vítimas.

A maior parte das atividades no âmbito do programa contribui para a realização das prioridades da UE no domínio da «Justiça e direitos fundamentais», para a realização de uma União de mudança democrática e para a Agenda Europeia para a Segurança (nomeadamente para as atividades de luta contra o racismo e a xenofobia). O programa contribui igualmente para o mercado único digital através do apoio a atividades propostas em matéria de proteção de dados e do combate ao discurso de incitação ao ódio em linha. As atividades em matéria de direitos do consumidor respeitantes à computação em nuvem e aos contratos digitais contribuem também para um mercado único digital em rede, bem como para um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo.

No domínio da não discriminação e da política de integração dos ciganos, o programa apoiou ações que asseguram a proibição, sempre que possível, da discriminação em razão da religião ou das convicções, da idade, da deficiência e da orientação sexual, assim como em razão do sexo e da raça ou origem étnica. O programa apoiou a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020 com o financiamento de ações destinadas a proteger os direitos das pessoas com deficiência. Em 2017, foram atribuídos 701 207 EUR para apoiar iniciativas como o Cartão Europeu de Deficiente, o Prémio «Cidade Acessível» e o lançamento do Dia Europeu das Pessoas com Deficiência.

O programa continuou a dar prioridade a ações de prevenção e luta contra todas as formas de violência contra as mulheres, os jovens e as crianças. Na Finlândia, um projeto consistiu na formação de cerca de 1 000 médicos, enfermeiros e outros trabalhadores dos setores social e da saúde para o reconhecimento dos sinais de violência doméstica e o incentivo à comunicação e denúncia de casos de violência.

O programa apoiou também ações orientadas para a prevenção e luta contra todas as formas de violência. Este apoio preparou o terreno para a adesão da UE e dos seus Estados-Membros à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Tais ações incluíram, por exemplo, o apoio à conferência da Presidência maltesa sobre a violência de género no contexto da discriminação intersectorial e do acesso das mulheres à justiça e aos serviços, realizada em fevereiro de 2017. Nessa ocasião, foi lançada uma ferramenta em linha para os profissionais que contactam com mulheres vítimas da mutilação genital feminina.

No domínio da igualdade de género, o programa apoiou a participação das mulheres no mercado de trabalho e a eliminação da discriminação, incluindo as disparidades salariais entre homens e mulheres. No âmbito da execução do Compromisso estratégico para a igualdade de género 2016-2019, o programa contribuiu para aumentar o equilíbrio entre homens e mulheres nos cargos de decisão económica, através da criação de uma base de dados da Comissão sobre homens e mulheres em cargos de decisão.

As ações no domínio dos direitos da criança apoiaram a promoção de uma justiça adaptada às crianças e, tendo em conta a emergência da situação da migração, os fundos deram prioridade a iniciativas para a proteção das crianças em situações de vulnerabilidade.

A título de exemplo, o programa financiou o 11.º Fórum Europeu sobre os Direitos da Criança, em novembro de 2017, dedicado ao tema das crianças privadas da sua liberdade e das alternativas à detenção.

Os resultados preliminares da avaliação intercalar demonstram que o programa alcançou bons progressos na consecução dos seus objetivos, de forma eficiente e eficaz. No entanto, a distribuição

entre os diferentes grupos de beneficiários e entre os objetivos do programa não é a ideal, assim como o não é a sua distribuição geográfica. O planeamento, o acompanhamento e a execução mais sistemáticos

das atividades do programa contribuiriam para a sustentabilidade dos resultados dos projetos. A eficiência dos mecanismos de candidatura, execução e elaboração de relatórios poderia ser reforçada.

Programa «Justiça»

O programa «Justiça» contribui para o desenvolvimento de um espaço europeu de justiça baseado no reconhecimento e na confiança mútuos. O programa promove a cooperação judiciária em matéria civil e penal e no domínio da formação judiciária, a fim de fomentar uma cultura judiciária comum. Apoia o acesso efetivo à justiça na Europa, bem como as iniciativas no domínio da política da luta contra a droga. O programa «Justiça» visa melhorar a aplicação dos instrumentos de justiça da UE (por exemplo, a decisão europeia de investigação, o mandado de detenção europeu e os processos de entrega, a decisão europeia de proteção, a decisão europeia de arresto de contas, o direito da família) e aplicar de forma mais célere os processos judiciais transnacionais, através da cooperação, do diálogo, do intercâmbio de informações, de atividades de formação e da harmonização das práticas. Todas as atividades financiadas pelo programa «Justiça» têm uma dimensão transnacional. Na sua maioria, são executadas por parcerias representativas de, pelo menos, dois países ou redes agrupando membros de, pelo menos, catorze países participantes.

O orçamento operacional atribuído ao programa «Justiça» em 2017 (52,6 milhões de EUR) foi utilizado principalmente para reforçar a cooperação judiciária em matéria civil e penal e facilitar o acesso à justiça.

Estão concluídos todos os convites à apresentação de propostas e concursos no âmbito dos programas de trabalho de 2014, 2015 e 2016. A execução dos respetivos projetos e contratos está em curso.

O programa financia a Rede Judiciária Europeia em matéria civil e comercial. A rede agrega as autoridades judiciárias nacionais e visa simplificar e reforçar a cooperação judiciária entre os Estados-Membros e melhorar a aplicação da justiça civil na UE.

Com o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais, o aumento do número de trocas de informações contribuiu para um intercâmbio mais rápido e direcionado de informações sobre condenações penais entre os Estados-Membros. Em 2017, o aumento superou em mais de oito vezes o número do ano de referência de 2012.

O financiamento contínuo do Portal Europeu da Justiça deu origem a cerca de 2,7 milhões de referências pertinentes em 2017, o equivalente a seis vezes o número de 2012.

O portal dá acesso a documentos de processos transfronteiriços, jurisprudência, documentos sobre os sistemas judiciais da UE e material de formação, facilitando assim o acesso à justiça de cidadãos e empresas e contribuindo para a confiança mútua.

No contexto da luta contra o terrorismo, uma das principais prioridades da Agenda Europeia para a Segurança, as ações financiadas deram prioridade à prevenção da radicalização e à melhoria das condições nas prisões. Em 2017, foram concedidas subvenções de funcionamento a organizações como a EuroPris e a Confederação Europeia de Liberdade Condicional, para projetos que contribuíram para aumentar a utilização de medidas alternativas à prisão e melhorar as condições de detenção nos Estados-Membros. A melhoria das más condições nas prisões é uma prioridade política ao nível da UE, dado que existe um maior risco de radicalização nestes contextos e tais condições podem limitar a eficiência, por exemplo, do mandado de detenção europeu.

Os resultados preliminares da avaliação intercalar mostram que, a meio da execução, os progressos do programa têm sido consideráveis. No entanto, surgiram vários desafios ligados à execução do programa. Até à data, o programa tem tido beneficiários de um número limitado de Estados-Membros. A melhoria das atividades de comunicação poderá resolver este problema no futuro. Os indicadores do programa são adequados para acompanhar os progressos alcançados na realização dos seus objetivos mas, por vezes, são difíceis de medir devido à falta de instrumentos adequados. Os objetivos do programa são amplos e flexíveis, mas as iniciativas no domínio das políticas de luta contra a droga são, por vezes, difíceis de conciliar com outras prioridades do programa, como a cooperação judiciária e o acesso à justiça. Para aumentar a pertinência do programa, é necessária uma análise mais sistemática das necessidades das partes interessadas e dos grupos-alvo adicionais. A fim de minimizar o risco de duplicações e de aumentar as

sinergias possíveis, seria fundamental aumentar a coordenação e o intercâmbio de informações entre os programas e projetos da UE, de modo a permitir uma afetação mais coerente e eficiente dos recursos,

Programa «Consumidores»

O programa apoia a aplicação da legislação de defesa do consumidor, em especial através de ações destinadas a reforçar a base de conhecimentos e o processo de revisão do Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor, bem como de ações conjuntas tendo em vista o reforço da cooperação administrativa para a aplicação e o cumprimento da legislação em matéria de segurança dos produtos (Diretiva Segurança Geral dos Produtos) em todo o mercado interno. Estes objetivos não podem ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros, em especial devido à natureza transfronteiriça das questões envolvidas.

A execução do programa «Consumidores» 2014–2020 está bem encaminhada para cumprir os seus objetivos plurianuais. Na sua maioria, os indicadores de desempenho conexos previstos para 2014, 2015, 2016 e 2017 foram alcançados.

Até ao final de 2017, 99 % do orçamento operacional de 23,7 milhões de EUR atribuído para a execução do programa de trabalho anual de 2016 foram utilizados e traduziram-se em compromissos jurídicos. Em março de 2018, a taxa de execução do programa de trabalho de 2017 (24,1 milhões de EUR) situava-se nos 61 %. As autorizações globais para as restantes ações já definidas (compromissos jurídicos a concluir durante o primeiro semestre de 2018) foram concedidas no final de 2017.

Em comparação com o programa anterior, o programa de 2014-2020 trouxe melhorias significativas, nomeadamente a simplificação das subvenções para os centros europeus do consumidor (com base em parcerias estratégicas plurianuais) e do sistema de intercâmbio de funcionários responsáveis pela aplicação da legislação (indenizações em vez de subvenções).

A Rede de Centros Europeus do Consumidor ajuda os consumidores nas compras transfronteiriças, explicando os seus direitos quando efetuam compras a nível internacional e ajudando-os a obter reparação junto de um comerciante de outro país da UE (ou da Islândia ou Noruega) quando algo corre mal.

de acordo com as prioridades mais importantes. Por último, há ainda margem para reduzir a carga administrativa.

A Rede de Centros Europeus do Consumidor desenvolveu a aplicação «Travel App» para ajudar os consumidores a exercerem os seus direitos quando passam férias no estrangeiro, a qual registou cerca de 100 000 contactos anuais com consumidores.

Foram criadas plataformas em linha para incentivar a cooperação administrativa para a aplicação e cumprimento da legislação em matéria de segurança dos produtos. Em 2017, estas plataformas registaram um crescimento das taxas de participação. Por exemplo, a plataforma de intercâmbio de conhecimentos no âmbito da cooperação no domínio da defesa do consumidor registou um aumento de 28 % no número de intercâmbios entre funcionários desde 2016:

- A plataforma de resolução de litígios em linha da UE, criada em 2016, continuou a reforçar os direitos dos consumidores através do acesso a uma resolução de litígios simples, célere e de baixo custo. Esta plataforma permite que consumidores e comerciantes resolvam em linha os seus litígios relativos a compras em linha nacionais e transfronteiriças, sem terem de recorrer aos tribunais. Em 2017, a confiança no sistema melhorou, com um total de 52 735 processos recebidos. De acordo com um inquérito, cerca de 44 % das queixas foram resolvidas fora da plataforma, mediante um contacto direto entre os consumidores e os comerciantes iniciado na plataforma.

- Criada em 2017 para aumentar a cooperação no domínio da defesa do consumidor e a capacidade das redes de segurança dos produtos para realizar investigações em linha, a Academia de controlo de aplicação da lei em linha contou já com 158 funcionários no seu primeiro ano de funcionamento.

- O sistema de alerta rápido para produtos não alimentares perigosos continuou a facilitar a troca de informações entre os Estados-Membros e a Comissão sobre as medidas tomadas contra os produtos perigosos. Em 2017, as autoridades nacionais puseram a circular 2 201 alertas sobre produtos perigosos através do sistema, proporcionando aos consumidores o acesso rápido a

informações sobre produtos perigosos vendidos na UE. De igual modo, em 2017, os alertas desencadearam cerca de 4 000 ações de seguimento noutros Estados-Membros, o que demonstra a estreita colaboração das autoridades nacionais no sentido da realização do objetivo comum de manter a segurança do mercado e proteger os consumidores da UE. Os brinquedos, os automóveis e os motociclos surgem no topo da lista dos produtos perigosos detetados e retirados do mercado.

Prossegue a avaliação intercalar do programa, cujos primeiros resultados revelam uma satisfação geral das partes interessadas quanto à pertinência e à eficácia das atividades. Em geral, os objetivos e

prioridades do programa «Consumidores» são avaliados como sendo ainda totalmente pertinentes, devendo por isso ter continuidade. Contudo, foram identificados diversos aspetos suscetíveis de melhoria, nomeadamente a limitada flexibilidade do programa para dar resposta às necessidades de políticas a curto prazo, o processo de planeamento insuficiente, que deveria também prever a possibilidade de reagir rapidamente às novas necessidades estratégicas ou à evolução do mercado, e a margem para melhorar as relações com países terceiros (em especial no domínio da aplicação da lei).

Programa dos alimentos para consumo humano e animal

O programa dos alimentos para consumo humano e animal contribui para um elevado nível de saúde humana e animal e de fitossanidade ao longo da cadeia alimentar. Apoiar ações de prevenção e erradicação de doenças e pragas, assegurando um elevado nível de defesa dos consumidores e do setor dos alimentos para consumo humano e animal e favorecendo a criação de emprego. A avaliação intercalar de 2017 do programa dos alimentos para consumo humano e animal⁷² confirmou a sua relevância e o seu bom funcionamento. Ao mesmo tempo, o apoio prestado pelo programa deverá igualmente contribuir para que a União se torne mais competitiva neste domínio. Em 2016, a execução dos 130 programas veterinários nacionais, cofinanciados com 150 milhões de EUR no âmbito do programa dos alimentos para consumo humano e animal, processou-se conforme previsto. Estes programas visam doenças dos animais transmissíveis, muitas vezes epidémicas, e têm impacto direto na saúde pública devido a questões de segurança dos alimentos e ao facto de algumas doenças dos animais serem transmissíveis aos seres humanos. Por outro lado, os surtos de doenças de animais podem acarretar custos económicos significativos, devido à perda de mercados internos e externos da UE e ao custo direto do controlo das doenças para os orçamentos da UE e dos Estados-Membros. Contudo, a erradicação de uma doença constitui um exercício de longo prazo que requer um esforço contínuo e coerente durante um longo período de tempo.

Em 2017, registaram-se novas intrusões da doença da peste suína africana em novas zonas da Polónia e em novos Estados-Membros (República Checa e Roménia), associadas a atividades humanas e não à forma natural de propagação da doença através das deslocações dos javalis. A resposta bem direcionada e multifacetada da UE aos surtos de peste suína africana circunscreveu os efeitos negativos, sendo que a epidemia poderia ter tido efeitos devastadores na saúde dos animais e na sustentabilidade do setor. A contenção da doença na UE não tem equivalente noutros países terceiros afetados, nos quais a doença se propagou por milhares de quilómetros em poucos anos.

Também em 2017, foram cofinanciados 24 programas nacionais de inquérito sobre organismos prejudiciais aos vegetais (mais sete do que em 2015) para assegurar a deteção e erradicação precoces de pragas. A globalização do comércio de vegetais, aliada às alterações climáticas, aumentou substancialmente o risco de pragas vegetais, pelo que a deteção e o controlo precoces são essenciais para atenuar as suas consequências para o comércio e a economia.

Além do cofinanciamento dos programas nacionais, prossegue o apoio financeiro da UE às medidas de emergência, de forma a limitar os surtos de doenças de animais e de pragas numa fase precoce. Um grave surto de gripe aviária em 2016/2017 exigiu uma importante contribuição financeira superior a 100 milhões de EUR. O vírus da gripe aviária é propagado pela circulação das aves selvagens, o que impossibilita o controlo da sua propagação. A contenção precoce é importante, na medida em que,

caso não sejam enfrentados de imediato e fiquem fora de controlo, os surtos podem ter enormes custos para o orçamento da União Europeia, os orçamentos nacionais e a comunidade agrícola.

Programa «Saúde»

O objetivo do programa «Saúde» consiste em complementar, apoiar e acrescentar valor às políticas dos Estados-Membros melhorando a saúde dos cidadãos da UE e reduzindo as desigualdades no domínio da saúde, incentivando a inovação no domínio da saúde e aumentando a sustentabilidade dos sistemas de saúde. A avaliação intercalar de 2017 do programa «Saúde»⁷³ confirmou a relevância do programa e a eficácia das medidas de simplificação introduzidas em relação ao programa anterior. A avaliação recomendou o reforço dos esforços enviados no sentido de gerar valor acrescentado da UE, aumentar as sinergias e assegurar a melhoria dos resultados significativos através da cooperação com outros instrumentos financeiros da UE.

Em 2017, foram lançadas novas ações conjuntas para a saúde no domínio da cooperação entre os Estados-Membros. Estas ações conjuntas abrangem temas como as desigualdades no domínio da saúde, a Parceria Inovadora para a Ação contra o Cancro, a vacinação, a prontidão nos pontos de entrada de refugiados e migrantes, as ações de apoio à rede de saúde em linha e a sustentabilidade dos sistemas de informações sobre saúde da UE. Estas ações deverão permitir uma melhor e mais rápida transferência de conhecimentos e a partilha de informações necessária para a elaboração de políticas a nível nacional.

Em 2017, foi lançado um acordo-quadro de parceria com organismos não governamentais ativos nos domínios da saúde. Esses organismos não

Continuam a não existir indicadores da relação custo-eficácia do programa. Em 2107, foram lançados projetos para a sua definição.

governamentais deverão assistir a Comissão com as informações e o aconselhamento necessários para a elaboração de políticas de saúde e a realização dos objetivos e prioridades do programa «Saúde». O apoio destes organismos não governamentais justifica-se pelo contributo que podem dar para o incremento da literacia em matéria de saúde, a promoção de estilos de vida saudáveis e a organização de consultas públicas sobre a política científica. Os organismos não governamentais contribuem também para a otimização das atividades e práticas dos cuidados de saúde, transmitindo os pontos de vista dos pacientes e facilitando a comunicação com os mesmos.

Em 2017, começou a funcionar em pleno a primeira de 24 redes virtuais europeias ao serviço de pacientes com doenças raras e complexas. Estas redes europeias de referência englobam 900 unidades de cuidados de saúde altamente especializadas de mais de 300 hospitais de 26 países da UE, concentrando conhecimentos e recursos.

Os pacientes podem ser encaminhados pelo seu prestador de cuidados de saúde para a respetiva unidade da rede europeia de referência no seu país. Seguidamente, a referida unidade convoca um «conselho consultivo virtual» de médicos especialistas que emite o diagnóstico e presta aconselhamento sobre o tratamento mais adequado para a patologia em causa.

Programa «Europa Criativa»

O programa «Europa Criativa» disponibiliza 1,46 mil milhões de EUR para apoiar os setores culturais e criativos europeus, nomeadamente o setor audiovisual, a fim de promover a diversidade cultural e linguística e estimular a competitividade europeia. O programa «Europa Criativa» visa libertar o potencial de crescimento através da supressão dos obstáculos criados pela fragmentação dos mercados, da resposta a uma concorrência internacional feroz e da adaptação à transformação digital da sociedade.

O subprograma MEDIA promove a criação e distribuição de conteúdos audiovisuais (filmes, séries de televisão e vídeos).

Em 2017, o programa decorreu como previsto, com quase 100 % do orçamento final executado em termos de autorizações e pagamentos. No total, foram apresentadas 5 025 candidaturas, das quais foram selecionados 2 317 projetos para financiamento.

No âmbito do subprograma Cultura, a taxa de êxito dos projetos de cooperação cresceu ligeiramente de 13,96 % no período de 2014-2017 para 14,78 % em 2017, assinalando uma forte e contínua procura do apoio da UE e a exclusão de um elevado número de projetos de qualidade devido às limitações dos fundos. Além disso, foi dada uma maior ênfase à seleção de organizações representativas de uma maior variedade de setores abrangendo domínios até agora não atingidos, como as artes digitais e a fotocópia.

Em 2017, o programa aumentou igualmente o número de países participantes, com a adesão do primeiro país vizinho do Mediterrâneo, a Tunísia, e outros dois países prestes a assinar a sua convenção no primeiro semestre de 2018 (Arménia e Kosovo). Esta evolução representa uma indicação clara da relevância do programa enquanto instrumento útil para a diplomacia cultural e a recente estratégia da UE para o papel da cultura nas suas relações externas.

Os resultados preliminares da avaliação intercalar do programa confirmam o seu valor acrescentado. O programa «Europa Criativa» contribuiu para a realização da agenda política da UE, estimulando o investimento e a criação de emprego (3 000 postos de trabalho criados entre 2014 e 2016) e aprofundando o mercado interno, em especial através de uma maior circulação de conteúdos criativos. A avaliação intercalar considera que a execução está no bom caminho para atingir os objetivos do programa. De igual modo, o reforço da capacidade financeira das pequenas e médias empresas dos setores cultural e criativo revelou ser altamente pertinente para satisfazer as necessidades financeiras destes setores. Além disso, o valor acrescentado do programa foi reconhecido no carácter transnacional das suas ações, que geram efeitos positivos através de intercâmbios, redes e parcerias. No entanto, os resultados preliminares sugerem que o programa não é suficientemente flexível para tirar pleno partido das oportunidades que a digitalização oferece (por exemplo, a criação e distribuição digitais, o maior envolvimento com os públicos, o acesso a novos mercados ou os megadados). Embora a relação custo-eficácia seja satisfatória, há margem para simplificar mais a execução, de modo a reduzir os custos. A avaliação intercalar identificou também a necessidade de desenvolver um quadro global de controlo do desempenho, consistindo num conjunto de indicadores estreitamente relacionados com os objetivos do programa, tanto em termos dos resultados e benefícios para os beneficiários, como em termos dos impactos mais amplos e de longo prazo, a nível cultural, económico e social.

Em 2017, o subprograma MEDIA contribuiu para aumentar a visibilidade dos filmes europeus. Foram distribuídos mais de 400 filmes europeus além-fronteiras, que tiveram audiências de 65 milhões de pessoas por ano. Foi também apoiada a rede LSO de mais de 1 000 salas de cinema em 33 países, centrada na exibição de filmes europeus.

A qualidade dos filmes mereceu também o reconhecimento internacional. Por exemplo, no Festival de Cinema de Cannes, o filme «O Quadrado» conquistou a Palma de Ouro, enquanto nos Óscares o filme «Chama-me pelo Teu Nome» foi laureado com o prémio para o melhor argumento adaptado. Segundo a avaliação intercalar, o impacto do subprograma MEDIA sairia reforçado com uma maior colaboração e mais flexibilidade nos regimes de apoio, bem como com um enfoque na expansão do setor audiovisual.

O recém-criado Mecanismo de Garantia dos Setores Culturais e Criativos ajudou as pequenas e médias empresas destes setores que sentem dificuldades no acesso ao crédito devido à natureza intangível dos seus ativos. Desde o seu lançamento em 2016 até ao final de 2017, contou já com a participação de oito intermediários financeiros de seis países, o que demonstra a relevância deste instrumento.

A partir do segundo semestre de 2017, 161 pequenas e médias empresas receberam empréstimos num valor total de 32 milhões de EUR, para mais de 200 projetos que empregam mais de 900 pessoas. Ainda em 2017, foi atribuída uma dotação complementar de 60 milhões de EUR, o equivalente a 50 % do orçamento total, que permitiu uma aplicação mais rápida do apoio de garantia.

Destinado a colmatar o défice de financiamento das pequenas e médias empresas dos setores culturais e criativos, o Mecanismo de Garantia teve uma forte procura em 2017. Foram concedidos cerca de 500 empréstimos a beneficiários de Espanha, França, Roménia, República Checa, Bélgica e Itália. Dada esta forte procura do mercado, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos foi mobilizado para complementar o Mecanismo de Garantia em 60 milhões de EUR.

1.5. Europa Global (rubrica orçamental 4)⁷⁴

Em termos de dotações de autorização, foram afetados aos programas 10,7 mil milhões de EUR no âmbito da rubrica 4, o que corresponde a 7 % do orçamento total da UE para 2017. A ajuda ao desenvolvimento da UE é reforçada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, que não é financiado pelo orçamento da UE, mas a partir de contribuições diretas dos seus Estados-Membros.

A rubrica 4 do quadro financeiro abrange todas as ações externas da Comissão e um vasto espetro de

ações, como a ajuda ao desenvolvimento, a assistência de pré-adesão e a ajuda humanitária. Além disso, esta rubrica inclui as ações que contribuem para a estabilidade e a paz, a promoção dos direitos humanos, as missões de observação de eleições e muitas outras.

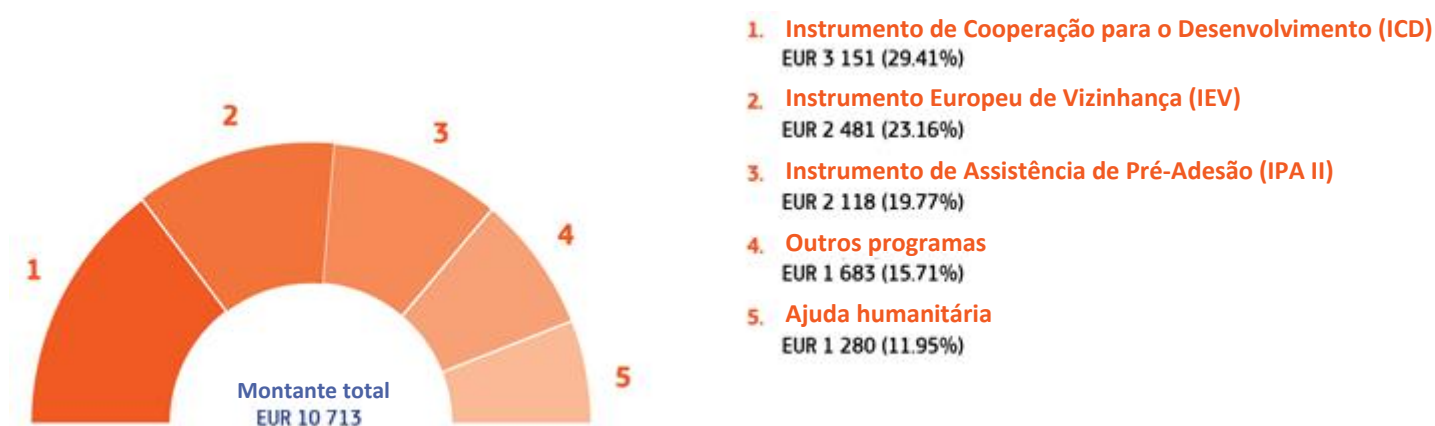


Gráfico: Principais programas financiados em 2017 ao abrigo da rubrica 4. Os outros programas incluem, entre outros, o Instrumento de Parceria, o Instrumento para a Estabilidade e a Paz, a política externa e de segurança comum, o Fundo de Garantia relativo às ações externas e o Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear. Todos os valores são expressos em milhões de EUR.

Apoio às prioridades da Comissão Europeia

Os programas financiados ao abrigo da rubrica 4 contribuem para as prioridades da Comissão Juncker «Uma Europa mais forte na cena mundial» e «Migração». Apoiam também, em especial, a dimensão externa de outras prioridades da Comissão Juncker, nomeadamente «Uma União mais resiliente a nível da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas», «Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento» e «Um espaço de justiça e de direitos fundamentais baseado na confiança mútua», que coloca uma forte ênfase na segurança.

Ajuda humanitária

A UE e os seus Estados-Membros constituem o maior doador mundial de ajuda humanitária e nessa qualidade desempenham um papel crucial na resposta aos desafios humanitários, prestando auxílio e proteção às populações afetadas. O programa de ajuda humanitária da UE apoia as populações mais vulneráveis de países em situação de crise, incluindo as denominadas «crises esquecidas» (crises que têm pouca atenção e fraca cobertura dos meios de comunicação social).

Em 2017, a UE disponibilizou mais de 2,2 mil milhões de EUR de ajuda⁷⁵ a mais de 80 países. Mais de 50 % desta verba foi direcionada para os países mais vulneráveis, tal como determinado pela análise de avaliação dos riscos.

Em 2017, a UE consagrou 6 % do seu orçamento anual para a ajuda humanitária à educação em situações de emergência, que é um dos setores da ajuda humanitária mais subfinanciados. Entre 2012 e 2017, perto de 4,7 milhões de crianças de 52 países de todo o mundo foram beneficiárias do financiamento da UE⁷⁶.

Durante o período de 2012–2016, a ajuda humanitária da UE centrou-se sobretudo nos seguintes setores: segurança alimentar e meios de subsistência (mais de 30 % do total para o período), saúde (mais de 12 %), nutrição (mais de 10 %), a abrigo e saneamento e higiene (mais de 9 %)⁷⁷.



Ajuda humanitária da UE em 2017

Crise iraquiana

Em 2017, a UE intensificou a sua resposta à crise humanitária no Iraque. Praticamente um terço da população deste país carecia, no final de 2017, de ajuda humanitária. A UE continuou a posicionar-se como o principal doador, com um apoio total de 82,5 milhões de EUR em 2017. Este apoio financeiro centrou-se sobretudo no salvamento de vidas de civis em todas as zonas de conflito ativo, bem como na facilitação da evacuação sanitária de feridos e doentes e da prestação de serviços médicos de emergência.

Crise da seca no Corno de África

A região conhecida como Corno de África enfrenta diversos desafios, em termos de deslocados internos e de refugiados, sendo o fator mais importante a elevada insegurança alimentar. Após 2016, um ano marcado por secas e inundações, 2017 teve a pior seca desde 2011, que afetou toda a região. Em resposta à situação, a UE canalizou 185 milhões de EUR em 2017 para a ajuda na região do Corno de África.

Crise dos roinjas (Mianmar/Bangladeche)

Mais de 688 000 roinjas procuraram refúgio para lá da fronteira do Estado de Arracão, na região de Cox's Bazar, Bangladeche, elevando o número total de refugiados roinjas no Bangladeche para perto de um milhão de pessoas. Em jeito de resposta, organizou-se, em 2017, uma conferência de doadores das Nações Unidas para a crise dos refugiados roinjas, que resultou em promessas de donativos num total de 345 milhões de dólares dos EUA a favor dos refugiados roinjas. A UE e os seus Estados-Membros contribuíram com mais de 50 % do total, cerca de 136 milhões de EUR.

Crise síria

A União Europeia continua a prestar ajuda para salvamento de vidas e apoio a milhões de pessoas na Síria e na região. A ajuda contribuiu para a disponibilização vital de alimentos, medicamentos, água e abrigo aos milhões de sírios diretamente afetados e/ou internamente deslocados devido ao conflito. No vizinho Líbano, o financiamento da UE contribuiu para a ajuda aos refugiados mais vulneráveis, cuidados de saúde secundários para salvamento de vidas, educação não formal e abrigo – incluindo água, higiene e saneamento –, com vista a melhorar as condições de vida das famílias vulneráveis mais afetadas pela deslocação forçada.

Em 2017, foi efetuada uma avaliação global das ações de ajuda humanitária da UE entre 2012 e 2016. As conclusões preliminares destacam que, no geral, as ações humanitárias financiadas se basearam nas necessidades e foram executadas no respeito pelos princípios humanitários. As ações deram um importante contributo para a consecução dos objetivos principais, nomeadamente, salvar vidas, reduzir a morbilidade e o sofrimento e

melhorar a dignidade da vida das populações afetadas por catástrofes. As conclusões preliminares apontam ainda para o facto de o nível de financiamento ter permitido à UE ter um impacto efetivo no terreno, respondendo às necessidades de um número significativo de beneficiários num grande número de países e regiões.

coordenação conjunta de instrumentos existentes e a assegurar uma resposta abrangente e coordenada às necessidades dos refugiados e das comunidades de acolhimento na Turquia.

Apesar das dificuldades, em 2017, foram contratualizados 3 mil milhões de EUR e foram desembolsados 1,85 mil milhões de EUR a título de ajuda humanitária e não humanitária.

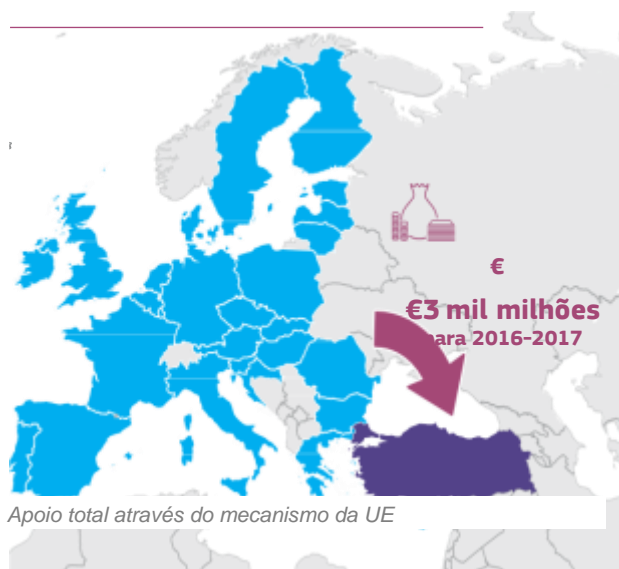
O mecanismo continuou a implantar a Rede de Segurança Social de Emergência (RSSE), um regime de assistência social de cartão único que, até ao final de 2017, chegou a mais de 1,2 milhões dos refugiados mais vulneráveis na Turquia, ajudando-os a satisfazer as suas necessidades básicas mais prementes.

São também apoiadas na Turquia outras atividades multissetoriais, em especial nos domínios da saúde, proteção e educação em situações de emergência, com o seguinte resultado:

Meio milhão de crianças refugiadas tiveram acesso à educação, dois milhões de refugiados a serviços e cuidados de saúde primários e um milhão a serviços de saúde mental de reabilitação⁸⁸.

Mecanismo em favor dos Refugiados na Turquia

APOIO TOTAL ATRAVES DO MECANISMO DA UE



Criado em janeiro de 2016, este mecanismo continuou a constituir um mecanismo de

Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos

Este instrumento tem um papel fundamental na promoção e defesa da democracia e dos direitos humanos, trabalhando sobretudo com e em apoio da sociedade civil e das suas ações. À luz dos

resultados obtidos entre 2007 e 2013, foi reforçado o apoio da UE aos direitos humanos e às organizações de defesa dos mesmos para o período de 2014-2020. O êxito e o desempenho do apoio de emergência aos

direitos humanos e aos seus defensores em situação de risco, tido como uma componente emblemática das atividades do instrumento, deram azo a um número crescente de solicitações.

Desde 2014, foi concedido um número crescente de pequenas subvenções para a prestação de apoio de emergência a mais de 870 defensores dos direitos humanos e respetivas famílias, 107 dos quais em 2017.

Concluída em dezembro de 2017, a avaliação intercalar⁷⁸ confirma que o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos está bem encaminhado para cumprir os seus objetivos e compromissos, continuando a ser um instrumento

facilitador, flexível e com capacidade de resposta para defender e promover os direitos humanos e a democracia em todo o mundo. O apoio à democracia e aos direitos humanos é igualmente prestado no âmbito de outros instrumentos de financiamento externo da UE, mas as características específicas do IEDDH permitem-lhe intervir onde outros instrumentos não o fazem ou podem, e a um nível diferente, através da sociedade civil. A avaliação considerou que a flexibilidade intrínseca do programa nem sempre é plenamente utilizada e o processo dos convites à apresentação de propostas é tido como moroso, complexo e excessivamente concorrencial pelas organizações da sociedade civil.

Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear

O Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear destina-se a promover, nos países terceiros, uma cultura de segurança nuclear, a gestão segura dos resíduos radioativos e do combustível irradiado e a aplicação de salvaguardas eficazes dos materiais nucleares.

O primeiro projeto, de apoio à autoridade reguladora nuclear do Irão, arrancou em julho de 2017 e decorre sem problemas. Um segundo projeto, de apoio à execução do exercício de testes de resistência da central nuclear de Buchir, foi contratado no final de 2017 e terá início em abril de 2018.

Em 2017, foi acordado com o Irão um projeto de acompanhamento, em conformidade com o compromisso da UE para com a execução do plano de ação conjunto global. O projeto será contratualizado no segundo semestre de 2018.

Em 2017, os contactos com a Turquia tiveram êxito, com a contratualização do reforço das capacidades de apoio a projetos da autoridade reguladora nuclear, na sequência da decisão de introduzir a energia nuclear no cabaz energético nacional. A reunião de lançamento teve lugar em janeiro de 2018.

Segundo a avaliação intercalar concluída em 2017⁷⁹, o teor altamente técnico e o enfoque na transferência de saber-fazer com um alcance internacional são adequados. Além disso, o instrumento está alinhado com as prioridades em matéria de segurança nuclear enunciadas nas Diretivas Euratom e nos tratados internacionais aplicáveis. As questões transversais ao nível da UE, como a proteção do ambiente e a boa governação, são diretamente abordadas ou integradas nas intervenções.

Instrumento para a Estabilidade e a Paz

Desde o início da crise síria, foram afetados mais de 200 milhões de EUR, no âmbito deste instrumento e do seu antecessor, o Instrumento de Estabilidade, para apoiar medidas de resposta a situações de crise na Síria e nos países vizinhos afetados pelo conflito. Esta assistência incluiu a prestação de ajuda humanitária à população da Síria, o apoio a iniciativas de diálogo, à justiça transicional e à luta contra o extremismo violento, e o apoio a refugiados, aos governos dos países de acolhimento e às

populações de acolhimento na Síria, no Líbano, na Jordânia, no Iraque e na Turquia.

Em 2017, foram adotados três novos programas. A primeira fase da iniciativa de apoio à paz na Síria apoiou os esforços de mediação internacional sob a égide da ONU. O Instrumento para a Estabilidade e a Paz alargou igualmente o seu compromisso de apoiar a justiça transicional e a responsabilização com apoio específico à Comissão Internacional para as Pessoas Desaparecidas, além de apoiar o

mecanismo internacional, imparcial e independente sobre crimes internacionais cometidos na Síria. Por fim, o Instrumento para a Estabilidade e a Paz presta igualmente apoio à educação em zonas controladas pela oposição.

Além do processo de paz colombiano, da iniciativa de apoio à paz na Síria e do diálogo Kosovo-Sérvia, o Instrumento para a Estabilidade e a Paz empenhou-se também em apoiar outros processos de paz, processos de diálogo e outras atividades de mediação em 2017, com ações orientadas para o apoio ao trabalho da comissão do acordo de paz no Mali, mas também no Afeganistão, Líbia, Turquia, Iémen, Iraque, República Centro-Africana, Senegal (Casamansa), na região do delta do Níger na Nigéria, entre as comunidades tubu e tuaregue no Níger, e entre a Guatemala e o Belize. Incluiu também o apoio a iniciativas regionais da União Africana no Sudão e no Sudão do Sul. No que se refere à Colômbia, após a rejeição do acordo para o termo do conflito no referendo realizado em outubro, revelou-se urgentemente necessária uma nova decisão de financiamento de 8 milhões de EUR para salvaguardar os ganhos alcançados ao longo das negociações de paz e permitir o êxito de um eventual acordo de paz.

Com três novos programas nos Balcãs Ocidentais, o instrumento prossegue os esforços de estabilização na vizinhança imediata da UE. Em 2017, o programa empenhou-se na instauração de um clima de confiança no Kosovo, através da proteção do património cultural. Em sintonia direta com os esforços da UE, está também a apoiar o diálogo entre Belgrado e Pristina, bem como ações de desminagem na Bósnia-Herzegovina.

A «Nova Iniciativa Europeia para a Formação» assegura uma formação pré-destacamento de alto nível para a participação em missões civis de estabilização da UE e em missões civis de gestão de crises a nível internacional. Em 2017, o projeto prosseguiu e reforçou a cooperação com a Academia Europeia de Segurança e Defesa, permitindo o alinhamento e a integração das respetivas atividades de formação. O projeto aumentou também as sinergias e a cooperação em matéria de formação a nível nacional, em particular com as missões da UE, mas também com outras organizações internacionais, como o Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas e a Academia Europeia de Polícia.

A rede de diálogo com a sociedade civil aumentou a visibilidade e o acesso das organizações da

sociedade civil (incluindo as de países terceiros) junto das organizações internacionais multilaterais e das autoridades nacionais, em especial nos casos em que o diálogo entre as autoridades e as organizações da sociedade civil é mais difícil. Foram organizados debates, conferências e diálogos sobre um vasto leque de temas relacionados com a consolidação da paz e países/regiões geográficas específicos. O programa apoiou diretamente ações de organizações da sociedade civil locais de países terceiros, para que estas pudessem desempenhar o seu papel enquanto intervenientes independentes dos processos de consolidação da paz. Este apoio reforçou a capacidade de base da sociedade civil para participar em ações de consolidação da paz e prevenção de conflitos. As organizações da sociedade civil intervêm quando os outros instrumentos não o podem fazer. Foi o caso, em 2017, das subvenções específicas no Burundi e na Venezuela.

Em 2017, os progressos no domínio da prevenção e combate ao extremismo violento foram particularmente notáveis. O reforço da resiliência contra o extremismo violento no Corno de África contribuiu para fazer avançar os esforços de prevenção e combate ao terrorismo nesta zona, através de várias abordagens-piloto. Entre outros aspetos, as atividades de reforço da resiliência contra o extremismo violento no Quênia geraram conhecimento e permitiram extrair ensinamentos sobre os fatores que estão na origem do extremismo violento no país, que incorporaram e informaram a elaboração da estratégia nacional de combate ao extremismo violento no Quênia, lançada em setembro de 2016. No domínio da participação dos jovens, a abordagem «entre pares» para enfrentar a questão do extremismo violento ao nível das comunidades e a nível mundial deu provas de grande eficácia.

Seguindo o exemplo dos 10 jovens líderes do projeto «Extremely Together», financiado pela UE e executado pela Fundação Kofi Annan, muitos jovens de todo o mundo começaram a mobilizar-se contra o extremismo violento utilizando o guia do projeto nas suas comunidades e pedem para participar em iniciativas semelhantes. Além disso, e para exemplificar o impacto do projeto na vida dos 10 jovens líderes, Fatima Zaman recebeu, em maio de 2017, o prémio «Asian Woman of Achievement», tendo sido considerada a melhor candidata em todas as categorias pelo seu trabalho na Fundação Kofi Annan, entre outros.

A avaliação intercalar de dezembro de 2017⁸⁰ confirma que o instrumento é considerado eficiente

devido às suas características específicas de rapidez e flexibilidade de ação e devido ao seu valor acrescentado. Desempenha uma função única de resposta a situações de crise e de prevenção de conflitos, em função das prioridades políticas da UE e das necessidades e oportunidades surgidas em contextos de fragilidade e de conflito. Além disso, estabeleceu com êxito complementaridades e sinergias no conjunto mais vasto dos instrumentos de financiamento da ação externa da UE e revelou eficácia no cumprimento dos seus objetivos e compromissos. A avaliação assinalou também vários desafios a superar, por exemplo, a necessidade de

colaborar ativamente com todos os intervenientes relevantes no setor da segurança, incluindo os militares. Foi adotado um novo regulamento em 2017⁸¹ para lidar com esta questão, visto que os intervenientes militares são, frequentemente, essenciais para pôr termo a um conflito. As conclusões dão igualmente conta de contributos importantes para a integração da prevenção dos conflitos, da democracia e da boa governação, sublinhando, porém, que mais poderia ainda ser feito no sentido de integrar as questões de género e os direitos humanos.

Instrumento de Parceria

As ações no âmbito do Instrumento de Parceria reforçam a capacidade da UE para projetar os seus interesses além fronteiras e incidem, a nível internacional, sobre questões que suscitam preocupação a nível mundial, promovendo parcerias com parceiros estratégicos e outros, sustentando relações entre pares, influenciando a elaboração das políticas dos parceiros e contribuindo para a criação de alianças a nível mundial e de condições de concorrência equitativas. As atividades alicerçam o reconhecimento crescente do papel fundamental da UE nos domínios das alterações climáticas, do ambiente e da energia e, ao mesmo tempo, fazem avançar a cooperação em matéria de comportamento responsável das empresas e segurança.

A revisão intercalar dos instrumentos de financiamento da ação externa da UE⁸² concluiu que o IP influenciou de forma efetiva nos processos políticos e políticas dos países parceiros, em consonância com os interesses da UE, e contribuiu para o desenvolvimento de relações mutuamente benéficas com os países parceiros. A avaliação intercalar do Instrumento de Parceria⁸³, apoiada por uma avaliação externa⁸⁴, confirmou que o IP é um instrumento relevante no apoio direto à agenda bilateral, regional e multilateral da UE prevista na estratégia global da UE, em conformidade com vários compromissos internacionais da UE (nomeadamente, a Agenda 2030). A programação do instrumento foca-se nos objetivos e interesses estratégicos da UE e a sua execução é flexível para que possa dar resposta aos desafios, prioridades políticas e oportunidades que surgiram recentemente ou que evoluíram desde a criação do instrumento.

O ano de 2017 foi produtivo para o Instrumento de Parceria, cuja execução atingiu agora a sua velocidade de ponta. Foi concluída a contratualização dos planos de ação anuais de 2014, 2015 e 2016, bem como a formulação do plano de ação anual de 2017. Deste processo resultou, até à data, um total

de 81 ações autónomas, complementadas por 82 ações a curto prazo do mecanismo de apoio a políticas e 56 ações do mesmo tipo do instrumento TAIEX. No total, em 2017, foram autorizados 111 milhões de EUR no âmbito do Instrumento de Parceria.

Nomeadamente, em 2017, o Instrumento de Parceria reforçou o compromisso entre a UE e agentes económicos e empresariais, com vista a abrir o acesso aos mercados e assegurar condições de concorrência equitativas para as empresas da UE. No âmbito deste objetivo, foram adotadas três ações, abrangendo os domínios de participação da sociedade civil em acordos comerciais e em diálogos sobre políticas em matéria empresarial. A fim de concretizar a dimensão externa da estratégia Europa 2020 e reforçar de forma mais ampla as relações políticas da UE com os seus parceiros, em 2017, foram adotadas seis ações autónomas com um especial acento tónico sobre os temas do comportamento responsável das empresas e da emancipação económica das mulheres. Em 2017, foi adotada uma ação de diplomacia pública abrangendo a cooperação a nível académico e a sensibilização no âmbito das atividades Jean Monnet, bem como a participação da sociedade civil na Indonésia e na Rússia.

Cooperação entre a UE e a Índia em matéria de normalização, política e legislação no domínio das TIC: A Índia é um parceiro económico estratégico da UE e um ator fundamental na região da Ásia Meridional e a nível mundial. Existem obstáculos significativos ao acesso ao mercado do setor das TIC indiano e existe o risco de mais normas relativas às TIC específicas do contexto indiano poderem resultar no surgimento de novos obstáculos ao acesso ao mercado por parte das empresas europeias. A ação é um exemplo claro do modo como o IP apoia objetivos mutuamente benéficos. O projeto contribuiu para facilitar a colaboração em matéria de definição de normas e reforço das capacidades, tendo em vista o apoio à realização de uma sociedade digital e da Agenda Digital. Além disso, funcionou como catalisador de um diálogo ativo entre peritos da UE e da Índia dos setores público e privado, que conduziu à identificação de domínios de cooperação prioritários (nomeadamente a tecnologia 5G e os sistemas de transporte inteligentes).

O Fórum de Líderes UE-Austrália é um instrumento abrangente de cooperação destinado a aumentar a visibilidade e a importância das relações entre a UE e a Austrália em todos os setores da administração pública, incluindo o Parlamento, bem como as empresas, a sociedade civil, o meio académico e os meios de comunicação social. Mais concretamente, este fórum visa informar de forma eficaz a agenda formal das relações entre a UE e a Austrália, bem como enriquecer os diálogos entre altos funcionários, mediante a apresentação de ideias e contributos informativos.

Instrumento de Pré-Adesão II

Este instrumento contribui para o reforço da cooperação com os países dos Balcãs Ocidentais, uma estratégia essencial salientada no discurso do Presidente Juncker sobre o estado da União. Tendo em conta a complexidade das reformas necessárias, os países transitaram da fase inicial de preparação, tanto em termos de critérios políticos (questões como o poder judicial, a luta contra a criminalidade organizada, a liberdade de expressão, a luta contra a corrupção e a reforma da administração pública) como no que se refere à conformidade com os critérios económicos. Ao longo de 2017, a UE continuou a trabalhar no sentido de melhorar a conectividade dos transportes nos Balcãs Ocidentais e com a UE, bem como as relações entre os países do alargamento. A UE apoiou investimentos concretos nas redes de transportes e de energia dos seis países dos Balcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, antiga República jugoslava da Macedónia, Montenegro e Sérvia), com o fito de criar um ambiente favorável ao crescimento económico e à criação de emprego.

Aprovado na Cimeira de Trieste de julho de 2017⁸⁵, o pacote para a conectividade incluía sete novos projetos financiados pelo Quadro de Investimento para os Balcãs Ocidentais, com uma subvenção total de 194 milhões de EUR suscetível de mobilizar investimentos no valor de 500 milhões de EUR.

Tal como refere a avaliação intercalar⁸⁶ do Instrumento de Pré-Adesão II, os objetivos globais e a conceção do instrumento estão em sintonia com as prioridades da UE e as necessidades dos beneficiários. Em comparação com o seu antecessor, o atual instrumento apresenta uma maior incidência sobre as principais reformas necessárias para a adesão à UE. Além disso, é mais estratégico e orientado para os resultados, tendo permitido uma maior mobilização de fundos junto de outros doadores⁸⁷. No entanto, a participação das organizações da sociedade civil na execução deste instrumento continua a ser limitada. A avaliação intercalar sublinhou ainda que, apesar da boa complementaridade com outros instrumentos (nomeadamente, com o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos e o Instrumento para a Estabilidade e a Paz), é necessária uma maior coordenação durante as fases de planeamento e programação.

Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento

Este instrumento tem por objetivo global erradicar a pobreza nos países parceiros e dar uma resposta a longo prazo aos desafios globais. Inclui os programas «Bens Públicos Mundiais e Desafios Globais» e «Sociedade Civil e Autoridades Locais». A avaliação intercalar independente do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento concluiu que o programa «Bens Públicos Mundiais e Desafios Globais» é altamente relevante e coerente com os objetivos declarados das políticas da UE. De igual modo, frisou a importância de uma forte ênfase do programa «Sociedade Civil e Autoridades Locais» na melhoria da governação e no fortalecimento do Estado de direito com a participação da sociedade civil, bem como do trabalho das delegações da UE com os roteiros da sociedade civil. Esses programas assentam numa longa tradição da UE de conceber instrumentos temáticos transversais, atendendo à necessidade de um enfoque estratégico nas prioridades fundamentais da UE, de modo a dispor de um instrumento flexível para complementar ou direcionar as intervenções geográficas.

No âmbito do Programa Pan-Africano, o orçamento do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento financiou programas que contribuíram para os cinco domínios estratégicos do programa indicativo plurianual, em conformidade com o roteiro da Estratégia Conjunta África-UE 2014-2017. Durante o período de 2014-2017, 32 ações, num montante de 401,65 milhões de EUR, contribuíram, em especial, para os domínios estratégicos «Crescimento sustentável e inclusivo» (42 %) e «Desenvolvimento humano» (42 %), bem como para as «Questões globais» (13 %), a «Democracia, boa governação e direitos humanos» (12 %) e a «Paz e segurança» (4 %).

É prestado um maior apoio técnico e financeiro às pessoas deslocadas internamente, refugiados e comunidades de acolhimento do Afeganistão, Paquistão, Bangladesh, Irão e Iraque.

No total, em 2016 e 2017, foi autorizado um montante de 287 560 500 EUR ao abrigo de medidas especiais para apoiar os países supramencionados,

mais especificamente na resposta aos desafios relacionados com a migração e a deslocação forçada

Estas intervenções centram-se, entre outros aspetos, no reforço da cooperação com estes governos parceiros para prestar apoio aos repatriados. Em 2017, as decisões de 2012 e 2013, que tinham sido suspensas em 2014 devido ao conflito em curso, foram alteradas de forma substancial e reativadas.

A avaliação intercalar, concluída em dezembro de 2017⁸⁹, mostra que o instrumento está claramente no bom caminho para concretizar os seus objetivos e compromissos. O valor acrescentado é visível na sua capacidade para conduzir ações conjuntas com os Estados-Membros. O instrumento ajudou igualmente a mobilizar recursos significativos através do financiamento misto, se bem que a dinamização da cooperação política e sobre políticas tenha registado resultados mistos. Apesar da simplificação operada no novo conjunto de instrumentos de financiamento da ação externa, vários utilizadores ainda consideram que este instrumento é administrativamente complexo.

Setenta e um países parceiros formularam e/ou executaram estratégias em matéria de alterações climáticas para conseguirem adaptar-se a alterações de caráter global como as alterações climáticas e a degradação dos ecossistemas.

A fim de inverter a degradação de ecossistemas agrícolas em países parceiros provocada por fatores como as alterações climáticas, 3 448 000 hectares de ecossistemas agrícolas e de pastorícia foram geridos aplicando práticas de gestão sustentável dos solos.

10 485 000 mulheres em idade fértil e crianças com menos de cinco anos beneficiaram de programas de nutrição.

11 481 000 pessoas em situação de insegurança alimentar receberam assistência através de prestações sociais.

401 000 pessoas beneficiaram diretamente de programas de reformas nos setores da justiça, do Estado de direito e da segurança.

1 373 000 pessoas beneficiaram diretamente de programas especificamente destinados a apoiar a consolidação da paz no contexto civil após um conflito e/ou a prevenção de conflitos

Instrumento Europeu de Vizinhança

O **Instrumento Europeu de Vizinhança** é o principal instrumento financeiro para a aplicação da política europeia de vizinhança. Este instrumento disponibiliza a maior parte do financiamento da UE destinado aos 16 países parceiros da política europeia de vizinhança: Argélia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Moldávia, Marrocos, Síria⁹⁰, Palestina⁹¹, Tunísia e Ucrânia.

Em 2017, foi autorizado um montante de 2,5 mil milhões de EUR para programas de cooperação bilateral, regional e transfronteiriça (incluindo projetos executados através do Fundo Fiduciário Regional da União Europeia de resposta à crise síria, da vertente Norte de África do Fundo Fiduciário da UE para África e da Facilidade de Investimento no âmbito da política europeia de vizinhança), contribuindo para os objetivos estratégicos da política europeia de vizinhança renovada, que salienta igualmente a necessidade de assegurar uma maior eficácia e flexibilidade na utilização da assistência financeira da UE.

O ano de 2017 registou grandes progressos com os países parceiros da UE da Parceria Oriental: a Arménia celebrou um Acordo de Parceria Abrangente

e Reforçado com a UE e adotou as prioridades conjuntas da parceria UE-Arménia; está a ser negociado um novo acordo com o Azerbaijão; decorrem negociações sobre prioridades de parcerias conjuntas e a Bielorrússia está prestes a finalizar as prioridades conjuntas da parceria com a UE.

Foram atingidos dois grandes marcos com a Ucrânia, designadamente a adoção do regime de isenção de vistos para os cidadãos ucranianos que viajam para a Europa e a ratificação e plena entrada em vigor do Acordo de Associação, incluindo do Acordo de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado. No que toca à vizinhança meridional, foram adotadas, em julho de 2017, novas prioridades da parceria com o Egito, centradas no desenvolvimento económico e social, na parceria para a política externa e no reforço da estabilidade. Em março de 2017, foram adotadas novas prioridades para a parceria com a Argélia, centradas na governação e no Estado de direito, no desenvolvimento socioeconómico, no comércio com a UE, na energia e no ambiente, na segurança, na dimensão humana e na migração/mobilidade. Relativamente à Palestina, ao longo de 2017, a Comissão realizou várias rondas de conversações preparatórias sobre as futuras

prioridades da parceria, que poderão em breve passar à fase das negociações formais. Quanto a Israel, poderão em breve ser lançadas as negociações formais sobre as prioridades da parceria. A UE e a Tunísia começaram a elaborar prioridades estratégicas conjuntas, com vista à sua aprovação conjunta no Conselho de Associação previsto para maio de 2018. A existência de um instrumento financeiro específico para a vizinhança europeia tem constituído um dos mais concretos elementos de prova da importância política que a UE atribui à região. Todavia, tal como refere a avaliação intercalar de dezembro de 2017⁹², a assistência prestada no âmbito do instrumento permitiu manter o apoio às reformas estruturais mas, em certos casos, limitou a margem de ajustamento da resposta financeira da UE às necessidades mais prementes. Apesar da crescente diferenciação, o complexo contexto político de certos países da vizinhança europeia fez com que a execução do Instrumento Europeu de Vizinhança antes da revisão da política europeia de vizinhança não fosse igualmente eficaz em todos os países. Além disso, a aplicação da abordagem baseada nos incentivos aumentou substancialmente os recursos financeiros para os parceiros que alcançaram os maiores progressos nas reformas políticas. A revisão da política europeia de vizinhança em 2015 introduziu uma nova abordagem que incidiu diretamente sobre vários dos problemas suscitados no contexto da avaliação intercalar. Mais especificamente, introduziu um maior respeito pelas diversas aspirações dos parceiros da UE; uma promoção mais eficaz dos domínios de interesse mútuo; novos métodos de trabalho para apoiar um maior sentido de apropriação pelos parceiros e uma maior participação e responsabilidade partilhada por parte dos Estados-Membros; mais flexibilidade da assistência financeira. Em maio de 2017, o segundo ano de execução da política europeia de vizinhança revista, foi adotado o Relatório Conjunto sobre a Execução da Revisão da Política Europeia de Vizinhança⁹³.

Uma parte cada vez maior da ajuda não humanitária da UE aos países vizinhos da Síria é prestada através do **Fundo Fiduciário Regional da UE de resposta à crise síria, o «Fundo Madad»**.

O comité de gestão do fundo aprovou já grandes programas centrados na educação, meios de subsistência, saúde, apoio socioeconómico, infraestruturas de abastecimento de água e

tratamento de águas residuais (em benefício tanto dos refugiados como das comunidades de acolhimento), num montante total superior a 1,2 mil milhões de EUR. Deste montante, 920 milhões de EUR foram contratualizados para mais de 46 projetos dos parceiros de execução do Fundo Fiduciário no terreno, que chegam atualmente a mais de 2 milhões de beneficiários⁹⁴.

Em 2017, o fundo ultrapassou o objetivo dos mil milhões de EUR fixado pelo Presidente Juncker em setembro de 2015. Em 2017, a prioridade no domínio da migração passou a ser a rota do Mediterrâneo Central. A Líbia continuou a ser o principal país de partida para Itália.

Os primeiros 21 projetos do Fundo «Madad» estão já a dar frutos:

453 552 crianças e jovens refugiados e das comunidades de acolhimento têm um melhor acesso a uma educação de qualidade, à proteção e ao apoio psicossocial.

253 escolas e estabelecimentos de ensino estão a ser construídos e renovados.

28 520 jovens refugiados e das comunidades de acolhimento estão a obter acesso ao ensino superior e pós-universitário, bem como à formação profissional, dos quais 4 437 com bolsas de estudo completas e 6 126 em ações de formação linguística.

Melhorias no acesso a cuidados de saúde de emergência e materno-infantil por parte dos refugiados sírios e das comunidades de acolhimento:

209 000 beneficiários vulneráveis recebem cuidados médicos e medicamentos essenciais.

462 491 refugiados e membros das comunidades de acolhimento melhoram a sua autonomia económica e os seus meios de subsistência através de diferentes ações de formação profissional, de formação direcionada para a empregabilidade e de desenvolvimento de competências, do apoio às pequenas e médias empresas e do acesso ao mercado de trabalho.

Em 2017, a Líbia continuou a ser o principal país de partida para Itália. Em resposta, o ritmo de execução da **vertente Norte de África do Fundo Fiduciário da UE para África** aumentou consideravelmente, com oito novos programas aprovados num montante total de 232,5 milhões de EUR e um programa de várias vertentes de 8,6 milhões de EUR.

Fundo de Garantia relativo às ações externas

As operações de empréstimo cobertas pelo Fundo de Garantia relativo às ações externas respeitam a três instrumentos diferentes; o mandato de empréstimo externo, que beneficia de uma garantia do orçamento da UE para o Banco Europeu de Investimento; os empréstimos externos da Euratom; os empréstimos concedidos a países terceiros a título da assistência macrofinanceira da UE. O fundo é aprovisionado pelo orçamento da UE e tem de ser mantido numa determinada percentagem (a taxa-objetivo situa-se atualmente em 9%) do montante em dívida dos empréstimos e dos empréstimos garantidos.

O objetivo do **mandato de empréstimo externo** do Banco Europeu de Investimento consiste em apoiar as pequenas e médias empresas de países terceiros específicos, impulsionar o desenvolvimento das infraestruturas sociais e económicas, e apoiar projetos relacionados com as alterações climáticas. A cobertura da garantia da UE permite ao Banco Europeu de Investimento realizar operações fora da União, limitando ao mesmo tempo a sua exposição ao risco e preservando assim a sua qualidade creditícia. Em 2017, foram assinados projetos num valor total de 3,95 mil milhões de EUR, dos quais 2,3 mil milhões de EUR foram afetados a projetos do setor privado direcionados para a resiliência económica a longo prazo dos refugiados, dos migrantes, das comunidades de acolhimento e de trânsito e das comunidades de origem.

A avaliação intercalar da garantia da UE para o mandato de empréstimo externo do Banco Europeu de Investimento⁹⁵, realizada em 2016, considerou que todas as operações lançadas no âmbito do atual mandato de empréstimo externo desde a sua criação, em julho de 2014, estão em plena conformidade com os objetivos de alto nível estabelecidos na Decisão relativa ao mandato de empréstimo externo. De igual modo, considerou que os próprios objetivos estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que o mandato de empréstimo externo apoiou a agenda da União em matéria de política externa, tendo evidenciado suficiente flexibilidade e capacidade de resposta aos novos desafios geopolíticos, como ficou demonstrado nos casos da Síria, da Ucrânia (crise ucraniana), do Egito e de Marrocos («Primavera Árabe») e da Jordânia (crise dos refugiados). Além disso, a avaliação concluiu que o mandato de empréstimo externo contribuiu de forma significativa para a realização dos objetivos da UE em matéria de

alterações climáticas, em especial no que se refere à atenuação das mesmas.

As operações do mandato de empréstimo externo permitiram uma economia estimada em 1,35 toneladas de equivalente-CO₂ por ano de emissões de gases com efeito de estufa, através das operações assinadas entre julho de 2014 e dezembro de 2015.

A assistência macrofinanceira adquiriu maior importância no conjunto de instrumentos de financiamento externo da UE.

Desde 2014, foram já desembolsados cerca de 3,66 mil milhões de EUR e outros 500 milhões de EUR foram autorizados e deverão ser desembolsados entre 2018 e 2019.

A UE pode incentivar ajustamentos económicos específicos em países geograficamente próximos da União que enfrentem sérias dificuldades ao nível da balança de pagamentos e, por esse motivo, sejam apoiados pelo Fundo Monetário Internacional.

Durante 2017, foram concluídas três operações de concessão de empréstimos a título da assistência macrofinanceira: Geórgia II (46 milhões de EUR), Tunísia I (300 milhões de EUR) e Ucrânia III (1,2 mil milhões de EUR). Estão ainda por concluir duas operações de assistência macrofinanceira aprovadas pelos legisladores em 2016: Jordânia II (200 milhões de EUR) e Tunísia II (500 milhões de EUR). Deverá ainda ser desembolsada uma operação de assistência macrofinanceira aprovada em 2017: Moldávia (100 milhões de EUR).

Até à data, os relatórios de avaliação específicos por país sobre a assistência macrofinanceira⁹⁶ têm concluído que as operações de assistência macrofinanceira contribuíram para restabelecer a estabilidade macroeconómica e repor a situação financeira externa dos países beneficiários numa trajetória sustentável, apoiando em simultâneo ajustamentos económicos e reformas estruturais a médio prazo, através da condicionalidade.

Todavia, devido às suas especificidades, a assistência macrofinanceira não pode ser diretamente associada a realizações identificáveis, pelo que os seus resultados económicos concretos são difíceis de avaliar.

Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável



Figura: Repartição do orçamento do Fundo Europeu para o Investimento Sustentável

Em 2017, foi alcançado um acordo sobre o **Fundo Europeu para o Investimento Sustentável**, no âmbito do Plano de Investimento Externo. Os primeiros acordos com as instituições financeiras deverão ser assinados em 2018. A resposta ao convite à apresentação de propostas para as duas primeiras vertentes de investimento foi muito positiva. A Comissão recebeu 30 propostas, provenientes de 12 instituições parceiras, num valor total superior a 2,5 mil milhões de EUR, montante que excede a atual capacidade da Garantia do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (Garantia FEDS) em mais de 1 mil milhões de EUR.

1.6. Instrumentos especiais

Os instrumentos especiais destinam-se a tornar o quadro financeiro mais flexível. Incluem:

- Reserva para Ajudas de Emergência
- Fundo de Solidariedade da UE
- Instrumento de Flexibilidade
- Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

Uma vez mais, a Comissão teve de fazer maior uso dos instrumentos de flexibilidade para enfrentar desafios relacionados com o investimento e a migração.

Por exemplo, foi necessário mobilizar o **Instrumento de Flexibilidade**, no montante de 275 milhões de EUR, para financiar o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia pode ser mobilizado em caso de catástrofes de grandes proporções ou regionais, a pedido das autoridades nacionais do país em causa. Em meados de 2017, a Comissão propôs mobilizar 1,2 mil milhões de EUR ao abrigo do **Fundo de Solidariedade da UE**, o maior montante jamais mobilizado numa única parcela. Esta mobilização deu-se em resposta ao pedido de apoio financeiro do Governo italiano, após os sismos de 2016 e 2017 nas regiões italianas do Abruzo, do Lácio, das Marcas e da Úmbria.

Os restantes pedidos recebidos em 2017 incluíram: três pedidos de Espanha (relativos às inundações de Múrcia em 2016, aos incêndios de Doñana em 2017 e aos incêndios da Galiza em 2017), o pedido de Portugal relativo aos incêndios florestais de 2017, dois pedidos da Grécia (sismo de Lesbos e Kos em 2017), o pedido da Polónia relativo à tempestade de 2017 e os pedidos da Letónia e da Lituânia relativos às inundações de 2017 e aos furacões Irma e Maria de 2017.

Desde o primeiro dia, a Comissão prestou apoio para acudir à situação de emergência imediata e empenhou-se em estar ao lado de Itália ao longo de todo o processo de reconstrução. O Fundo de Solidariedade da UE apoiará as intervenções de reconstrução e relançamento da atividade económica nas regiões afetadas. Os fundos podem também ser utilizados para cobrir os custos de serviços de emergência, alojamento temporário e operações de limpeza, bem como das medidas de proteção dos sítios do património cultural, de modo a aliviar os encargos financeiros suportados na altura pelas autoridades italianas.

O **Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização** destina-se a prestar apoio aos trabalhadores despedidos em resultado de importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial decorrentes da globalização e dos efeitos negativos da crise económica e financeira mundial.

Entre 2014 e 2017, foram apresentados 48 pedidos de financiamento por 11 Estados-Membros. Embora cinco pedidos estejam ainda em fase de avaliação ou aprovação, os outros 40 preencheram os critérios de financiamento e levaram à mobilização de quase 128 milhões de EUR para os mais de 40 000 trabalhadores visados.

Com base nos relatórios finais recebidos em 2014, 2015 e 2016, verifica-se que, em média, 46 % a 47 % dos trabalhadores visados encontraram um novo emprego após a intervenção do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. No que toca aos relatórios finais recebidos em 2017, a taxa de reinserção profissional é claramente mais elevada, atingindo os 57 %.



Bruxelas, 6.6.2018
COM(2018) 457 final

PART 2/2

RELATÓRIO DA COMISSÃO
AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO TRIBUNAL DE CONTAS

Relatório anual de 2017 sobre a gestão e a execução do orçamento da UE

Secção 2

Controlo interno e gestão financeira

Introdução

A segunda secção do presente relatório centra-se na gestão do orçamento da UE, bem como do Fundo Europeu de Desenvolvimento e dos fundos fiduciários da UE, pela Comissão em 2017.

Com base nas normas e melhores práticas internacionais, a Comissão continuou a reforçar o seu quadro de controlo interno. O objetivo consiste em passar de um sistema baseado na conformidade para um sistema baseado nos princípios, de modo a assegurar um rigoroso controlo interno e, ao mesmo tempo, dar aos serviços da Comissão a flexibilidade necessária para se adaptarem às suas necessidades e circunstâncias específicas.

Os sistemas de gestão financeira e de controlo do orçamento da UE têm melhorado de forma considerável ao longo do tempo, melhoria essa que foi também reconhecida pelo Tribunal de Contas Europeu. O destaque do processo de quitação de 2016 residiu no facto de, pela primeira vez, o Tribunal de Contas Europeu, na sua última declaração de fiabilidade⁹⁷, ter emitido **um parecer com reservas, e não negativo, sobre a legalidade e a regularidade** dos pagamentos a cargo do orçamento da UE. O nível de erro diminuiu em todos os domínios de intervenção, dando continuidade à tendência decrescente do nível geral de erro estimado. **O nível de erro foi inferior a 2 % em cerca de metade das despesas da UE, não tendo sido detetados erros materiais nas receitas.**

Além disso, pelo décimo ano consecutivo, o Tribunal de Contas Europeu emitiu também um **parecer positivo («sem reservas»)** sobre as contas anuais da UE.

Não obstante, a Comissão continua a melhorar os seus sistemas de controlo. O objetivo último consiste numa **gestão financeira eficaz em termos de custos** que proteja o orçamento da UE mediante a tomada de medidas preventivas e corretivas contra erros e fraudes, e mantenha um equilíbrio proporcional entre os custos e os benefícios dos controlos (nomeadamente com a simplificação dos procedimentos).

Principais resultados obtidos em 2017

Embora 2017 tenha sido um ano de transição para a **aplicação do novo quadro de controlo interno** a partir de 2018, **um terço dos serviços da Comissão**

já começou a aplicá-lo com êxito no ano de referência de 2017.

Em geral, todos os serviços concluíram que as normas e princípios de controlo interno estavam a ter bons resultados e a ser aplicados de forma eficaz. No entanto, a avaliação mais aprofundada permitiu assinalar algumas necessidades com vista a uma maior eficácia da aplicação de princípios ou normas específicos.

Em termos de eficiência do controlo, o **prazo de pagamento médio geral** dos serviços da Comissão tem **diminuído continuamente** ao longo dos anos, sendo agora bastante **inferior a 30 dias**. Em 2017, o prazo de pagamento líquido médio geral foi de 20,4 dias.

A Comissão está confiante em que o **montante global em risco continue abaixo dos 2 %**. De facto, o nível geral de erro estimado continuou a decrescer em 2017, tendo **o montante global estimado em risco no pagamento descido para 1,7 % e o montante global estimado em risco no encerramento diminuído para 0,6 %**.

Em termos de correções financeiras e recuperações, em 2017, os **sistemas de controlo plurianuais** dos serviços da Comissão permitiram-lhes detetar e corrigir 897 milhões de EUR antes dos pagamentos e 1 949 milhões de EUR após os pagamentos.

Os montantes totais em risco no pagamento (1,7 %) e no encerramento (0,6 %) estão estimados em menos de 2 % do total das despesas pertinentes.

Os mecanismos de controlo plurianuais dos serviços da Comissão asseguram uma gestão adequada dos riscos relacionados com a legalidade e a regularidade das operações.

As correções financeiras e as recuperações realizadas nos anos subsequentes protegem globalmente o orçamento da UE.

Todos os gestores orçamentais delegados apresentaram uma garantia razoável quanto aos respetivos sistemas de controlo e gestão financeira, embora, sempre que adequado, sujeitos a reservas. Estas reservas são uma pedra angular da cadeia de responsabilidade: asseguram a transparência no que diz respeito aos desafios e insuficiências observados e às medidas previstas para enfrentá-los, fornecendo também uma estimativa do seu impacto financeiro.

Relativamente aos relatórios anuais de atividades de 2017 dos serviços da Comissão, o **impacto financeiro das reservas** na garantia de gestão **diminuiu** para 1 053 milhões de EUR de despesas (1 621 milhões de EUR em 2016) e 431 milhões de EUR de receitas (517 milhões de EUR em 2016).

Com base nas garantias e reservas dos relatórios anuais de atividades, o Colégio adota o presente relatório anual de 2017 sobre a gestão e a execução do orçamento da UE e assume inteira responsabilidade política pela gestão do orçamento da União.

O Tribunal de Contas Europeu acompanha também a **aplicação das recomendações** por parte da Comissão. A percentagem de recomendações completamente aplicadas foi **a mais elevada desde** que começou a publicar estes números.

Para mais informações, ver as secções 2.1-2.8.

O modelo de garantia da Comissão

A Comissão dispõe de uma forte estrutura de governação financeira. A cadeia de garantia, no que se refere à legalidade e regularidade e à boa gestão financeira, é representada num modelo integrado de

controlo interno e de gestão dos riscos em que cada nível de governação baseia a sua garantia nos níveis anteriores (por exemplo, as três linhas de defesa).

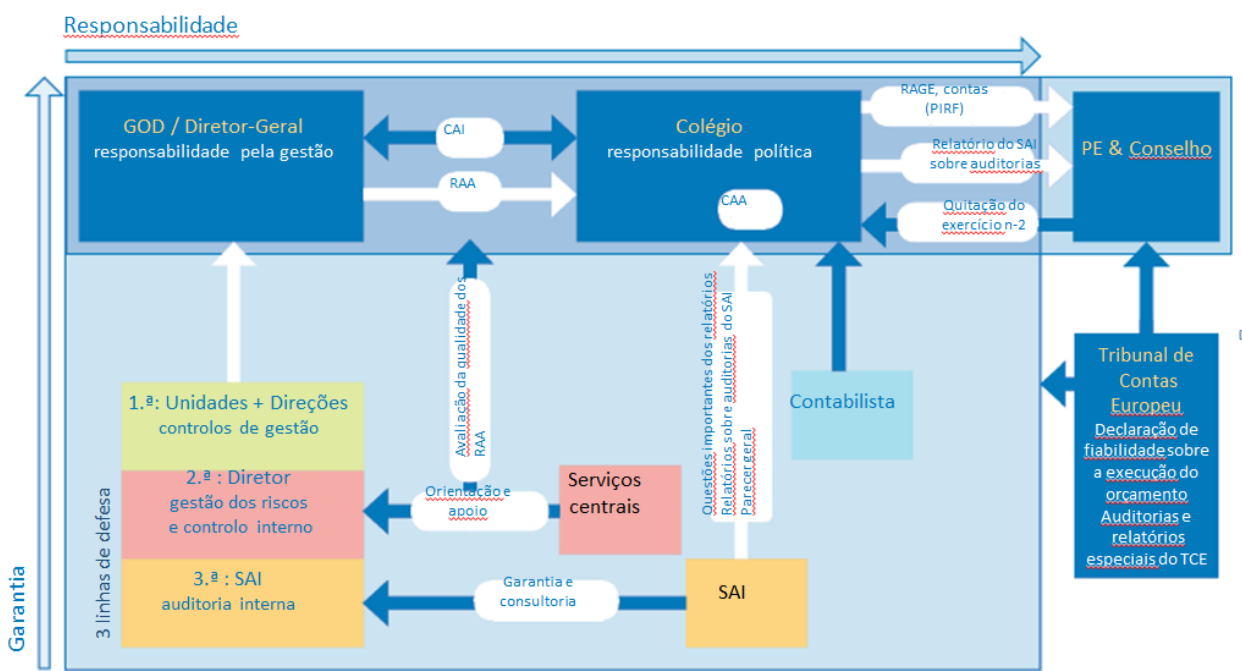


Gráfico: Modelo de garantia da Comissão Europeia

Quadro de controlo da Comissão

À semelhança dos próprios programas, o modelo de controlo é também plurianual. Assegura uma boa gestão financeira através da prossecução dos cinco objetivos do controlo interno, incluindo a sua eficácia, eficiência e economia. Em termos de eficácia, o objetivo principal consiste na prevenção de erros (mediante a realização de controlos *ex ante*), ao passo que o segundo objetivo, de carácter complementar, consiste em detetar e corrigir quaisquer erros que subsistam (por exemplo, através da realização de controlos *ex post*). Além disso, os ensinamentos retirados servem para ajustar os programas (por exemplo, com a simplificação da legislação) e/ou sistemas de controlo futuros (por exemplo, com uma maior diferenciação dos controlos em função dos riscos). Durante os ciclos de vida dos programas, os relatórios de gestão são elaborados anualmente pelos serviços da Comissão no âmbito dos respetivos relatórios anuais de atividades, bem como, globalmente, pela Comissão no seu relatório anual sobre a gestão e a execução. Esta estrutura proporciona ao Colégio uma garantia razoável quanto à consecução dos objetivos do controlo interno. A ilustração seguinte mostra a relação entre os cinco objetivos do controlo interno e os tipos de controlos.

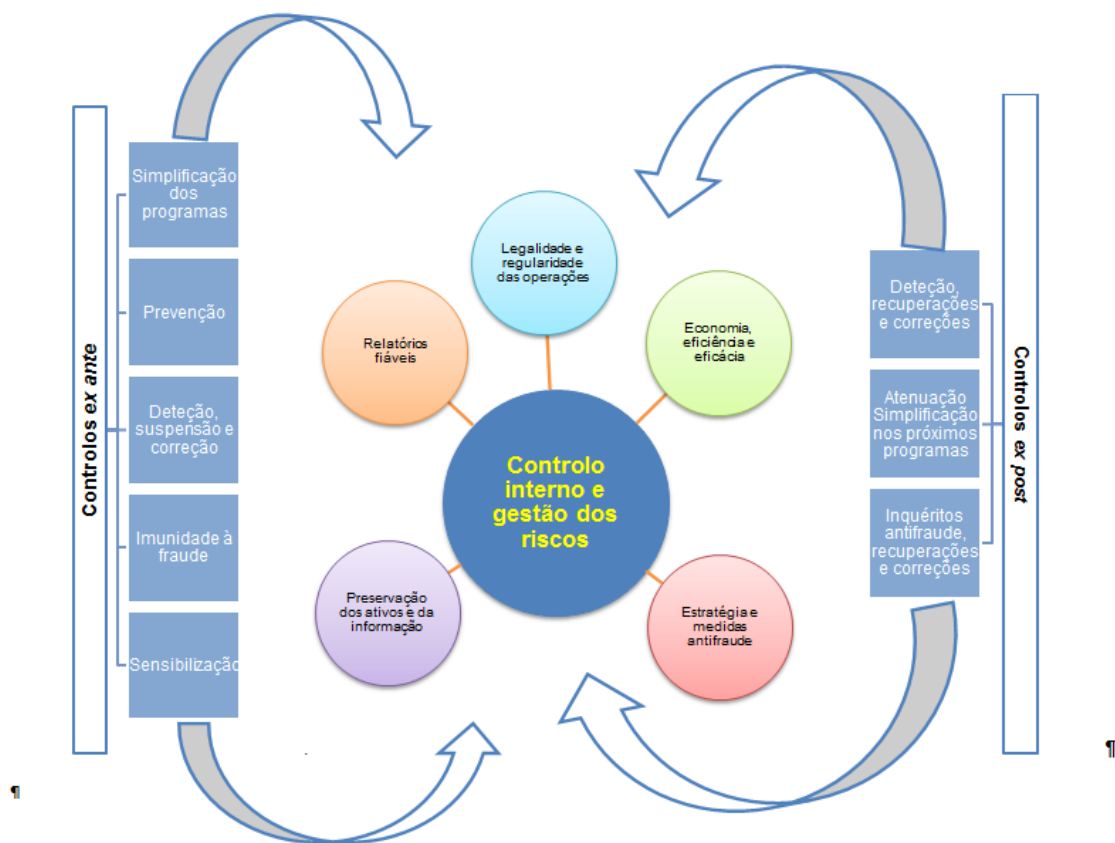


Gráfico: Atividades de controlo interno e gestão financeira

2.1. Avaliação do quadro de controlo interno

A Comissão aplica um **modelo descentralizado** de gestão financeira. Nos termos do Regulamento Financeiro, o gestor orçamental é o Colégio de Comissários. O Colégio delega as tarefas de gestão financeira nos **gestores orçamentais delegados**, que passam a ser responsáveis pelo respetivo serviço da Comissão. Estes 50 serviços incluem seis «tipos» de entidades: direções-gerais, agências de execução, organismos, serviços, um centro e um grupo de trabalho.

Neste contexto, e em conformidade com a responsabilidade regulamentar dos gestores orçamentais delegados, cada serviço da Comissão institui a estrutura organizativa e os sistemas de controlo interno mais adequados para garantir a realização dos seus objetivos políticos e operacionais.

Coletivamente, a Comissão estabeleceu um quadro de controlo interno que especifica os princípios essenciais de um controlo interno eficaz a aplicar pelos respetivos serviços.

O quadro de controlo interno baseia-se no quadro proposto pelo Comité das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (**COSO**)⁹⁸.

O último modelo foi revisto para **passar de um sistema baseado na conformidade para um sistema baseado nos princípios. Em 2017, a Comissão atualizou o seu quadro de controlo interno em conformidade**⁹⁹. Esta revisão teve por objetivo continuar a assegurar um controlo interno sólido e, ao mesmo tempo, proporcionar aos serviços a flexibilidade necessária para poderem adaptar o respetivo quadro de controlo interno às suas características e circunstâncias específicas. Tal será especialmente útil, pois facilitará tornar os sistemas de controlo mais baseados nos riscos e mais eficazes em termos de custos.

A gestão de cada serviço da Comissão avalia pelo menos uma vez por ano a eficácia dos sistemas de controlo interno e analisa as conclusões resultantes desta avaliação.

O ano de 2017 foi um ano de transição em que os serviços podiam optar entre apresentar relatórios com

Segundo os relatórios, os principais (sub)domínios passíveis de melhoria são a ética, a afetação e mobilidade do pessoal, o controlo e a segurança das TI, a comunicação interna e os processos e

base no quadro anterior, nas normas de controlo interno ou nos novos princípios de controlo interno.

Em 2017, um terço dos serviços da Comissão¹⁰⁰ apresentou relatórios com base nos novos princípios de controlo interno.

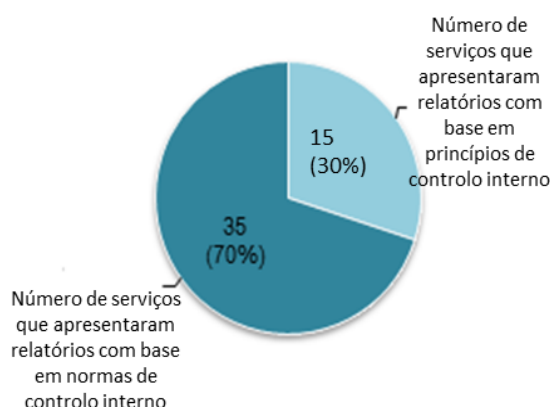


Gráfico: Relatórios sobre o controlo interno em 2017

De 2018 em diante, todos os serviços apresentarão relatórios com base nos novos princípios de controlo interno. A Comissão desenvolveu uma metodologia específica para garantir a sua aplicação coerente e eficaz, em especial nos domínios do acompanhamento, da avaliação e da elaboração de relatórios¹⁰¹. A metodologia é descrita no «Guia de aplicação do quadro de controlo interno». Serão organizados mais seminários sobre o tema em 2018.

Conclusão

Tal como indica o gráfico seguinte, o novo quadro de controlo interno permite **uma avaliação mais flexível**, mais precisamente, é mais transparente quanto à possibilidade de introduzir melhorias, mesmo que a conclusão global seja positiva. Embora, de um modo geral, os serviços da Comissão tenham concluído que os sistemas de controlo interno estão a funcionar de forma eficaz, 16 deles deram conta da necessidade de uma maior eficácia na aplicação de determinados princípios ou normas (ou dos requisitos ou características que lhes estão subjacentes).

procedimentos. Além disso, os serviços da Comissão que começaram a aplicar o novo quadro de controlo interno consideram que é necessário continuar a melhorar a avaliação do controlo interno.

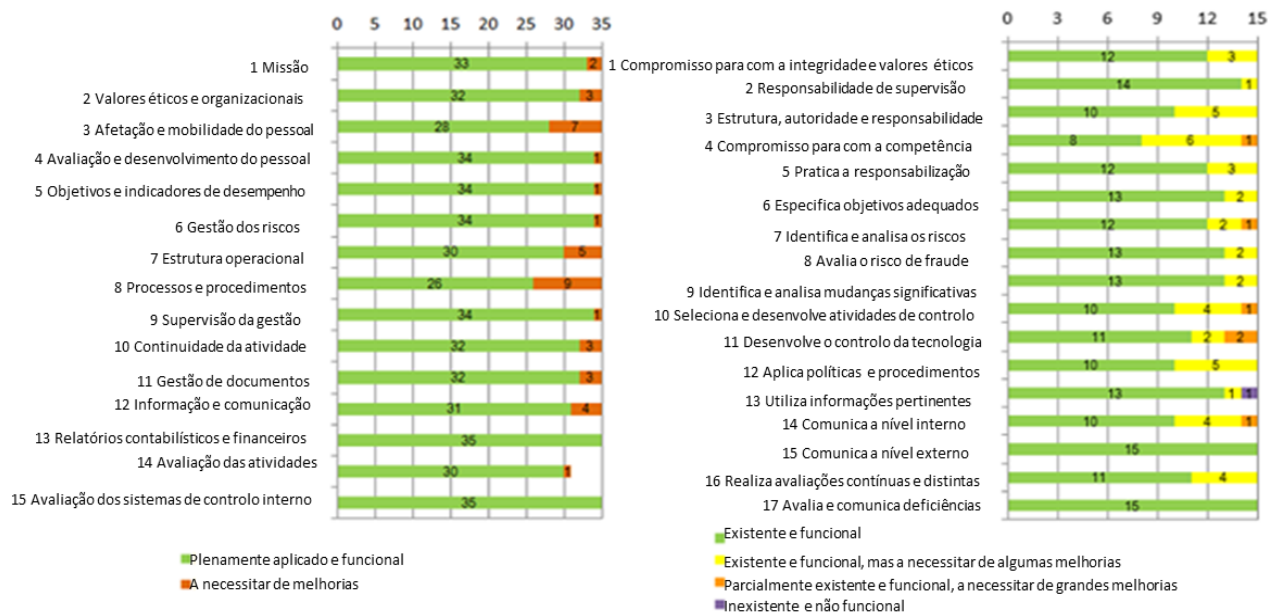


Gráfico: Avaliação da eficácia das normas de controlo interno (à esquerda) e dos princípios de controlo interno (à direita)

Validação dos sistemas locais

A exatidão dos sistemas financeiros locais, que alimentam o sistema contabilístico e financeiro coletivo da Comissão, é essencial para assegurar a fiabilidade global das contas anuais. Assim, além da avaliação de gestão a que os serviços da Comissão sujeitam o(s) respetivo(s) sistema(s) de controlo interno, o contabilista valida os sistemas financeiros locais dos serviços.

Com base no trabalho de análise efetuado ao longo de 2017¹⁰², não foram identificadas deficiências na conceção ou aplicação dos sistemas locais que indiquem que estes não cumprem os critérios de validação. Além disso, nenhuma das deficiências detetadas é suscetível de ter um impacto significativo nas contas anuais. Neste contexto, não existem recomendações críticas em aberto ou outras cuja aplicação tenha mais de três anos de atraso¹⁰³.

Contudo, a análise deu origem a várias recomendações destinadas a melhorar o quadro de controlo nos serviços responsáveis pela gestão orçamental¹⁰⁴ e a qualidade contabilística, que devem eliminar os riscos para a exatidão dos relatórios da gestão financeira e regulamentar¹⁰⁵.

2.1.1 Eficiência da gestão financeira

Em 2017, a Comissão prosseguiu as suas ações destinadas a gerar **sinergias e ganhos de eficiência** na gestão financeira. O legislador, com base numa proposta da Comissão, concordou em **simplificar o Regulamento Financeiro** e outros quinze atos jurídicos setoriais a partir de 2018-2019. Esta decisão proporciona uma base simplificada para a elaboração da geração de programas de financiamento pós-2020. Além disso, um grupo de trabalho sobre a simplificação e flexibilidade deu a todos os serviços da Comissão a oportunidade de partilharem os ensinamentos retirados das atuais regras financeiras, facilitando assim a elaboração das novas regras relativas às despesas do quadro financeiro plurianual pós-2020 (por exemplo, um modelo de regulamento simplificado relativo aos programas de financiamento pós-2020, a fim de aumentar a sua flexibilidade e interoperabilidade).

São igualmente de assinalar outros progressos no sentido da harmonização e **simplificação dos circuitos financeiros e contratuais**. Foram identificadas as melhores práticas no que toca à criação de circuitos mais eficazes e foi criada uma plataforma para o intercâmbio de boas práticas entre especialistas em contratação pública.

Foram alcançados **progressos significativos** nos domínios da **contratação pública eletrónica («eProcurement»)**, da **gestão das subvenções eletrónicas («eGrants»)** e do **SEDIA** (Espaço Único de Intercâmbio de Dados Eletrónicos). A nova governação liderada pelo Comité Diretor das Subvenções e da Contratação Pública reconhece agora especificamente o papel do serviço financeiro central da Direção-Geral do Orçamento na prestação de assistência jurídica em matéria de contratação pública eletrónica e na partilha desta responsabilidade em relação às subvenções eletrónicas com o Serviço Jurídico. Em 2017, os esforços de coordenação conjuntos com os

proprietários dos processos e domínios de atividade permitiram lançar a primeira fase do SEDIA logo no início de 2018. Os serviços de validação centrais da Agência de Execução para a Investigação estão agora à disposição de todos os serviços interessados. A segunda fase está prevista para meados de 2018, com o lançamento do novo portal que servirá de ponto de entrada único e comum para todos os proponentes ou candidatos.

Enquanto novos programas continuam a aderir ao domínio das subvenções eletrónicas, foram obtidos progressos muito promissores no domínio do registo do cumprimento na contratação pública eletrónica (nomeadamente, a apresentação de propostas por via eletrónica, *eSubmission*), com a Direção-Geral do Orçamento a continuar a envidar esforços no sentido da maximização dos ganhos de eficiência através do desenvolvimento coordenado de fluxos de trabalho, modelos processuais da atividade e alinhamento jurídico. Tal deverá permitir uma **utilização eficiente dos fundos atribuídos a grandes projetos de TI**, como o relativo aos programas de ações externas (com a designação oficiosa «OPSYS»), bem como a **possibilidade de reutilizar soluções de TI a nível coletivo**.

Em termos de transparência contabilística, foram adotadas, em 30 de março de 2017, as orientações sobre a retrofaturação de serviços prestados a outras instituições e órgãos.

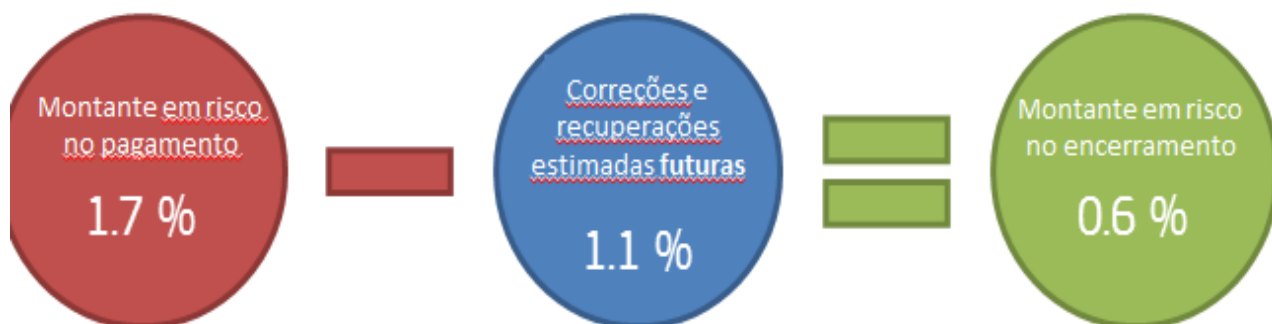
Em termos de eficiência, os dados pormenorizados do anexo 6 mostram que o **prazo de pagamento médio** geral dos serviços da Comissão **diminuiu continuamente** ao longo dos anos, sendo agora inferior a 30 dias. Em 2017, o prazo de pagamento líquido médio geral foi de 20,4 dias. Em 2017, a percentagem de pagamentos em atraso diminuiu também em número (para 10,4 %) e em valor (apenas 3,1 %).

2.1.2 Eficácia da gestão dos riscos para a legalidade e a regularidade

Nota: As definições e a terminologia subjacente referidas na presente subsecção são definidas no anexo 3

Os programas de despesa da Comissão são conceptualmente plurianuais e o mesmo acontece, por consequência, com os sistemas de controlo e ciclos de gestão conexos. Embora possam ser

detetados erros num determinado ano, estes são corrigidos nos anos seguintes, até depois do termo dos ciclos de vida dos programas.



Sistemas de controlo: medidas preventivas e corretivas

A Comissão é a responsável última por assegurar que o orçamento da UE¹⁰⁶ é bem aplicado, independentemente do facto de os fundos serem executados pelos próprios serviços da Comissão¹⁰⁷ (gestão direta, cerca de 24 %), por entidades terceiras (gestão indireta, cerca de 8 %) ou pelas autoridades competentes dos Estados-Membros (gestão partilhada, cerca de 68 %)¹⁰⁸.

Em relação a 76 % do orçamento, a Comissão está essencialmente dependente da fiabilidade das informações de gestão e controlo comunicadas pelos Estados-Membros e por outras entidades responsáveis, com base nos respetivos sistemas de controlo. A um nível secundário, mas sem duplicação dos níveis de controlo, a Comissão pode realizar auditorias para verificar a fiabilidade dos sistemas de controlo, os resultados do controlo e/ou os relatórios de gestão dessas entidades.

Em todas as modalidades de gestão, os modelos de controlo dos serviços da Comissão incluem medidas tanto preventivas como corretivas:

- **As medidas preventivas** são tomadas *antes* do pagamento. Normalmente, consistem em controlos «na fonte»¹⁰⁹ e noutros controlos **ex ante**¹¹⁰ efetuados pela Comissão antes de realizar um pagamento¹¹¹ ou antes de aceitar as despesas incorridas pelo Estado-Membro ou por outro organismo responsável. As eventuais interrupções/suspensões dos pagamentos aos Estados-Membros em caso de deficiências graves nos sistemas de gestão e de controlo têm igualmente caráter preventivo. Além disso, a Comissão assegura formação e orientação às autoridades competentes dos Estados-Membros e aos beneficiários das subvenções. Em 2017, o montante das correções financeiras e montante

das recuperações *preventivas* ascendeu a 836 milhões de EUR confirmados e 897 milhões de EUR executados (ver mais pormenores na secção 2.3).

- **As medidas corretivas** são tomadas *após* o pagamento. Normalmente, passam por controlos **ex post**¹¹², tais como correções financeiras e recuperações de despesas irregulares declaradas pelos Estados-Membros ou pelos beneficiários, que a Comissão realiza depois de proceder a um pagamento ou aceitar as despesas incorridas pelo Estado-Membro ou por outro organismo responsável. Em 2017, o montante das correções financeiras e recuperações *corretivas* situou-se nos 1 826 milhões de EUR confirmados e 1 949 milhões de EUR executados (ver mais pormenores na secção 2.3).

Embora todas as operações financeiras sejam objeto de controlos antes do pagamento¹¹³ (ou seja, *ex ante*), a intensidade em termos de regularidade e/ou exaustividade desses controlos depende dos riscos e dos custos envolvidos. Por conseguinte, os controlos *ex ante* diferenciados em função dos riscos assumem normalmente a forma de controlos documentais, em vez de controlos no local (o saldo custos/benefícios seria proibitivo para assegurar uma cobertura completa). Ao invés, os controlos *ex post* são normalmente efetuados no local (com base numa amostra representativa ou numa avaliação dos riscos).

As fontes e as causas profundas dos erros detetados pela Comissão ou pelos Estados-Membros através do trabalho de auditoria são igualmente tidos em conta na elaboração da futura legislação (simplificada) e na (re)conceção dos controlos, com o intuito de reduzir ainda mais o nível de erro no futuro. Ver o ponto sobre a «Elaboração dos programas do próximo QFP» no final da secção 2.2.

Montante estimado em risco no pagamento

Devido às limitações intrínsecas dos controlos *ex ante* efetuados antes dos pagamentos, é possível que certos erros¹¹⁵ só possam ser detetados pelos controlos *ex post* (por exemplo, certos custos ineligiáveis reembolsados através de subvenções apenas podem ser verificados de forma exaustiva através de auditorias no local realizadas nas instalações do beneficiário). Tal implica que os pagamentos da Comissão podem ser afetados por erros.

Estima-se que o montante global em risco no momento do pagamento da Comissão, baseado nas **taxas de erro («bruto») detetadas¹¹⁶**, seja **1,7 % das despesas de 2017** (ver quadro de síntese e gráfico(s) infra¹¹⁷), ou seja, abaixo de 2 % já este ano.

Enquanto conceito, o montante global em risco no pagamento corresponde ao nível de erro estimado do Tribunal de Contas Europeu. O Tribunal reconheceu que os números da Comissão estão, na maioria dos casos, bastante em linha com as suas próprias estimativas do ano passado¹¹⁸.

Em relação a 2016, a principal alteração prende-se com a **redução significativa nos domínios da coesão, migração e pescas**. Neste domínio de intervenção, os atuais programas do período de 2014-2020 estão a acelerar, o que acarreta um risco menor, em virtude do recém-introduzido procedimento de apuramento anual de contas e do mecanismo de retenção de 10 % sobre os pagamentos intermédios até que todos os controlos e medidas corretivas sejam aplicados (ver infra os «progressos realizados», na secção 2.2). Além disso, em termos absolutos, as despesas pertinentes de 2017 no domínio da coesão são cerca de 13 mil milhões de EUR abaixo das de 2016. Tal deve-se sobretudo à eliminação do pré-financiamento em comparação com o ano passado (que registou um elevado nível de recuperação e de certificações e apuramentos de encerramento para os programas de 2007-2013), bem como ao início mais lento da execução do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão comparativamente ao período homólogo do período de programação anterior.

Estimativa das correções futuras

Parte considerável¹¹⁹ dos erros detetados será posteriormente corrigida através de recuperações ou

de compensações em pagamentos futuros. Uma vez que tal poderá demorar algum tempo a concretizar-se, essas correções não ocorrerão, em muitos casos, no mesmo exercício financeiro do pagamento a que se referem. Em contrapartida, os sistemas de controlo plurianuais asseguram que as correções tenham lugar durante o(s) ano(s) subsequente(s) dos ciclos de vida dos programas.

*Globalmente, a **componente da investigação e inovação** tinha um objetivo plurianual de 4 056 auditorias de despesa no âmbito do 7.º Programa-Quadro, que foi já ultrapassado (4 324 auditorias concluídas no final de 2017). As despesas abrangidas pelas auditorias correspondem, em termos acumulados, a 64,2 %¹²⁰.*

*A estratégia de auditoria plurianual da **Direção-Geral da Ajuda Humanitária** prevê auditorias financeiras *ex ante* e/ou *ex post*: são realizadas auditorias no terreno durante a execução e auditorias nos serviços centrais após a conclusão das ações. A estratégia de auditoria assegura que cada organização parceira seja selecionada, em média, de quatro em quatro anos, sendo então auditada uma vasta amostra de convenções de subvenção e acordos de contribuição celebrados com o parceiro selecionado em causa.*

No que respeita às atividades em regime de gestão partilhada com os Estados-Membros, a Comissão não pode, por si só, reduzir o nível de erro: a deteção e a correção dos erros incumbem, antes de mais, aos Estados-Membros. No entanto, os serviços da Comissão envolvidos assumem também a sua quota-parte de responsabilidades. Por exemplo, em 2017, a **Direção-Geral da Agricultura** levou a cabo 128 missões de auditoria e deu início a 31 auditorias documentais para verificar o cumprimento das regras da UE por parte dos organismos pagadores, no contexto dos pagamentos aos beneficiários ou da recuperação de pagamentos indevidos. De igual modo, foram auditados 15 organismos de certificação para verificar a qualidade do seu trabalho de auditoria e, com isso, consolidar a garantia quanto à fiabilidade do seu parecer sobre a legalidade e a regularidade das despesas. Na sequência do processo de apuramento da conformidade, a Comissão impõe correções financeiras líquidas aos Estados-Membros, os quais reembolsam o orçamento da UE nos montantes correspondentes a essas correções. Estas medidas corretivas integram o sistema de controlo plurianual que protege os interesses financeiros da UE.

Entretanto, mais precisamente, no final de cada exercício durante os ciclos de gestão plurianuais, os gestores orçamentais delegados da Comissão divulgam devidamente, para garantir a plena transparência, todos os programas cuja taxa de erro residual até ao momento da apresentação do respetivo relatório não seja (ainda) inferior ao limiar de materialidade (na maioria dos casos, fixado em 2 %). Ver a secção 2.2 sobre a garantia de gestão e as reservas possíveis.

Os serviços da Comissão estimaram as correções futuras que poderão efetuar para as despesas de 2017. Em certa medida, estas estimativas baseiam-se na média das correções realmente efetuadas em anos anteriores. No entanto, esta base histórica nem sempre é pertinente para estimar as correções futuras. Mais especificamente, os dados históricos podem ser afetados por acontecimentos pontuais ou relacionados com programas anteriores com perfis de risco diferentes dos atuais (que podem ter sido simplificados e passado a ser menos propensos a erros). Por estes motivos, a base histórica é ajustada ou substituída na medida do necessário. De qualquer modo, as estimativas resultantes são conservadoras, a fim de evitar uma eventual sobrestimativa da capacidade corretiva.

Estima-se que as correções futuras globais da Comissão sejam equivalentes a **1,1 % das despesas de 2017** (ver quadro de síntese infra¹²¹).

Em comparação com 2016, a diminuição deve-se também, e principalmente, ao menor montante estimado em risco no pagamento da Coesão (ver supra), donde a menor estimativa das correções.

Para ler uma análise das correções financeiras e recuperações efetuadas durante o ano de referência de 2017, ver a secção 2.3 sobre a proteção do orçamento da UE.

Montante estimado em risco no encerramento

Após dedução das correções futuras do montante em risco no pagamento, o montante em risco no encerramento apresenta uma estimativa conservadora do **erro («líquido»)** que poderá subsistir depois de realizadas todas as correções previstas até ao final dos ciclos de vida dos programas.

Estima-se que o montante global em risco no encerramento da Comissão seja **0,6 % das despesas de 2017** (ver quadro de síntese e gráfico(s) infra¹²²).

Comparativamente a 2016, a diminuição deve-se também, e principalmente, ao mecanismo integrado da coesão para os riscos residuais anuais inferiores a 2 %, através das correções financeiras necessárias nos pacotes de garantia anuais elaborados pelos Estados-Membros (ver supra), e, em menor medida, a uma redução do montante estimado em risco no pagamento da agricultura (que regista agora números ainda mais baixos).

Conclusão

Ao longo dos últimos anos, o montante global em risco no encerramento diminuiu de 1,3 % para 0,6 %. Ver o(s) gráfico(s) infra.

Dado que o montante global em risco no encerramento está estimado em menos de 2 % das

despesas totais pertinentes, os mecanismos de controlo plurianuais dos serviços da Comissão asseguram, de um modo geral, uma gestão adequada dos riscos relativos à legalidade e regularidade das operações e garantem que as correções financeiras e recuperações efetuadas nos anos seguintes protegem o orçamento da UE.

Domínio de intervenção	Despesas totais pertinentes (milhões de EUR)	Montante estimado em risco no pagamento		Estimativa das correções futuras		Montante estimado em risco no encerramento, tendo em conta as correções futuras	
		valor mais baixo	valor mais elevado	valor mais baixo	valor mais elevado	valor mais baixo	valor mais elevado
Agricultura	55 957,0	2,22 %	2,22 %	2,10 %	2,10 %	0,12 %	0,12 %
Coesão, migração e pescas	32 533,8	1,10 %	1,10 %	0,04 %	0,04 %	1,06 %	1,06 %
Relações externas	10 633,5	1,24 %	1,24 %	0,27 %	0,27 %	0,97 %	0,97 %
Investigação, indústria, espaço, energia e transportes	13 348,1	2,26 %	2,35 %	0,63 %	0,64 %	1,64 %	1,71 %
Outras políticas internas	6 065,0	0,64 %	0,66 %	0,11 %	0,11 %	0,53 %	0,55 %
Outros serviços e administração	6 590,4	0,14 %	0,19 %	0,01 %	0,01 %	0,14 %	0,18 %
Conciliações	-116,4						
TOTAL 2017	125 011,4	1,67 %	1,68 %	1,05 %	1,05 %	0,62 %	0,63 %
TOTAL 2016	137 127,9	2,13 %	2,62 %	1,48 %	1,55 %	0,65 %	1,07 %

Quadro: Montante global estimado em risco no pagamento/no encerramento (intervalos, em % das despesas pertinentes). Ver informações no anexo 2-A e definições no anexo 3.

Montante global em risco no pagamento/no encerramento (intervalos)

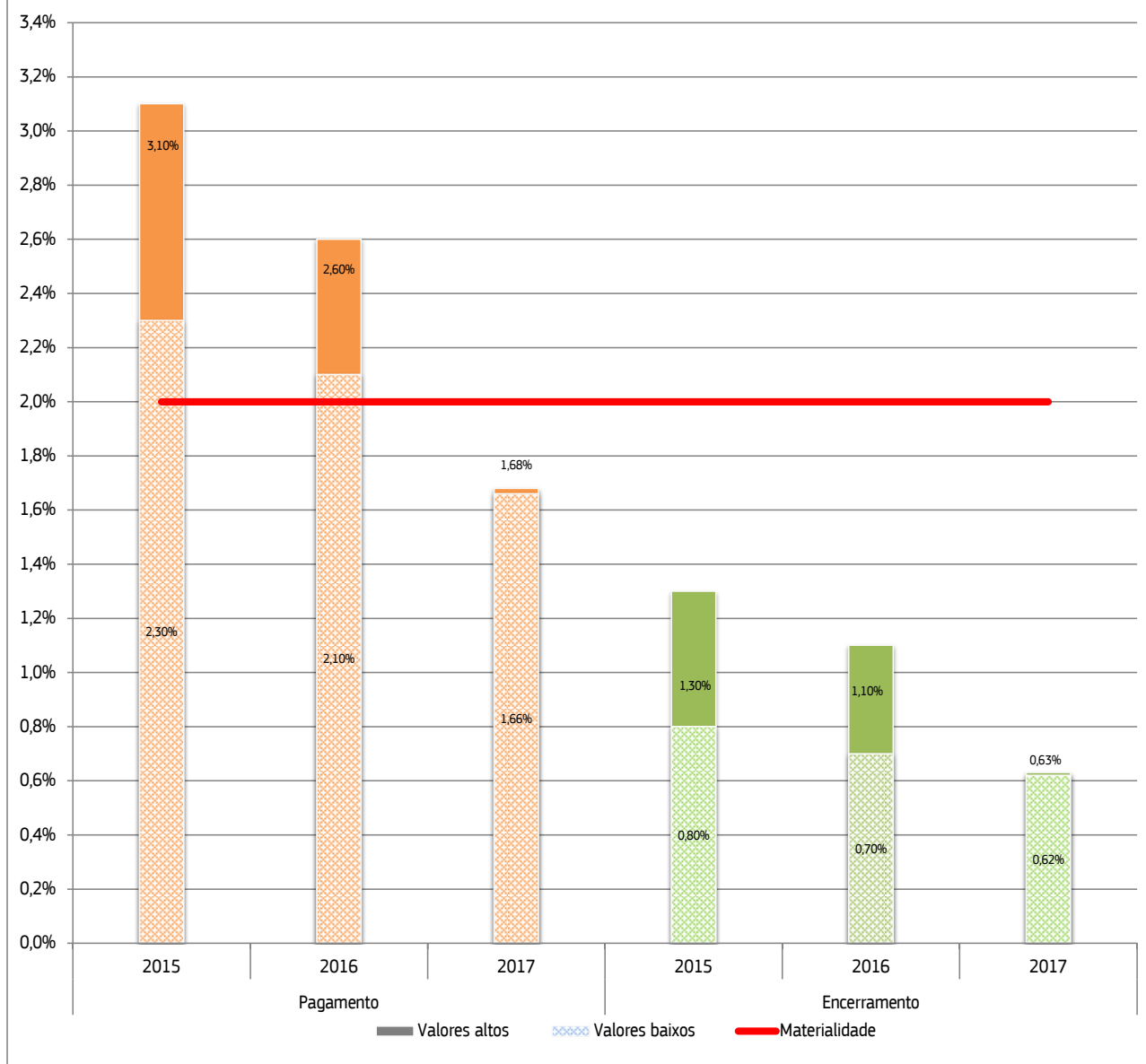


Gráfico: Montante global estimado em risco no pagamento/no encerramento (intervalos, em % das despesas pertinentes). Ver informações no anexo 2-A e definições no anexo 3.

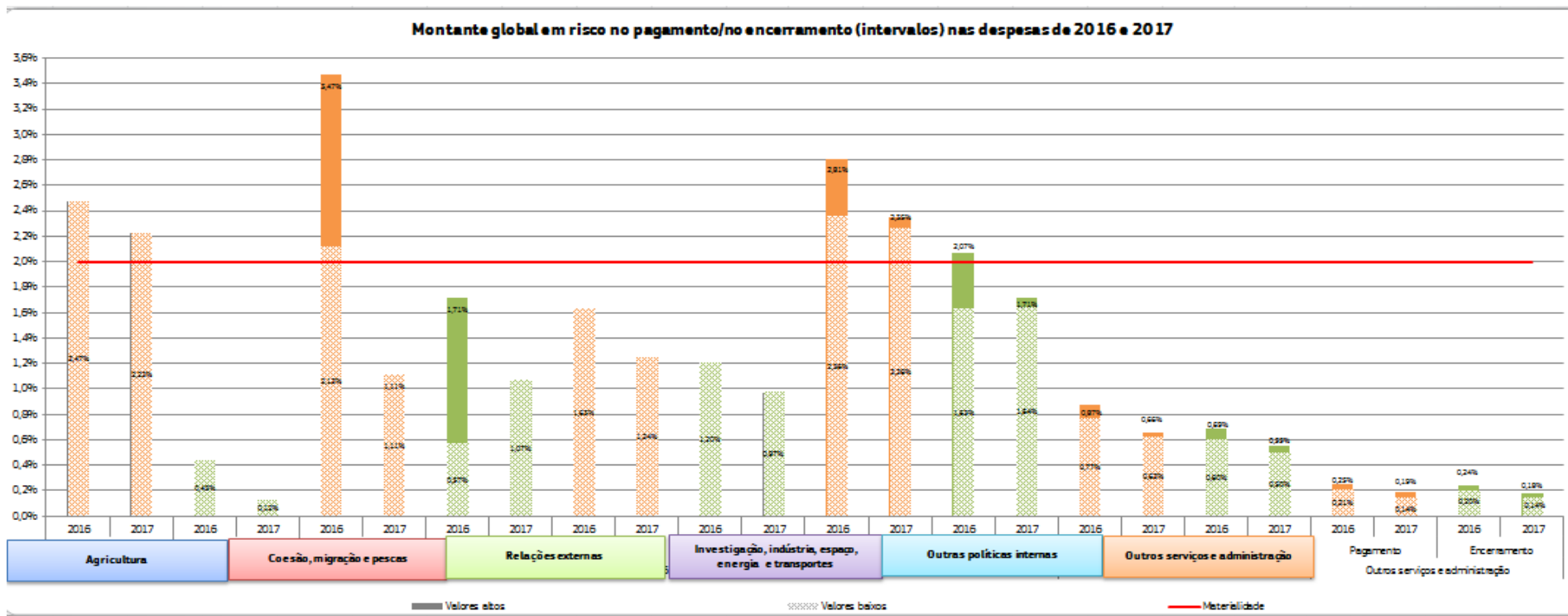


Gráfico: Montante global estimado em risco no pagamento/no encerramento (intervalos, em % das despesas pertinentes) por domínio de intervenção. Ver informações no anexo 2-A e definições no anexo 3.

2.1.3 Relação custo-eficácia dos controlos

Um dos objetivos da Comissão é assegurar uma boa relação custo-eficácia aquando da conceção e aplicação dos sistemas de gestão e de controlo. Os sistemas de controlo dos serviços visam prevenir, identificar e corrigir os erros, mas devem ter também um **custo razoável** em comparação com os fundos geridos. Assim, as estratégias de controlo devem ser **diferenciadas em função dos riscos**, ou seja, devem considerar um nível mais elevado de controlo e/ou regularidade em domínios de maior risco, e um nível mais reduzido em domínios de menos risco.

Em 2017, os 50 serviços da Comissão avaliaram devidamente¹²³ a relação custo-eficácia e a eficiência dos respetivos sistemas de controlo. **Pelo segundo ano, todos os serviços da Comissão concluíram afirmativamente que, de um modo geral, os seus controlos têm uma boa relação custo-eficácia e são eficientes.**

Além disso, nos casos em que os fundos são geridos pelas autoridades dos Estados-Membros ou por entidades terceiras, as informações disponíveis sobre o custo dos controlos suportado por essas autoridades e entidades foram comunicadas separadamente pelos serviços em causa¹²⁴.

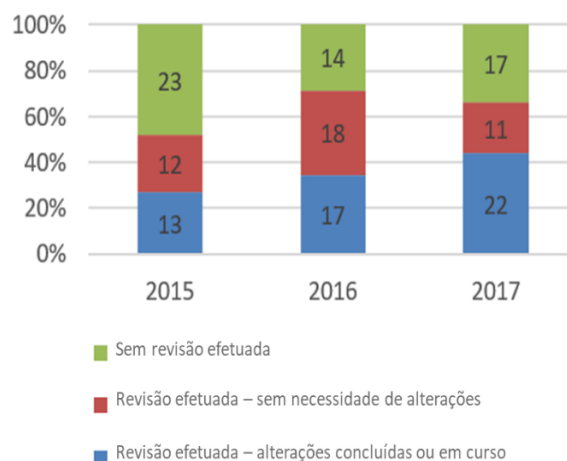
Além dos custos, quase todos os serviços aludiram igualmente aos benefícios dos controlos. Alguns conseguiram quantificá-los em termos monetários, com base nas rejeições de custos não elegíveis, correções e recuperações. Além do contributo para a redução das taxas de erro líquido, os sistemas de controlo bem concebidos têm outros benefícios, tais como a melhor otimização dos recursos e o menor risco de fraude.

Conseguiu-se assegurar controlos mais simples e menos complexos e onerosos, nomeadamente através de relatórios mais automatizados, da eliminação de fluxos de trabalho redundantes, de controlos mais proporcionados nas operações de baixo risco e de uma utilização mais generalizada das opções de custos simplificados¹²⁵.

Os custos e benefícios dos controlos indicados pela Comissão variam consideravelmente em função dos serviços. Esta variabilidade é explicável por diversos fatores, designadamente: i) os diferentes graus de complexidade dos programas geridos; ii) os volumes e montantes a tratar (o tratamento de um número elevado de operações de baixo valor acarreta uma maior intensidade de mão-de-obra); iii) os perfis de risco específicos dos programas geridos; e

iv) eventuais deseconomias de escala de certos programas de pequena dimensão. Por conseguinte, teria pouca utilidade proceder à mera comparação dos aspetos quantificáveis comunicados pelos serviços.

A fim de assegurar a boa relação custo-eficácia dos controlos ao longo do tempo, a grande maioria dos serviços reviram os respetivos sistemas de controlo pelo menos uma vez nos últimos três anos. Em resultado dessas revisões efetuadas em 2017, 22 serviços adaptaram ou irão adaptar os sistemas de controlo reorientando os seus recursos no sentido de ter controlos mais exigentes, quando necessário,



e, simultaneamente, mais simples e menos complexos, se for caso disso. Onze serviços concluíram que não havia necessidade de alterações. Dos 17 serviços que não efetuaram a revisão dos seus sistemas em 2017, 12 já a tinham efetuado em 2016.

Gráfico: Revisão das estratégias de controlo em 2015-2017.
Fonte: Relatórios anuais de 2015 e 2016 sobre a gestão e a execução do orçamento da UE

A Comissão prossegue os seus esforços com vista a melhorar ainda mais a relação custo-eficácia dos controlos. Neste contexto, na sequência de uma auditoria realizada em 2017 pelo Serviço de Auditoria Interna, a Direção-Geral do Orçamento está a rever as suas orientações em matéria de estimativas, avaliação e elaboração de relatórios sobre a relação

custo-eficácia dos controlos, tendo em vista a sua simplificação.

Além disso, nos **próximos programas de despesas**, as fichas financeiras legislativas (anexas às propostas legislativas) irão expor os motivos pelos quais se considera que a(s) modalidade(s) de gestão, o(s) mecanismo(s) de execução do financiamento e

os métodos de pagamento propostos são as soluções mais adequadas, não só em termos de políticas ou objetivos dos programas, mas também em termos de **equilíbrio entre três dos objetivos do controlo interno, designadamente, celeridade nos pagamentos, baixo nível de erro e baixo custo do controlo**.

2.1.4 Estratégias antifraude

A UE e os Estados-Membros estão mandatados para combater a fraude e quaisquer outras atividades ilegais lesivas dos interesses financeiros da União¹²⁶. A Comissão executa o orçamento da UE em cooperação com os Estados-Membros, em conformidade com a legislação aplicável da União e os princípios da boa gestão financeira¹²⁷. O orçamento é executado em conformidade com um controlo interno eficiente e eficaz, que tem por objetivo a prevenção, deteção, correção e acompanhamento de fraudes e irregularidades¹²⁸.

No âmbito deste quadro jurídico, o **Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF)** desempenha um papel fundamental na proteção dos interesses financeiros da UE contra a fraude. Em 2011, a Comissão adotou a sua atual estratégia antifraude, conduzida pelo **Organismo Europeu de Luta Antifraude**. A **estratégia antifraude da Comissão** estabelece um quadro político para a prevenção, deteção, investigação e reparação da fraude ao nível da Comissão e para o bom funcionamento dos serviços da Comissão, relativamente às suas responsabilidades de gestão para a proteção dos interesses financeiros da UE.

A estratégia antifraude da Comissão exige que todos os serviços da Comissão elaborem, executem e atualizem regularmente a sua própria estratégia antifraude para o domínio de intervenção da sua competência. Tal como é visível no quadro infra, os serviços da Comissão cumpriram este requisito.

A Comissão aproveitou a oportunidade decorrente das suas propostas para o plano de despesas a longo prazo da UE pós-2020 para analisar as abordagens da luta antifraude contempladas nas diferentes políticas da UE e, quando adequado, reforçar as medidas antifraude, de modo a proteger os contribuintes europeus da melhor forma possível.

Para o efeito, o **Organismo Europeu de Luta Antifraude** está a trabalhar em cooperação com outros serviços da Comissão numa avaliação e atualização da estratégia antifraude da Comissão. A

título de preparação, todos os serviços da Comissão foram convidados a apresentar uma nova avaliação do risco de fraude. Vários deles aproveitaram a oportunidade para atualizar as suas próprias estratégias antifraude. Deste modo, o exercício de atualização a nível coletivo beneficiou já a luta antifraude da Comissão. As novas ações suscetíveis de integrar a atualização da estratégia de luta antifraude ao nível da Comissão visarão:

- o reforço da coordenação das políticas antifraude ao nível da Comissão;
- a recolha de informações mais amplas sobre os padrões de fraude que ameaçam os interesses financeiros da União, por exemplo, através da melhoria das ferramentas de tecnologias da informação e das bases de dados;
- o reforço dos controlos antifraude nos domínios das alfândegas e do imposto sobre o valor acrescentado.

As preocupações das direções-gerais e serviços da Comissão induziram medidas imediatas destinadas a corrigir as insuficiências detetadas pelo Serviço de Auditoria Interna no planeamento, gestão e coordenação das atividades de prevenção e deteção da fraude nos recursos próprios tradicionais. Estes serviços criaram melhores mecanismos de cooperação, nomeadamente uma função de direção estratégica do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), e das Direções-Gerais da Fiscalidade e do Orçamento para assegurar o reforço da prevenção e deteção da fraude nos recursos próprios tradicionais.

O Serviço de Apoio à Reforma Estrutural é um novo serviço criado no âmbito do Secretariado-Geral. A sua missão consiste em auxiliar os Estados-Membros na execução de reformas estruturais através da disponibilização de competências especializadas adequadas e assistência técnica de natureza prática.

Desde abril de 2016, o Serviço de Apoio à Reforma Estrutural tem uma organização administrativa formal. Em julho de 2017, adotou a sua **primeira estratégia antifraude**, baseada na metodologia proposta pelo **Organismo Europeu de Luta Antifraude**. O serviço funciona em condições de financiamento difíceis, caracterizadas pela descentralização geográfica, por um quadro

operacional jurídico e político complexo, bem como pela pressão do fator tempo e pela dependência de pessoal tecnicamente especializado. Com a sua estratégia antifraude, orientada para disseminar e aprofundar o saber-fazer da luta antifraude entre o seu pessoal, o serviço garante que o dinheiro dos contribuintes é estritamente utilizado nas necessidades prementes que deve satisfazer.

Ano da última atualização das estratégias antifraude dos serviços	2017	2016	2015	2014 ou antes	Total
Número de serviços da Comissão	20	11	11	8	50

Quadro: Atualizações das estratégias antifraude pelos serviços da Comissão. Informações constantes dos relatórios anuais de atividades.

No âmbito da proteção dos interesses financeiros da União, o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) tem a função exclusiva de realizar inquéritos independentes a situações de fraude e corrupção que envolvam fundos da UE e de formular políticas da UE em matéria de luta contra a fraude.

Os fundos da UE são utilizados não só pelas instituições, organismos, gabinetes e agências da UE, como também, em cerca de 74 %, em regime de gestão partilhada, a nível local, regional e nacional nos Estados-Membros. Esta situação aumenta consideravelmente o nível de complexidade. Os programas e projetos da UE envolvem frequentemente intervenientes – contratantes, subcontratantes e respetivo pessoal – dos Estados-Membros da UE, de países terceiros e de organizações internacionais. Tal torna a prevenção e a deteção precoce da fraude um desafio significativo, igualmente devido ao facto de as regras aplicáveis em matéria de gestão financeira serem numerosas e, não raro, complicadas.

O Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude habilita o OLAF a realizar inquéritos administrativos externos a nível nacional e inquéritos administrativos internos nas instituições e organismos da UE, sempre que estejam em causa os interesses financeiros da UE, bem como inquéritos internos relativos ao exercício de atividades profissionais. A este respeito, o Organismo Europeu de Luta Antifraude desempenha um papel importante na garantia da integridade do pessoal da UE, uma condição prévia necessária para que as instituições da UE funcionem de forma eficiente.

Ao concluir um inquérito, o OLAF pode emitir recomendações a que as autoridades competentes nacionais ou da UE deverão dar seguimento. Essas recomendações poderão ser de natureza diversa: financeiras (procurar recuperar fundos da UE objeto de fraude ou impedir o desembolso de montantes adicionais), judiciais (intentar uma ação judicial), disciplinares (tomar medidas disciplinares contra um membro do pessoal) ou administrativas (corrigir eventuais deficiências nos procedimentos administrativos).

O Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) tem capacidade para detetar e investigar esquemas de fraude complexos dentro e fora da Europa. Em 2017, foram encerrados vários inquéritos em grande escala.

Os inquéritos do OLAF cobriram casos importantes de fraudes por subvalorização, em que os autores da fraude obtiveram lucros declarando valores falsamente baixos de mercadorias importadas para a UE, casos em que o OLAF empreendeu uma luta contra grupos de criminalidade organizada que defraudavam fundos destinados à agricultura, ou ainda casos em que os investigadores detetaram fraudes no âmbito de grandes projetos de infraestruturas.

Desempenho do OLAF em matéria de inquéritos em 2017:

- O OLAF concluiu 197 inquéritos, tendo dirigido 309 recomendações às autoridades competentes dos Estados-Membros e da UE;
- O OLAF recomendou a recuperação de mais de

3 mil milhões de EUR para o orçamento da UE;

- O OLAF abriu 215 novos inquéritos, na sequência de 1 111 análises preliminares realizadas pelos seus peritos.

Em 2 de outubro de 2017, a Comissão adotou o relatório de avaliação sobre o Regulamento n.º 883/2013 que rege as atividades de inquérito do Organismo Europeu de Luta Antifraude. A avaliação confirmou o valor acrescentado dos inquéritos do

Organismo Europeu de Luta Antifraude e a sua continuada relevância no âmbito da instituição da Procuradoria Europeia. Em 2018, a Comissão propôs a introdução de novas melhorias no quadro jurídico dos inquéritos do Organismo Europeu de Luta Antifraude, na sequência das medidas em curso tendo em vista a instituição da Procuradoria Europeia até ao final de 2020 (no mínimo) e das conclusões da avaliação do Regulamento n.º 883/2013.

Sistema de deteção precoce e de exclusão (EDES)

O sistema de deteção precoce e de exclusão (EDES), criado para reforçar a proteção dos interesses financeiros da UE, visa assegurar:

- a deteção precoce de operadores económicos que representem riscos para os interesses financeiros da UE;
- a exclusão da obtenção de fundos da UE por parte de operadores económicos não fiáveis e/ou a imposição de uma sanção financeira;
- a publicação, nos casos mais graves, no sítio Web da Comissão, das informações relacionadas com a exclusão e/ou a sanção financeira, a fim de reforçar o efeito dissuasor.

As instituições, agências e organismos da UE só podem decidir da imposição de sanções a operadores económicos não fiáveis após terem obtido uma recomendação de uma instância centralizada. A instância do sistema de deteção precoce e de exclusão (EDES) avalia casos que não tenham sido objeto de sentença transitada em julgado ou decisão administrativa definitiva. Não dispõe de competências de investigação. Em princípio, a instância baseia a sua apreciação nos factos e constatações resultantes das auditorias realizadas sob a responsabilidade do serviço da Comissão competente ou dos inquéritos efetuados pelo **Organismo Europeu de Luta Antifraude**.

Os casos submetidos a esta **instância** são selecionados com base nas situações de exclusão enumeradas no artigo 106.º, n.º 1, alíneas c) a f), do Regulamento Financeiro, designadamente:

- faltas graves em matéria profissional;
- fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, infrações relacionadas com o terrorismo ou infrações relacionadas com atividades terroristas;
- deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações durante a execução de um contrato financiado pelo orçamento;
- irregularidade.

Não são tidos em conta os casos referidos no artigo 106.º, n.º 1, alíneas a) e b), correspondentes a situações de falência e não pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, que são, porém, introduzidos na base de dados do EDES (cerca de 300 processos por ano).

Desde 1 de janeiro de 2016, foram enviados

37 processos ao secretariado da instância, dos quais:

- 27 recomendações adotadas pela instância (incluindo três no sentido da não exclusão);
- seis respostas da instância;
- três processos retirados pelo gestor orçamental requerente em causa;
- um processo suspenso.

Até à data, os gestores orçamentais tomaram 19 decisões (incluindo três decisões no sentido da não exclusão).

Em 12 processos, foi decidida a publicação da exclusão (há duas publicações suspensas devido à interposição de um recurso junto do Tribunal de Justiça).

Mais especificamente, em 2017, os gestores orçamentais submeteram 11 processos à instância, cada um deles relativo a um operador económico, por via do seu secretariado permanente. Além disso, quatro processos enviados ao secretariado permanente em 2016 foram remetidos para a instância em 2017, uma vez concluído o respetivo trâmite.

Destes 15 processos, o painel emitiu uma recomendação no sentido de excluir operadores económicos dos fundos da UE em nove ocorrências. Estas decisões assentaram em várias razões de natureza jurídica, nomeadamente fraude e infrações importantes por incumprimento das principais obrigações durante a execução de um contrato. Até à data, as decisões de exclusão tomadas pelos gestores orçamentais em causa respeitam na íntegra a recomendação da instância. Em todas estas decisões, houve lugar à publicação das sanções. A publicação foi justificada, a título de exemplo, pela recusa de auditorias, pela recusa de reembolsar fundos da UE utilizados indevidamente, pela não substituição de uma garantia emitida por um garante não autorizado ou pela gravidade intrínseca das infrações.

Em três processos, a instância recomendou igualmente o registo na base de dados do sistema EDES de «*uma pessoa com poderes de representação, tomada de decisão ou controlo*» sobre o operador excluído, associada à exclusão. Este registo tem por objetivo informar todos os gestores orçamentais de que essas pessoas estiveram pessoalmente envolvidas nas situações de exclusão conexas dos operadores económicos em causa.

2.2. Garantia da gestão e reservas

Reservas formuladas nos relatórios anuais de atividades

Nos respectivos relatórios anuais de atividades de 2017¹²⁹, **os 50¹³⁰ gestores orçamentais delegados declararam ter garantias razoáveis de que: i) as informações constantes do respetivo relatório refletem uma imagem verdadeira e apropriada; ii) os recursos afetados às atividades foram utilizados para os fins previstos e de acordo com o princípio da boa gestão financeira; e iii) os procedimentos de controlo aplicados oferecem as garantias necessárias quanto à legalidade e regularidade das operações subjacentes.**

Os gestores orçamentais delegados avaliaram os objetivos de controlo utilizando todas as informações disponíveis, nomeadamente os resultados dos controlos. Tiveram em conta todas as deficiências significativas identificadas e avaliaram o seu impacto cumulativo na fiabilidade, em termos quantitativos e qualitativos, a fim de determinar se este foi significativo. Em consequência, **em 2017, 30 gestores orçamentais delegados apresentaram garantias sem reservas, enquanto 20 declarações foram sujeitas a um total de 38 reservas.** Ver os quadros pormenorizados no anexo 2-B. Estas reservas incidem sobre cada uma das áreas de despesas, mas apenas sobre o segmento das receitas relativo aos recursos próprios tradicionais. De forma sistemática, os gestores orçamentais delegados em causa adotaram planos de ação para corrigir as deficiências subjacentes e atenuar os riscos delas decorrentes.

As reservas são uma pedra angular da cadeia de responsabilidade. A sujeição das declarações de garantia a reservas nos relatórios anuais de atividades constitui um elemento da boa gestão financeira. As reservas são – caso seja possível – sempre acompanhadas por um plano de ação que aponta medidas para continuar a melhorar o quadro de controlo interno. Embora sejam maioritariamente determinadas por constatações acerca da gestão e do controlo dos pagamentos efetuados, as reservas têm igualmente um efeito preventivo positivo, dado

que os planos de ação desenvolvidos para as reservas visam atenuar riscos futuros e reforçar os sistemas de controlo. As reservas são também indispensáveis para a responsabilização, uma vez que conferem transparência no que respeita aos desafios e deficiências assinalados e apresentam uma estimativa do seu impacto financeiro.

Por outro lado, **o número de reservas não constitui um indicador da qualidade da gestão financeira.** Tal deve-se, em parte, ao facto de não existir uma relação direta entre o número de reservas e os montantes em risco, mas também ao facto de certas deficiências darem origem a várias reservas. Por exemplo, por respeitarem a programas executados por mais do que um serviço, mas também pelo facto de as deficiências associadas às «novas» reservas serem uma continuação de reservas «legadas» anteriores para o período de programação seguinte (por exemplo, no domínio da coesão, migração e pescas, embora agora em menos programas e em menos Estados-Membros do que no período anterior) e/ou cobrirem diversos segmentos dos mesmos programas geridos por vários serviços. Tal proporciona mais precisão e transparência.

Comparando as 38 reservas de 2017 com as 37 de 2016, verifica-se que 34 reservas são recorrentes. No entanto, **metade dessas reservas respeitam à geração «legada» dos programas do período de 2007-2013, que estão em fase de conclusão.** Foram levantadas três reservas anteriores e quatro reservas são novas. Além disso, são mantidas quatro reservas recorrentes, embora reduzidas em termos de âmbito e/ou exposição. De igual modo, os programas «legados» no domínio da coesão, migração e pescas têm agora menos programas, e em menos Estados-Membros, objeto de reservas. Cinco reservas recorrentes e três reservas novas são total ou parcialmente «não quantificadas»¹³¹, ou seja, sem impacto financeiro em 2017.

Relativamente às 34 **reservas recorrentes** que incidem sobre as despesas ou receitas de 2017, ver a lista completa no anexo 2-B.

No que se refere às **reservas alteradas relativamente a 2016**, ver a caixa seguinte:

Foram levantadas duas reservas

- A declaração da Direção-Geral dos Recursos Humanos deixou de estar sujeita à reserva (de reputação) relativa às Escolas Europeias, visto que as deficiências da gestão de tesouraria estão suficientemente atenuadas.
- Tendo em conta o âmbito reduzido das correções financeiras ou que o processo judicial pendente foi decidido a favor da decisão da Comissão sobre os montantes das correções financeiras a aplicar (processo a seguir, pois o Estado-Membro recorreu da decisão), as Direções-Gerais da Política Regional e do Emprego levantaram, individualmente, a sua reserva (não quantificada) relativa ao período de 2000-2006.

Foram introduzidas quatro novas reservas

- O Serviço de Apoio à Reforma Estrutural apresentou uma nova reserva (não quantificada) relativa à ausência de garantia da parte da sua carteira distribuída através de subvenções.
- A Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura apresentou uma nova reserva (não quantificada) relacionada com as insuficiências do controlo interno identificadas pelo Serviço de Auditoria Interna e as correspondentes recomendações (uma classificada como «crítica»¹³² e oito como «muito importantes»).
- A Direção-Geral dos Assuntos Internos apresentou uma nova reserva (não quantificada) relativa às insuficiências do sistema de controlo interno do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, também no seguimento do parecer com reservas do Tribunal de Contas Europeu e da decisão do Parlamento Europeu no sentido de adiar a decisão de quitação a esta agência.
- A Direção-Geral da Política de Vizinhança apresentou uma nova reserva sobre o seu segmento de alto risco das «subvenções na modalidade de gestão direta» (semelhante à relativa à Direção-Geral do Desenvolvimento, ver infra, e em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas Europeu).

Foram mantidas quatro reservas recorrentes, embora com uma cobertura reduzida (devido ao menor número de segmentos com uma taxa de erro residual superior a 2 %)

- A Direção-Geral do Desenvolvimento manteve a sua reserva, mas reduziu a sua cobertura de quatro segmentos para um (relativo às «subvenções na modalidade de gestão direta»).
- A Direção-Geral do Desenvolvimento manteve a sua reserva relativa aos programas geridos pela Comissão da União Africana, mas reduziu o seu âmbito aos programas que comportem um nível significativo de contratação pública.
- O Serviço dos Instrumentos de Política Externa limitou o âmbito da sua reserva unicamente ao Instrumento dos Países Industrializados, ou seja, excluindo a política externa e de segurança comum.
- Dado não ter existido exposição financeira em 2017, a Direção-Geral dos Assuntos Marítimos alterou a sua reserva quantificada relativa ao Fundo Europeu das Pescas para o período de 2007-2013 para reserva não quantificada.

Exposição (impacto financeiro) das reservas relativas aos programas atuais e «legados»

A fim de garantir uma transparência total, os gestores orçamentais delegados emitem uma reserva para cada programa cuja taxa de erro residual até ao momento da apresentação do relatório não seja (ainda) inferior ao limiar de materialidade (na maioria dos casos, fixada em 2 %).

Tal aplica-se não só aos programas atuais (geração do período de 2014-2020) como à geração «legada» de programas (período de 2007-2013). Os serviços não levantam as 19 reservas destes programas «legados», mesmo depois de os respetivos montantes em risco terem diminuído significativamente.

Estão em causa quatro reservas incidindo sobre seis fundos/programas em regime de gestão partilhada (o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Coesão, a Cooperação Territorial Europeia,

o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu das Pescas, o programa geral «Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios»), o Sétimo Programa-Quadro em matéria de Investigação (oito reservas), o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação (quatro reservas) e os programas «Educação, Cultura e Juventude» (três reservas), todos em fase de conclusão.

A geração «legada» de programas do período de 2007-2013, presentemente em fase de conclusão, equivale a metade do número de reservas.

Embora os programas «legados» representem metade¹³³ do número de reservas, a sua percentagem em termos de impacto financeiro efetivo ronda um oitavo (12 %) da exposição global. Ver quadro infra.

Domínio de intervenção	Total dos pagamentos em 2017	Montante em risco no relatório = exposição
Agricultura	55 872,0	769,7
Coesão, migração e pescas	39 234,0	134,6
Relações externas	13 609,5	43,4
Investigação, indústria, espaço, energia e transportes	15 526,2	94,7
Outras políticas internas	6 983,5	10,4
Outros serviços e administração	6 612,8	0,0
Conciliações	-39,2	
Total	137 798,8	1 052,9
<i>dos quais: programas atuais</i>		924,3
<i>dos quais: programas «legados»</i>		128,6
Domínio de intervenção	Total dos recursos próprios em 2017	Montante em risco no relatório = exposição
Recursos próprios	121 832,2	430,7
Total	121 832,2	430,7

Quadro: Montante em risco das reservas de 2017 (em milhões de EUR). Ver pormenores no anexo 2- B.

A exposição global da Comissão, em termos de montante em risco no relatório, das despesas de 2017 objeto de reservas está estimada em 1,1 mil milhões de EUR. A redução face a 2016 (1,6 mil milhões de EUR, ver gráfico infra) deve-se essencialmente à menor exposição dos fundos agrícolas e do Fundo de Coesão.

De entre as reservas mantidas em relação aos atuais programas do período de 2014-2020, quatro reservas foram reduzidas em termos de cobertura (ver caixa supra). No domínio da coesão, migração e pescas (três reservas), com a aceleração da execução dos programas atuais, o número de Estados-Membros e/ou programas operacionais objeto de reservas aumentou em comparação com o ano transato, mas

parece ser inferior ao dos períodos de programação anteriores.

O montante em risco no relatório, relativamente aos recursos próprios tradicionais sob reserva, está estimado em 0,4 mil milhões de EUR (0,5 mil milhões de EUR em 2016). Esta diminuição da exposição decorre das ações da Direção-Geral do Orçamento e das medidas aplicadas às importações do Reino Unido desde 12 de outubro de 2017 («Operação Aduaneira Swift Arrow»), que originaram uma queda significativa das importações de produtos têxteis subavaliados. Esta evolução resultou numa redução significativa das perdas de recursos próprios tradicionais no Reino Unido, nos últimos meses de 2017.

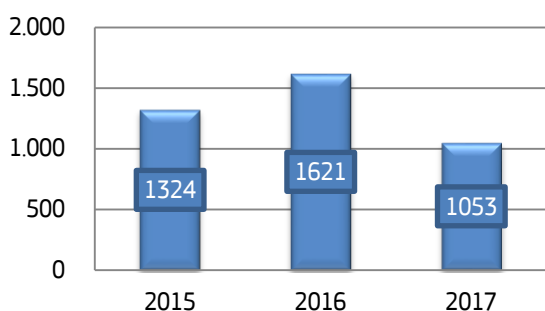


Gráfico: Impacto financeiro das reservas quantificadas (montantes de despesas em milhões de EUR).

Progressos realizados no reforço da fiabilidade durante 2017

Também em 2017, os serviços da Comissão prosseguiram os seus esforços para reforçar a fiabilidade dos relatórios anuais de atividades. Eis alguns exemplos de resultados:

- Os serviços de **relações externas** das Direções-Gerais do Desenvolvimento e da Política de Vizinhança melhoraram o reforço da fiabilidade «segmentado» das respetivas carteiras, conseguindo assim um melhor enfoque nas suas reservas relativas ao segmento de risco mais alto em causa (subvenções diretas). Deste modo, ambas as direções-gerais responderam devidamente às observações formuladas pelo Tribunal de Contas Europeu sobre os respetivos relatórios anuais de atividades de 2016.
- Os serviços em causa¹³⁴ abrangem agora, de forma transparente e integral, os **fundos fiduciários da UE**¹³⁵ nos seus relatórios de gestão. Fazem uma melhor distinção entre a responsabilidade pelas contribuições do orçamento da UE e do Fundo Europeu de Desenvolvimento pagas aos fundos fiduciários da UE e pelas operações que realizam, enquanto

gestores de fundos, fora dos fundos fiduciários da UE (ou seja, utilizando o orçamento da UE, o Fundo Europeu de Desenvolvimento e fundos de outros doadores). Ver também no anexo 9.

- As **direções-gerais e as agências de execução no domínio da investigação** estão a aplicar devidamente o limiar de materialidade específico (ajustado ao risco) de 2 a 5 %¹³⁶ previsto na ficha financeira legislativa que acompanha a proposta de legislação setorial do programa Horizonte 2020 apresentada pela Comissão. Consequentemente, as suas declarações de garantia não estão sujeitas a reservas relacionadas com o programa Horizonte 2020. Esta estratégia foi sancionada pela autoridade legislativa¹³⁷ desde o início do presente programa plurianual, que reconheceu: i) os riscos inerentes ao programa que persistem (por exemplo, o mecanismo de atribuição de subvenções ainda predominantemente baseado no reembolso de custos elegíveis, visando os beneficiários que comportam mais riscos, como os novos candidatos e as pequenas e médias empresas); e ii) o conjunto de limitações de controlo (limite máximo de controlos *ex post*, data-limite para estender as constatações de auditorias sistémicas a outros projetos do mesmo beneficiário)¹³⁸.
- As **direções-gerais no domínio da coesão, política regional, emprego e assuntos marítimos** introduziram um relatório anual de apuramento das contas e uma retenção de 10 % sobre os pagamentos intermédios efetuados pela Comissão, o que garante a «recuperação» efetiva (antecipada) de eventuais erros detetados (até 10 %) aquando da aceitação das contas. Este elemento é agora inteira e coerentemente refletido no cálculo das suas despesas pertinentes e nos montantes em risco conexos.
- Desde a sua autonomia, em 2016, o **Serviço de Apoio à Reforma Estrutural** alcançou progressos significativos na criação de um sistema amadurecido de controlo interno e elaboração de relatórios de gestão, que permitirá gerir adequadamente a expansão do seu orçamento. O plano de ação elaborado à luz da reserva constante do seu relatório anual de atividades (ausência de garantia das subvenções) e na sequência de uma auditoria interna apontou o caminho a seguir.

Parecer global e parágrafo de ênfase do Serviço de Auditoria Interna

No âmbito do seu parecer global de 2016, o Serviço de Auditoria Interna reiterara o seu parágrafo de ênfase considerando que os serviços que dependem

de entidades responsáveis para executar partes das suas políticas e/ou orçamentos deviam reforçar as suas estratégias e atividades de acompanhamento e supervisão, tendo em devida conta as diferentes naturezas, origens e mandatos (por vezes limitados) neste contexto.

Dadas, entre outras, as duas reservas relativas a problemas em agências (Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura e Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo), este aspeto continua a merecer especial atenção no parecer global de 2017. Para mais informações, consultar a subsecção 2.4 e/ou o anexo 5. Ver também a seguir os desenvolvimentos para 2018.

Desenvolvimentos para 2018

A supervisão das agências de execução (por exemplo, a Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura) e das entidades responsáveis (por exemplo, o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, a Comissão da União Africana) constitui um desafio. Os serviços centrais e direções-gerais da Comissão criaram grupos de trabalho conjuntos para clarificar e delinear o papel dos serviços hierarquicamente superiores na supervisão desses organismos.

Após 2018 e/ou 2020

O novo Regulamento Financeiro entrará em vigor em 2019 (algumas disposições vigorarão mesmo já no

segundo semestre de 2018). Este quadro proporciona uma base simplificada para a elaboração da geração de programas de financiamento pós-2020.

De facto, decorre atualmente a elaboração dos programas setoriais pós-2020. Está a ser dada especial atenção à maximização das simplificações, sinergias e ganhos de eficiência, bem como à diferenciação em função dos riscos e à relação custo-eficácia dos sistemas de controlo. O objetivo passa por realizar as políticas e os objetivos dos programas e os objetivos do controlo interno, designadamente, celeridade nos pagamentos, baixo nível de erro e baixo custo do controlo.

Na sua estratégia para o período de 2018-2020 («Promover a confiança através da auditoria independente»)¹³⁹, o Tribunal de Contas Europeu anunciou a sua intenção de tirar partido da evolução positiva da gestão financeira da UE e aumentar o valor acrescentado da sua declaração de fiabilidade anual. Em particular, o TCE pretende fazer uma melhor utilização dos trabalhos de outros auditores e das informações fornecidas pelas entidades auditadas sobre a legalidade e a regularidade das despesas. Neste contexto, o TCE publicou um documento informativo sobre a alteração da abordagem das auditorias de conformidade no domínio da política de coesão¹⁴⁰. Os trabalhos de auditoria estão atualmente em curso e os seus resultados serão apresentados no próximo relatório anual do TCE em 2018.

2.3. Proteção do orçamento da UE: correções financeiras e recuperações

Correções financeiras e recuperações

Um aspeto importante a ter em conta na execução do orçamento da UE é a necessidade de assegurar a adequada prevenção ou deteção e posterior correção de deficiências sistémicas conducentes a erros, irregularidades ou fraude.

A Comissão toma as medidas corretivas e preventivas previstas na legislação da União para proteger o orçamento da UE contra despesas ilegais ou irregulares.

As medidas de correção processam-se do seguinte modo:



Uma correção financeira é confirmada logo que seja aceite pelo Estado-Membro ou decidida pela Comissão. Uma correção financeira é considerada executada quando tiver sido aplicada e registada nas contas da Comissão, o que significa que a

Se os mecanismos de prevenção não forem eficazes, a Comissão, no âmbito da sua função de supervisão, deve, em último recurso, aplicar mecanismos corretivos.

O objetivo principal das correções financeiras e recuperações é garantir que apenas as despesas realizadas em conformidade com o quadro jurídico sejam financiadas pelo orçamento da União.

operação financeira foi validada pelo gestor orçamental competente nos seguintes casos: dedução do pedido de pagamento intermédio ou final, injeção de recuperação e/ou operação de anulação¹⁴¹.

Fundo	Total de pagamentos realizados a partir do orçamento da UE em 2017	Correções financeiras e recuperações confirmadas em 2017			% dos pagamentos do orçamento da UE	Correções financeiras e recuperações executadas em 2017			% dos pagamentos do orçamento da UE
		Medidas preventivas	Medidas corretivas	TOTAL		Medidas preventivas	Medidas corretivas	TOTAL	
Agricultura:	55 808	277	1 241	1 518	2,7 %	275	1 404	1 679	3,0 %
FEAGA	44 695	277	903	1 180	2,6 %	275	1 073	1 348	3,0 %
Desenvolvimento rural	11 113	-	338	338	3,0 %	-	331	331	3,0 %
Política de coesão:	35 417	9	505	515	1,5 %	73	467	539	1,5 %
FEDER	16 853	9	237	246	1,5 %	70	100	170	1,0 %
Fundo de Coesão	8 366	-	198	198	2,4 %	-	250	250	3,0 %
FSE	9 797	-	65	65	0,7 %	2	21	23	0,2 %
IFOP/FEP	401	0	4	5	1,2 %	1	95	96	23,9 %
FEOGA - Orientação	0	-	1	1	n/d	-	1	1	n.d.
Domínios de política interna	25 415	334	58	391	1,5 %	334	46	380	1,5 %
Domínios de política externa	9 793	212	22	234	2,4 %	212	31	244	2,5 %
Administração	9 656	3	0	3	0,0 %	3	0	3	0,0 %
TOTAL	136 089*	836	1 826	2 662	2,0 %	897	1 949	2 845	2,1 %

Quadro: Panorâmica das correções financeiras e recuperações efetuadas em 2017¹⁴² (em milhões de EUR). As medidas preventivas incluem as deduções ex ante e as correções financeiras na fonte, enquanto as medidas corretivas cobrem as recuperações ex post, as correções financeiras e as retiradas.

Convém referir que, devido ao arredondamento dos números para milhões de EUR, certos dados financeiros do quadro podem não produzir uma soma exata.

* Excluindo 1 291 milhões de EUR pagos no âmbito da rubrica «Instrumentos Especiais».

Em 2017, o total das correções financeiras e recuperações foi de 2,7 mil milhões de EUR confirmados ou 2,8 mil milhões de EUR executados. Este montante abrange todas as correções e

recuperações efetuadas em 2017, independentemente do ano em que as despesas iniciais foram efetuadas. Para mais informações, ver anexo 4 «Proteção do orçamento da UE».

Tipos de correções financeiras e recuperações em 2017 e resultados cumulativos 2011-2017

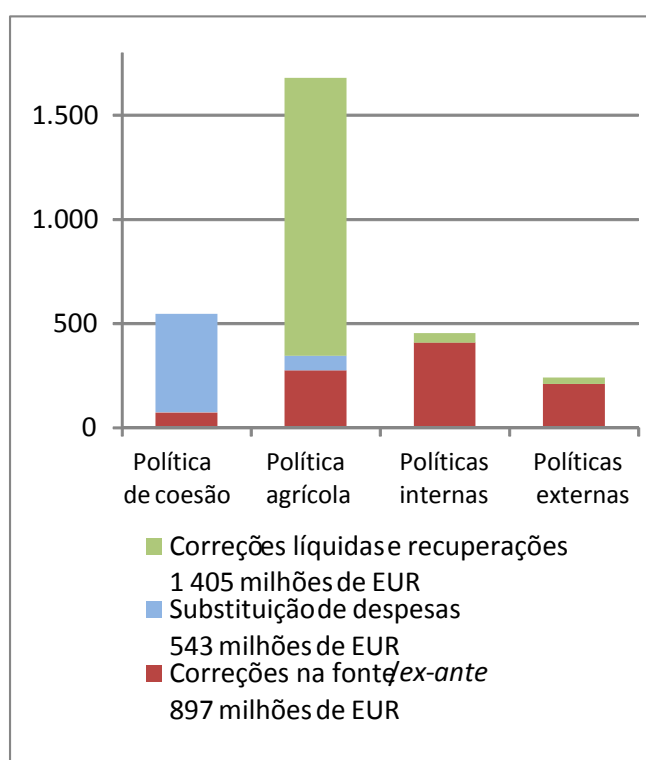


Gráfico: Tipos de correções financeiras e recuperações executadas em 2017 (em milhões de EUR).

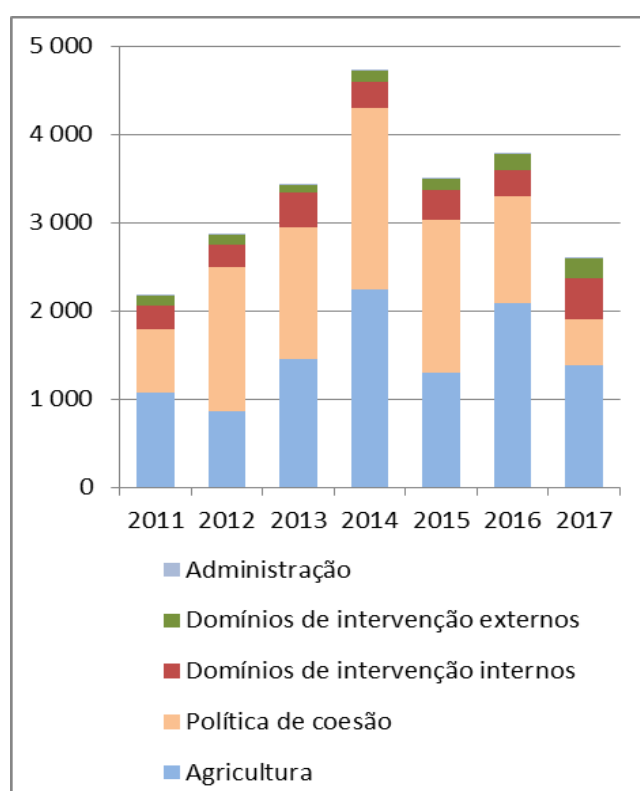


Gráfico: Correções financeiras e recuperações cumulativas confirmadas no período 2011-2017 (em milhões de EUR)

A Comissão opta cada vez mais por medidas preventivas, tais como interrupções e suspensões, para melhor proteger o orçamento da UE. Esta opção incentiva também os Estados-Membros a reduzir os pagamentos irregulares e a aplicar correções apenas em último recurso.

As correções líquidas conducentes a um reembolso ao orçamento da UE são características da agricultura e do desenvolvimento rural e da gestão direta e indireta.

Na política de coesão, as correções líquidas constituem, até ao período de programação 2007-2013, uma exceção. Foram aplicadas nos casos em que os Estados-Membros não conseguiram substituir as despesas irregulares por novas despesas. No âmbito do quadro jurídico do período de 2014-2020, a Comissão deve aplicar correções financeiras líquidas, mesmo que o Estado-Membro aceite as correções, se as auditorias da UE detetarem que o Estado-Membro não detetou, corrigiu e reportou uma deficiência grave conducente a um nível material de risco em despesas reembolsadas. Em contrapartida, se uma das condições regulamentares for preenchida, a Comissão tem de aplicar correções financeiras da forma tradicional, o que significa que o Estado-Membro pode reutilizar os fundos se aceitar as correções.

Os dados cumulativos fornecem mais informações úteis quanto à importância dos mecanismos de correção utilizados pela Comissão, uma vez que têm em consideração a natureza plurianual da maior parte das despesas da UE e neutralizam o impacto das ocorrências pontuais.

No Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), a taxa de correção média das correções financeiras da Comissão no âmbito do apuramento da conformidade das contas para o período compreendido entre 1999 e o final de 2017 foi de 1,8 % das despesas (todas foram correções financeiras líquidas) - ver anexo 4, secção 2.4.

No que se refere ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo Social Europeu para o período de 2007-2013, no final de 2017, a taxa combinada de correções financeiras, exclusivamente com base no trabalho de supervisão da Comissão, era de 1,9 % das dotações atribuídas - ver anexo 4, secção 3.4.2.

Em termos globais, durante o período de 2011-2017, os dois montantes médios (o total das correções financeiras e recuperações confirmadas e o total das correções financeiras e recuperações executadas) foram de 3,3 mil milhões de EUR ou 2,4 % do montante médio dos pagamentos a cargo do orçamento da UE.

2.4. Garantias obtidas através do trabalho do Serviço de Auditoria Interna (SAI)

Os serviços da Comissão basearam também a sua garantia nos trabalhos realizados pelo Serviço de Auditoria Interna (SAI). O anexo 5 do presente relatório inclui mais informações sobre a garantia fornecida pelo Serviço de Auditoria Interna. A Comissão transmitirá à autoridade de quitação um relatório de síntese dos trabalhos do auditor interno, em conformidade com o artigo 99.º, n.º 5, do Regulamento Financeiro.

O Serviço de Auditoria Interna concluiu que 95 % das recomendações acompanhadas durante o período de 2013-2017 foram aplicadas de forma eficaz pelas entidades auditadas. Das 359 recomendações ainda em curso na data-limite de 31 de janeiro de 2018 (que representam 20 % do número total de recomendações aceites nos últimos cinco anos), uma foi classificada como crítica e 133 como muito importantes. Destas últimas 134 recomendações, 12 muito importantes registavam um atraso de mais de seis meses na sua aplicação no final de 2017, o que equivale a 0,7 % do número total de recomendações aceites nos últimos cinco anos. Os trabalhos de acompanhamento do Serviço de Auditoria Interna confirmaram que, de um modo geral, as recomendações estão a ser aplicadas de forma satisfatória e que os sistemas de controlo dos serviços auditados estão a melhorar.

O Serviço de Auditoria Interna continuou, no âmbito do seu programa de trabalho, a efetuar auditorias de resultados em 2017 em resposta à orientação da Comissão no sentido de uma cultura baseada nos resultados e de uma otimização dos recursos.

i) No que toca aos mecanismos de governação e supervisão, na sequência da reforma administrativa de 2000, a Comissão obteve progressos significativos no fortalecimento dos seus processos de responsabilização, responsabilidade e reforço da fiabilidade. O modelo descentralizado de gestão financeira é bem entendido e está bem integrado na cultura da organização, e existem instrumentos de responsabilização claros, a par de um sólido processo de reforço da fiabilidade. Além disso, em outubro de 2017, a Comissão adotou uma comunicação sobre a governação na Comissão Europeia. Contudo, o SAI identificou a necessidade de melhorias proporcionadas a nível institucional, em especial no que respeita à gestão de riscos e a aspetos mais gerais dos atuais mecanismos de governação, nomeadamente a governação das TI.

No que respeita ao desempenho noutros domínios:

- relativamente à gestão dos recursos humanos, o SAI concluiu que as direções-gerais e as agências de execução tomaram medidas adequadas para gerir os desafios que enfrentam em matéria de recursos humanos, mas identificaram também diversos domínios importantes suscetíveis de melhoria no que se refere à gestão estratégica dos recursos humanos (DG HOME e EACEA) ou à afetação dos mesmos (DG HOME e DG JUST);
- em relação aos processos de gestão das TI, várias auditorias às TI concluíram haver margem para melhorar a eficácia da segurança das TI na Comissão em domínios específicos, a nível institucional ou operacional (DG ENER, OLAF);
- quanto ao processo de produção e à qualidade das estatísticas não produzidas pelo Eurostat, o Serviço de Auditoria Interna concluiu que o quadro atualmente em vigor na Comissão não é suficientemente sólido para garantir que a qualidade das estatísticas não produzidas pelo Eurostat utilizadas pelos serviços em apoio às suas principais políticas e à apresentação de relatórios sobre o seu desempenho é, em geral, satisfatória.

ii) Relativamente ao desempenho na execução orçamental das dotações orçamentais operacionais e administrativas, o Serviço de Auditoria Interna não detetou insuficiências de desempenho significativos em matéria de fundos sob gestão direta. No entanto, no caso dos fundos sob gestão indireta, várias auditorias incidindo sobre os mecanismos de supervisão existentes nos serviços revelaram importantes problemas de execução (por exemplo, a falta de uma estratégia de supervisão da empresa comum Shift2Rail (S2R) claramente definida pela DG MOVE, e o acompanhamento e supervisão, pela DG DEVCO, do desempenho operacional das instituições financeiras internacionais (IFI) responsáveis pela gestão dos mecanismos de investimento). Sobre a gestão partilhada, várias auditorias avaliaram os processos de gestão de programas e projetos e revelaram várias insuficiências significativas ao nível da execução, alguns dos quais podem comprometer a realização dos objetivos políticos (por exemplo, a coerência, a eficácia e a oportunidade do processo de alteração dos programas operacionais pelas DG REGIO, EMPL e MARE, através do qual os Estados-Membros podem redirecionar os mecanismos de execução dos programas operacionais).

Além disso, o Serviço de Auditoria Interna emitiu conclusões limitadas sobre a situação do controlo interno de cada serviço, em fevereiro de 2018, com

base nos seus trabalhos de auditoria realizados entre 2015 e 2017. Estas conclusões tinham por objetivo contribuir para os relatórios anuais de atividades de 2017 dos serviços em causa. Chamam especial atenção para todas as recomendações em aberto classificadas como «críticas» ou para o efeito combinado de uma série de recomendações classificadas como «muito importantes». Em quatro casos (DG CLIMA, DG DEVCO, SARE e EACEA), o Serviço de Auditoria Interna considerou que o serviço em causa devia avaliar devidamente a necessidade de formular uma reserva no respetivo relatório anual de atividades. Em três casos (DG CLIMA, DG DEVCO e EACEA), o serviço formulou tais reservas em conformidade com as conclusões limitadas do Serviço de Auditoria Interna. No caso do Serviço de Apoio à Reforma Estrutural, o Serviço de Auditoria Interna chamou a especial atenção para os problemas relativos à contratação pública identificados numa auditoria à gestão financeira e indicou que o serviço devia avaliar devidamente se tais problemas requeriam a formulação de uma reserva no relatório anual de atividades. O serviço concluiu que não existia base para justificar uma reserva financeira e não havia necessidade de incluir uma reserva no relatório anual de atividades por razões de reputação, pois os riscos de reputação assinalados não se materializaram. O Serviço de Auditoria Interna concordou com esta apreciação.

Tal como exige a sua carta de missão, o auditor interno da Comissão apresentou igualmente um parecer global, que tem por base os trabalhos de auditoria no domínio da gestão financeira que o Serviço de Auditoria Interna realizou na Comissão nos três anos anteriores (2015-2017), e tem igualmente em conta informações de outras fontes, nomeadamente os relatórios do Tribunal de Contas Europeu. Com base nestas informações de auditoria, o auditor interno considerou que, em 2017, a Comissão instituiu procedimentos de governação, gestão dos riscos e controlo interno que, no seu conjunto, são adequados para proporcionar garantias

razoáveis da consecução dos seus objetivos financeiros. No entanto, o parecer global está sujeito às reservas formuladas nas declarações de garantia dos gestores orçamentais delegados emitidas nos respetivos relatórios anuais de atividades.

Para formular o parecer global, o auditor interno teve também em consideração o impacto combinado de todos os montantes considerados em risco no pagamento, uma vez que estes ultrapassem os montantes objeto de reservas. Os montantes globais em risco representam, na ótica dos gestores orçamentais delegados, a melhor estimativa do montante das despesas autorizadas não conformes com as disposições contratuais e regulamentares aplicáveis no momento do pagamento em 2017. As direções-gerais estimam os montantes em risco no pagamento nos respetivos RAA de 2017. No seu conjunto, estes correspondem a um montante global inferior ao limiar de materialidade de 2 %, definido nas instruções para a elaboração dos relatórios anuais de atividades de 2017, de todos os pagamentos executados no âmbito do orçamento da Comissão, do Fundo Europeu de Desenvolvimento e dos fundos fiduciários da UE em 2017. Estes montantes em risco no pagamento em 2017 ainda não incluem as correções financeiras e recuperações relacionadas com as deficiências e erros que as direções-gerais irão detetar e corrigir nos próximos anos, graças aos mecanismos de correção plurianuais integrados nos sistemas de controlo interno da Comissão. Face aos elementos acima expostos, o SAI considera que o orçamento da UE se encontra devidamente protegido no seu conjunto e ao longo do tempo.

Sem sujeitar o parecer a mais reservas, o auditor interno acrescentou um parágrafo de ênfase sobre as estratégias de supervisão em relação a terceiros que executam políticas e programas, que se encontra descrito no anexo 5 do presente relatório.

2.5. Resumo das conclusões sobre o trabalho realizado pelo Comité de Acompanhamento das Auditorias

O Comité de Acompanhamento das Auditorias (CAA) centrou o seu trabalho em quatro objetivos principais enunciados nos seus programas de trabalho para 2017 e 2018, a saber: ter em conta o planeamento de auditoria do SAI; analisar os resultados do trabalho de auditoria interna e externa, a fim de identificar riscos potencialmente significativos, incluindo de forma temática, se for caso disso; monitorizar o acompanhamento de riscos residuais significativos identificados pelo trabalho de auditoria; garantir a independência do auditor interno e acompanhar a qualidade do trabalho de auditoria interna.

O CAA está satisfeito com a independência e a qualidade do trabalho de auditoria interna e pelo facto de o planeamento de auditoria cobrir adequadamente o universo financeiro e continuar a abranger os principais domínios de risco. No seu relatório anual de 2017-2018, chamou especialmente a atenção do Colégio para as seguintes questões:

O parecer global do auditor interno relativo a 2017 é positivo, mas subordinado às reservas de gestão expressas nos relatórios anuais de atividades das direções-gerais. Inclui um parágrafo de ênfase sobre as «estratégias de supervisão em relação a terceiros que executam políticas e programas» já constante de dois pareceres globais consecutivos (2015 e 2016). O CAA sublinhou que a externalização continua a ser um dos principais problemas, tendo-a já destacado em diversas ocasiões (ver infra).

As principais questões transversais destacadas no relatório anual de auditoria interna prendem-se com os processos da governação, incluindo a governação das TI, das TI e da gestão dos recursos humanos, bem como com os mecanismos de supervisão no domínio dos fundos sob gestão indireta. Estas constatações foram, na sua maioria, discutidas pelo CAA.

Durante o período de referência, foi emitida uma recomendação crítica, dirigida à Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual (EACEA)¹⁴³. Devido à natureza crítica das constatações (uma recomendação crítica e oito recomendações muito importantes), o CAA assegurou que o acompanhamento das recomendações é satisfatório e segue no bom caminho. Ocorreram discussões com a EACEA e as respetivas direções-gerais da tutela, bem como com a DG BUDG e o Secretariado-Geral, em três reuniões de grupos preparatórios, em janeiro e fevereiro de 2018, e no CAA, em 7 de março. O CAA

saudou os progressos significativos alcançados na execução do plano de ação, mas salientou a necessidade de uma mudança cultural no seio da agência para resolver os problemas em apreço. O CAA foi informado de que, com base no acompanhamento do SAI realizado entre meados de fevereiro e meados de março de 2018, foram obtidos progressos suficientes no sentido de atenuar parcialmente os riscos subjacentes, o que levou a descer a classificação da recomendação de «crítica» para «muito importante». O CAA incentivou igualmente os serviços centrais a dar continuidade e, se for caso disso, reforçar o seu papel na prestação de orientação e apoio às agências de execução e às respetivas direções-gerais de tutela, tanto neste caso específico como de um modo mais geral.

A auditoria do SAI sobre os mecanismos de governação/supervisão da Comissão em matéria de gestão dos riscos, relatórios financeiros e verificação *ex post*/função de auditoria, realizada em resposta à recomendação que o Tribunal de Contas Europeu formulou no âmbito do seu relatório especial sobre a governação da Comissão e a convite do Colégio, confirmou a solidez da conceção da responsabilidade descentralizada e do processo de reforço da fiabilidade. Não obstante, o SAI assinalou uma série de melhorias específicas graduais, nomeadamente nos domínios da gestão dos riscos e em alguns aspetos da estrutura de governação. Decorre presentemente um diálogo entre o auditor interno e o Secretariado-Geral e a DG BUDG, enquanto entidades auditadas, sobre a finalização do plano de ação. Pela sua própria natureza, este relatório de auditoria afeta a instituição como um todo e requer atenção ao mais alto nível político. O CAA discutiu as constatações da auditoria em geral, bem como várias recomendações diretamente relacionadas com a função e o trabalho do CAA. Neste contexto, o auditor interno confirmou que a carta do CAA é inteiramente conforme com as disposições do novo Regulamento Financeiro. O aconselhamento do CAA deve contribuir para o processo de decisão conducente à finalização do plano de ação.

A auditoria do SAI sobre a realização de atividades antifraude nos domínios dos recursos próprios e da fiscalidade detetou insuficiências importantes no planeamento, gestão e coordenação das atividades de prevenção e deteção da fraude no domínio dos recursos próprios tradicionais, insuficiências essas que podem tornar ineficazes a prevenção e a deteção da fraude. Além disso, o relatório de

auditoria do SAI sobre a gestão dos projetos do programa Horizonte 2020 na DG CNECT suscitou questões relacionadas com a relevância transversal da disponibilidade e gestão dos instrumentos de luta contra o plágio.

O CAA acompanhou as questões suscitadas no seu relatório anual de 2016-2017 e continuou a dar especial atenção aos temas da externalização e da execução:

- além das questões transversais relacionadas com a *externalização* discutidas no âmbito do já referido relatório de auditoria do SAI dirigido à EACEA, o CAA discutiu também a auditoria do SAI sobre o acompanhamento pela DG MOVE das políticas de segurança da aviação e de segurança marítima, nomeadamente as modalidades de trabalho conexas com a Agência Europeia da Segurança Marítima. O SAI concluiu que existem deficiências significativas no atual sistema da DG MOVE para acompanhar as políticas de segurança da aviação e de segurança marítima (três recomendações muito importantes). O CAA ficou convicto de que a DG MOVE aceitou todas as recomendações e elaborou um plano de ação que o SAI considera satisfatório para dar resposta aos riscos identificados. No tocante à auditoria do SAI à supervisão do ITER efetuada pela DG ENER, que suscitou duas questões muito importantes e para as quais o CAA chamou a atenção do Colégio no seu último relatório anual, o SAI efetuou um trabalho de acompanhamento e concluiu que uma recomendação tinha sido aplicada de forma adequada e eficaz e que, em relação à segunda, tinham sido alcançados progressos suficientes no sentido de atenuar parcialmente o risco, o que levou à descida da classificação da recomendação para «importante»;
- o CAA continuou a dar prioridade às *questões relacionadas com a execução* no seu trabalho e discutiu as constatações do SAI decorrentes da auditoria sobre o processo de produção e a qualidade das estatísticas não produzidas pelo Eurostat. O SAI concluiu que o atual quadro de controlo da qualidade de tais estatísticas não é suficientemente sólido para lhes garantir um nível satisfatório. O CAA manifestou a sua preocupação com a ausência de uma perspetiva completa da produção estatística na instituição e sublinhou a importância da qualidade dos dados, devido ao crescente enfoque nas questões do desempenho, por parte tanto da Comissão como do Parlamento Europeu e do TCE. O CAA deu nota do carácter transversal das questões suscitadas e decidiu submeter o relatório à

atenção da administração para posterior acompanhamento;

- além disso, o APC acompanhou a aplicação das recomendações dirigidas ao PMO¹⁴⁴ em matéria de funções e responsabilidades, planeamento, acompanhamento e execução da rubrica orçamental do Comité de Fiscalização do OLAF, questões que foram assinaladas no último relatório anual do CAA devido aos riscos financeiros e de reputação residuais. O recente acompanhamento efetuado pelo SAI concluiu que, apesar de uma recomendação poder ser reclassificada em baixa como «importante», nenhuma das duas recomendações muito importantes fora plena e/ou adequadamente aplicada. O CAA tomou nota do trabalho exaustivo em curso do PMO para aplicar as recomendações e de que as restantes ações relativas às duas recomendações deverão ficar concluídas até ao fim de junho de 2018. O CAA congratulou-se pelo facto de os membros do Comité de Fiscalização do OLAF terem recebido orientações e procedimentos financeiros aperfeiçoados.

A administração da Comissão elaborou planos de ação satisfatórios para responder aos riscos identificados nos relatórios do SAI. Quanto às auditorias relativas à governação e à governação institucional das TI pela Comissão, o plano de ação está em fase de conclusão. Todas as recomendações formuladas pelo SAI em 2017 foram aceites pelas entidades auditadas, à exceção de 10, cuja aceitação foi apenas parcial. Estas incluem uma recomendação importante sobre os indicadores da carga de trabalho respeitante à auditoria sobre a gestão dos recursos humanos na Agência de Execução para a Inovação e as Redes (INEA)¹⁴⁵ e uma recomendação importante sobre a elaboração de planos de controlo respeitante à auditoria sobre a contratação pública no âmbito do Instrumento de Pré-Adesão (IPA)¹⁴⁶, bem como as recomendações relativas à auditoria sobre os mecanismos de governação/supervisão da Comissão em matéria de gestão dos riscos, relatórios financeiros e verificação *ex post*/função de auditoria (ver supra).

O número de longos atrasos nas ações de resposta às recomendações muito importantes, que são acompanhadas de perto pelo CAA e, sempre que necessário, discutidas com as entidades auditadas, diminuiu durante o período de referência (ou seja, 12 na data-limite de 31 de janeiro de 2018, contra 18 na mesma data-limite de 2017).

O CAA reforçou o seu acompanhamento das recomendações do Tribunal de Contas Europeu. O primeiro relatório sobre o ponto da situação das recomendações do TCE foi elaborado pela

DG BUDG em junho de 2017, a que se seguiu um relatório mais pormenorizado em setembro de 2017. Partindo desta base, o CAA acompanhou as recomendações do TCE de forma semelhante às do SAI. O CAA deu nota do valor acrescentado deste trabalho de acompanhamento e de que o exercício

relativo às recomendações formuladas em 2014 contribuíra para assegurar a devida preparação da Comissão para o exercício de acompanhamento do próprio TCE.

2.6. Seguimento das recomendações de auditoria externa e de quitação

O Parlamento Europeu adotou a resolução de quitação do exercício de 2016 em 18 de abril de 2018, após ter analisado, em especial, a recomendação de quitação do Conselho e os relatórios do Tribunal de Contas Europeu. O Parlamento Europeu examinou igualmente o relatório anual de 2016 da Comissão sobre a gestão e a execução do orçamento da UE, que inclui informações sobre a proteção do orçamento da UE, o relatório anual relativo às auditorias internas realizadas em 2016 e o relatório sobre o seguimento das recomendações ou pedidos de quitação relativo ao exercício de 2015. O Parlamento convidou também membros da Comissão e diretores-gerais selecionados para trocas de pontos de vista durante o processo de quitação.

Na sua recomendação de quitação adotada em 20 de fevereiro de 2018, o Conselho congratulou-se com a redução gradual do nível de erro estimado comunicado pelo Tribunal de Contas Europeu na sua declaração de fiabilidade, de 4,4 % em 2014 para 3,1 % em 2016, e com o facto de o Tribunal ter, pela primeira vez, emitido um parecer com reservas, e não um parecer negativo. No entanto, o Conselho lamentou que a taxa de erro global tenha permanecido acima do limiar de materialidade de 2 %. Tal como sucedeu nos últimos nove anos, o Conselho manifestou o seu apreço pelo parecer sem reservas do Tribunal de Contas Europeu relativo à fiabilidade das contas anuais.

O Parlamento endereçou pedidos concretos à Comissão relativos a domínios de intervenção específicos, bem como a aspetos transversais como a execução e os relatórios de execução, a utilização dos instrumentos financeiros e as questões contabilísticas conexas, a gestão orçamental e financeira e os mecanismos financeiros de apoio às políticas da União. Neste contexto, o Parlamento destacou, em especial, a necessidade de melhorar o alinhamento entre os objetivos das políticas, os ciclos financeiros e as legislaturas, de apresentar o orçamento da UE de acordo com os objetivos políticos e as prioridades do quadro financeiro

plurianual (iniciativa «Orçamento centrado no valor acrescentado») e de acelerar a execução dos programas nos vários domínios de intervenção.

Em 2018, a Comissão adotará, como todos os anos, um relatório abrangente sobre o seguimento dos pedidos que lhe foram endereçados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em tempo útil para o início do processo de quitação relativo ao exercício financeiro de 2017.

Nos últimos anos, o Tribunal de Contas Europeu aumentou também o número e o âmbito dos seus relatórios especiais. Embora o Tribunal tenha adotado 23 relatórios especiais em 2017, contra 36 em 2016, a Comissão lida, de um modo geral, com um número crescente de recomendações. A Comissão continuará a assegurar um seguimento adequado destas recomendações e a prestar informações sobre as medidas tomadas nos seus relatórios anuais de atividades. Além disso, a Comissão continua a melhorar os seus relatórios sobre a aplicação das recomendações ao Comité de Acompanhamento das Auditorias, que realiza certas atividades de acompanhamento no âmbito do seu mandato.

O Tribunal de Contas Europeu acompanha a aplicação das suas recomendações pela Comissão e disponibiliza um retorno de informação que ajuda esta última a reforçar as suas atividades de seguimento. No seu relatório anual de 2016, o Tribunal de Contas Europeu avaliou a qualidade das medidas de seguimento da Comissão com base numa amostra de 108 recomendações de auditoria formuladas em 13 relatórios especiais publicados durante o período de 2010-2013. O Tribunal de Contas Europeu concluiu que a Comissão aplicou 67 % das recomendações na íntegra, 17 % no essencial e 11 % parcialmente, enquanto 5 % não foram aplicadas. Estes resultados estão, em larga medida, em sintonia com os dos anos anteriores. No entanto, a percentagem de recomendações aplicadas na íntegra foi a mais alta desde que o Tribunal de Contas Europeu começou a publicar estes números consolidados.



2.7. Conclusões sobre os resultados positivos do controlo interno e da gestão financeira

Todos os gestores orçamentais delegados apresentaram uma garantia razoável em relação aos respetivos sistemas de controlo e gestão financeira, embora, sempre que adequado, sujeita a reservas. Estas reservas são uma pedra angular da cadeia de responsabilidade: asseguram a transparência no que diz respeito aos desafios e insuficiências observados e às medidas previstas para os enfrentar, fornecendo também uma estimativa do seu impacto financeiro.

Os relatórios anuais de atividades de 2017 revelam que todos os serviços da Comissão instituíram controlos internos sólidos e apresentaram provas dos esforços envidados para melhorar a eficiência e a relação custo-eficácia dos controlos, simplificar as regras e proteger devidamente o orçamento contra fraudes, erros e irregularidades.

A Comissão apresentou uma estimativa consolidada do montante em risco no encerramento, apresentando o ponto de vista da gestão da Comissão sobre o desempenho dos controlos preventivos (*ex ante*, antes do pagamento) e corretivos (*ex post*, depois do pagamento) ao longo do ciclo de controlo plurianual.

Na sequência dos controlos *ex ante* e *ex post*, as correções financeiras e recuperações efetuadas em 2017 ascenderam a 897 milhões de EUR antes dos pagamentos e a 1 949 milhões de EUR depois dos pagamentos.

Com base nas garantias e reservas dos relatórios anuais de atividades, o Colégio adota o presente relatório anual de 2017 sobre a gestão e a execução do orçamento da UE e assume inteira responsabilidade política pela gestão do orçamento da União.

2.8. Gestão organizacional

2.8.1 Mecanismos de governação sólidos

O sistema de governação da Comissão caracteriza-se por uma distinção clara entre a responsabilidade operacional dos gestores da Comissão pela gestão corrente do orçamento e a responsabilidade política global do Colégio de Comissários pela gestão do orçamento.

Este sistema descentralizado é apoiado pela orientação e apoio dos serviços centrais e pela supervisão de órgãos de governação institucional de alto nível como o Conselho de Administração Institucional e os comités diretores dedicados à governação das TI, à segurança das TI e à gestão da informação.

Este sistema assenta numa série de princípios essenciais subjacentes à boa governação: uma repartição clara de funções e responsabilidades, um forte empenho na gestão do desempenho, respeito pelo quadro jurídico, mecanismos de responsabilização claros, um quadro regulamentar de elevada qualidade e inclusivo, abertura e transparência e elevadas normas éticas.

Na Comissão, as funções e responsabilidades em matéria de gestão financeira são claramente definidas e aplicadas. Trata-se de uma abordagem descentralizada e com responsabilidades claras que visa criar uma cultura administrativa que incentive os funcionários a assumir responsabilidades em relação às atividades sobre as quais têm controlo e que lhes permita controlar as atividades pelas quais são responsáveis.

O modelo descentralizado foi introduzido no âmbito da reforma administrativa de 2000. Encontra-se agora bem estabelecido e provou ser uma abordagem sólida e bem adaptada às funções e estrutura da Comissão. Tem evoluído ao longo do tempo para se adaptar a um contexto em mutação¹⁴⁷.

A Comissão continua a rever o sistema com regularidade e, sempre que justificado, a introduzir melhorias específicas. Por exemplo, em 2017, **a gestão dos riscos foi reforçada com a revisão das orientações destinadas aos serviços e uma maior supervisão a nível institucional** (através do Conselho de Administração Institucional) e intervenção do SAI.

Na sequência do relatório especial do Tribunal de Contas Europeu intitulado «A governação na

Comissão Europeia é um exemplo das melhores práticas?»¹⁴⁸, tomou também outras medidas para reforçar os seus mecanismos de governação. Por exemplo:

- A Comissão **atualizou o seu quadro de controlo interno** para assegurar a sua sintonia com o quadro de 2013 do Comité das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO); (ver secção 2.1 supra).
- Em outubro de 2017, a Comissão publicou uma **declaração atualizada dos seus mecanismos de governação**.¹⁴⁹ Esta declaração descreve de forma clara e exhaustiva o sistema de governação da Comissão.
- A Comissão tornou os seus **relatórios financeiros mais acessíveis** aos cidadãos. Por exemplo, o pacote integrado de relatórios financeiros apresenta uma panorâmica geral da forma como o orçamento da UE apoia as prioridades políticas da União e é gasto em conformidade com as regras da UE.
- O **Serviço de Auditoria Interna da Comissão realizou a sua própria auditoria aos mecanismos de governação e supervisão da Comissão** e formulou uma série de recomendações. A Comissão está agora a dar seguimento a estas recomendações, por exemplo, clarificando as funções e responsabilidades dos órgãos que desempenham um papel cada vez mais importante na governação institucional da Comissão.
- **A Carta do Comité de Acompanhamento das Auditorias (CAA) foi atualizada em abril de 2017** para alterar a composição do CAA, simplificar alguns dos seus procedimentos e melhorar a estrutura e a legibilidade do documento. A carta estabelece a função, os objetivos, as responsabilidades, os membros e a composição, os valores e os princípios operacionais e os mecanismos de apresentação de relatórios do CAA. Uma das alterações da composição consiste na entrada de um terceiro membro externo para dar novas perspetivas sobre questões de auditoria e controlo financeiro.

2.8.2 Reforço do Código de Conduta dos membros da Comissão Europeia

Todos os membros da Comissão são, no exercício das suas funções, obrigados a respeitar as regras em matéria de ética e integridade previstas nos Tratados e no Código de Conduta dos membros da Comissão Europeia.

Por ocasião do seu discurso de 2017 sobre o estado da União, o Presidente Juncker anunciou um novo Código de Conduta dos membros da Comissão Europeia. O novo código entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2018, e coloca a Comissão na vanguarda da ética nas organizações do setor público. A modernização das regras estabelece

novas normas na Europa. O novo Código de Conduta dá continuidade ao impulso dado pelo Presidente Juncker, desde o início do seu mandato, no sentido de uma maior transparência e **alarga o período de incompatibilidade dos antigos membros da Comissão de 18 meses para dois anos e para três anos no caso do Presidente da Comissão**. A modernização vai mais longe, definindo regras mais claras e normas éticas mais exigentes, e introduzindo uma maior transparência em diversos domínios.

2.8.3 Um quadro de execução reforçado

A solidez do quadro de execução é essencial para assegurar um forte enfoque nos resultados, no valor acrescentado da UE e na boa gestão financeira dos programas da UE. O quadro de execução do orçamento da UE é altamente especificado, registando uma pontuação mais elevada do que qualquer país da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) (medida com base no índice normalizado para quadros de execução orçamental).

O quadro de execução do orçamento da UE inclui objetivos e indicadores bem definidos, **baseados na estratégia Europa 2020 e noutras prioridades políticas**. Tem igualmente em conta a complementaridade e a integração das várias políticas e programas, bem como o papel fundamental dos Estados-Membros na execução do orçamento da UE.

As bases jurídicas dos programas financeiros integram objetivos, indicadores e metas e, anualmente, a Comissão presta informações sobre os mesmos através das declarações sobre os programas que acompanham o projeto de orçamento. Estas fornecem informações importantes e necessárias para controlar e medir o desempenho dos programas.

A fim de assegurar que os recursos são afetados a prioridades e que todas as ações têm um elevado desempenho e valor acrescentado, a Comissão continua a executar a sua iniciativa «Um orçamento da UE centrado no valor acrescentado». Esta iniciativa, que assenta no quadro de execução para o período de 2014-2020, promove um melhor equilíbrio entre conformidade e desempenho.

No seu conjunto, os relatórios de execução apresentados pela Comissão, incluindo os relatórios anuais de atividades, as declarações sobre os

programas, as avaliações e o presente relatório anual sobre a gestão e a execução, fornecem um manancial de informações sobre a execução, a gestão e a proteção do orçamento da UE. Explicam de que forma o orçamento da UE apoia as prioridades políticas da União Europeia, os resultados obtidos com o orçamento da UE e o papel desempenhado pela Comissão para garantir e promover os mais elevados padrões de gestão orçamental e financeira.

O principal instrumento de relato financeiro da UE é o pacote integrado de relatórios financeiros da UE, que abrange as contas anuais consolidadas da UE, o pacote anual de gestão e apresentação de relatórios sobre o orçamento, e o relatório sobre o seguimento do processo de quitação. O pacote integrado de relatórios financeiros disponibiliza anualmente ao público uma visão abrangente da situação financeira e operacional da UE.

Estes relatórios permitem que a autoridade orçamental – o Parlamento Europeu e o Conselho – tenha em conta a execução enquanto fator determinante da tomada de decisões sobre o orçamento anual.

A Comissão propõe atualmente um reforço significativo do quadro de execução nas propostas de programas do futuro quadro financeiro plurianual. Por exemplo, os indicadores serão simplificados e aperfeiçoados.

Além da aplicação do quadro de execução do orçamento da UE, a Comissão procedeu também à reforma e reforço do seu próprio quadro de gestão do desempenho interno, o ciclo de planeamento estratégico e programação. Assim, **existe um maior enfoque nos resultados e um melhor alinhamento entre as atividades e as prioridades políticas da Comissão**.

No âmbito do novo sistema, todos os serviços da Comissão elaboraram planos estratégicos para o período de 2016-2020, definindo a forma como contribuem para as dez prioridades políticas da Comissão. Através destes planos, os serviços definem objetivos e indicadores específicos à luz dos quais o seu desempenho será avaliado ao longo de um período de cinco anos.

O anexo 1 do presente relatório apresenta um panorama do estado atual dos indicadores de impacto definidos nos planos estratégicos.

Os planos estratégicos introduzem igualmente uma abordagem harmonizada para a avaliação do desempenho organizacional em domínios como a gestão dos recursos humanos, a gestão financeira, o controlo interno e a comunicação.

Estes planos estratégicos são complementados por planos anuais de gestão que determinam as realizações de cada ano e explicam de que forma estas contribuem para os objetivos.

Os relatórios anuais de atividades de 2016 contêm informações sobre o conjunto de objetivos e os indicadores conexos definidos nos planos estratégicos, bem como sobre as realizações de 2017 nos planos de gestão.

<p>Pacote integrado de relatórios financeiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contas anuais consolidadas da UE • Relatório anual sobre a gestão e a execução do orçamento da UE • Relatório sobre o seguimento do processo de quitação
<p>Outros relatórios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório geral sobre as atividades da UE • Relatórios anuais de atividades das direções-gerais • Relatório sobre a gestão orçamental e financeira

Quadro: Cadeia de apresentação de relatórios e responsabilização na Comissão:

2.8.4 Sinergias e ganhos de eficiência

Tal como explicado supra na secção 2.1, a Comissão continua a melhorar a eficiência das suas operações e a explorar os benefícios das sinergias entre as diferentes partes da organização.

Registaram-se grandes progressos no domínio da gestão financeira. O Regulamento Financeiro revisto permitirá um número considerável de simplificações. Os circuitos contratuais e financeiros estão a ser simplificados e harmonizados, por exemplo, através de uma nova plataforma que cria um ponto de entrada único para serviços de apoio a beneficiários e empresas (SEDIA). As propostas da Comissão para o futuro quadro financeiro plurianual induzirão igualmente uma simplificação significativa das regras aplicáveis aos programas financeiros da UE, reduzindo a carga administrativa e permitindo, em simultâneo, um elevado nível de controlo. Os esforços da Comissão no sentido de melhorar a sua gestão organizacional vão além da gestão financeira.

O TCE analisou¹⁵⁰ a forma como as instituições, organismos e agências da União Europeia aplicaram o compromisso, assumido no Acordo Interinstitucional de 2 de dezembro de 2013, de reduzir em 5 % os respetivos quadros de pessoal durante o período de 2013-2017. **O TCE concluiu que a Comissão conseguiu atingir o objetivo de reduzir o pessoal em 5 %.**

Dado o vasto leque de desafios com que a UE atualmente se depara e as novas tarefas que lhe são cometidas, esta redução de pessoal veio tornar ainda mais necessário que a Comissão funcione de forma eficiente. Os esforços constantes da Comissão no sentido de melhorar a eficiência e os métodos de trabalho em domínios como a gestão dos recursos humanos, as tecnologias da informação e comunicação, a logística e a gestão de eventos contribuirão para garantir uma utilização eficiente de recursos que são escassos.



Brussels, 4.7.2018
COM(2018) 457 final/2

ANNEXES 1 to 9

CORRIGENDUM

Annule et remplace les annexes du document COM(2018) 457 final du 6 juin 2018:
Correction du formatage des tableaux dans l'annexe 2 (p. 113) et l'annexe 4 (p. 123).

ANNEXES

**REPORT FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE
COUNCIL AND THE COURT OF AUDITORS**

2017 Annual Management and Performance Report for the EU Budget

List of annexes

ANNEX 1: SNAPSHOT OF THE COMMISSION-WIDE IMPACT INDICATORS.....	104
ANNEX 2: AMOUNTS AT RISK AND RESERVATIONS IN THE 2017 ANNUAL ACTIVITY REPORTS	111
ANNEX 3: DEFINITIONS OF THE AMOUNT AT RISK.....	119
ANNEX 4: PROTECTION OF THE EU BUDGET.....	121
ANNEX 5: ASSURANCE PROVIDED BY THE INTERNAL AUDIT SERVICE.....	150
ANNEX 6: COMPLIANCE WITH PAYMENT TIME LIMITS (ARTICLE 111 5 RAP).....	153
ANNEX 7: SUMMARY OF WAIVERS OF RECOVERIES OF ESTABLISHED AMOUNTS RECEIVABLE (ARTICLE 91 5 RAP).....	155
ANNEX 8: REPORT ON NEGOTIATED PROCEDURES (ARTICLE 53 RAP).....	156
ANNEX 9: EU TRUST FUNDS (ARTICLE 187.10 FR).....	158

Annex 1: Snapshot of the Commission-wide impact indicators

These statistical indicators are high-level context indicators designed to track the longer-term and indirect impacts of EU action. They were identified in the Strategic Plans of the Commission services. This annex presents an intermediate reporting on the current trends.

General objective: A New Boost for Jobs, Growth and Investment

1. Percentage of EU GDP invested in R&D (combined public and private investment)		
<u>Baseline (2012)</u> 2.01 %	<u>Latest known value (2016)</u> 2.03 %	<u>Target (2020)</u> 3 %
Source: Eurostat ¹⁵¹		
2. Employment rate population aged 20-64		
<u>Baseline (2014)</u> 69.2 %	<u>Latest known value (2016)</u> 71.1 %	<u>Target (2020)</u> At least 75 %
Source: Eurostat		
3. Tertiary educational attainment, age group 30-34		
<u>Baseline (2013)</u> 37.1 %	<u>Latest known value (2016)</u> 39.1 %	<u>Target (2020)</u> At least 40 %
Source: Eurostat		
4. Share of early leavers from education and training¹⁵²		
<u>Baseline (2013)</u> 11.9 %	<u>Latest known value (2016)</u> 10.7 %	<u>Target (2020)</u> Less than 10 %
Source: Eurostat		
5. People at risk of poverty or social exclusion		
<u>Baseline (2013)</u> 122.7 million	<u>Latest known value (2016)</u> 118.0 million	<u>Target (2020)</u> At least 20 million people fewer than in 2008 (116.2 million)
Source: Eurostat		
6. GDP growth		
<u>Baseline (2014)</u> 1.8 %	<u>Latest known value (2016)</u> 2.0 %	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Eurostat		
7. Gross Fixed Capital Formation (GFCF) investments to GDP ratio		
<u>Baseline (2014)</u> 19.4 %	<u>Latest known value (2016)</u> 19.8 %	<u>Target (2016-2020)</u> 21 %-22 %
Source: Eurostat		
8. Labour productivity EU-28 as compared to US (US=100)¹⁵³		
<u>Baseline (2014)</u> 75	<u>Latest known value (2016)</u> 76	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: AMECO database of the European Commission's Directorate-General for Economic and Financial Affairs		

9. Resource productivity: Gross Domestic Product (GDP, €) over Domestic Material Consumption (DMC, kg) ¹⁵⁴		
Explanation:		
<u>Baseline (2010 – Eurostat estimate)</u>	<u>Latest known value (2016)</u>	<u>Target (2020)</u>
1.8 €/kg (EU-28)	2.1€/kg (EU-28)	Increase
Source: Eurostat		

General objective: A Connected Digital Single Market

10. Aggregate score in Digital Economy and Society Index (DESI) EU-28 ¹⁵⁵		
<u>Baseline (DESI 2015)</u>	<u>Latest known value (DESI-2017)</u>	<u>Target (2020)</u>
0.46	0.52	Increase
Source: DESI		

General objective: A Resilient Energy Union with a Forward-Looking Climate Change Policy

11. Greenhouse gas emissions (index 1990=100)			
<u>Baseline (2013)</u>	<u>Latest known value (2016 prox. estimates by EEA)</u>		<u>Target (2020)</u>
80.2 %	77.4 %		At least 20 % reduction (index ≤80)
Source: European Environmental Agency; Eurostat			
12. Share of renewable energy in gross final energy consumption			
<u>Baseline (2013)</u>	<u>Interim Milestone (2015/2016)</u>		<u>Latest known value (2015)</u>
15 %	13.6 %		16.7 %
Source: Eurostat			
13. Increase in energy efficiency – Primary energy consumption			
<u>Baseline (2013)</u>	<u>Latest known value (2015)</u>		<u>Target (2020)</u>
1 569.9 million tonnes of oil equivalent (Mtoe)	1 529.6 million tonnes of oil equivalent (Mtoe)		20 % increase in energy efficiency (No more than 1 483 Mtoe of primary energy consumption)
Source: Eurostat			
14. Increase in energy efficiency – Final energy consumption			
<u>Baseline (2013)</u>	<u>Latest known value (2015)</u>		<u>Target (2020)</u>
1 106.2 million tonnes of oil equivalent (Mtoe)	1 082.2 million tonnes of oil equivalent (Mtoe)		20 % increase in energy efficiency (No more than 1 086 Mtoe of final energy consumption)
Source: Eurostat			
15. Number of Member States at or above the electricity interconnection target of at least 10 %			
<u>Baseline (2014)</u>	<u>Interim Milestone(2018)</u>	<u>Latest known value (2017)</u>	<u>Target (2020)</u>
16 Member States at or above 10 % electricity interconnection target	19 Member States at or above 10 % electricity interconnection target	17 Member States at or above 10 % electricity interconnection target	24 Member States at or above 10 % electricity interconnection target (Spain and Cyprus to follow later)
Source: ENTSO-e			

General objective: A Deeper and Fairer Internal Market with a Strengthened Industrial Base

16. Gross value added of EU industry in GDP		
<u>Baseline (2014)</u> 17.1 %	<u>Latest known value (2016)</u> 17.4 %	<u>Target (2020)</u> 20 %
Source: Eurostat		
17. Intra-EU trade in goods (% of GDP)		
<u>Baseline (2014)</u> 20.4 %	<u>Latest known value (2015)</u> 20.3 %	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Eurostat		
18. Intra-EU trade in services (% of GDP)		
<u>Baseline (2014)</u> 6.3 %	<u>Latest known value (2015)</u> 6.6 %	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Eurostat		
19. Share of mobile EU citizens as % of the labour force		
<u>Baseline (2014)</u> 3.4 %	<u>Latest known value (2016)</u> 3.9 %	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Eurostat (age group 15-64)		
20. Composite indicator of financial integration in Europe (FINTEC) ¹⁵⁶		
<u>Baseline (2014)</u> 0.5/0.3 The first entry is the price-based, the second the volume-based indicator value.	<u>Latest known value (2017)</u> 0.56/0.28	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: European Central Bank		

General objective: A Deeper and Fairer Economic and Monetary Union

21. Dispersion of GDP per capita ¹⁵⁷		
<u>Baseline (2014)</u> Euro area: 42.3 % EU 27: 41.9 % EU 28: 42.5 %	<u>Latest known value (2016)</u> 42.0 % 41.5 % 42.1 %	<u>Target (2020)</u> Reduce Reduce Reduce
Source: Eurostat		
22. Composite Indicator of Systemic Stress (CISS) ¹⁵⁸		
<u>Baseline (Average range 2010-2014)</u> 0.25 in normal times 0.8 in a crisis mode	<u>Latest known value (2017)</u> 0.0308	<u>Target (2020)</u> Stable trend
Source: European Central Bank		
23. Income quintile share ratio ¹⁵⁹		
<u>Baseline (2014)</u> 5.2	<u>Latest known value (2016)</u> 5.2	<u>Target (2020)</u> Reduce
Source: Eurostat		

General objective: A balanced and progressive trade policy to harness globalisation

24. Percentage of EU trade in goods and services as well as investment covered by applied EU preferential trade and investment agreements			
<u>Baseline</u> Goods average for 2014-2016, Services and FDI average for 2013-2015	<u>Latest known value (2017)</u> Goods, Services and FDI average for 2014-2016	<u>Milestone** (2018)</u>	<u>Target** (2020)</u>
Goods: Imports 27 % Exports 32 % Total 29 %	Goods: Imports 27 % Exports 32 % Total 30 %	Goods: Imports 32 % Exports 37 % Total 34 %	Goods: Imports 51 % Exports 61 % Total 56 %
Services: Imports 10 % Exports 9 % Total 9 %	Services: Imports 10 % Exports 10 % Total 10 %	Services: Imports 15 % Exports 15 % Total 15 %	Services: Imports 54 % Exports 52 % Total 53 %
FDI stocks: Imports 4 % Exports 7 % Total 6 %	FDI stocks: Imports 4 % Exports 7 % Total 6 %	FDI stocks: Imports 9 % Exports 13 % Total 11 %	FDI stocks: Imports 55 % Exports 59 % Total 57 %
Source: Eurostat for the raw indicators and DG Trade for the list of countries covered by trade and investments agreements* Source of goods: Eurostat Source of services: Eurostat Source of FDI stocks: Eurostat			
* See agreements under "In place" and "Agreements partly in place".			
** The milestone and target figures are based on expectations of provisional application/entry into force of agreements that are currently under negotiation (see also result indicator 1.1 : "Number of on-going EU trade and investment negotiations and number of applied EU trade and investment agreements" of DG TRADE's Strategic Plan 2016-2020).			

General objective: An Area of Justice and Fundamental Rights Based on Mutual Trust

25. Share of the population considering themselves as "well" or "very well" informed of the rights they enjoy as citizens of the Union		
<u>Baseline (2015)</u> 42 %	<u>Latest known value</u> Next survey planned for 2019	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Eurobarometer on Citizenship		
26. Citizens experiencing discrimination or harassment		
<u>Baseline (2015)</u> 21 %	<u>Latest known value</u> Next survey planned for 2019	<u>Target (2021)</u> The Eurobarometer takes place every 3 years. Decrease
Source: Eurobarometer on discrimination		
27. Gender Pay Gap (GPG) in unadjusted form, EU-28 ¹⁶⁰		
<u>Baseline (2013 - provisional figure)</u> 16.8 %	<u>Latest known value (2015)</u> 16.3 %	<u>Target (2020)</u> Decrease
Source: Eurostat		

General objective: Towards a New Policy on Migration¹⁶¹

28. Rate of return of irregular migrants		
28.1. Explanation: The indicator measures the total return rate (number of persons returned divided by return decisions issued by the Member States)		
<u>Baseline (2014)</u> 41.8 %	<u>Latest known value (2016)</u> 50.6 %	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Eurostat ¹⁶² , DG HOME; Eurostat: Return decisions; Eurostat: Total number of persons returned		
28.2 Explanation: The indicator measures the % of effective returns to third countries (returns to third countries divided by return decisions issued by the Member States)		
<u>Baseline (2014)</u> 36.2 %	<u>Latest known value (2016)</u> 46.3 %	<u>Target(2020)</u> Increase
Source: Eurostat: Return decisions; Eurostat Returns to third countries		
29. Gap between the employment rates of third-country nationals compared to EU nationals¹⁶³, age group 20-64		
<u>Baseline (2014)</u> Gap: 13.4 points EU nationals: 69.8 % Third-country nationals: 56.4 %	<u>Latest known value (2016)</u> Gap: 15.3 points EU nationals: 71.8 % Third-country nationals: 56.5 %	<u>Target (2020)</u> Decrease
Source: Eurostat		

General objective: A Stronger Global Actor

30. GDP per capita (current prices-PPS) as % of EU level in countries that are candidates or potential candidates for EU accession		
<u>Baseline (2014)</u> 34 % for Western Balkans (excluding Kosovo ¹⁶⁴) 64 % for Turkey	<u>Latest known value (2016)</u> 35 % for Western Balkans (excluding Kosovo ¹⁶⁵) 64 % for Turkey	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Eurostat		
31. Ranking to measure political stability and absence of violence in countries part of the European Neighbourhood Policy (ENP)¹⁶⁶		
<u>Baseline (2014)</u> NE*: 33.89 - 4 countries above 30 NS**: 11.99 - 4 countries above 10	<u>Latest known value (2016)</u> NE: 28.41 – 3 countries above 30 NS: 13.14 -5 countries above 10	<u>Target (2020)</u> NE: decrease in the number of countries above 30 by 1 NS: increase in the number of countries above 10 by 1
* Neighbourhood East (NE): Number of countries in a percentile rank above 30. ** Neighbourhood South (NS): Number of countries in a percentile rank above 10.		
Source: Worldwide Governance Indicators (WGI) project (WB group)		

32. Sustainable Development Goal 1.1.1: Proportion of population below international poverty line			
<u>Baseline</u> ¹⁶⁷ (Computed on country level data from 2012 or before, drawing on World Bank data for the poverty rates, and UN Population Division data for the weights; extracted in November 2017 to take into account data revisions)	<u>Interim Milestone</u>	<u>Latest known value</u> (Computed on country level data from 2016 or before, drawing on World Bank data for the poverty rates, and UN Population Division data for the weights; extracted in November 2017)	<u>Target (2030)</u> UN Sustainable Development Goals
17.0 % (including the graduated countries - Partnership countries for which bilateral assistance is phased out)	Rolling On course for 2030 based on annual progress report prepared by UN Secretary General.	15.1 % (including the graduated countries - Partnership countries for which bilateral assistance is phased out)	0 %
28.4 % (excluding the graduated countries)		26.7 % (excluding the graduated countries)	

Source: World Bank (poverty rate); UN Population Division (population weights)

General Objective: EU Collective Net Official Development Assistance (ODA) as a percentage of EU GNI: a) in total, b) to LDCs (Least Developed Countries)

33. EU Collective Net Official Development Assistance (ODA) as a percentage of EU GNI: a) in total, b) to LDCs (Least Developed Countries)			
<u>Baseline (2014)</u>	<u>Interim Milestone (2020)</u>	<u>Latest known value (2015)</u>	<u>Target (2030)</u> Council Conclusions of 26 May 2015, in the framework of the 2030 Agenda for Sustainable Development
In total: 0.43 % To LDCs: 0.11 %	In total: n/a To LDCs: 0.15 %	In total: 0.47 % To LDCs: 0.11 %	In total: 0.70 % To LDCs: 0.20 %
Based on analysis of final 2014 ODA spending by EU Member States and non-imputed spending by the EU institutions as reported by the OECD DAC. Final data for two EU Member States was not available so earlier data was extrapolated.			
Source: OECD Development Assistance Committee (DAC)			

General objective: A Union of Democratic Change

34. Voter turnout at European Elections			
<u>Baseline (2014)</u> 42.61 %	<u>Latest known value (insert also date)</u> No new value	<u>Target (2019)</u> Increase	
Source of the data: European Parliament			
35. Number of opinions received from National Parliaments ¹⁶⁸			
<u>Baseline (2014)</u> 506	<u>Latest known value</u> (2016) 620	<u>Latest known value</u> (30/9/2017) 417	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: European Commission Annual report on relations between the European Commission and national parliaments			

General objective: To help achieve the overall political objectives, the Commission will effectively and efficiently manage and safeguard assets and resources, and attract and develop the best talents

36. Trust in the European Commission		
<u>Baseline (EB 83 – Spring 2015)</u> 40 % tend to trust	<u>Latest known value</u> (EB 87 – Spring 2017) 41 % tend to trust	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: Standard Eurobarometer on Public Opinion in the European Union		
37. Staff engagement index in the Commission		
<u>Baseline (2014)</u> 65.3 %	<u>Latest known value (2016)</u> 64.3 %	<u>Target (2020)</u> Increase
Source: European Commission		

Annex 2: Amounts at risk and reservations in the 2017 Annual Activity Reports

2-A. Overall estimated amount at risk at closure (EUR millions) reported in the 2017 Annual Activity Reports

The following tables show a consolidated overview of the Commission's overall amount at risk at closure, **first per policy area and next per department** (in its entirety per Authorising Officer by Delegation). To allow comparison with previous Annual Management and Performance Reports, our groupings of Commission departments is kept stable. Consequently, our policy areas do not necessarily equal the European Court of Auditors Annual Report chapters (of which the number, the titles and even the compositions have changed in each of the at least 4 previous years). E.g. "Cohesion, Migration and Fisheries" includes all other departments (beyond the Agriculture department) which execute the largest part(s) of their budget in shared management mode; i.e. not only the Regional and Employment departments (which are indeed *cohesion*), but also the Maritime and Home Affairs departments (which are resp. *natural resources* and *security & citizenship*).

The Development department and thus the Commission Total also include the **European Development Fund** relevant expenditure. In addition, the Development, Neighbourhood, Humanitarian, Home Affairs, Regional and Employment departments and thus the Commission Total also include the **EU Trust Funds** relevant expenditure¹⁶⁹.

Those departments ensure the transparent and complete coverage of the relevant Trust Fund(s) in their Annual Activity Report (based on the reports from the Trust Fund Managers). Their accountability for their contributions (from the EU budget and/or the European Development Fund) paid into the Trust Funds on the one hand, and for the transactions made out of the Trust Funds (i.e. with the EU budget, European Development Fund and other donors' funds) as a Trust Fund Manager on the other hand, is distinguished.

2017 (provisional) annual accounts	Payments made	- New Prefinancing	+ Retentions made	+ Cleared Prefinancing	- Retentions released	= Relevant expenditure
EU budget	133 294	- 29 708	2 311	16 790	- 701	121 986
<i>of which: contributions to the EU Trust Funds</i>	- 233					- 233
European Development Fund	4 158	- 2 648		1 818		3 328
<i>of which: contributions to the EU Trust Funds</i>	- 150					- 150
EU Trust Funds	730	- 676		27		81
Commission Total (*)	137 799	- 33 032	2 311	18 635	- 701	125 012

For the **reconciliation** of the relevant expenditure of the Development, Neighbourhood, Humanitarian, Home Affairs, Regional, Employment, Research and Budget departments, and of the Innovation and Networks Executive Agency, see the overall amount at risk tables and related footnotes in their Annual Activity Reports.

Full specifications of the tables columns [(a) – (i)]

- (a) In all cases of Co-Delegations (Internal Rules Article 3), the "payments made" are covered by the Delegated departments (*since 2017 also for Type 3*). In the case of Cross-SubDelegations (Internal Rules Article 12), they remain with the Delegating departments (*the reporting on the latter is being reconsidered for 2018*).
Co-Delegations Type 1 are actually 'divided' between departments, with each department duly covering its own 'share' of (both) payments and pre-financings.
PS: "Pre-financings paid/cleared" are always covered by the Delegated departments, even in the case of Cross-SubDelegations.
- (b) New pre-financing paid by the department itself during the financial year (i.e. excluding any pre-financing received as transfer from another department). The "Pre-financing" is covered as in the context of note 2.5.1 to the Commission (provisional) annual accounts (i.e. excluding the "Other advances to Member States" (note 2.5.2) which is covered on a pure payment-made basis).
- (c) In Cohesion, the (10 %) retention made
- (d) Pre-financing having been cleared during the financial year (i.e. their 'delta' in 'actuals', not their 'cut-off' based estimated 'consumption')
- (e) In Cohesion, the (10 %) retention which is released or (partially) withheld by the Commission
- (f) For the purpose of equivalence with the European Court of Auditors' scope of the Commission funds with potential exposure to legality and regularity errors (*see the European Court of Auditors 2016 Annual Report methodological Annex 1.1 paragraph 10*), also our concept of "relevant expenditure" includes the payments made, subtracts the new pre-financing paid out [& adds the retentions made], and adds the previous pre-financing actually cleared [& subtracts the retentions released and those (partially) withheld; and any deductions of expenditure made by Member States in the annual accounts] during the financial year. This is a separate and 'hybrid' concept, intentionally combining elements from the budgetary accounting and from the general ledger accounting.
- (g) In order to calculate the weighted Average Error Rate for the total relevant expenditure in the reporting year, the detected or equivalent¹⁷⁰ error rates have been used. For types of low-risk expenditure with indications that the error rate might be close to 'zero' (e.g. administrative expenditure, operating subsidies to agencies), a 0.5 % error rate has nevertheless been used as a conservative estimate.
- (h) Even though to some extent based on the 7 years historic Average of Recoveries and financial Corrections, which is the best available estimate of the corrective capacity of the ex-post control systems implemented by the department over the past years, the Authorising Officer by Delegation has adjusted this historic average. Any ex-ante elements, one-off events, (partially) cancelled or waived Recovery Orders, and other factors from the past years that would no longer be relevant for current programmes (e.g. higher ex-post corrections of previously higher errors in earlier generations of grant programmes, current programmes with entirely ex-ante control systems) have been adjusted in order to come to the best but conservative estimate of the ex-post future corrections to be applied to the reporting year's relevant expenditure for the current programmes¹⁷¹. Consequently, estimates are not necessarily comparable between (families of) departments.
- (i) For some programmes with no set closure point (e.g. European Agricultural Guarantee Fund) and for some multiannual programmes for which corrections are still possible afterwards (e.g. European Agricultural Fund for Rural Development and European Structural and Investment Funds), all corrections that remain possible are considered for this estimate.

When a department uses ranges of 'minimum-maximum' values for its estimates, then the columns are 'split' accordingly.

It should be noted that due to the rounding of values into EUR millions, some financial data in the tables may appear not to add up.

*For the **reconciliation** of the relevant expenditure of the Development, Neighbourhood, Humanitarian, Home Affairs, Regional, Employment, Research and Budget departments, and of the Innovation and Networks Executive Agency, see the overall amount at risk tables and related footnotes in their Annual Activity Reports.*

Policy area	Total payments (a)	New pre-financing paid (b)	Retentions made by Cohesion family DGs (c)	Pre-financing cleared (d)	Retentions (partially) released by Cohesion family DGs (e)	Total relevant expenditure (f)=(a)-(b)+(c)+(d)-(e)	Estimated amount at risk at payment (g) = Average Error Rate applied on (f)		Estimated future corrections (h) = Adjusted rate of Average Recoveries and Corrections applied on (f)		Estimated amount at risk at closure (i) = (g)-(h)	
							lowest value	highest value	lowest value	highest value	lowest value	highest value
Agriculture	55 872.0	98.9		183.9		55 957.0	1 243.6 (2.22 %)	1 243.6 (2.22 %)	1 173.9 (2.10 %)	1 173.9 (2.10 %)	69.7 (0.12 %)	69.7 (0.12 %)
Cohesion, Migration and Fisheries	39 234.0	11 502.9	2 310.8	3 193.3	701.1	32 533.8	358.7 (1.10 %)	358.7 (1.10 %)	14.4 (0.04 %)	14.4 (0.04 %)	344.4 (1.06 %)	344.4 (1.06 %)
External Relations	13 609.5	8 977.2		6 001.1		10 633.5	131.7 (1.24 %)	131.7 (1.24 %)	28.4 (0.27 %)	28.4 (0.27 %)	103.2 (0.97 %)	103.2 (0.97 %)
Research, Industry, Space, Energy and Transport	15 526.2	8 593.0		6 414.9		13 348.1	302.3 (2.26 %)	313.3 (2.35 %)	83.7 (0.63 %)	84.9 (0.64 %)	218.7 (1.64 %)	228.4 (1.71 %)
Other Internal Policies	6 983.5	3 379.5		2 460.8		6 065.0	38.9 (0.64 %)	40.1 (0.66 %)	6.8 (0.11 %)	6.8 (0.11 %)	32.0 (0.53 %)	33.2 (0.55 %)
Other Services & Administration	6 612.8	83.1		60.7		6 590.4	9.4 (0.14 %)	12.3 (0.19 %)	0.4 (0.01 %)	0.6 (0.01 %)	9.0 (0.14 %)	11.8 (0.18 %)
Reconciliations	-39.2	397.9		320.7		-116.4						
Total 2017	137 798.8	33 032.5	2 310.8	18 635.4	701.1	125 011.4	2 084.6 (1.67 %)	2 099.7 (1.68 %)	1 307.6 (1.05 %)	1 309.0 (1.05 %)	777.0 (0.62 %)	790.7 (0.63 %)
<i>Total 2016</i>						137 127.9	2.13 %	2.62 %	1.48 %	1.55 %	0.65 %	1.07 %

Policy area	DG	Total payments (a)	New pre-financing paid (b)	Retentions made by Cohesion family DGs (c)	Pre-financing cleared (d)	Retentions (partially) released by Cohesion family DGs (e)	Total relevant expenditure (f)=(a)-(b)+(c)+(d)-(e)	Estimated amount at risk at payment		Estimated future corrections		Estimated amount at risk at closure	
								(g) = Average Error Rate applied on (f)	lowest value	highest value	lowest value	highest value	lowest value
Agriculture	AGRI	55 872.0	98.9	-	183.9	-	55 957.0	1 243.6	1 243.6	1 173.9	1 173.9	69.7	69.7
Cohesion, Migration and Fisheries	EMPL	10 357.1	2 372.0	645.3	349.6	300.9	8 679.0	91.5	91.5	0.1	0.1	91.5	91.5
	HOME	1 705.4	1 179.8	-	1 182.0	-	1 707.5	26.9	26.9	14.3	14.3	12.6	12.6
	MARE	510.7	170.8	19.0	84.8	6.2	437.5	2.3	2.3	-	-	2.3	2.3
	REGIO	26 660.8	7 780.3	1 646.5	1 576.9	394.0	21 709.8	238.0	238.0	-	-	238.0	238.0
External Relations	DEVCO	7 389.1	4 499.2	-	3 337.1	-	6 227.0	83.0	83.0	13.1	13.1	69.9	69.9
	ECHO	2 370.3	1 980.4	-	1 146.5	-	1 536.4	16.6	16.6	6.1	6.1	10.4	10.4
	FPI	574.1	501.6	-	353.6	-	426.1	8.1	8.1	1.7	1.7	6.4	6.4
	NEAR	3 260.8	1 991.6	-	1 162.5	-	2 431.8	23.9	23.9	7.5	7.5	16.4	16.4
	TRADE	15.2	4.4	-	1.4	-	12.2	0.1	0.1	-	-	0.1	0.1
Research, Industry, Space, Energy and Transport	CNECT	1 720.9	758.9	-	748.3	-	1 710.3	67.0	67.4	20.7	20.7	46.3	46.7
	EASME	1 147.2	724.0	-	284.2	-	707.4	19.9	20.4	1.1	1.1	18.9	19.4
	ENER	1 343.2	1 116.0	-	833.9	-	1 061.1	6.8	6.8	2.4	2.4	4.3	4.3
	ERCEA	1 601.2	672.2	-	557.2	-	1 486.2	16.1	16.1	3.9	3.9	12.2	12.2
	GROW	1 936.1	1 759.1	-	286.7	-	463.7	6.9	6.9	3.0	3.0	3.9	3.9
	INEA	2 460.1	1 378.9	-	1 418.0	-	2 499.2	30.3	37.7	6.3	7.5	24.1	30.2
	MOVE	414.0	160.5	-	128.7	-	382.2	4.6	4.6	3.2	3.2	1.4	1.4
	REA	1 697.2	1 102.1	-	739.2	-	1 334.3	33.4	33.4	5.5	5.5	27.9	27.9
RTD	3 206.3	921.3	-	1 418.7	-	3 703.7	117.3	120.0	37.6	37.6	79.7	82.4	
Other Internal Policies	CHAFEA	80.7	28.0	-	43.4	-	96.1	1.3	1.3	0.7	0.7	0.6	0.6
	CLIMA	27.9	8.9	-	11.4	-	30.5	-	-	-	-	-	-
	COMM	122.7	12.0	-	9.3	-	120.0	1.3	1.3	0.1	0.1	1.1	1.1
	EAC	2 358.4	2 304.5	-	1 411.5	-	1 465.3	14.7	14.7	0.2	0.2	14.5	14.5
	EACEA	635.9	512.3	-	513.9	-	637.6	10.5	10.5	2.2	2.2	8.3	8.3

Policy area	DG	Total payments (a)	New pre-financing paid (b)	Retentions made by Cohesion family DGs (c)	Pre-financing cleared (d)	Retentions (partially) released by Cohesion family DGs (e)	Total relevant expenditure (f)=(a)-(b)+(c)+(d)-(e)	Estimated amount at risk at payment		Estimated future corrections		Estimated amount at risk at closure	
								(g) = Average Error Rate applied on (f)		(h) - Adjusted rate of Average Recoveries and Corrections applied on (f)		(i) = (g)-(h)	
								lowest value	highest value	lowest value	highest value	lowest value	highest value
Other Internal Policies	ECFIN	2 841.6	15.1	-	2.6	-	2 829.1	1.6	1.6	-	-	1.6	1.6
	ENV	220.8	153.1	-	195.8	-	263.5	2.2	2.2	0.8	0.8	1.4	1.4
	JUST	169.8	141.5	-	115.5	-	143.8	1.7	1.7	1.0	1.0	0.7	0.7
	SANTE	425.3	192.8	-	144.4	-	377.0	5.0	6.2	1.8	1.8	3.2	4.4
	TAXUD	100.4	11.3	-	13.0	-	102.1	0.6	0.6	-	-	0.6	0.6
Other Services & Administration	BUDG	11.6	-	-	-	-	11.6	0.1	0.1	-	-	0.1	0.1
	COMP	5.4	0.3	-	0.2	-	5.3	-	-	-	-	-	-
	DGT	17.2	-	-	-	-	17.2	0.1	0.1	0.1	0.1	-	-
	DIGIT	267.9	-	-	-	-	267.9	1.3	1.3	-	-	1.3	1.3
	EPSC	0.2	-	-	-	-	0.2	-	-	-	-	-	-
	EPSO/ EUSA	7.8	-	-	-	-	7.8	-	-	-	-	-	-
	ESTAT	49.6	3.7	-	6.0	-	51.9	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
	FISMA	49.1	39.7	-	35.3	-	44.7	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1
	HR	278.6	-	-	0.8	-	279.4	-	1.1	-	-	-	1.1
	IAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	JRC	210.7	4.8	-	0.9	-	206.8	1.0	1.0	0.1	0.1	0.9	0.9
	OIB	360.6	-	-	-	-	360.6	-	1.8	-	0.2	-	1.6
	OIL	96.9	-	-	-	-	96.9	-	-	-	-	-	-
	OLAF	33.3	7.5	-	7.3	-	33.2	0.3	0.3	-	-	0.3	0.3
	OP	71.4	-	-	-	-	71.4	-	-	-	-	-	-
PMO	5 043.0	-	-	-	-	5 043.0	5.8	5.8	-	-	5.8	5.8	

Policy area	DG	Total payments (a)	New pre-financing paid (b)	Retentions made by Cohesion family DGs (c)	Pre-financing cleared (d)	Retentions (partially) released by Cohesion family DGs (e)	Total relevant expenditure (f)=(a)-(b)+(c)+(d)-(e)	Estimated amount at risk at payment (g) = Average Error Rate applied on (f)		Estimated future corrections (h) - Adjusted rate of Average Recoveries and Corrections applied on (f)		Estimated amount at risk at closure (i) = (g)-(h)	
								lowest value	highest value	lowest value	highest value	lowest value	highest value
	SCIC	61.1	0.7	-	0.6	-	60.9	0.3	0.3	-	-	0.3	0.3
	SG	8.8	2.3	-	2.2	-	8.7	-	-	-	-	-	-
	SJ	3.2	-	-	-	-	3.2	-	-	-	-	-	-
	SRSS	36.4	24.1	-	7.4	-	19.7	0.2	0.2	-	-	0.1	0.2
	TF 50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reconciliations		-39.2	397.9	-	320.7	-	-116.4	-	-	-	-	-	-
TOTAL		137 798.8	33 032.5	2 310.8	18 635.4	701.1	125 011.4	2 084.6	2 099.7	1 307.6	1 309.0	777.0	790.7

2-B. Summary of reservations (EUR millions) reported in the 2017 Annual Activity Reports

I. Expenditure – current programmes

Policy Area	Description of reservation	Dept.	Impact on Legality and Regularity ¹⁷²	Amount at risk at reporting exposure =
Agriculture	EAGF market measures (5 elements of reservation in 3 MS)	AGRI	Quantified	55.2
	EAGF direct payments (15 paying agencies in 8 MS)	AGRI	Quantified	394.0
	EAFRD expenditure for rural development measures (22 paying agencies in 15 MS)	AGRI	Quantified	320.5
Cohesion, Migration and Fisheries	2014-2020 European Regional Development Fund / Cohesion Fund (17 programmes in 9 MS and one European Territorial Cooperation programme)	REGIO	Quantified	79.0
	2014-2020 European Social Fund. Youth Employment Initiative. Fund for European Aid to the most Deprived (ESF/YEI/FEAD) (15 programmes in 6 MS)	EMPL	Quantified	21.1
	2014-2020 Management and control systems for the Asylum, Migration and Integration Fund (AMIF) (Finland, Greece) and the Internal Security Fund (ISF) (Finland)	HOME	Quantified for Finland. Non-quantified for Greece	1.2
External Relations	Direct management grants – incl. cross-delegation	DEVCO	Quantified	21.2
	Programmes managed by the African Union Commission (AUC) involving a significant level of procurement	DEVCO	Quantified	5.5
	Instrument for Cooperation with Industrialised countries (ICI)	FPI	Quantified	3.5
	Direct management grants	NEAR	NEW; Quantified	13.2
	Projects in Syria and Libya. for which no assurance building is possible (no staff access to projects or auditors' access to documents)	NEAR	Non-quantified	0.0
Research, Industry, Space, Energy and Transport	Research Fund for Coal and Steel (RFCS)	RTD	Quantified	2.3
Other Internal Policies	Internal control system partially functioning	EACEA	NEW; Non-quantified	0.0
	European Asylum Support Office (EASO) - management and control systems weaknesses	HOME	NEW; Non-quantified	0.0
	Non-research grant programmes	HOME	Quantified	6.3
	Non-research grant programmes	JUST	Quantified	1.3
	EU Registry Emissions Trading System (EU ETS) - significant security weakness remaining	CLIMA	Non-quantified	0.0
Other Services & Administration	Direct management grants (limited assurance building)	SRSS	NEW; Non-quantified	0.0
TOTAL				924.3

II. Expenditure – ‘legacy’ programmes

Policy Area		Description of reservation	Dept.	Impact on Legality and Regularity	Amount at risk at reporting = exposure
Agriculture		(none)			
Cohesion, Migration and Fisheries		2007-2013 European Regional Development Fund / Cohesion Fund / Instrument for Pre-Accession (20 programmes in 7 Member States and European Territorial Cooperation programmes, plus one Cross Border Cooperation programme)	REGIO	Quantified	30.8
		2007-2013 European Social Fund (18 programmes in 9 MS)	EMPL	Quantified	0.9
		2007-2013 European Fisheries Fund (EFF) (5 programmes in 5 MS)	MARE	Non-Quantified	0.0
		2007-2013 Solidarity and Management of Migration Flows (SOLID) general programme: Germany: European Refugee Fund (ERF) and European Integration Fund (EIF); United Kingdom: European Integration Fund (EIF) and European Return Fund (RF)	HOME	Quantified for Germany. Non-quantified for the UK	1.6
External Relations		(none)			
Research, Industry, Space, Energy and Transport	FP7	Research FP7 – incl. cross-delegations	RTD	Quantified	50.0
		Research FP7 – incl. funds paid to AAL Association and ECSEL Joint Undertaking	CNECT	Quantified	22.5
		Research FP7 – incl. FP7 funds paid to GSA Agency and cross-delegation	GROW	Quantified	0.1
		Research FP7	HOME	Quantified	0.2
		Research FP7	ENER	Quantified	2.5
		Research FP7	MOVE	Quantified	0.4
		Research FP7 - Space and Security	REA	Quantified	5.8
		Research FP7 - Small and Medium Enterprises	REA	Quantified	4.3
	CIP	CIP (Competitiveness and Innovation Programme)	GROW	Quantified	0.3
		CIP ICT Policy Support Programme (PSP)	CNECT	Quantified	4.9
		CIP Intelligent Energy Europe (IEE II)	EASME	Quantified	0.8
		CIP Eco-Innovation	EASME	Quantified	0.6
	Other Internal Policies	EAC	2007-2013 Lifelong Learning Programme (LLP)	EACEA	Quantified
2007-2013 Culture Programme			EACEA	Quantified	1.1
2007-2013 Youth Programme			EACEA	Quantified	0.0
Other Services & Administration		(none)			
TOTAL					128.6

III. Revenue

Policy Area	Description of reservation	Dept.	Impact on Legality and Regularity	Amount at risk at reporting = exposure
Revenue	Inaccuracy of the traditional own resources (TOR) amounts transferred to the EU budget by the UK	BUDG	Quantified	430.7
TOTAL				430.7

Annex 3: Definitions of the amount at risk

The Commission measures the **level of error** for assessing whether financial operations have been implemented in compliance with the applicable regulatory and contractual provisions. The level of error is defined as the **best estimation** by the authorising officer, taking into account **all relevant information** available and using **professional judgement**, of the expenditure or revenue found to be in breach of applicable regulatory and contractual provisions at the time the financial operations were authorised.

The Commission uses three indicators to measure the level of error:

- **Amount at risk** is the level of error expressed as an absolute amount, in value
- **Error rate** is the level of error expressed as a percentage
- **Residual error rate** is the level of error after corrective measures have been implemented, expressed as a percentage

The level of error is measured at various moments in time:

- At the **time of payment**; when no corrective measures have been yet implemented
- At the **time of reporting**; when some corrective measures have been implemented but others will be implemented in successive years
- At the **time of closure**; when all corrective measures will have been implemented. *For multiannual programmes this refers to the end of programme implementation; for annual programmes this is calculated at the end of a multiannual period covering the implementation of corrective measures, depending on the programme.*¹⁷³

The term **corrective measures** refers to the various (*ex-post*) controls implemented after expenditure is declared to the Commission and/or the payment is authorised¹⁷⁴, aimed to identify and correct errors through financial corrections and recoveries.

The **estimated future corrections** is the amount of expenditure in breach of applicable regulatory and contractual provisions that the Authorising Officer by Delegation conservatively estimates s/he will still identify and correct through (*ex-post*) controls implemented *after* the payment is authorised, i.e. not only including corrections already implemented at the time of reporting but also those that will be

implemented in subsequent year(s). The estimates can be based on the average amount of financial corrections and recoveries in past years, but adjusted when necessary in particular to neutralise (i) elements which are no longer valid under the current legal framework and (ii) *ex-ante* and/or one-off events.¹⁷⁵

These concepts have the "**relevant expenditure**"¹⁷⁶ potentially at risk as calculation basis, which includes the payments made, subtracts the new pre-financing paid out (still owned by the Commission), and adds the previous pre-financing cleared (ownership transferred) during the financial year¹⁷⁷. This is a 'hybrid' concept, intentionally combining elements from the budgetary accounting and from the general accounting.

As a result, in terms of exposure, the Commission presents **three types of amount at risk**, calculated as follows:

- The overall **Amount at Risk at Payment** in the relevant expenditure is calculated based on the Detected Error Rates (in %) or its equivalents¹⁷⁸ for the expenditure segments, leading up to their total weighted Average Error Rates. Consequently, these are 'gross' types of error rates – which are closest¹⁷⁹ but not directly comparable to the European Court of Auditors' Most Likely Error rate and its range)¹⁸⁰.
- The **Amount at Risk at Reporting** *from the reservations* is calculated based on the Residual Error Rate (in %). This is typically a (cumulative) weighted average of the population segments audited and already cleaned (remaining error near 0 %) versus not (yet) audited (so presumed to be still affected by the Detected Error Rate). This concept assumes that the errors found and the corrections made so far in previous years (up to the time of reporting) apply similarly to the relevant expenditure of the reporting year as well. Consequently, this is an 'intermediate' type of error rate – up to that moment in the management cycle. *However, as this concept is based on (quantified¹⁸¹) Annual Activity Report Reservations only, it is not an "overall" concept given that it does not cover at all any relevant expenditure in the population which is not under reservation (i.e. for which the Residual Error Rate is not higher than 2 %).*

- The overall **Amount at Risk at Closure** in the relevant expenditure is an estimated figure calculated by subtracting the Estimated Future Corrections from the Amount at Risk at Payment.

Consequently, this is a 'net' type of error rate (in amount and/or in %) – forward-looking to the point when all recoveries and corrections will have been made.

Annex 4: Protection of the EU Budget

This Annex describes the functioning of the preventive and corrective mechanisms foreseen in the legislation and the actions taken by the Commission services to protect the EU budget from illegal or irregular expenditure. It also provides a best estimate of the financial effects these mechanisms have and indicates how Member States are involved and impacted. The following information focuses primarily on the results of the Commission's supervisory role, but also provides an insight into the results of Member States' controls.

Key considerations for the protection of the EU budget

One important objective of the Commission's "budget focused on results" strategy is to ensure cost-effectiveness when designing and implementing management and control systems which prevent or identify and correct errors. Control strategies should therefore consider a higher level of scrutiny and frequency in riskier areas and ensure cost-effectiveness.

In **2017**, financial corrections and recoveries **confirmed** amount to **EUR 2 662 million**. During **the period 2011-2017** the **average amount confirmed** was **EUR 3 306 million** which **represents 2.4 % of the average amount of payments** made from the EU budget. The figures reported confirm the positive results of the multi-annual preventive and corrective activities undertaken by the Commission and the Member States by demonstrating that these activities ensure that the EU budget is protected from expenditure in breach of law.

Under shared management the Member States are primarily responsible for identifying and recovering from beneficiaries amounts unduly paid. Controls carried out by Member States represent the first layer of control in the activities to protect the EU budget. The Commission can apply preventive measures and/or financial corrections on the basis of irregularities or serious deficiencies identified by Member State authorities, on the basis of its own verifications and audits, European Anti-Fraud Office investigations or as a result of audits by the European Court of Auditors.

For shared management, the Commission increasingly uses a number of preventive mechanisms and encourages Member States to address weaknesses in their management and control systems so as to prevent irregular

expenditure. The Commission applies corrective mechanisms as a last resort where preventive mechanisms were not effective.

For **Cohesion** and the **European Agricultural Fund for Rural Development (EAFRD)**, the vast majority of the financial corrections confirmed/implemented in 2017 relate to the 2007-2013 programmes.

The corrections confirmed or implemented during the year relate to errors and irregularities detected in 2017 or in previous years. Overall, 92 % of the total financial corrections decided have been implemented by the end of 2017.

Agriculture and Rural Development

For the **European Agricultural Guarantee Fund (EAGF)**, the average correction rate for Commission financial corrections under conformity clearance of accounts for the **period 1999 to end 2017** was **1.8 % of expenditure** (all of which are net financial corrections).

Net corrections leading to a reimbursement to the EU budget are characteristic for Agriculture and Rural Development. In 2017, the main corrections related notably to specific deficiencies in the Integrated Administration and Control System (IACS) in some Member States and insufficient checks of the reasonableness of costs for investments measures and application of the public procurement rules under rural development or negligence in the management of recoveries and other debts.

The Commission now applies a number of preventive instruments such as the interruption, suspension and reduction of EU financing with a view to better protecting the EU budget and further incentivising Member States to reduce irregular payments. In 2017, the Commission has issued decisions - related to Common Agriculture Policy - related for interruptions of EUR 23 million, for the reduction of payments of EUR 291 million, and for suspensions of EUR 3 million.

For both **European Agricultural Guarantee Fund** and **European Agricultural Fund for Rural Development**, where deficiencies are identified in management and control systems, the Member States concerned are required to put in place appropriate remedial action plans in the paying agencies concerned. If the deficiencies are not remedied in line with an action plan in a timely manner, the Commission may suspend or reduce payments.

In general, the Commission has launched an ambitious simplification process intended to reduce complexity and administrative burden which will also contribute to bringing the risk of error further down.

In addition to the financial corrections, Member States' own reductions before payments to beneficiaries amounted to EUR 546 million at the end of the financial year 2017.

Cohesion

For the **European Regional Development Fund (ERDF), Cohesion Fund (CF) and European Social Fund (ESF)** 2007-2013 funds, at the end of 2017 the combined rate of financial corrections, based on Commission supervision work only, was 1.9 % of the allocations made.

For Cohesion Policy (2007-2013), net corrections are rather exceptional, due to the different legal framework and budget management type (reinforced preventive mechanism). Where the Commission identifies individual irregularities (including ones of systemic nature) or serious deficiencies in the Member State management and control systems, it can apply financial corrections with the purpose of restoring a situation where all of the expenditure declared for co-financing from the **European Regional Development Fund, Cohesion Fund or European Social Fund** and reimbursed by the Commission is in line with the applicable rules.

During the 2000-2006 and 2007-2013 programme periods, Member States were able to replace irregular expenditure with new expenditure if they took the necessary corrective actions and applied the related financial correction. If the Member State did not have such additional expenditure to declare, the financial correction resulted in a net correction (loss of funding). In contrast, a Commission financial correction decision had always a direct and net impact on the Member State: it had to pay the amount back and its envelope was reduced (i.e. the Member State could spend less money throughout the programming period).

The European Court of Auditors recently assessed the effectiveness of preventive and corrective measures taken by the Commission in cohesion policy for the 2007-2013 period¹⁸² and concluded that overall the Commission had made effective use of the measures at its disposal to protect the EU budget from irregular expenditure and that the

Commission's corrective measures put pressure on Member States to address weaknesses in their management and control systems.

The regulatory provisions for the 2014-2020 period significantly strengthen the Commission's position on protecting the EU budget from irregular expenditure.

This is mainly due to the set-up of the new assurance model for the 2014-2020 programming period, which reduces the risk of having a material level of error in the accounts on a yearly basis. In fact, the new legal framework foresees an increased accountability for programme managing authorities which have to apply sound verifications on time for the submission of programme accounts each year. During the accounting year the Commission retains 10 % of each interim payment until the finalisation of all national control cycles. Timely identification of deficiencies in the functioning of the management and control system and reporting of reliable error rates is in the Member States' best interest since the Commission shall make net financial corrections in case Member States have not appropriately addressed them before submitting their annual accounts to the Commission.

For the period 2014-2020, the Member States have applied in 2017 financial corrections totalling EUR 97 million for **European Regional Development Fund/Cohesion Fund**, while the financial corrections imposed for **European Social Fund (ESF), Youth Employment Initiative (YEI)** and the **Fund for European Aid to the most Deprived (FEAD)** amounted to EUR 190 million.

Direct and Indirect Management

The Commission has established a control framework in direct and indirect management which focuses on ex-ante checks on payments, in-depth ex-post checks carried out at the beneficiaries' premises after costs have been incurred and declared, and verification missions to international organisations. Net corrections leading to a reimbursement to the EU budget are characteristic for direct and indirect management.

Specific control frameworks are put in place for spending under direct and indirect management covering primarily the grant management process, because this addresses existing risks.

1. Financial corrections and recoveries at end 2017

1.1. Financial corrections and recoveries 2017

MFF Heading	Total EU budget payments in 2017	Total financial corrections confirmed in 2017	Total recoveries confirmed in 2017	Total financial corrections and recoveries confirmed in 2017	% of payments of the EU budget	Total financial corrections implemented in 2017	Total recoveries implemented in 2017	Total financial corrections and recoveries implemented in 2017	% of payments of the EU budget
Smart & inclusive growth	57 030	509	357	867	1.5 %	443	346	789	1.4 %
ERDF	16 853	246	-	246	1.5 %	170	-	170	1.0 %
Cohesion Fund	8 366	198	-	198	2.4 %	250	-	250	3.0 %
ESF	9 797	65	-	65	0.7 %	23	0	23	0.2 %
Internal policies	22 014	N/A	357	357	1.6 %	N/A	346	346	1.6 %
Sustainable growth: natural resources	56 743	1 214	324	1 538	2.7 %	1 560	231	1 790	3.2 %
EAGF183	44 695	985	195	1 180	2.6 %	1 217	131	1 348	3.0 %
Rural Development 184	11 113	225	113	338	3.0 %	248	84	331	3.0 %
FIFG/EFF	401	4	1	5	1.2 %	95	1	96	23.9 %
EAGGF Guidance	-	0	1	1	N/A	-	1	1	N/A
Internal policies	534	N/A	15	15	2.7 %	N/A	15	15	2.7 %
Security & citizenship	2 867	6	14	20	0.7 %	6	14	20	0.7 %
Migration and home affairs	2 127	6	-	6	0.3 %	6	-	6	0.3 %
Internal policies	740	N/A	14	14	1.9 %	N/A	14	14	1.9 %
Global Europe	9 793	N/A	234	234	2.4 %	N/A	244	244	2.5 %
External policies	9 793	N/A	234	234	2.4 %	N/A	244	244	2.5 %
Administration	9 656	N/A	3	3	0.0 %	N/A	3	3	0.0 %
Administration	9 656	N/A	3	3	0.0 %	N/A	3	3	0.0 %
Total	136 089	1 729	933	2 662	2.0 %	2 008	837	2 845	2.1 %

Table 1.1: Financial corrections and recoveries overview for 2017¹⁸⁵ in EUR millions.

* Excludes EUR 1 291 million paid out under the Special Instruments heading.

1.1.1. Agriculture and Rural Development

The **financial corrections**¹⁸⁶ confirmed by the Commission in 2017 reflect the significant efforts made by the Directorate General for Agriculture and Rural Development (DG AGRI) in accelerating the conformity clearance processes, including processing outstanding procedures which are now finalised. As regards correcting irregularities

committed by the beneficiary, Member States must record and report on the **recovery** of the amounts unduly spent within the annual financial clearance exercise. Recovering irregular payments directly from the final beneficiaries is the sole responsibility of the Member States.

1.1.2. Cohesion

2007-2013 programming period

Financial corrections under **European Regional Development Fund/Cohesion Fund** in 2017 remained high, thus confirming the multi-annual corrective capacity of the policy. This is also the result of the strict application of interruption/suspension procedures by the Commission since the beginning of the programming period and the fact that in 2017 the closure packages were sent to the Commission, with the last possibility for the Member States to declare new expenditure, after the application of the financial corrections requested by the Commission.

The Member States with the highest corrections in 2017 were Poland (EUR 391 million), Hungary (EUR 99 million) and Greece (EUR 78 million). As a result, at end 2017 the cumulative amount of financial corrections for 2007-2013 confirmed by Member States as consequence of the Commission supervisory role is EUR 3 498 million¹⁸⁷.

For **European Social Fund** the total amount of financial corrections confirmed in 2017 stands at EUR 65 million and in cumulative figures at EUR 1 519 million. There were no financial corrections decided by a Commission decision. The total amount of financial corrections implemented in 2017 stands at EUR 23 million out of which EUR 5 million have been confirmed in 2017 and EUR 18 million in the previous years. The total amount of financial corrections implemented for **European Social Fund** stands at EUR 1 263 million in cumulative figures. 83 % of financial corrections confirmed during the year 2017 and previous years for the programming period 2007-2013 have been implemented, leaving an amount of EUR 256 million

to be implemented at closure. Member States with the highest level of financial corrections implemented in 2017 are Portugal (EUR 15 million), Spain (EUR 5 million) and Poland (EUR 3 million).

The total amount of financial corrections confirmed in cumulative figures for the **European Maritime and Fisheries Fund (EMFF)** stands at EUR 26 million in 2017, with EUR 2 million to be implemented at closure.

2014-2020 programming period

For **European Regional Development Fund/Cohesion Fund** programmes for which expenditure was declared for the accounting year 1 July 2016 to 30 June 2017, there were no net financial corrections imposed by Commission Decision. However, the Member States themselves applied financial corrections in the accounts following their audits of operations.

This shows that the new system excludes from the annual accounts expenditure found to be irregular (0.7 % of the expenditure declared during the accounting year corrected as a result of audit of operations).

For **European Social Fund, Youth Employment Initiative** and the **Fund for European Aid to the most Deprived** programmes for which expenditure was declared during the accounting year 1 July 2016 to 30 June 2017, there were no financial corrections imposed by Commission Decision, however there were EUR 190 million of financial corrections implemented by Member States in their annual accounts.

1.2. Cumulative financial corrections and recoveries to end 2017

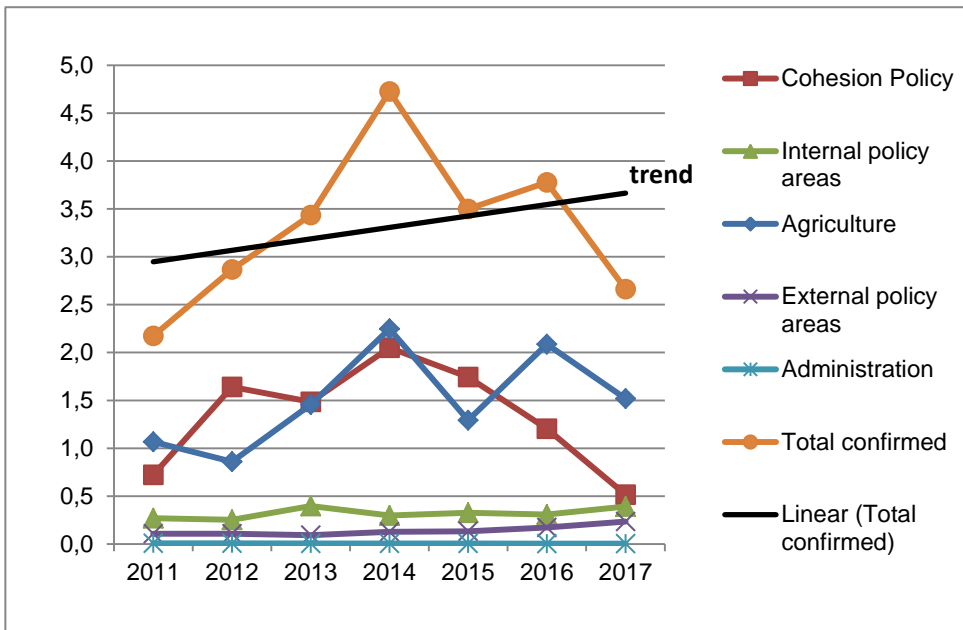
Cumulative figures provide useful information on the significance of the corrective mechanisms used by the Commission, in particular as they take into

account the multi-annual character of programmes and projects and neutralise the impact of one-off events.

1.2.1. Period 2011-2017

The graphs below show the evolution of financial corrections and recoveries confirmed and

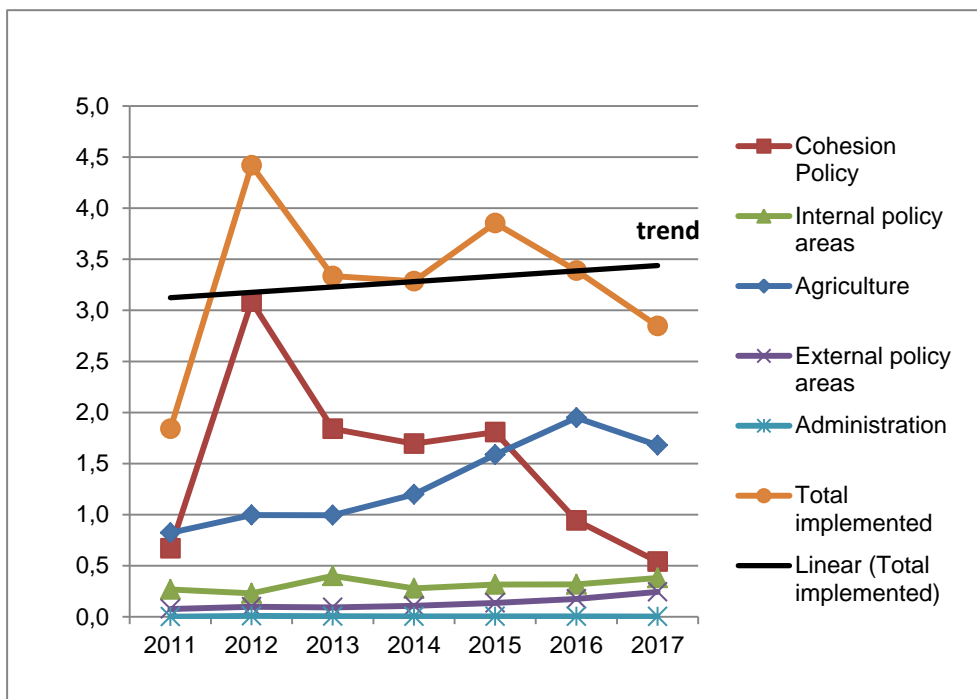
implemented during the last 7 years.



Graph 1.2.1.1: Financial corrections and recoveries **confirmed** 2011-2017 (EUR billions)

The average financial corrections and recoveries **confirmed** (2011-2017) amount to EUR 3.3 billion

which represents 2.4 % of average budget payments.



Graph 1.2.1.2: Financial corrections and recoveries **implemented** 2011-2017 (EUR billions)

The average amount of financial corrections and recoveries **implemented** for 2011-2017 was EUR 3.3 billion, which represents 2.4 % of the

average amount of payments from the EU budget in that period.

1.2.2. Cumulative financial corrections confirmed and implementation percentage at end 2017

	Programming Period				Cumulated EAGF decisions	Financial corrections confirmed at end 2017	Implementation % end 2017	Financial corrections confirmed at end 2016	Implementation % end 2016
	1994-1999 Period	2000-2006 Period	2007-2013 Period	2014-2020 Period					
Agriculture	-	143	1 278	14	14 081	15 517	91.1 %	14 291	88.5 %
<i>EAGF</i>	-	-	-	-	14 081	14 081	91.6 %	13 081*	89.1 %
<i>Rural Development</i>	-	143	1 278	14	N/A	1 436	86.6 %	1 211	82.2 %
Cohesion Policy	2 083	9 080	6 486	0	N/A	17 649	92.7 %	17 136	92.4 %
<i>ERDF</i>	1 143	5 815	3 793	-	N/A	10 751	91.3 %	10 505	91.8 %
<i>Cohesion fund</i>	268	843	1 147	-	N/A	2 259	95.8 %	2 060	92.9 %
<i>ESF</i>	569	2 111	1 519	-	N/A	4 199	93.9 %	4 134	94.8 %
<i>FIFG/EFF</i>	100	140	28	-	N/A	267	99.3 %	264	64.8 %
<i>EAGGF Guidance</i>	3	171	-	-	N/A	174	100.0 %	174	100.0 %
Other	-	-	-	-	N/A	44	99.6 %	38	99.5 %
Total	2 083	9 223	7 764	14	14 081	33 211	92.0 %	31 466	90.6 %

Table 1.2.2: Cumulative financial corrections confirmed & implementation percentage to end 2017 in EUR millions

* The closing balance of 2016 does not include an amount of EUR 15.7 million concerning decision C(2014)8997.

1.2.3. Cumulative recoveries 2011-2017

The tables below provide the amounts of recoveries confirmed and implemented for the period 2011-2017.

See also section 1.3.1 below concerning the impact on the EU budget.

Recoveries	Years						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agriculture:							
<i>EAGF</i>	174	162	227	213	117	100	195
<i>Rural Development</i>	161	145	139	165	206	242	113
Cohesion	50	22	83	35	5	10	2
Internal policy areas*	270	252	393	293	302	303	386
External policy areas*	107	107	93	127	132	173	234
Administration	8	7	6	5	5	4	3
Total	770	695	941	838	767	833	933

Table 1.2.3: Recoveries **confirmed** 2011-2017 in EUR millions

Recoveries	Years						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agriculture:							
<i>EAGF</i>	178	161	155	150	155	118	131
<i>Rural Development</i>	161	166	129	167	152	43	84
Cohesion	48	14	81	32	7	12	2
Internal policy areas*	268	229	398	274	293	313	374
External policy areas*	77	99	93	108	136	175	244
Administration	2	9	6	5	5	4	3
Total*	734	678	862	736	749	665	837

Table 1.2.4: Recoveries **implemented** 2011-2017 in EUR millions

* It should be noted that the amounts disclosed for the periods 2011-2014 are based on a different methodology which has been subsequently refined to better identify and track recoveries.

1.3. Impact of financial corrections and recoveries

1.3.1 Impact on the EU budget

Financial corrections and recoveries may or may not have an impact on the EU budget:

Replacement of expenditure refers to the possibility under cohesion legislation for Member States to replace ineligible expenditure with new eligible expenditure, thus not losing EU funding (i.e. not a net correction as there is no return of money to the EU Budget).

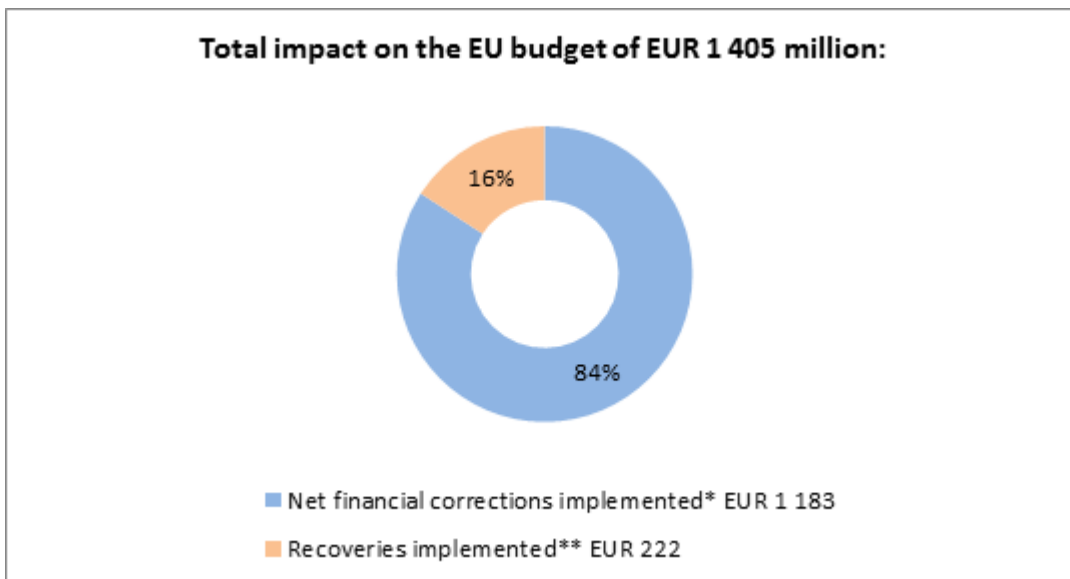
A **net financial correction** is a correction that has a net impact on the EU budget, (i.e. the corrected and recovered amounts are reimbursed to the EU budget).

Agriculture and Rural Development corrections (European Agricultural Guarantee Fund, European Agricultural Fund for Rural Development, European Agricultural Guidance and Guarantee Fund) lead almost always to a reimbursement to the EU budget whereas, due to the legal framework, for Cohesion Policy, the return of previously paid amounts to the EU budget were generally the exception during the implementation of the programmes.

Under the legal framework applicable for Cohesion Policy up to the 2007-2013 programming period, a real cash-flow back to the EU budget occurs only:

- If Member States are unable to present sufficient eligible expenditure;
- After the closure of programmes where replacement of ineligible by eligible expenditure is no longer possible;
- In case of disagreement with the Commission.

However, a significant change was introduced for the 2014-2020 period: the Commission has the obligation to apply a net financial correction when serious deficiencies in the effective functioning of the management and control system not previously detected, reported nor corrected at Member State level are discovered by EU audits after the submission of the assurance packages. In such cases, the possibility of previous programming periods for the Member State to accept the correction and to re-use the EU funds in question is removed.



Graph 1.3.1: Impact on the EU Budget 2017

* The main expenditure chapters concerned are 0502, 0503, 0504, 1303, 1304, 0402, 1106 and 1803.

** Excluding "At source" recoveries. The main expenditure chapters concerned are 0502, 0503, 1303, 1304, 0402 and 1106. For more information on recoveries see 1.2.3.

Revenues arising from net financial corrections and recoveries are treated as assigned revenue¹⁸⁸. It should be also noted that the Commission deducts detected ineligible expenditure (identified in previous or current cost claims) from payments made. In

general, assigned revenue goes back to the budget line or fund from which the expenditure was originally paid and may be spent again but it is not earmarked for specific Member States.

1.3.2. Impact on national budgets

Under shared management, all financial corrections and recoveries have an impact on national budgets regardless of their method of implementation. It has to be underlined that even if no reimbursement to the EU budget is made, the impact of financial corrections is always negative at Member States level. This is because in order not to lose EU funding, the Member State must replace ineligible expenditure by eligible operations. This means that the Member State bears, with its own resources (from the national budget), the financial

consequences of the loss of EU co-financing of expenditure considered ineligible under the EU programme rules (in the form of opportunity cost) unless the ineligible expenditure can be recovered from individual beneficiaries. This is not always possible, for example in the case of flat-rate corrections at programme level (due to deficiencies in the national administration managing the programme) which are not directly linked to individual irregularities at project level.

2. Agriculture and rural development

2.1. Preventive actions

Preventive actions by the Member States

A compulsory administrative structure has been set up at the level of Member States. The management, control and payment of the expenditure is entrusted to accredited paying agencies (PAs). Compliance with strict accreditation criteria is subject to constant supervision by the competent national authority (at ministerial level). The directors of paying agencies are required to provide an annual management declaration on the completeness, accuracy and veracity of the accounts, as well as a declaration that the system in place provides reasonable assurance on the legality and regularity of the underlying transactions. The annual accounts, the functioning of the internal control procedures and the legality and regularity of the expenditure of paying agencies are verified and certified by the Certification Bodies (an independent external audit body), which also reviews the compliance with the accreditation criteria. The management declarations are also verified by the above-mentioned certification bodies, which are required to provide an annual opinion. For each support scheme financed by the European Agricultural Guarantee Fund or European Agricultural Fund for Rural Development, the paying agencies apply a system of exhaustive ex-ante administrative controls and on-the-spot checks prior to any payment. These controls are made in accordance with precise rules set out in the sector specific legislation. For the majority of these aid schemes Member States are required to send statistical information on the checks carried out and their results on a yearly basis to the Commission.

Preventive actions by the Commission

With a view to better protecting the EU budget and further incentivising Member States to reduce irregular payments, the Commission applies a number of available preventive instruments such as:

- the interruption of payments for the second pillar (European Agricultural Fund for Rural Development);
- reduction and suspension of EU financing for both pillars (European Agricultural Guarantee Fund and European Agricultural Fund for Rural Development).

First, where the declarations of expenditure or

information received from the Member State enable the Commission to establish that it has been effected by paying agencies not accredited, that payment periods or financial ceilings have not been respected or that expenditure has not been effected in accordance with Union rules, the Commission may reduce or suspend the payments to the Member State under both pillars.

Secondly, the Commission may reduce or suspend monthly (European Agricultural Guarantee Fund) or interim (European Agricultural Fund for Rural Development) payments where "*one or more of the key components of the national control system in question do not exist or are not effective due the gravity or persistence of the deficiencies found*"¹⁸⁹ (or there are similar serious deficiencies in the system for the recovery of irregular payments) and:

– either the deficiencies are of a continuous nature and have already been the reasons for at least two financial correction decisions,

or

– the Commission concludes that the Member State concerned is not in a position to implement the necessary remedial measures in the immediate future, in accordance with an action plan with clear progress indicators to be established in consultation with the Commission.

For **European Agricultural Fund for Rural Development**, the Common Provisions Regulation (CPR)¹⁹⁰ also provides for the interruption of interim payments by the Authorising Officer by Delegation (i.e. the Director-General) as an additional, quick and reactive tool in case of concerns about the legality and regularity of payments. The Commission can also interrupt the payment deadline in case the Authorising Officer by Subdelegation requires further verifications after the submission of a declaration of expenditure. In 2017, payments were interrupted for Greece and Romania and also suspended for Romania.

For **European Agricultural Guarantee Fund**, the legislator has not provided for using the interruption procedure due to the monthly rhythm of the payments. For European Agricultural Guarantee Fund suspensions of monthly payments due to deficiencies in the control system were made for a total amount of EUR 3 million (Poland). There were no reductions in the monthly payments due to deficiencies in the control system in 2017. The other

reductions concern overruns of ceilings, deadlines and other eligibility issues.

The interruptions and reductions/suspensions are provisional. Where relevant these could be accompanied by an audit. If the deficiency is confirmed, the relevant expenditure is definitely

2.2. Corrective actions

For **European Agricultural Guarantee Fund**, financial corrections are executed by deducting the amounts concerned from the monthly payments made by the Commission in the second month following the Commission decision on a financial correction to the Member State concerned.

For **European Agricultural Fund for Rural Development**, the financial corrections are executed through a recovery order requesting the Member State concerned to reimburse these amounts to the EU budget mostly executed by offsetting it in the reimbursement in the following quarter. It therefore happens that decisions adopted in the end of year N

are only executed at the beginning of year N+1.

Furthermore, the execution of the decision may be delayed due to instalment and deferral decisions. Of the three ad hoc decisions adopted in 2017 a total of EUR 287 million was scheduled for recovery in 3 annual instalments. One deferral decision was due to expire on 22 June 2017 but was prolonged for a year until 22 June 2018. Of the three ad hoc decisions adopted in 2017 another EUR 24 million became subject to deferral (and subsequent recovery in 5 annual instalments) under this prolonged deferral decision.

2.3. Deficiencies in Member States' management and control identified and measures undertaken

The main root causes of errors leading to corrections have been:

- Errors in non-compliance;
- Eligibility conditions not met; and
- Breach of procurement rules.

These were addressed by putting in place action plans which identify the deficiencies for the Paying agencies concerned and define remedial actions to be implemented by the Paying agencies.

As from 2015, DG AGRI has further improved the system of action plans reporting by Member States concerned, including a reinforced focus on audit findings as well as improved indicators and milestones for monitoring purposes. The action plans are expected to address the identified deficiencies by describing, for each of them, the corrective actions to be taken and the established benchmarks and timetable for implementing their actions. The action plans are normally triggered by serious deficiencies identified in the framework of conformity procedures.

The regulatory quality assessment which Member States must carry out of their Land Parcel Identification System is actively followed-up by DG AGRI to ensure that Member States take the remedial actions required to meet the quality standards that are considered appropriate, in view of the fundamental role played by the Land Parcel

Identification System in ensuring correct claims and payments.

In general, the Commission has launched an ambitious simplification process intended to reduce complexity and administrative burden which will also contribute to bringing the risk of error further down. During 2016 and 2017 several legal simplification initiatives were proposed by DG AGRI, affecting a number of implementing and delegated acts. Thanks to these amendments, the management and control system was simplified and new possibilities were introduced, such as the "yellow card" system for penalties or simplification of controls for financial instruments.

But the major simplification initiative was proposed through the Omnibus Regulation, including the 4 Common Agricultural Policy Regulations, the Common Provisions Regulation together for the European Structural and Investment Funds and the Financial Regulation. The agricultural part of the Omnibus Regulation was published in 2017 introducing some simplification and technical improvements to the four basic regulations of the Common Agricultural Policy.

In 2017, DG AGRI participated in 3 conferences with the Heads of the Paying Agencies in Gozo (Malta), Tartu (Estonia) and Brussels (Belgium) (the latter organised by DG AGRI). These Conferences allow for the sharing of good practices in the

implementation of the Common Agricultural Policy and inform about strategic issues as regards assurance and audit. Meetings are also regularly organised with representatives of the Learning Network of the Paying Agencies, in which strategic issues and implementation challenges are discussed.

Furthermore, since 2013 seven seminars on error rate in rural development have been organised, of

which the latest took place in June 2017. The seminars aim at presenting the lessons learnt from the audit work, sharing good practices in Member States' experience with the implementation of the programmes and provide guidance. These seminars are organised jointly in the framework of the Rural Development Committee and the Agricultural Funds Committee in order to ensure the involvement of both Managing Authorities and Paying Agencies.

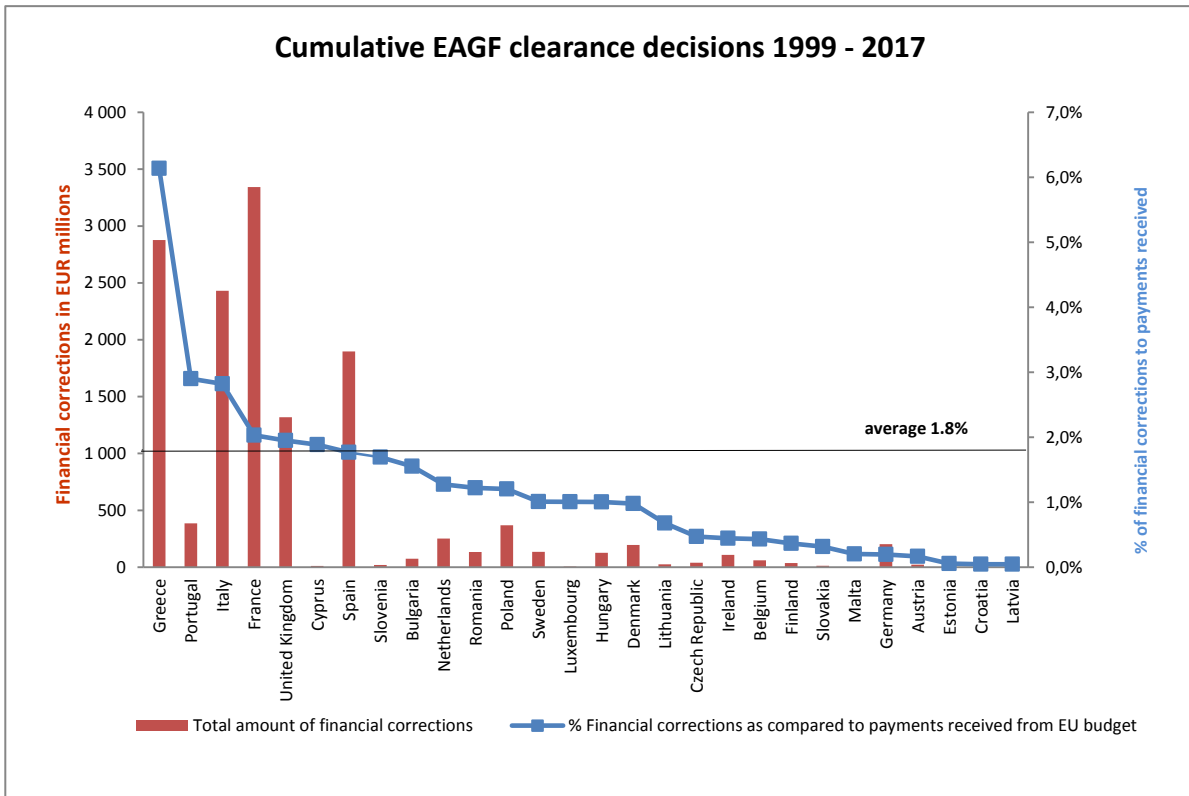
2.4. Cumulative figures

Concerning **European Agricultural Guarantee Fund**, the average correction rate per financial year for the period 1999-2017 has been **1.8 %** of expenditure. Once decided by the Commission, the

corrections are automatically implemented unless a Member State has been granted the possibility of paying in three annual instalments.

Member State	EAGF payments received from EU budget	% of payments received as compared to total payments	Cumulated EAGF financial corrections at end 2017	% as compared to payments received from EU budget	% as compared to total amount of financial corrections
Belgium	13 980	1.8 %	60	0.4 %	0.4 %
Bulgaria	4 813	0.6 %	75	1.6 %	0.5 %
Czech Republic	8 261	1.1 %	39	0.5 %	0.3 %
Denmark	19 951	2.5 %	195	1.0 %	1.4 %
Germany	102 974	13.1 %	202	0.2 %	1.4 %
Estonia	990	0.1 %	1	0.1 %	0.0 %
Ireland	24 396	3.1 %	108	0.4 %	0.8 %
Greece	46 891	6.0 %	2 877	6.1 %	20.4 %
Spain	107 436	13.7 %	1 897	1.8 %	13.5 %
France	164 566	21.0 %	3 343	2.0 %	23.7 %
Croatia	652	0.1 %	0	0.0 %	0.0 %
Italy	86 167	11.0 %	2 431	2.8 %	17.3 %
Cyprus	568	0.1 %	11	1.9 %	0.1 %
Latvia	1 474	0.2 %	1	0.0 %	0.0 %
Lithuania	3 779	0.5 %	26	0.7 %	0.2 %
Luxembourg	585	0.1 %	6	1.0 %	0.0 %
Hungary	12 582	1.6 %	126	1.0 %	0.9 %
Malta	49	0.0 %	0	0.2 %	0.0 %
Netherlands	19 704	2.5 %	251	1.3 %	1.8 %
Austria	13 329	1.7 %	22	0.2 %	0.2 %
Poland	30 596	3.9 %	368	1.2 %	2.6 %
Portugal	13 281	1.7 %	385	2.9 %	2.7 %
Romania	10 977	1.4 %	134	1.2 %	1.0 %
Slovenia	1 196	0.2 %	20	1.7 %	0.1 %
Slovakia	3 778	0.5 %	12	0.3 %	0.1 %
Finland	10 048	1.3 %	37	0.4 %	0.3 %
Sweden	13 331	1.7 %	134	1.0 %	1.0 %
United Kingdom	67 674	8.6 %	1 319	1.9 %	9.4 %
Total	784 029	100.0 %	14 081	1.8 %	100.0 %

Table 2.4: European Agricultural Guarantee Fund Cumulative financial corrections decided under conformity clearance of accounts from 1999 to end 2017; Breakdown by Member State in EUR millions



Graph 2.4: European Agricultural Guarantee Fund Member States' cumulative financial corrections under conformity clearance of accounts from 1999 to end 2017 as compared to payments received from the EU Budget

2.5. Member States corrections

Member States are required to put in place systems for ex ante controls and reductions or exclusions of financing:

- For each aid support scheme financed by European Agricultural Guarantee Fund or European Agricultural Fund for Rural Development, ex ante administrative and on-the-spot checks are performed and dissuasive sanctions are applied in case of non-compliance by the beneficiary. If on-the-spot checks reveal a high number of irregularities, additional controls must be carried out.
- In this context, by far the most important system is the Integrated Administration and Control System (IACS). The IACS covered in the financial year 2017 86.8 % of European

Agricultural Guarantee Fund and Rural Development expenditure.

- Detailed reporting from Member States to the Commission on the checks carried out by them and on the sanctions applied is provided for by the legislation and enables a calculation, for the main aid schemes, of the level of error found by Member States at the level of the final beneficiaries.

These reports from the Member States disclose the preventive effect of the ex ante, administrative and on-the-spot controls carried out, which led to corrections amounting to EUR 546 million. The most significant total corrections related to Spain (EUR 109 million), Italy (EUR 78 million) and France (EUR 67 million).

Member State	EAGF Market Measures	EAGF Direct Payments	EAFRD	Total 2017
Belgium	1.6	2.6	0.6	4.8
Bulgaria	3.2	8.9	11.5	23.7
Czech Republic	0.4	1.3	3.2	5.0
Denmark	0.4	1.0	1.3	2.7
Germany	3.9	10.4	7.9	22.2
Estonia	0.0	0.9	2.1	3.0
Ireland	0.0	0.9	0.8	1.7
Greece	1.7	6.5	4.6	12.8
Spain	26.6	72.8	9.7	109.2
France	41.7	20.4	4.5	66.6
Croatia	6.3	6.5	6.9	19.8
Italy	10.2	44.7	23.2	78.0
Cyprus	0.0	1.3	0.4	1.7
Latvia	0.0	0.9	0.8	1.7
Lithuania	0.0	4.4	2.1	6.5
Luxembourg	0.0	0.1	0.1	0.2
Hungary	10.2	20.9	7.9	38.9
Malta	0.0	0.1	0.0	0.1
Netherlands	0.4	13.9	0.5	14.8
Austria	4.2	0.3	2.4	6.9
Poland	0.6	28.5	3.9	32.9
Portugal	3.3	3.4	4.2	10.9
Romania	1.8	40.4	17.3	59.5
Slovenia	0.6	0.3	0.5	1.4
Slovakia	0.0	2.8	3.9	6.7
Finland	0.7	0.8	1.1	2.6
Sweden	0.6	1.7	0.3	2.6
United Kingdom	0.3	6.8	1.8	8.9
Total	118.9	303.6	123.5	545.9

Table 2.5: Member States own corrections in 2017 applied before payments to beneficiaries are executed (in addition to Commission reporting¹⁹¹) in EUR millions

3. Cohesion policy

3.1. Preventive actions

The regulations for all programming periods enable **the Commission to apply preventive measures**, i.e. payment interruptions¹⁹² and suspensions, and, in case the preventive mechanisms were not effective, also **corrective measures** i.e. financial corrections. The Commission policy on interruption and suspension of payments operates on a preventive basis, triggering the interruption of interim payments as soon as there is evidence to suggest a significant deficiency in the management and control system of all or part of an operational programme, thus avoiding the reimbursement by the EU budget of amounts which might be affected by serious irregularities. As regards **European Regional Development Fund/Cohesion Fund** and **European Social Fund** programmes, it is worth underlining that the remedial action plans agreed by the Member States as a result of the Commission's supervisory role also have a preventive impact on expenditure already incurred by beneficiaries and registered at national level in the certifying authority's accounts, but not yet declared to the Commission. For such expenditure, the certifying authority applies the financial correction requested by the Commission prior to declaring expenditure. Expenditure declared to the Commission is thus already net of irregular amounts.

Similarly, warning letters sent out by the Commission when system deficiencies are identified before a payment claim is submitted to the Commission may also have the same preventive effect on the protection of the EU budget, but no amount is reported by the Commission/Member States in this case as this effect is more difficult to quantify.

Interruptions and suspensions are only lifted on the basis of reasonable assurance on the implementation of corrective measures and/or after financial corrections have been implemented. For 2007-2013 programming period under closure process the suspension of payments has been merged with the closure process.

In view of the regulatory changes for 2014-2020, in particular, the articulation between Article 83 Common Provision Regulation (CPR) on interruptions, Article 142 CPR on suspensions and two new elements of the CPR, the annual closure of accounts and the 10 % retention on reimbursement of interim payments (Articles 130 and 139 of the CPR), Regional and Urban Policy Directorate General (DG REGIO) and Employment, Social Affairs and Inclusion Directorate General (DG EMPL) agreed to follow a common approach regarding interruption of payments, as a balanced solution that protects the EU budget against serious irregularities and serious deficiencies in the management and control system. This ensures a residual error rate below 2 % and the possibility for the Commission to apply net financial corrections should serious deficiencies be identified by the Commission's Audit Directorates (or the European Court of Auditors) subsequent to the submission of the accounts, not identified, reported or corrected by the Member State.

Under the agreed approach, an interruption is necessary only where the serious deficiency in the management and control system would require a correction higher than 10 % or where the irregularity would have serious financial consequences (impact above 10 % of the programme's financial allocation or above the threshold of EUR 50 million) – in application of Article 83 (1)(a) of Regulation 1303/2013. If no payment claim is submitted, a warning letter of possible interruption of payment deadline is to be sent. A warning letter is also sent for cases with estimated risk to the EU budget below 10 %. In case of system deficiencies, the Member State is requested to take necessary measures to improve the system, and in case of irregularities the Member State is required to not include related expenditure in the interim claims and in the accounts until the legality and regularity of the expenditure is confirmed.

Interruptions

Fund	Cohesion policy: 2007-2013 programming period							
	Total open cases at 31.12.2016		New cases 2017		Closed cases during 2017		Total open cases at 31.12.2017	
	Number of cases	Amount	Number of cases	Amount	Number of cases	Amount	Number of cases	Amount
ERDF & CF	49	1 688	0	0	7	125	42	1 563
ESF	13	381	0	0	13	381	0	0
EFF	15	90	3	1	0	0	18	91
Total	77	2 159	3	1	20	506	60	1 653

Table 3.1: Interruptions in EUR millions. The table above presents for the European Regional Development Fund and Cohesion Fund, the European Social Fund and the European Maritime and Fisheries Fund, a view on the evolution of the interruption cases both in number and in amount. The opening balance includes all the cases still open at end 2016, irrespective of the year when the interruption was notified to the Member State. The new cases only refer to the interruptions notified in the year 2017. The closed cases represent the cases for which the payment of cost claims resumed in 2017, irrespective of the year when the interruption started. The cases still open at end 2017 represent the interruptions that remain active at 31 December 2017, i.e. the payment deadline of cost claims is still interrupted pending corrective measures to be taken by the Member State concerned.

For **European Regional Development Fund/Cohesion Fund**, and **European Social Fund** 2007-2013 programmes under closure process, no new interruption letters were sent in 2017. As from 31 March 2017 all ongoing procedures (interruption or suspension decision in relation to applications for interim payment) are no longer necessary since the underlying deficiencies or irregularities which led the Commission to interrupt or suspend the interim payment will be dealt with during the closure procedure.

For **European Regional Development Fund /Cohesion Fund** 2014-2020 programmes, multiple payments related to Greece were interrupted due to a cartel case detected in large infrastructure projects. The national authorities applied the necessary financial corrections and the interruption was lifted before the end of 2017. In addition only

few warnings have been issued, as the implementation of the new programming period has not yet advanced significantly. These cases are based either on the findings of the EPSA (the early preventive system audit) or following the serious allegations in the press (e.g. non-transparent selection procedure). In line with the new methodology for 2014-2020 programming period described above, DG REGIO issued 3 warning letters concerning Slovakia, Poland and Hungary.

For **European Social Fund/Youth Employment Initiative** and the **Fund for European Aid to the most Deprived** 1 interruption concerning the Youth Employment Initiative France, for which the payment was interrupted at the end of 2016 was lifted in 2017 and 4 warning letters have been sent to Greece, Croatia, France and Bulgaria.

Suspensions

For Cohesion at this stage of the programming period 2007-2013 and after the submission of the closure packages for the 2007-2013 programmes by 31 March 2017, all suspensions of interim payments became void (as the interim claims have been replaced by final payment claims), so no new suspension decisions have been adopted by the Commission and no suspension decision have been repealed. The interruptions and suspension cases will be followed during the closure of the respective programme and the suspension decisions will be formally repealed after the closure of programmes.

The Member State is nevertheless required to take necessary actions to solve all identified deficiencies.

The Commission will end the suspension of all or part of the interim payments where the Member State has taken the necessary measures to enable the suspension to be lifted.

For **European Regional Development Fund /Cohesion Fund**, 3 2007-2013 operational programmes were suspended at the time of closure. The concerned Member States were informed that the suspension decision has become redundant at closure and that the underlying deficiencies or irregularities will be dealt within the course of the closure procedure. Final payments could only be processed once all outstanding issues have been dealt with.

For **European Social Fund (ESF)**, 7 operational programmes were suspended at the end of 2016, related to 2007-2013 programmes, of which 2 were lifted in the beginning of 2017 concerning Spain (Balears and Andalucia, following the confirmation of the Member State of the deduction of financial

3.2. Corrective actions

For Cohesion policy where the Commission identifies individual irregularities (including the ones of systemic nature) or serious deficiencies in the Member State management and control systems, it can apply financial corrections with the purpose of restoring a situation where all of the expenditure declared for co-financing from the **European Regional Development Fund, Cohesion Fund** or **European Social Fund** and reimbursed by the Commission is brought back in line with the applicable rules.

During the 2000-2006 and 2007-2013 programming periods, **Member States were able to replace irregular expenditure with new expenditure** if they took the necessary corrective actions and applied the related financial correction. If the Member State did not have such additional expenditure to declare, the financial correction resulted in a net correction (loss of funding). In contrast, a Commission financial correction decision had always a direct and net impact on the Member State: it had to pay the amount back and its envelope was reduced (i.e. the Member State could spend less money throughout the programming period).

3.3. Deficiencies in Member States' management and control identified and measures undertaken

As mentioned above, under shared management Member States are primarily responsible for the effective and efficient functioning of the management and control systems at national level. Nevertheless, the Commission seeks to ensure that the national systems better prevent errors before certification and takes a number of actions such as capacity building actions in Member States, pursuing further the single audit approach, carrying out complementary risk-based audits and exercising a strict supervision over programme management, using the available legal tools such as **interruptions, suspensions** and, where necessary, **financial corrections**.

During the 2007-2013 period, the Commission put in place targeted actions to improve the administrative capacity in the Member States, which continue under the 2014-2020 period. Cross-cutting initiatives to mitigate the main risks and weaknesses identified include notably:

A general administrative capacity initiative with the following measures already implemented or on-

going: corrections from an interim or the final payment). In addition a pre-suspension letter and a pre-correction letter have been sent before the closure process started to Germany and Slovakia.

Net corrections are rather the exception under the 2007-2013 framework, due to the legal framework and budget management type (reinforced preventive mechanism). The regulatory provisions for the 2014-2020 period significantly strengthen the Commission's position on protecting the EU budget from irregular expenditure. This is mainly due to the set-up of the new yearly based assurance model, which reduces the risk of having a material level of error. In fact, the new legal framework foresees an increased accountability for programme managing authorities which have to apply sound verifications on time for the submission of programme accounts each year. The Commission retains 10 % of each interim payment until the finalisation of all national control cycle. Timely identification of serious deficiencies in functioning of the management and control system and reporting of reliable error rates is in the Member States' best interest since the Commission shall make net financial corrections in case Member States have not appropriately addressed them before submitting annual accounts to the Commission.

going:

– **TAIEX REGIO PEER2PEER**, an exchange tool for regional policy practitioners/experts in Member States, which experienced great success throughout the year. In this framework, 130 exchanges were implemented by December 2017, involving 1 920 participants from 26 Member States (mainly from Lithuania, Czech Republic, Romania, Bulgaria and Croatia). These exchanges should help Member States increase the quality and the legality of spending and accelerate the absorption of Funds. A peer-to-peer exchange of expertise between authorities managing and implementing **European Regional Development Fund and Cohesion Fund** programmes¹⁹³.

– **A strategic training programme** for Managing, Certifying and Audit Authorities and Intermediate Bodies on the implementation of the 2014 – 2020 Regulations: 756 participants from all Member States have attended the 5 different training modules organised so far. In total 26 two-day training

sessions have been organised in the premises of DG REGIO

– **A Competency Framework** for efficient management and implementation of European Regional Development Fund and the Cohesion Fund, aimed at supporting further professionalization of the fund management. The framework is accompanied by a Self-Assessment Tool which is a flexible instrument enabling employees to self-assess the proficiency level for each competency required for their job. The assessment results can be aggregated at institution level thereby providing evidence for the preparation of Learning and Development Plans. Translations of the user guidelines and other support documents are now available in 21 EU languages

– **Prevention of fraud and corruption:** Organisation of 13 anti-fraud and anti-corruption conferences/workshops in different Member States, together with European Anti-Fraud Office, Migration and Home Affairs Directorate General (DG HOME), Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs Directorate General, (DG GROW), European Structural and Investment Funds (ESIF) DGs (DG AGRI, DG EMPL, DG MARE and DG REGIO) and in co-operation with Transparency International, focusing on awareness raising and practical tools and instruments to fight fraud and corruption like data mining tools, open data and intensified cooperation with civil society; **launch of a study on appropriate anti-fraud and anti-corruption practices** in the management of the Funds applied in the Member States which will be summarized in a handbook.

– **Pilot Integrity Pacts:** An Integrity Pact is an innovative tool developed by Transparency International to help governments, businesses and civil society fighting corruption in public contracting. It is based on an agreement between a contracting authority and economic operators bidding for public contracts that they will abstain from corrupt practices and will conduct a transparent procurement process. To ensure accountability and legitimacy, a civil society organisation will monitor that all parties comply with their commitments throughout the entire project lifecycle, i.e. as from the drafting of the terms of reference to the closure of the project. 17 pilot Integrity Pacts will be set up in 11 Member States (Bulgaria, Czech Republic, Greece, Hungary, Lithuania, Latvia, Slovenia, Portugal, Romania, Italy and Poland) as from 2016 and run for a period of four years. Integrity Pacts have been signed for all but one project in Portugal.

– **A dedicated action plan on public procurement** for strengthening capacity in that field in close cooperation with DG GROW, other European

Structural and Investment Funds DGs and European Investment Bank (EIB). The action plan includes 26 actions (13 closed; 13 on going). Some of them are:

– Public Procurement Guidance for Practitioners on the avoidance of errors in ESI funded projects. An updated guide taking into account the new Public Procurement directives is now available in English; all other language versions follow by end May.

– Monitoring of the ex-ante conditionality action plans on public procurement with a focus on those Member States which are still implementing their action plans.

– A public procurement stock-taking study including more than 50 good practice examples in public procurement across the EU, has been widely disseminated. A large follow up study on in-depth analysis of some good practice examples and their transferability to other Member States,

– Promotion of transparency and open data on public procurement.

– Two pilot projects in cooperation with the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) where support was given to Bulgaria and Slovakia for their implementation of their ex ante conditionality action plan on public procurement (especially training) and (in Slovakia) on preparation for an e-procurement strategy.

– Promotion of strategic procurement (smart, green, inclusive, small and medium-sized enterprises) in cohesion policy in cooperation with the Organisation for Economic Co-operation and Development.

– **A State aid action plan** designed in close cooperation with DG Competition. It aims at increasing awareness and understanding of the impact of state aid on cohesion policy, improving the co-operation between the various actors involved in the monitoring of State aid in the Member States, and providing pro-active support to the EU Member States and regions in the correct application of State aid rules. It includes measures for:

– Reviewing existing good practices and their dissemination.

– Strategic training programmes, including expert and country specific seminars.

– Exchanges between the Commission and Audit Authorities, for further dissemination of audit checklists adapted to the 2014 General Block Exemption Regulation (GBER) revisions.

– Tailor made assistance to Member States offering them expert support.

As regards **European Social Fund**, ineligible costs

continues to be the main source of error, together with ineligible projects / beneficiaries and then public procurement issues. The Commission has initiated

targeted measures to address root causes of errors in these areas.

3.4. Cumulative figures

3.4.1. Cohesion Policy: European Regional Development Fund and European Social Fund 2000-2006

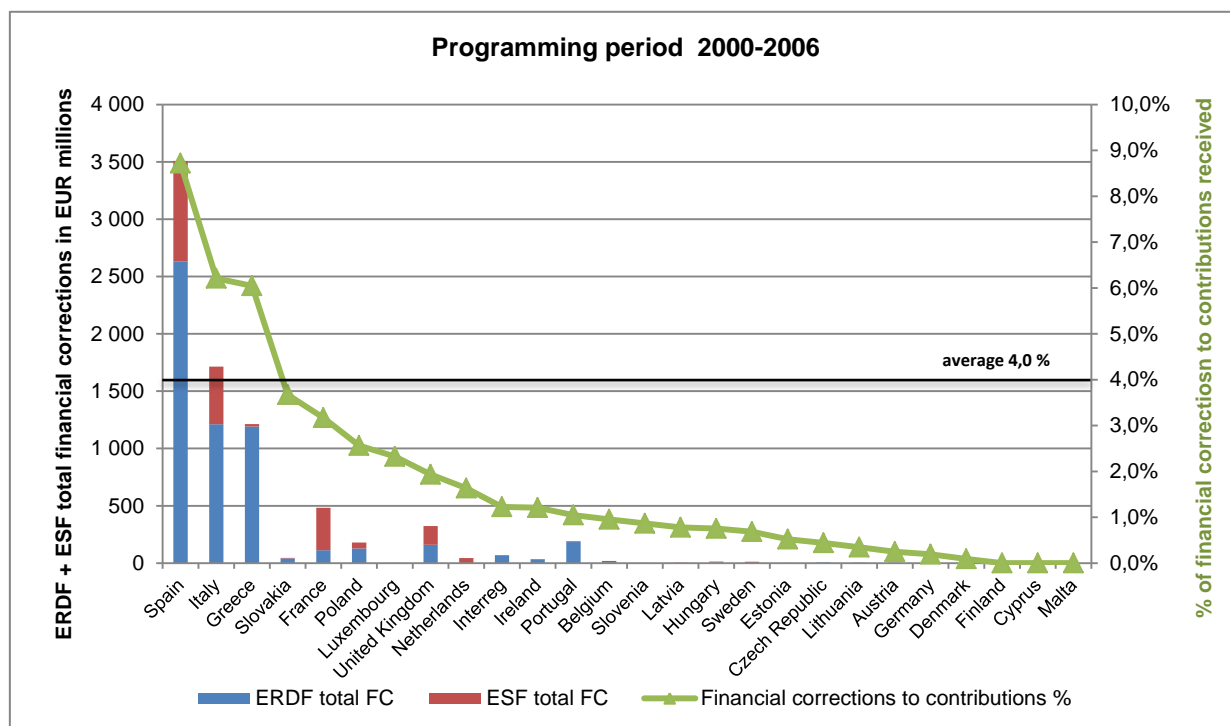
Member State	ERDF+ESF contribution amount	% of contribution amount to total contributions	Financial corrections confirmed	Percentage of financial corrections in relation to the ERDF+ESF contributions	Share of financial corrections imposed compared to total financial corrections
Belgium	1 979	1.0 %	19	1.0 %	0.2 %
Czech Republic	1 443	0.7 %	6	0.4 %	0.1 %
Denmark	608	0.3 %	1	0.1 %	0.0 %
Germany	27 387	13.8 %	53	0.2 %	0.7 %
Estonia	306	0.2 %	2	0.5 %	0.0 %
Ireland	3 003	1.5 %	36	1.2 %	0.5 %
Greece	20 054	10.1 %	1 212	6.0 %	15.3 %
Spain	40 229	20.3 %	3 508	8.7 %	44.3 %
France	15 224	7.7 %	483	3.2 %	6.1 %
Italy	27 612	14.0 %	1 715	6.2 %	21.6 %
Cyprus	52	0.0 %	0	0.0 %	0.0 %
Latvia	517	0.3 %	4	0.8 %	0.1 %
Lithuania	772	0.4 %	3	0.3 %	0.0 %
Luxembourg	80	0.0 %	2	2.3 %	0.0 %
Hungary	1 709	0.9 %	13	0.8 %	0.2 %
Malta	57	0.0 %	0	0.0 %	0.0 %
Netherlands	2 695	1.4 %	44	1.6 %	0.6 %
Austria	1 654	0.8 %	4	0.2 %	0.1 %
Poland	7 015	3.5 %	180	2.6 %	2.3 %
Portugal	18 149	9.2 %	190	1.0 %	2.4 %
Slovenia	218	0.1 %	2	0.9 %	0.0 %
Slovakia	1 225	0.6 %	45	3.7 %	0.6 %
Finland	1 824	0.9 %	0	0.0 %	0.0 %
Sweden	1 696	0.9 %	12	0.7 %	0.1 %
United Kingdom	16 739	8.5 %	324	1.9 %	4.1 %
Interreg	5 645	2.9 %	69	1.2 %	0.9 %
Total	197 893	100.0 %	7 925	4.0 %	100.0 %

Table 3.4.1: Programming period 2000-2006 - European Regional Development Fund & European Social Fund Financial corrections confirmed at 31 December 2017; Breakdown by Member State in EUR millions

For **European Regional Development Fund** the Commission has closed all the 379 programmes (compared to 378 at end of 2016). The last programme (OP Sicily) was closed in May 2017 after the official acceptance of the closure declaration by the Member State.

Financial corrections imposed by the Commission to all Member States cumulatively up to the end of 2017 are EUR 5.8 billion¹⁹⁴, representing around 4.5 % of the total allocations for all 2000-2006 programmes. This process can be broken down into EUR 4.1 billion of financial corrections during the life cycle of the programmes and another EUR 1.7 billion of financial corrections applied at closure of the programmes. The main Member States concerned are Spain (EUR 2.6 billion), Italy (EUR 1.2 billion) and Greece (EUR 1.2 billion).

For **European Social Fund**, the Commission has closed all 239 programmes proceeding to 29 partial and 210 full closures leaving remaining EUR 338 million which corresponds to EUR 100 million of suspended operations following judicial proceedings, and EUR 238 million of not released commitments related to ongoing financial correction procedures for Italy (Sicily). At the end of 2017, the total amount of financial corrections confirmed for 2000-2006 programming period - taking into account financial corrections in progress - amounted to EUR 2.4 billion, representing 3.5 % of the **European Social Fund** allocation. This process can be broken down into EUR 1.2 billion of financial corrections during the life cycle of the programmes and another EUR 1.2 billion applied at closure. Comparing to 2016, no new substantial financial corrections have been reported.



Graph 3.4.1: Member States' cumulative financial corrections confirmed at 31 December 2017 for European Regional Development Fund & European Social Fund programming period 2000-2006 as compared to contributions received

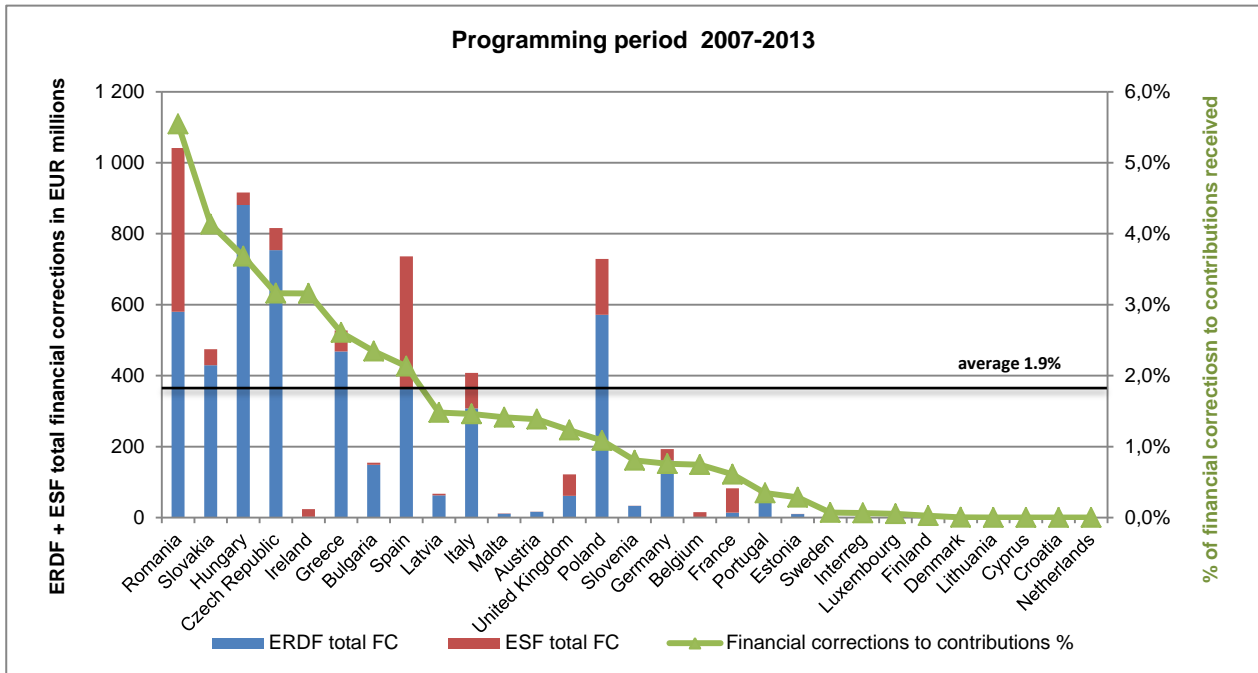
3.4.2. Cohesion Policy: European Regional Development Fund/Cohesion Fund & European Social Fund 2007-2013

The lower volume of financial corrections reflects the improved capacity of the management and control systems to detect problems and to correct errors before expenditure is declared to the Commission,

as reflected in the lower error rates for cohesion policy in the period 2007-2013 compared to the period 2000-2006. Reference is also made to the corrections made by Member States in this period.

Member State	ERDF/CF+ESF contribution amount	% of contribution amount to total contributions	Financial corrections confirmed	Percentage of financial corrections in relation to the ERDF/CF+ESF contributions	Share of financial corrections imposed compared to total financial corrections
Belgium	2 059	0.6 %	15	0.7 %	0.2 %
Bulgaria	6 595	1.9 %	155	2.3 %	2.4 %
Czech Republic	25 819	7.5 %	816	3.2 %	12.6 %
Denmark	510	0.1 %	0	0.0 %	0.0 %
Germany	25 458	7.4 %	193	0.8 %	3.0 %
Estonia	3 403	1.0 %	10	0.3 %	0.2 %
Ireland	751	0.2 %	24	3.2 %	0.4 %
Greece	20 210	5.8 %	527	2.6 %	8.2 %
Spain	34 521	10.0 %	736	2.1 %	11.4 %
France	13 546	3.9 %	83	0.6 %	1.3 %
Croatia	858	0.2 %	0	0.0 %	0.0 %
Italy	27 940	8.1 %	408	1.5 %	6.3 %
Cyprus	612	0.2 %	0	0.0 %	0.0 %
Latvia	4 530	1.3 %	67	1.5 %	1.0 %
Lithuania	6 775	2.0 %	0	0.0 %	0.0 %
Luxembourg	50	0.0 %	0	0.1 %	0.0 %
Hungary	24 893	7.2 %	916	3.7 %	14.2 %
Malta	840	0.2 %	12	1.4 %	0.2 %
Netherlands	1 660	0.5 %	0	0.0 %	0.0 %
Austria	1 170	0.3 %	16	1.4 %	0.3 %
Poland	67 186	19.4 %	729	1.1 %	11.3 %
Portugal	21 412	6.2 %	74	0.3 %	1.2 %
Romania	18 782	5.4 %	1 041	5.5 %	16.1 %
Slovenia	4 101	1.2 %	33	0.8 %	0.5 %
Slovakia	11 483	3.3 %	474	4.1 %	7.3 %
Finland	1 596	0.5 %	0	0.0 %	0.0 %
Sweden	1 626	0.5 %	1	0.1 %	0.0 %
United Kingdom	9 878	2.9 %	122	1.2 %	1.9 %
Interreg	7 956	2.3 %	5	0.1 %	0.1 %
Total	346 220	100.0 %	6 459	1.9 %	100.0 %

Table 3.4.2: Programming period 2007-2013 – European Regional Development Fund/Cohesion Fund & European Social Fund
Financial corrections confirmed at 31 December 2017; Breakdown by Member State in EUR millions. As 2007-2013 programmes are multi-funds, no split is given between European Regional Development Fund and Cohesion Fund in the above table.



Graph 3.4.2: Member States' cumulative financial corrections confirmed at 31 December 2017 for European Regional Development Fund/Cohesion Fund & European Social Fund programming period 2007-2013 as compared to contributions received

For **European Regional Development Fund/Cohesion Fund** programmes, the Commission has imposed around EUR 4.9 billion of financial corrections¹⁹⁵ cumulatively since the beginning of the 2007-2013 programming period (which includes EUR 1.4 billion of financial corrections applied by the Member States before or at the same time of declaring the expenditure to the Commission as a result of requested remedial actions). The main Member States concerned are Hungary (EUR 880 million), Czech Republic (EUR 754 million), Romania (EUR 580 million),

Poland (EUR 570 million), Greece (EUR 468 million), Slovakia (EUR 429 million), Spain (EUR 362 million) and Italy (EUR 307 million).

For **European Social Fund**, the Member States with the highest level of cumulative amount of financial corrections confirmed are Romania (EUR 461 million), Spain (EUR 374 million) and Poland (EUR 158 million). At this stage of the implementation and at closure of the programmes the cumulative amount of financial corrections stands at EUR 1.5 billion representing 2 % of the **European Social Fund** allocation.

3.5. Member States corrections

Under the regulations for the 2007-2013 programming period, Member States have to report annually to the Commission the corrections¹⁹⁶ stemming from all controls performed. The Commission has performed risk-based audits and

desk reviews to test the reliability of these figures as part of its assurance process and the Member States' audit authorities have assessed the reliability of these financial corrections in the context of their audit opinion provided at closure.

Member State	ERDF/CF	ESF	EFF	Total
Belgium	4.8	31.9	0.0	36.7
Bulgaria	106.6	10.0	-	116.6
Czech Republic	387.6	14.8	0.3	402.7
Denmark	0.8	0.2	1.1	2.0
Germany	466.2	258.5	1.9	726.6
Estonia	25.5	1.1	2.8	29.4
Ireland	5.5	30.1	0.2	35.8
Greece	677.4	74.3	77.2	828.9
Spain	1 273.6	513.4	60.3	1 847.3
France	227.4	111.2	4.7	343.3
Croatia	2.1	0.4	0.0	2.5
Italy	546.0	143.5	11.6	701.1
Cyprus	9.2	1.9	0.7	11.8
Latvia	49.1	2.8	1.9	53.8
Lithuania	20.6	1.2	1.8	23.7
Luxembourg	0.0	0.2	-	0.2
Hungary	546.7	6.7	0.1	553.5
Malta	0.0	-	0.1	0.1
Netherlands	24.3	6.1	6.8	37.2
Austria	18.1	6.0	0.1	24.2
Poland	713.0	11.6	6.5	731.1
Portugal	262.7	63.8	14.6	341.0
Romania	382.7	85.7	24.3	492.8
Slovenia	105.1	-	0.0	105.2
Slovakia	127.3	16.3	0.9	144.5
Finland	2.8	1.0	1.0	4.8
Sweden	8.3	2.3	0.4	11.0
United Kingdom	238.0	82.2	8.1	328.2
Cross-border	58.7	-	-	58.7
Total implemented	6 290.1	1 477.1	227.6	7 994.8

Table 3.5.1: Cumulative corrections at end 2017 reported by Member States for Cohesion Policy period 2007-2013¹⁹⁷ in EUR millions

It is highlighted that the Commission has taken a prudent approach¹⁹⁸, due to certain weaknesses in the Member State figures, so as to ensure that the amounts are not overstated – as a result some of them may in reality be higher. This, however, has no impact on the reliability of the Commission's own

figures. The cumulative amounts (above) in question are very significant and when added to the results of the Commission's work, give a very clear indication of the success of the controls put in place by both parties.

Financial corrections declared by the Member States for Cohesion Policy period 2014-2020¹⁹⁹

In February 2018 the Member State authorities submitted certified accounts for the accounting year 1 July 2016 to 30 June 2017. According to the information received in the assurance packages, following the results of audit of operations, for **European Regional Development Fund /Cohesion Fund** the Member States have applied

financial corrections totalling EUR 97 million. The financial corrections imposed for **European Social Fund/Youth Employment Initiative** and the **Fund for European Aid to the most Deprived** amounted to EUR 190 million. No financial corrections were reported for **European Maritime and Fisheries Fund** in 2017.

Member State	ERDF/CF	ESF- YEI/FEAD	Total
Belgium	0.1	0.2	0.3
Bulgaria	2.2	0.1	2.2
Czech Republic	15.2	0.0	15.2
Denmark	-	0.0	0.0
Germany	1.6	4.2	5.8
Estonia	0.6	0.2	0.9
Ireland	0.0	-	0.0
Greece	7.5	11.8	19.3
Spain	-	0.5	0.5
France	2.7	1.3	3.9
Croatia	-	0.0	0.0
Italy	0.9	1.4	2.3
Cyprus	0.0	-	0.0
Latvia	0.0	0.0	0.0
Lithuania	12.8	5.9	18.7
Hungary	8.4	2.2	10.6
Poland	26.0	7.8	33.8
Portugal	2.0	1.9	3.8
Romania	-	0.2	0.2
Slovenia	-	0.0	0.0
Slovakia	16.3	153.2	169.4
Finland	0.2	0.0	0.2
Sweden	-	0.0	0.0
United Kingdom	0.1	0.0	0.1
Territorial Cooperation	0.8	-	0.8
Total implemented	97.3	190.7	288.0

Table 3.5.2: Financial corrections for the accounting year 1/07/2016 to 30/06/2017 reported by Member States for Cohesion Policy period 2014-2020²⁰⁰ in EUR millions

4. Direct and indirect management

For direct and indirect management expenditure, the Commission has control frameworks in place to prevent, detect, correct and thus deter irregularities at the different stages of the grant management process in order to achieve both operational and financial objectives. An overview of the controls made in two key areas of direct and indirect management expenditure, research and international aid, is given below.

For **Research expenditure**, the control framework applicable to both direct²⁰¹ and indirect²⁰² management modes starts with the development of a work programme, which goes through a wide-ranging consultation process to ensure that it best meets the expectations of all stakeholders and will maximise the research outcome. Following the evaluation of proposals, further controls are then carried out as the selected proposals are translated into legally binding contracts. Project implementation is monitored throughout the lifetime of the project. Payments against cost claims are all subject to ex-ante checks according to standard procedures, which include an audit certificate given by a qualified auditor. As well as standard controls, additional, targeted, controls can also be carried out according to the information received and the risk of the transaction.

A main source of assurance comes from in-depth ex-post checks carried out on a sample of claims, at the beneficiaries' premises, after costs have been incurred and declared. A large number of these in-depth checks are carried out over the lifetime of the programme. Any amounts paid in excess of what is

due are recovered, and systemic errors are extended to all ongoing participations of a beneficiary.

In the field of **International Cooperation and Development**, the Commission has established a control framework to prevent, detect, correct and thus deter irregularities at the different stages of the implementation of funding, applicable to both management modes (direct and indirect²⁰³) used for this implementation. This strategy starts from the choice of the most appropriate tool when drafting the planning documents and the financial decisions, and translates into the actual checks carried out at all stages of the implementation. From the point of view of financial control, the system is made up of a number of instruments systematically applied to the implementation of contracts and grants for all management modes: ex-ante checks on payments, audits carried out by the Commission and foreseen in an audit plan, expenditure verifications carried out prior to payments by beneficiaries of grants, verification missions to international organisations and an overall ex-post control on the basis of the Residual Error Rate study carried out every year.

The EU financial interests are therefore safeguarded, in addition to all the other possible means offered by the Financial Regulation, by the Commission's ex-ante control of individual transactions as well as subsequent controls or audits, and by the resulting recovery of any unduly disbursed funds where the agreed procedures have not been respected, or where the activities were not eligible for EU financing.

5. Detailed financial corrections and recoveries information

5.1. Net financial corrections 2017

Confirmed

MFF Heading	Net financial corrections confirmed in 2017*	Financial corrections with replacement of expenditure and other corrections confirmed in 2017	Total financial corrections <u>confirmed</u> in 2017
Smart & inclusive growth	(139)	649	510
ERDF**	(141)	387	246
Cohesion Fund	1	197	198
ESF	0	65	65
Sustainable growth: natural resources	939	275	1 214
EAGF***	710	275	985
Rural Development	225	-	225
FIFG/EFF	4	0	4
EAGGF Guidance	-	-	0
Security & citizenship	0	6	6
Migration and home affairs	0	6	6
Total	800	929	1 729

Table: in EUR millions

* A total of EUR 314 million remain to be classified and is treated as non-net corrections in this table.

** The negative amount for European Regional Development Fund is due to Court of Justice ruling(s) cancelling a number of regional policy financial correction decisions for the 1994-99 period.

*** For the purpose of calculating its corrective capacity in the Annual Activity Report, DG AGRI takes into account only the amounts related to conformity clearance decisions adopted by the Commission and published in the Official Journal of the EU and deducts corrections in respect of cross-compliance as well as other corrections not relevant to current expenditure. For details on the methodology used for financial year 2017, see 2017 Annual Activity Report of DG AGRI, point 2.1.1.3.1.

Implemented

MFF Heading	Net financial corrections implemented in 2017	Financial corrections with replacement of expenditure and other corrections implemented in 2017	Total financial corrections <u>implemented</u> in 2017
Smart & inclusive growth	(100)	543	443
ERDF*	(141)	311	170
Cohesion Fund	41	209	250
ESF	0	23	23
Sustainable growth: natural resources	1 283	277	1 560
EAGF	943	274	1 217
Rural Development	248	-	248
FIFG/EFF	92	3	95
EAGGF Guidance	-	-	-
Security & citizenship	0	6	6
Migration & home affairs	0	6	6
Total	1 183	825	2 008

Table: in EUR millions

* The negative amount for European Regional Development Fund is due to Court of Justice ruling(s) cancelling a number of regional policy financial correction decisions for the 1994-99 period.

The impact of the correction mechanism varies depending on the budget implementation type, the sectorial management and the financial rules of the

policy area. In all cases, the correction mechanisms aim at protecting the EU budget from expenditure incurred in breach of law.

5.2. Breakdown of flat-rate²⁰⁴ corrections 2017

Flat rate corrections are a valuable tool that is used when the related amount cannot be quantified on the basis of a representative statistical sample or when the impact on expenditure of individual errors cannot be quantified precisely. However, this means that the

Member State subject to a flat correction normally bears the financial consequences as these corrections are not directly linked to individual irregularities at project level, i.e. there is no individual final beneficiary to recover monies from.

	Total financial corrections confirmed in 2017	Flat-rate financial corrections* confirmed in 2017	Total financial corrections implemented in 2017	Flat-rate financial corrections* implemented in 2017
Agriculture				
EAGF	985	278	1 217	458
EAFRD	225	89	248	191
Cohesion				
ERDF & CF**	444	(3)	420	130
ESF	65	44	23	2
EFF/FIFG	4	-	95	-
Internal policies	6	5	6	5
Total	1 729	414	2 008	787

Table: in EUR millions

* Includes extrapolated corrections.

** Breakdown of flat-rate corrections available only for MFF 2007-2013.

5.3. Breakdown of financial corrections made at source 2017

At source financial corrections are applied by the Member State authorities before or at the same time that new expenditure is declared to the Commission. In the majority of the cases they are the result of flat

rate corrections imposed for deficiencies in the management and control system, identified following the Commission audits²⁰⁵.

Member State	At source financial corrections confirmed in 2017	At source financial corrections implemented in 2017
Belgium	0.2	(3.3)
Bulgaria	(0.3)	0.0
Czech Republic	0.1	0.1
Germany	0.0	0.0
Ireland	0.1	0.1
Greece	6.8	6.8
Spain	1.9	1.9
France	178.6	178.6
Croatia	0.0	0.0
Italy	60.0	60.0
Cyprus	1.1	0.0
Lithuania	0.1	0.1
Hungary	3.6	65.1
Netherlands	0.4	0.4
Austria	0.2	0.2
Poland	0.0	2.2
Portugal	0.0	0.0
Romania	12.6	13.0
Sweden	1.8	1.8
United Kingdom	25.4	25.4
Total	292.4	352.3

Table: in EUR millions

In 2017, the main financial corrections at source concern **European Agricultural Guarantee Fund**.

The most significant confirmed corrections at source

concern France (EUR 178.6 million) and Italy (EUR 60 million).

5.4. Breakdown by Member State: Financial corrections in 2017 compared to EU payments received

Member State	Payments received from the EU budget in 2017 (EUR million)	Financial corrections confirmed in 2017 (EUR million)	Financial corrections confirmed in 2017 % as compared to payments received from the EU budget in 2017	Financial corrections implemented in 2017 (EUR million)	Financial corrections implemented in 2017 as % of payments received from the EU budget in 2017
Belgium	949	1	0.1 %	0	0.0 %
Bulgaria	1 702	28	1.7 %	46	2.7 %
Czech Republic	3 975	3	0.1 %	12	0.3 %
Denmark	1 074	3	0.3 %	5	0.4 %
Germany	8 569	(181)	(2.1 %)	(108)	(1.3 %)
Estonia	618	0	0.0 %	0	0.0 %
Ireland	1 580	2	0.1 %	0	0.0 %
Greece	4 595	103	2.3 %	7	0.2 %
Spain	9 348	72	0.8 %	314	3.4 %
France	11 358	495	4.4 %	776	6.8 %
Croatia	852	1	0.1 %	0	0.0 %
Italy	8 481	502	5.9 %	258	3.0 %
Cyprus	190	1	0.7 %	1	0.7 %
Latvia	709	21	2.9 %	0	0.0 %
Lithuania	1 413	16	1.1 %	11	0.8 %
Luxembourg	60	2	2.8 %	1	2.4 %
Hungary	4 190	108	2.6 %	125	3.0 %
Malta	125	0	0.0 %	0	0.0 %
Netherlands	1 130	6	0.5 %	3	0.3 %
Austria	1 347	2	0.1 %	10	0.7 %
Poland	12 815	542	4.2 %	315	2.5 %
Portugal	4 085	14	0.3 %	122	3.0 %
Romania	5 175	(79)	(1.5 %)	16	0.3 %
Slovenia	441	0	0.0 %	1	0.2 %
Slovakia	1 615	2	0.1 %	21	1.3 %
Finland	1 159	3	0.3 %	2	0.1 %
Sweden	1 121	2	0.2 %	3	0.3 %
United Kingdom	4 582	48	1.1 %	54	1.2 %
INTERREG	67	12	18.0 %	11	15.8 %
Total	93 326	1 729	1.9 %	2 008	2.2 %

Table: in EUR millions

Negative amounts displayed in the above table may be due to Court of Justice judgements annulling financial correction decisions.

5.5. Agricultural amounts recovered from final beneficiaries by the Member States in 2017 and used in the calculation of the corrective capacity

Member State	EAGF	EAFRD	Total 2017
Belgium	2.3	0.3	2.6
Bulgaria	1.4	2.1	3.5
Czech Republic	0.6	1.4	2.0
Denmark	3.7	1.0	4.7
Germany	16.1	5.7	21.8
Estonia	0.4	1.1	1.5
Ireland	3.8	2.1	5.9
Greece	7.6	8.6	16.1
Spain	12.6	5.3	17.8
France	12.8	3.1	15.9
Croatia	1.0	2.1	3.1
Italy	17.4	18.8	36.2
Cyprus	0.2	0.0	0.2
Latvia	0.3	1.3	1.6
Lithuania	1.4	1.7	3.0
Luxembourg	0.1	0.1	0.3
Hungary	4.1	3.3	7.4
Malta	0.4	1.6	2.1
Netherlands	5.6	0.5	6.1
Austria	5.8	4.6	10.4
Poland	4.8	9.5	14.3
Portugal	4.4	12.7	17.1
Romania	15.6	17.3	32.9
Slovenia	0.7	0.7	1.5
Slovakia	1.3	1.5	2.7
Finland	0.7	0.9	1.7
Sweden	0.4	0.6	1.0
United Kingdom	5.1	5.5	10.6
Total	130.7	113.2	243.9

Table: in EUR millions

The recovered amounts presented above reflect the data used in order to calculate the corrective capacity from recoveries, but include also recoveries due to cross compliance infringements. These amounts are treated as assigned revenue for European Agricultural Guarantee Fund, while the amounts recovered for European Agricultural Fund for Rural Development can be reallocated to the programme concerned.

For **European Agricultural Fund for Rural Development** (2007-2013 and 2014-2020 programming periods), the figures are taken from the debtors' ledger (recovered amount and interest). For

European Agricultural Guarantee Fund, the amounts are taken from the EU accounts, as they are declared by the Member States with their monthly declarations.

Annex 5: Assurance provided by the Internal Audit Service

The Commission also based its assurance on the work done by the Internal Audit Service (IAS), its principal findings and recommendations, and information from the Audit Progress Committee (APC). The Committee supports the Commission in ensuring the independence of the internal auditor and that audit recommendations are properly taken into account and receive appropriate follow-up.

The Internal Audit Service has provided in its 2017 Internal Audit Report according to Article 99 (3) of the Financial Regulation conclusions on performance audits completed in 2017, made reference to the overall opinion on financial management for the year 2017 and reported on progress in implementing its audit recommendations.

The Internal Audit Service concluded that 95 % of the recommendations followed up during 2013-2017 had been effectively implemented by the auditees. Of the 359 recommendations still in progress at the cut-off date of 31 January 2018 (representing 20% of the total number of accepted recommendations over the past five years), one was classified as critical²⁰⁶ and 133 as very important. Out of these 134 recommendations rated critical or very important, 12 very important were overdue by more than six months at the end of 2017, representing 0.7 % of the total number of accepted recommendations of the past five years. The Internal Audit Service's follow-up work confirmed that, overall, recommendations are being implemented satisfactorily and the control systems in the audited departments are improving.

The Internal Audit Service continued to carry out performance audits in 2017 as part of its work programme in response to the Commission's move towards a performance-based culture and greater focus on value for money. The Internal Audit Service conclusions on these audits related to:

(i) Performance management and measurement:

- Governance-related issues: Following the administrative reform of 2000, the Commission made significant advances in strengthening its accountability, responsibility and assurance building processes. The decentralised model of

financial management is well understood and embedded in the culture of the organisation and clear accountability instruments are in place together with a robust assurance building process. Furthermore, in October 2017 the Commission adopted a Communication on governance in the European Commission. Nevertheless, the Internal Audit Service identified the need for proportionate improvements at corporate level, in particular as regards risk management and more general aspects of the current governance arrangements, including IT governance.

- Production process and the quality of statistics not produced by Eurostat: the Internal Audit Service concluded that the framework currently in place in the Commission is not robust enough to ensure that the quality of the statistics not produced by Eurostat which are used by the DGs/Services to support their key policies and report on their performance is of a satisfactory quality overall.
- HR management: the Internal Audit Service concluded that the DGs and Executive Agencies have taken adequate measures to manage the HR challenges to which they are confronted, but also identified significant areas for improvement as regards strategic HR management (DG HOME and EACEA) and the allocation of HR (DG HOME and DG JUST).
- IT management: several IT audits concluded that there is room for improving the effectiveness of IT security in the Commission in specific areas at *corporate* level (DG DIGIT: although the preventive controls are adequately designed and effective, the level of maturity varies between the different technologies analysed; in addition, there are significant weaknesses as regards integrity controls) or *operational* level (DG ENER, European Anti-fraud office).
- Other non-financial processes: Internal Audit Service audits showed that further actions and improvements are necessary to increase the overall performance of the audited processes in specific areas (e.g. the current corporate framework on the cost effectiveness of controls; the management of agricultural markets, including market crises, by DG AGRI; the food safety crisis preparedness by DG SANTE; the cooperation of the Commission with the national courts in the enforcement of EU antitrust policy; the efficiency and effectiveness of complaints

handling as part of the enforcement of EU environmental law by DG ENV; the implementation of scientific projects management activities of JRC; staff awareness on how to deal with social media and interest representatives as part of the ethics rules and obligations in European Anti-fraud office).

(ii) Performance in implementing budget operational and administrative appropriations

- Direct management: Based on the audits of performance in implementing budget operational and administrative appropriations, the Internal Audit Service did not identify significant performance weaknesses in the area of directly managed funds.

However, the Internal Audit Service identified specific improvements to be made in the areas of:

- Indirect management: several audits focused on the supervision arrangements in place in the DGs and Services revealed significant performance issues (e.g. lack of clearly defined supervision strategy for Shift2Rail (S2R) by DG MOVE, DG DEVCO's monitoring of and supervision on the operational performance of the international financial institution's (IFIs) entrusted with the management of investment facilities)
- Shared management: several audits assessed programme and project management processes and revealed several significant performance weaknesses some of which may endanger the achievement of the policy objectives (e.g. the consistency, effectiveness and timeliness of the operational programmes (OP) amendment process by DGs REGIO, EMPL and MARE, through which Member States can re-orient the delivery mechanisms for implementing OPs; the mechanisms to ensure consistency between the policy preparation and the implementation of funding for youth employment initiatives managed by DG EMPL; the performance measurement and reporting of the Fund for European Aid to the most Deprived (FEAD) managed by DG EMPL; the process for the approval and early monitoring of major projects supported by the European Regional Development Fund and the Cohesion Fund managed by DG REGIO).

In addition, the Internal Audit Service issued **limited conclusions on the state of internal control** to every DG and department in February 2018 based on its audit work undertaken between 2015 and 2017. These conclusions were intended to contribute to the 2017 Annual Activity Reports of the DGs and departments

concerned. The conclusions draw particular attention to all open recommendations rated 'critical' or the combined effect of a number of recommendations rated 'very important' and in four cases (DG CLIMA, DG DEVCO, SRSS and EACEA) the Internal Audit Service stated that the DG, service or agency concerned should duly assess if they require the issuance of a reservation in the respective Annual Activity Report. In three cases (DG CLIMA, DG DEVCO and EACEA) the DGs/agency issued such reservations in line with Internal Audit Service limited conclusions:

- DG CLIMA with regard to the delay observed in the implementation of one very important IT security related recommendation (on the management of the security of the EU ETS IT system), which exposes the DG to the risk of security breaches;
- DG DEVCO with regard to the delay observed in the implementation of one very important recommendation issued in the context of the audit on the management of the African Peace Facility;
- EACEA with regard to one critical and a number of very important recommendations issued in the context of the audit on Erasmus+ and Creative Europe – grant management phase 1. Following the action taken by the Agency, the rating of the critical recommendation has been downgraded to 'very important' after a follow-up engagement performed by the Internal Audit Service in March 2018.

In the case of the Structural Reform Support Service (SRSS), the Internal Audit Service drew particular attention to the SRSS to the public procurement issues identified in an audit on financial management in the SRSS and indicated that the service should duly assess if these require a reservation in the Annual Activity Report. On the basis of the existing corporate guidelines, the service concluded that there was no basis for a financial reservation and no need for a reservation in the Annual Activity Report on reputational grounds as the reputational risks identified did not materialise. The Annual Activity Report agreed with this assessment.

As required by its mission charter, the Commission's internal auditor also submitted an **overall opinion**, which is based on the audit work in the area of financial management in the Commission carried out by the Internal Audit Service during the previous three years (2015-2017) and also takes into account information from other sources, namely the reports from the European Court of Auditors. Based on this audit information, the internal auditor considered that, in 2017, the Commission had put in place governance, risk management and internal control procedures which, taken as a whole, are adequate to

give reasonable assurance on the achievement of its financial objectives. However, the overall opinion is qualified with regard to the reservations made in the Authorising Officers by Delegations' Declarations of Assurance and issued in their respective Annual Activity Reports.

In arriving at the overall opinion, the internal auditor also considered the combined impact of all amounts estimated to be at risk at payment as calculated by the Authorising Officers by Delegation, as these go beyond the amounts put under reservation. The overall amounts at risk are the best estimation of Authorising Officers by Delegation for the amount of the expenditure authorised not in conformity with the applicable contractual and regulatory provisions at the time of the payment in 2017. In their 2017 Annual Activity Reports, the DGs estimate the amounts at risk at payment. Taken together, these correspond to an overall amount below materiality of 2%, as defined in the instructions for the preparation of the 2017 Annual Activity Reports, of all executed payments in the Commission budget, the European Development Fund and the EU Trust Funds in 2017. These amounts at risk at payment in 2017 do not yet include any financial corrections and recoveries related to deficiencies and errors the DGs will detect and correct in the next years due to the multi-annual corrective mechanisms built into the Commission's internal control systems.

Given these elements, the internal auditor considers that the EU budget is therefore adequately protected in total and over time.

Without further qualifying the opinion, the internal auditor added an 'emphasis of matter' highlighting issues that require particular attention as follows:

Supervision strategies regarding third parties implementing policies and programmes

Although it remains fully responsible for ensuring the legality and regularity of expenditure and sound financial management (and also the achievement of policy objectives), the Commission is increasingly relying on third parties to implement its programmes. This is mostly done by delegating the implementation of the EC operational budget (under indirect management mode) or certain tasks to third

countries, international organisations or international financial institutions, national authorities and agencies, Joint Undertakings, non-EU bodies and EU Decentralised Agencies. Moreover, in some policy areas, greater use is progressively made of financial instruments under the current 2014-2020 MFF. Such instruments and alternative funding mechanisms entail specific challenges and risks for the Commission, as also highlighted by the ECA.

To fulfil their overall responsibilities, the operational DGs have to oversee the implementation of the programmes and policies and provide guidance and assistance where needed. The DGs therefore have to define and implement adequate, effective and efficient supervision/monitoring/reporting activities to ensure that the delegated entities and other partners effectively implement the programmes, adequately protect the financial interests of the EU, comply with the delegation agreements, when applicable, and that any potential issue is addressed as soon as possible.

The Internal Audit Service recommended in a number of audits that certain DGs' control and supervisory strategies should set out more clearly their priorities and needs as regards obtaining assurance on sound financial management in those EU and non-EU bodies. In particular, the control strategies did not sufficiently take into account the different risks involved in entrusting tasks to the delegated entities and independent sources were not effectively used to build up the assurance. These DGs should undertake more effective and efficient supervisory activities.

Furthermore, the objectives of the supervisory/monitoring/reporting activities and how to assess their effectiveness were not sufficiently clear and controls on these activities were limited in practice.

The Internal Audit Service notes the initiatives undertaken by the central services as well as the action plans developed following the recommendations from Internal Audit Service by the partner DGs to mitigate the risks related to the relations with their decentralised agencies and implementing bodies on among other things, monitoring programming, performance and budgetary issues.

Annex 6: Compliance with payment time limits (Article 111 5 RAP)²⁰⁷

The **statutory time limits** for payments are laid down in the main body of the Financial Regulation²⁰⁸. There are also some exceptionally applied time limits which are detailed in sector-specific regulations.

Article 92 of the Financial Regulation foresees that payments to creditors must be made within deadlines of 30, 60 or 90 days, depending on how demanding and complex it is to test the deliverables against the contractual obligations. Most of the payments have to be executed within 30 days; this represents in volume a global average of: 87 % in 2015 and 2016, 89 % in 2017. For contracts and grant agreements for which payment depends on the approval of a report

²¹⁰ In accordance with the applicable rules, the payment times reported in this annex have been calculated as follows:

For payments related to contracts and grant agreements signed before 2013 the time limits specified in the Financial Regulation of 2007 are applied

- where the payment is contingent upon the approval of a report. the time from approval of the report until payment;

or a certificate, the time limit for the purposes of the payment periods is no longer automatically suspended until the report or certificate in question has been approved.

The period of two months remains valid for payments under Article 87 of the Regulation of the European Parliament and the Council²⁰⁹ laying down the general provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund and the Cohesion Fund.

Compliance with payment time limits has been reported by the Commission departments in their Annual Activity Reports since 2007

- where no report is required. the time from reception of the payment request until payment

For payments related to contracts and grant agreements signed as from 2013, the Financial Regulation of 2012 is applied:

- where no report is required and where the payment is contingent upon the approval of a report, the time from reception of the payment request until payment

The **Commission's global average payment time** is monitored by the Accounting Officer. It has evolved as follows in recent years:

All time limits combined	2015	2016	2017
Global average net payment time	24.9 days	21.4 days	20.4 days
Global average gross payment time	28.6 days	24.9 days	23.3 days

The data shows that the global average net payment time of the Commission departments has been **below 30 days for the last 3 years** for all time limits combined and has steadily decreased since 2016. They are encouraged to continue their efforts in this regard and to implement follow up measures whenever payment time problems are identified. The global average gross payment time is newly provided following a recommendation from the Ombudsman. It represents the average time to pay including any period of suspension

The table below illustrates the evolution of the “**late payments**”, i.e. *payments made after expiry of the statutory time limit in recent years* for all payments combined. The data used has been extracted from the corporate accounting system:

All time limits combined	2015	2016	2017
Late payments in number	17.9 %	12.4 %	10.4 %
Late payments in value	17.5 %	8.5 %	3.1 %
Average number of overdue days ²¹¹	39.5 days	39.1 days	39.6 days

The number of late payments and the amounts associated with them have decreased significantly since 2016. This result is believed to be linked to the more stringent requirements associated with the 2012 Financial Regulation. Another reason is associated with the sufficient availability of payment appropriations. The average number of overdue days (delays calculated in days), for all time limits combined is stabilized since 3 years.

Concerning the **interest paid for late payments**²¹² (see figures in the table below) **the total amount paid by the Commission in 2017 increased compared to 2016**. This is mainly the consequence of interest paid by the Development department after a Court case (which had been provisioned). The abnormally high amount of interest paid in 2015 was mainly due to the lack of payment appropriations.

	2015	2016	2017
Interest paid for late payments	EUR 2 064 949.02	EUR 685 645.20	EUR 824 420.68

In general, payments delays and interest paid are a consequence of payment shortages. For that reason, the Budget department has summarised some possible measures which could be applied by the Authorising Officer to actively manage payment appropriations

Other **causes of late payments** include the complexities of evaluating the supporting documents that are a prerequisite for all payments. This is particularly onerous when the supporting documents are reports of a technical nature (in average 13 % of the payments in 2015 and 2016, 11 % in 2017) that sometimes have to be assessed by external experts. Other causes are associated with difficulties

in coordinating the financial and operational checks of payment requests, and issues with the management of payment suspensions

*The 2009 Communication establishing Commission-internal payment targets provided a clear incentive to services to reduce their payment times. There is scope for reducing payment times further. When setting up action plans in this area, services' should focus on further reducing late payments from their current levels of 10.4 % of payments in terms of their number, 3.1 % of their value. **The aim should be to meet the statutory payment time for every payment***

The table that follows gives a detailed overview of the suspensions of payment:

	2015	2016	2017
Total number of suspensions	27 254	26 595	26 173

Suspensions are a tool that allows the responsible authorising officer to withhold temporarily the execution of a payment because the amount is not due, because of the absence of appropriate supporting documentation or because there are doubts on the eligibility of the expenditure concerned. It is a basic tool for the authorising officer in the payment process towards avoiding irregular or erroneous payments and fundamental towards ensuring sound financial management and protecting the Union's financial interest.

Annex 7: Summary of Waivers of recoveries of established amounts receivable (Article 91 5 RAP)

In accordance with Article 91 (5) of the Rules of Application, the Commission is required to report each year to the budgetary authority, in an annex to the summary of the Annual Activity Reports, on the waivers of recovery involving 100 000 EUR or more

The following tables show the total amounts and the number of waivers above 100 000 EUR, per department, for the financial year 2017

EU budget:

Department	Amount of waivers, in EUR	Number of waivers
Agriculture	659 157.56	1
Communication Networks	140 792.06	1
Development	4 719 147.50	8
Education, Audiovisual and Culture Executive Agency	245 000.00	2
Employment	403 588.74	2
Energy	605 481.50	2
Neighbourhood	136 236.00	1
Research	234 338.50	2
Total:	7 143 741.86	19

European Development Fund:

Department	Amount of waivers. in EUR	Number of waivers
European Development Fund	3 074 817.44	9

Guarantee Fund:

Department	Amount of waivers. in EUR	Number of waivers
Guarantee Fund (Research 7 th Framework Programme & Horizon 2020)	1 928 183.77	12

Annex 8: Report on negotiated procedures (Article 53 RAP)

1. Legal basis

Article 53 of the Rules of Application of the Financial Regulation requires Authorising Officers by Delegation to record contracts concluded under negotiated procedures. Furthermore, the Commission is required to annex a report on negotiated procedures to the summary of the Annual Activity Reports referred to in Article 66 (9) of the Financial Regulation.

2. Methodology

A distinction has been made between the 47 departments which normally do not provide external aid, and those three departments (DEVCO, NEAR and FPI) which conclude procurement contracts in the area of external relations (different legal basis: Chapter 3 of Title IV of Part Two of the Financial Regulation) or award contracts on their own account, but outside of the territory of the European Union.

These three departments have special characteristics as regards data collection (decentralised services, ...), the total number of contracts concluded, thresholds to be applied for the recording of negotiated procedures (EUR 20 000), as well as the possibility to have recourse to negotiated procedures in the framework of the rapid reaction mechanism (extreme urgency). For these reasons, a separate approach has been used for procurement contracts of these three departments.

3. Overall results of negotiated procedures recorded

3.1. The 47 departments, excluding "external relations"

On the basis of the data received, the following statistics were registered: 102 negotiated procedures with a total value of EUR 519 million were processed out of a total of 746 procurement procedures (negotiated, restricted or open) for contracts over EUR 60 000 with a total value of EUR 2 892 million.

For the Commission, the average proportion of negotiated procedures in relation to all procedures amounts to **13.7 %** in number (14.2 % in 2016),

which represents some **17.9 %** of all procedures in value (16.4 % in 2016).

An authorising department shall report to the institution if the proportion of negotiated procedures awarded in relation to the number of the contracts is "distinctly higher than the average recorded for the Institution" i.e. if it exceeds the average proportion by 50 %, or if the increase from one year to the next is over 10 % in the proportion.

Thus, the reference threshold for this year is fixed at **20.5 %** (21.3 % in 2016).

8 departments exceeded the reference threshold and, in addition, 8 increased their number of negotiated procedures by more than 10 % in the proportion of the negotiated procedures launched last year (5 departments exceeded both indicators). Among these 8 departments, it should be noted that 5 of them concluded only one to four negotiated procedures, but the low number of procedures conducted by each of them (up to 10), makes their average high. Consequently their results are to be considered as non-significant.

To be noted that, 20 departments have not used any negotiated procedure, including 6 ones that awarded no contract at all.

The assessment of negotiated procedures compared with the previous year shows a decrease in the order of 0.5 percentage points in terms of relative number and an increase of 1.5 percentage points in terms of relative value.

3.2. The three "external relations" departments

On the basis of the data received, the following statistics were registered: 124 negotiated procedures for a total value of contracts of EUR 97 million were processed out of a total of **455** procedures for contracts over EUR 20 000 with a total value of about EUR 544 million.

For the three "external relations" departments, the average proportion of negotiated procedures in relation to all procedures amounts to **27.3 %** in number (23.1 % in 2016), which represents some **17.8 %** of all procedures in value (**11.2 %** in 2016).

Thus the reference threshold for this year is fixed at **40.9 %** (**34.6 %** in 2016) which represents an

increase of 50% the average proportion of 2017. One department exceeds the reference threshold of **40.9 %**.

If compared with previous year, these departments have registered an increase of **4.2** percentage points in number of negotiated procedures in relation to all procedures and an increase of **6.6** percentage points in terms of relative value.

4. Analysis of the justifications and corrective measures

The number of negotiated procedures in 2017 compared to 2016 has slightly increased (from 86 to 102), due to the increase of the overall number of procurement procedures (from 606 to 746).

The following categories of justifications to call for a negotiated procedure have been presented by those departments who exceeded the thresholds:

- **Statistical deviations** due to the high number of contracts awarded under all procedures.
- **Objective situations of the economic activity sector**, where the number of operators may be very limited or in a monopoly situation (for reasons of intellectual property, specific technical expertise, confidential information, exclusivity rights, etc.). Monopoly situations are met inter alia, in the health area, such as for the purchase of vaccines and antigens for animal diseases. Situations of technical captivity may also arise especially in the IT domain (absence of competition for technical reasons and/or because of the protection of exclusive rights related to proprietary licenses).
- **Situations of emergency or crisis** that cannot be foreseen in advance by the contracting authority, as is the need to ensure contractual continuity of critical secured and highly available network services to key applications in the context of police cooperation, asylum policy, foreign policy, civil protection, money laundering. Additionally, situations in relation to the provision of emergency assistance or crisis situation (e.g. in relation to the nature of the Instrument for Stability which intervene in crisis situation, urgent preparatory measures in Iraq in the field of the Common Foreign and Security Policy or Election Observation Missions in Kosovo).
- **Similar services/works** as provided for in the initial tender specifications. Some services in charge of large inter-institutional

procurement procedures realise during the implementation of the contract (most likely in framework contract procedures) that the needs initially foreseen do not often match with the consumption trend during the execution of the contract. Therefore, the leading service must start a negotiated procedure on behalf of all Institutions to increase the ceiling of the framework contract in question.

- **Additional services** not included in the initial contract, which become necessary, due to unforeseen circumstances.
- **Unsuccessful open or restricted procedure**, leading to a negotiated procedure (e.g. “Cooperation on competition in Asia” project or “Platform for Policy Dialogue and Cooperation”, i.e. research services to the EU in the fields of conflict prevention, peace-building, mediation and crisis management)

Regular available measures are proposed or implemented by the Budget department’s Central Financial Service and other departments concerned to redress the use of negotiated procedures when other alternatives could be available:

- An **improved programming** of procurement procedures.
- **Improvement of the system of evaluation of needs**. The Commission’s central services will continue their active communication and consultation policy with the other Commission departments, institutions, agencies and other bodies along the following axes:
 - permanent exchange of information via regular meetings with user services and agencies in appropriate fora;
 - ad-hoc surveys prior to the initiation of (inter-institutional) procurement procedures for the evaluation of needs;
 - better estimate of needs of inter-institutional framework contracts and better monitoring with semester consumption reports from user services or agencies;
- **Training and improved inter-service communication**. The Budget department’s Central Financial Service provides regular practical training sessions on procurement and community of practice sessions.
- Regular update of **standard model documents and guidance documents** on procurement.

Annex 9: EU Trust Funds (Article 187.10 FR)

This annex contains comprehensive and detailed report to the European Parliament and the Council on the activities supported by European Union Trust Funds, on their implementation and performance, as well as on their accounts.

For the performance and results aspects, see sub-section 1.5 on 'Global Europe'.

The Financial Regulation allowed the European Commission to create and administer EU Trust Funds in the field of external action: these are multi-donor trust funds for emergency, post-emergency or thematic actions.

A Trust Fund is both a legal arrangement and distinct financial structure relying on a pool funding mechanism, in which several donors jointly finance an action on the basis of commonly agreed objectives and reporting formats. Trust funds have many advantages, such as flexibility, speed of decision-making and the possibility to pool funding from different sources and donors:

- EU Trust Funds enhance the international role of the EU, as well as strengthen the visibility and efficiency of its external action and development assistance.
- Another advantage is faster decision-making process in the selection of the measures to be implemented in comparison with traditional multiannual programmes devoted to development cooperation. This can prove crucial in emergency and post-emergency actions, the categories of measures (together with thematic actions) for which EU Trust Funds may be established.
- One more benefit is the leverage of additional resources to devote to external action, since the establishment of an EU Trust Fund requires at least one additional donor.

Donors to an EU Trust Fund may be individual Member States as well as other entities. The pooling of resources could also increase coordination between different EU donors in selected areas of intervention, for example if individual Member States decide to channel at least part of their national bilateral assistance through EU Trust Funds.

In order for an EU Trust Fund to be created, it must meet a number of conditions, including EU added value (its objectives can be better met at EU than at national level), additionally (the trust fund should not

duplicate already existing and similar instruments) and managerial advantages.

The constitutive act of the EU Trust Fund signed by the European Commission and the donors details some important features of the trust fund, including its specific objectives, the rules for the composition and the internal rules of its board, as well as the duration of the trust fund, which is always limited in time. EU Trust Funds have so far all been set up for an initial 60 months (five years), apart from the Colombia EU Trust Fund set up in December 2016 for four years.

Financial contributions to an EU Trust Fund are lodged in a specific bank account. EU Trust Funds are not integrated in the EU budget, but their management needs to be in accordance with the Financial Regulation to the extent necessary to ensure proper use of public resources. The European Commission is empowered to adopt delegated acts laying down detailed rules on the management, governance and reporting of the EU Trust Funds.

EU Trust Funds are implemented directly by the European Commission, which is authorised to use up to 5 % of the resources pooled in a trust fund to cover its management costs. In the case of emergency or post-emergency EU Trust Funds, budget implementation may also be indirect, with the possibility to entrust relevant tasks to other entities, such as third countries and their designated bodies or international organisations and their agencies. In addition to the specific objectives of a given trust fund, implementation must comply with the principles of sound financial management, transparency, proportionality, non-discrimination and equal treatment.

Each EU Trust Fund has its own governing board, which decides on the use of the pooled resources. The board ensures representation of the donors and is chaired by the European Commission, whose positive vote is required for the final decision on the use of the resources. Member States that do not contribute to the trust fund as well as the European Parliament participate as observers. An EU Trust Fund acts collectively on behalf of the EU and all the contributors to its financing.

As far as control and audit mechanisms are concerned, the provisions of the Financial Regulation and its rules of application include a series of safeguards. For example, each year EU Trust Funds are subject to an independent external audit. In addition, the powers of the European Court of

Auditors and of the Commission's internal auditor over EU Trust Funds are the same as those they exercise over the other activities of the European Commission.

With regard to reporting obligations, the European Commission is to submit an annual report on each EU Trust Fund to the European Parliament and the Council. The annual report must be exhaustive and include detailed information on the activities supported by the trust fund, their implementation and performance as well as their accounts. The Commission also reports on a monthly basis to the European Parliament and the Council on the budgetary implementation of the EU Trust Funds.

The following EU Trust Funds have been established:

- the EU Trust Fund for the Central African Republic: 'the BÊKOU EUTF' – established 2014
- the EU Regional Trust Fund in Response to the Syrian Crisis: 'the MADAD EUTF' – established 2014
- the European Union Emergency Trust Fund for stability and addressing root causes of irregular migration and displaced persons in Africa: 'the AFRICA EUTF' - established 2015
- the European Union Trust Fund for Colombia: 'the COLOMBIA EUTF' – established 2016

The BÊKOU EUTF

The BÊKOU EUTF (which means 'hope' in Sango, the primary language spoken in the Central African Republic) was established on 15 July 2014, by the European Union (represented by the Commission's Development and Humanitarian departments and by the European External Action Service) and three of its Member States: France, Germany and the Netherlands. The Fund was established with the objective to support all aspects of the country's exit from crisis and its reconstruction efforts. It was furthermore designed taking into consideration the need to better link the reconstruction/development programmes with the humanitarian response (Linking Relief, Rehabilitation and Development - LRRD) in order to rebuild the capacity of the country.

In total 5 EU Member States and other donors have, by the 31 December 2017, contributed to this EU Trust Fund. The total amount of pledges from donors, the European Development Fund and the EU Budget reached over EUR 236 million.

The priority sectors that the Trust Fund supports include health, food security, access to water and

reconciliation within Central African Republic society.

Furthermore, the Court of Auditors published a special report in which it assessed the justification of the fund's establishment, its management and the achievement of its objectives so far. Despite some limited shortcomings, it concluded that the choice to set up the fund was appropriate in the given circumstances. It should be taken into account that this was the first EU Trust Fund ever set up. The Court recommended the Commission to develop further guidance on the choice of aid vehicle, to improve donor coordination, selection procedures, performance measurement and to optimise administrative costs.

The MADAD EUTF

The EU Regional Trust Fund in Response to the Syrian Crisis, the 'Madad Fund', ('Madad' broadly means 'helping together' in Arabic), was established on 15 December 2014.

By way of a revised Commission establishment decision in December 2015, and subsequent adoption by the Trust Fund Board in March 2016, the scope of the Madad Fund has been expanded to also cover support to internally displaced persons (IDPs) in Iraq fleeing from the interlinked Syria/Iraq/Da'esh crisis, to provide flexibility to support affected countries also with hosting non-Syrian refugees, and to provide support in the Western Balkans to non-EU countries affected by the refugee crisis.

At the end of 2017, the EU and 23 donors contributed to the Trust Fund: the EU Budget, 22 Member States and 1 non-Member State, with total contributions reaching an amount of approximately EUR 1.43 billion. The contributions from the EU Budget amounted by the end of 2017 to EUR 1.278 billion while the contributions from Member States amounted to EUR 125.8 million and EUR 24.7 million from Turkey. Projects focusing on education, livelihoods and health covering a total of EUR 1.2 billion million have already been approved, out of which EUR 871 million have been contracted to the Trust Fund's implementing partners on the ground.

The Madad Fund is an important implementation channel also for the Facility for Refugees in Turkey, with some 10 % of the Facility's budget to be channelled via the Trust Fund.

These programmes support refugees and host communities in their needs for basic education and child protection, training and higher education, better access to healthcare, improved water and wastewater infrastructure, as well as support for projects promoting resilience, economic opportunities and social inclusion.

The AFRICA EUTF

The EU Trust Fund for Africa was established on 12 November 2015. It provides a rapid, flexible and effective response to root causes of irregular migration and displaced persons in Africa as well as to the crisis in the Sahel and Lake Chad, the Horn of Africa, and the North of Africa regions. It has since then been extended to Ghana, Guinea and Ivory Coast

It aims to help fostering stability and contributing to better migration management. In line with the EU development-led approach to forced displacement, it also helps addressing the root causes of destabilisation, forced displacement and irregular migration, by promoting economic and equal opportunities, security and development.

The EU provides support to the three regions to face the growing challenges of demographic pressure, environmental stress, extreme poverty, internal tensions, institutional weaknesses, weak social and economic infrastructures and insufficient resilience to food crises, which have in some places led to open conflict, displacement, criminality, radicalisation and violent extremism, as well as irregular migration, trafficking in human beings and the smuggling of migrants.

The EU Trust Fund for Africa benefits a comprehensive group of African countries crossed by the major migration routes. These countries are part of the following regional operational windows:

- Window A: Sahel and Lake Chad: Burkina Faso, Cameroon, Chad, the Gambia, Mali, Mauritania, Niger, Nigeria, Senegal, Ghana, Guinea and Cote d'Ivoire
- Window B: Horn of Africa: Djibouti, Eritrea, Ethiopia, Kenya, Somalia, South Sudan, Sudan, Tanzania and Uganda
- Window C: North of Africa: Algeria, Egypt, Libya, Morocco and Tunisia

In addition to the countries mentioned above, neighbouring African countries may also benefit, on a case by case basis, from EU Trust Fund for Africa projects with a regional dimension in order to address regional migration flows and related cross-border challenges.

Activities funded under the EU Trust Fund for Africa are implemented through a range of operating partners, including EU Member States cooperation agencies, Non-Governmental Organisations and international organisations. Several implementation modalities are envisaged: delegated cooperation, calls for proposals, budget support, blending and direct awards in particular situations. Priorities of the EU Trust Fund for Africa have been identified through a dialogue with African partners and relevant local, national and regional stakeholders.

As of 31 December 2017, a total of 143 projects worth EUR 2 388 million have been approved for the Sahel & Lake Chad, the Horn of Africa and the North of Africa regions. Of the total amount approved, 210 contracts have been signed with implementing partners for an amount of over EUR 1 502 million (63 % of the approved funding).

In total 26 EU Member States and two other donors (Switzerland and Norway) have, by mid-April 2018, contributed to this EU Trust Fund.

The COLOMBIA EUTF

The signature of the constitutive agreement of the EU Trust Fund for Colombia took place on 12 December 2016. The EU Trust Fund is set to have close to EUR 96 million at its disposal, from the EU budget and from contributions of 19 EU Member States (Croatia, Czech Republic, Cyprus, France, Germany, Hungary, Italy, Ireland, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Malta, the Netherlands, Portugal, Spain, Sweden, the United Kingdom, Slovakia and Slovenia).

In its first year of operations, the Colombia Trust Fund approved 7 projects for a total amount of EUR 30.3 million and EUR 20 million were contracted by 31st December 2017.

The Trust Fund will help to support the implementation of the peace agreement in the early recovery and stabilisation phases of the post conflict. The overall objective is to help Colombia to secure a stable and lasting peace, to rebuild its social and economic fabric, and to give new hope to the people of Colombia.

The **EU Trust Funds' annual reports by their Trust Fund Managers** (as Authorising Officers by Sub-Delegation), include more details on the activities of the EU Trust Funds. They can be found as annexes of the Annual Activity Reports of the Commission's Development and Neighbourhood departments:

•

DG DEVCO

- EUTF 'Bêkou' – the EU Trust Fund for the Central African Republic
- EUTF 'Africa' - Horn of Africa Window
- EUTF 'Africa' - Sahel and Lake Chad Window
- EUTF 'Africa' - North of Africa Window
- EUTF 'Colombia' - North of Africa Window

DG NEAR

- 'Madad' Fund – The EU Regional Trust Fund in response to the Syrian crisis

Endnotes

-
- 1 <http://www.eib.org/efsi/index.htm>, ie, the figures on this page are not part of formal EIB Group reporting on EFSI. Therefore, they are provisional and unaudited. The figures are subject to change.
- 2 Based on the projects that received financing in 2015 and 2016.
- 3 Five hotspots (Moria, Vathy, Vial, Lepida and Pyli) are operational in Greece.
- 4 https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/eutf_syria_factsheet-english.pdf
- 5 https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/facility_table.pdf
- 6 https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/solidarity-corps-factsheet_en.pdf
- 7 Including European Development Fund and external assigned revenue
- 8 http://ec.europa.eu/echo/what/humanitarian-aid/education-emergencies_en
- 9 OJ C 322, 28/09/2017
- 10 See also the Commission's annual Report to the European Parliament and the Council 'Protection of the European Union's financial interests — Fight against fraud 2016 Annual Report' (COM(2017) 383 of 20/07/2017)
- 11 SWD(2018) 171 final
- 12 <http://ec.europa.eu/eurostat/web/europe-2020-indicators/>
- 13 https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/2018-european-semester-country-report-communication_en.pdf
- 14 The text in this section is based on the Annual Activity Reports of DGs RTD, GROW, ECFIN, EAC, MOVE, ENER, CNECT, as well as on the relevant Programme Statements for the programmes under this budgetary heading
- 15 Report on the state of play of the Investment Plan for Europe, https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/brochure-investment-plan-17x17-july17_en.pdf
- 16 Regulation (EU) 2017/2396, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/en/TXT/?uri=CELEX:32017R2396>
- 17 <http://www.eib.org/efsi/index.htm>, ie, the figures on this page are not part of formal EIB Group reporting on EFSI. Therefore, they are provisional and unaudited. The figures are subject to change.
- 18 European Investment Project Portal, <https://ec.europa.eu/eipp/desktop/en/index.html>
- 19 Based on the projects that received financing in 2015 and 2016.
- 20 https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2014-2019/thyssen/announcements/speech-conference-financial-instruments-funded-european-social-fund-brussels_en
- 21 Data extracted from Horizon 2020 Dashboard
- 22 SWD(2017) 221, and extended version: https://ec.europa.eu/research/evaluations/pdf/book_interim_evaluation_horizon_2020.pdf#view=fit&pagemode=none
- 23 SWD(2018) 40, <https://ec.europa.eu/assets/eac/erasmus-plus/eval/swd-e-plus-mte.pdf>
- 24 https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/solidarity-corps-factsheet_en.pdf
- 25 External evaluation study report: <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/28084>, Commission Evaluation Staff Working Document to be published in 2018
- 26 These are preliminary results based on a methodology developed by the consultancies M-Five, KombiConsult and HACON. To ensure the robustness of the analysis, DG MOVE has launched a more detailed study on 14 June 2017 that running until 2018.
- 27 SWD(2018) 44, <https://ec.europa.eu/transport/sites/transport/files/legislation/swd-2018-0044-mid-term-evaluation-cef-ia-part2.pdf>

- 28 SWD(2017) 346, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017SC0346>
- 29 SWD(2017) 347, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017SC0347>
- 30 Staff Working document SWD(2017) 346 final, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017SC0346>
- 31 European GNSS Agency: Summary of Achievements in 2016, https://www.gsa.europa.eu/sites/default/files/2016_gsa_summary_report.pdf
- 32 COM(2017) 616, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2017:616:FIN>
- 33 https://ec.europa.eu/info/news/looking-back-europes-contribution-iter-over-last-ten-years-2018-apr-12_en
- 34 http://f4e.europa.eu/Downloads/Press/Magnets_Press_Release_190520171200.pdf
- 35 <http://fusionforenergy.europa.eu/mediacorner/newsview.aspx?content=1212>
- 36 The text in this section is based on the Annual Activity Reports of DGs REGIO and EMPL, as well as on the relevant Programme Statements for the programmes under this budgetary heading
- 37 Five Funds, forming the European Structural and Investment Funds (ESIF), work together to support economic development across all EU countries, in line with the objectives of the Europe 2020 strategy: European Regional Development Fund (ERDF); European Social Fund (ESF); Cohesion Fund (CF); European Agricultural Fund for Rural Development (EAFRD); European Maritime and Fisheries Fund (EMFF). The latter two are covered by Budget Heading 2 (Sustainable Growth).
- 38 COM(2017) 755 final (page 5) - http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/strat_rep_2017/strat_rep_2017_en.pdf
- 39 Special report No 15/2017: Ex ante conditionalities and performance reserve in Cohesion: innovative but not yet effective instruments
- 40 Source: REGIO Annual Activity Report, page 12
- 41 Seventh report on economic, social and territorial cohesion - http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion7/7cr.pdf
- 42 Strategic report 2017 on the implementation of the European Structural and Investment Funds http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/how/stages-step-by-step/strategic-report/
- 43 One individual may participate in several European Social Fund funded operations and therefore 'participants' should be understood as participations
- 44 http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/evaluations/ and <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=701>
- 45 http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/analysis/
- 46 Staff Working document SWD(2016)318
- 47 COM(2017) 755 final (page 12) - http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/strat_rep_2017/strat_rep_2017_en.pdf
- 48 Special Report 23/2016 Maritime transport, Special Report 2/2017 Partnership Agreements, Special Report 18/2017 Single European Sky, Special Report 13/2017 Rail traffic
- 49 The text in this section is based on the Annual Activity Reports of DGs AGRI, MARE, ENV and CLIMA as well as on the relevant Programme Statements for the programmes under this budgetary heading
- 50 COM(2017) 713 final - <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52017DC0713>
- 51 <https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/statistics/facts-figures/direct-payments.pdf>
- 52 Evaluation study of the payment for agricultural practices beneficial for the climate and the environment, Final Report - https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/fullrep_en.pdf, Commission Evaluation Staff Working Document to be published in 2018
- 53 Special Report No 21/2017
- 54 Figures by 31/12/2016.

-
- 55 Regulation (EU) 2017/2393
- 56 https://enrd.ec.europa.eu/projects-practice_en
- 57 Special Report No 16/2017: Rural Development Programming: less complexity and more focus on results needed and Special report no 11/2018: New options for financing rural development projects: Simpler but not focused on results
- 58 Staff Working Document to be published in 2018
- 59 SWD(2017) 452 final, Strategic report 2017 on the implementation of European Structural and Investment Funds
- 60 COM(2018) 48 final - <http://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2018/EN/COM-2018-48-F1-EN-MAIN-PART-1.PDF>
- 61 SWD(2017) 274 final – http://ec.europa.eu/newsroom/document.cfm?doc_id=45977
- 62 COM(2016) 942 final - <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2016:942:FIN>
- 63 SWD(2017) 355 final - https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/report-on-the-mid-termevaluation_sw_d_355_en.pdf
- 64 COM(2015)478 final, Mid-term review of the EU Biodiversity Strategy to 2020
- 65 The text in this section is based on the Annual Activity Reports of DGs HOME, JUST, ECHO, SANTE, EAC as well as on the relevant Programme Statements for the programmes under this budgetary heading
- 66 Publication first half of 2018
- 67 Publication first half of 2018
- 68 A 'hit' in the Schengen Information System means that the person or object has been found in another Member State and further action, specified in the alert, is provided by the system.
- 69 https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20171114_central_mediterranean_route_en.pdf
- 70 SWD(2017) 0287 final, 30.8.2017, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=SWD%3A2017%7%3A287%7%3AFIN>
- 71 Publication first half 2018
- 72 COM(2017) 546 final - <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017DC0546&from=EN>
- 73 COM(2017) 586 final - <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017DC0586&from=EN>
- 74 The text in this section is based on the Annual Activity Reports of DGs DEVCO, ECHO, NEAR, FPI, ECFIN, as well as on the relevant Programme Statements for the programmes under this budgetary heading
- 75 In 2017, the European Commission provided EUR 1.4 billion in humanitarian aid (excluding the European Development Fund and external assigned revenue). This amount also includes the allocation for the Emergency Support within the EU. If all instruments and sources are added up (European Development Fund, external assigned revenue from Member States – mostly for the Facility for Refugees in Turkey – and Emergency Support within the EU), the total amount of humanitarian aid increases to EUR 2.2 billion.
- 76 http://ec.europa.eu/echo/what/humanitarian-aid/education-emergencies_en
- 77 ICF, Comprehensive evaluation of the European Union humanitarian aid in 2012-2016, (2018), https://ec.europa.eu/echo/sites/echo-site/files/cha_final_report_01032018_master_clean.pdf , p 38
- 78 SWD(2017) 604, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017SC0604>
- 79 SWD(2017) 605, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017SC0605>
- 80 SWD(2017) 607, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017SC0607>
- 81 Regulation (EU) 2017/2306 of the European Parliament and of the Council of 12 December 2017 amending Regulation (EU) No 230/2014 establishing an instrument contributing to stability and peace, OJ L 335, 15.12.2017, p. 6–10, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32017R2306>

82 COM(2017) 720 final, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=COM:2017:720:FIN>

83 SWD(2017) 608 final, https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/swd-mid-term-review-pi_en_0.pdf

84 External Evaluation of the Partnership Instrument (2014 – mid 2017) of June 2017: https://ec.europa.eu/europeaid/mid-term-evaluation-partnership-instrument-pi-draft-report_en

85 http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-2007_en.htm

86 SWD(2017) 463, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=SWD:2017:463:FIN>

87 However, in the case of Turkey the European Court of Auditors concluded that only limited results have been achieved so far, see Special Report 07/2018, 'EU pre-accession assistance to Turkey, only limited results so far.'

88 https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/facility_table.pdf

89 SWD(2017) 600, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52017SC0600>

90 The EU suspended all its bilateral cooperation with the Government of Syria in May 2011. However the EU continues to deliver assistance to the Syrian population, both inside and outside Syria.

91 This designation shall not be construed as recognition of a State of Palestine and is without prejudice to the individual positions of the Member States on this issue.

92 SWD(2017) 602, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:52017SC0602>

93 JOIN(2017) 18, https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2_en_act_part1_v9_3.pdf

94 https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/eutf_syria_factsheet-english.pdf

95 SWD(2016) 295 final, <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52016SC0295>

96 http://ec.europa.eu/dgs/economy_finance/evaluation/completed/index_en.htm

97 OJ C 322, 28/09/2017

98 The Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission (COSO) is a joint initiative of five private sector organisations, dedicated to providing thought leadership to executive management and governance entities on critical aspects of organisational governance, business ethics, internal control, enterprise risk management, fraud, and financial reporting. COSO has established a common internal control model against which companies and organisations may assess their control systems.

99 Communication to the Commission from Commissioner Oettinger – Revision of the Internal Control Framework (C(2017) 2373 of 19 April 2017)

100 Agriculture, Climate, Communication, Informatics, Education and Culture and its agency, Small and Medium Enterprises agency, Employment, Energy, Environment, Human Resources, Mobility, Regional, Interpretation, and Legal departments.

101 The methodology has been developed in close co-operation with all the Commission departments.

102 During 2017, the Budget department developed and implemented a new (risk-focused) strategy for the validation of local systems. It aims to simplify and speed up the process, reducing the administrative burden on authorising departments and disseminating best practices beyond the departments examined.

103 The main open recommendations involve the Regional and Paymaster departments.

104 Mainly the Mobility/Energy, Research and Agriculture departments

105 Mainly the completeness of the registration of reflows from financial instruments, the documentation and reporting on recovery context, and the timely establishment of recovery orders.

106 Plus the European Development Fund and the EU Trust Funds in the case of the External Relations departments

107 The financial importance of the 50 Commission departments varies significantly. The management of funds is highly concentrated among a few big spending departments (with more than 40% of payments made by the Agriculture department only and 80% by seven Commission departments), with a long tail of other much smaller spending departments (the 'last' 5% of payments is made by 34 (i.e. two thirds) of the Commission departments).

108 Shares in the 2017 expenses by the European Commission (with less for 'Cohesion' compared to the 2016 'closure year').

109 Mainly in shared management: financial corrections before declaring, accepting and reimbursing the expenditure to the Commission.

110 Before accepting the expenditure, clearing the pre-financing (i.e. transferring its ownership) and/or making the interim/final payment.

111 e.g. recovering unused pre-financing, rejection of (part of) costs claimed, etc.

112 After having accepted the expenditure, cleared the pre-financing (i.e. ownership transferred) and/or made the interim/final payment.

113 As required by the Financial Regulation Article 66(5).

114 For the definitions of the terminology in this subsection, see Annex 3.

115 i.e. financial operations not in conformity with the applicable contractual and regulatory provisions.

116 Or equivalent: see Annex 3.

117 More detailed tables in Annex 2-A.

118 European Court of Auditors' 2016 Annual Report, Paragraph 1.25 with Box 1.8

119 These may include errors of a formal nature that, although important to address, do not always result in undue payments and therefore do not always give rise to financial corrections or recovery orders.

120 Data from AUDEX (AUDIT and EXtrapolation system for H2020), including 'direct' coverage (fully audited transactions) and 'indirect' coverage (non-audited participations which, nevertheless, after the full treatment of audit results, are clean from systematic errors)

121 More detailed tables in Annex 2-A.

122 More detailed tables in Annex 2-A.

123 Article 66(9) of the Financial Regulation requires the Authorising Officers by Delegation to include in their Annual Activity Reports an overall assessment of the costs and benefits of controls.

124 For shared management, the Agricultural and Home Affairs departments reported separately on the costs of controls at Member States' level in 2017 whereas the Maritime, Employment and Regional departments will report on it in 2018 once the results of their on-going studies will be available. For indirect management, 13 out of 17 departments reported on the cost at entrusted entities level separately from the Commission's cost of control in 2017. However, the cost of controls by the entrusted entities is only a portion of the broader administration (management) fees paid.

125 Simplified Cost Options mean lump sums, flat rates and scales of unit costs.

126 Article 325(1) of the Treaty on the Functioning of the European Union

127 Article 317 of the Treaty on the Functioning of the European Union

128 Article 32 of the Financial Regulation

129 https://ec.europa.eu/info/publications/annual-activity-reports_en

130 Including since 2017 the 'Task Force for the Preparation and Conduct of the Negotiations with the United Kingdom under Article 50 of the Treaty on European Union'

131 'Non-quantified reservations' are defined as reservations for which it is not possible to make an accurate assessment of the impact for the financial year, for which the financial impact is zero for this reporting year, or which cannot be quantified because they are only reputational.

132 The first results from the implementation of the related action plan were reviewed by the Internal Audit Service in March 2018. Consequently, the Internal Audit Service downgraded the previously critical recommendation to very important.

133 More detailed tables in Annex 2-B.

134 Six departments; i.e. the Development, Neighbourhood and Humanitarian departments, plus also (albeit to a limited extent) the Home Affairs, Regional and Employment departments

135 Four EU Trust Funds: the 'Bêkou' Trust Fund, i.e. the EU Trust Fund for the Central African Republic; the 'Madad' Fund, i.e. the EU Regional Trust Fund in Response to the Syrian Crisis; the EU Emergency Trust Fund for Africa; the EU Trust Fund for Colombia

136 In their Annual Activity Reports Annex 4, the materiality criteria state that 'the control system established for Horizon 2020 is designed to achieve a control result in a range of 2 % - 5 % detected error rate, which should be as close as possible to 2 % after corrections. Consequently, this range has been considered in the legislation as the control objective set for the framework programme.' This is an alternative to the general materiality criteria usually applied by Commission departments (by which the residual error rate must be lower than 2 % by the end of the implementation of the programme).

137 The legislative financial statement accompanying the Commission's proposal for the Horizon 2020 regulation states: 'The Commission considers therefore that, for research spending under Horizon 2020, a risk of error, on an annual basis, within a range between 2-5 % is a realistic objective taking into account the costs of controls, the simplification measures proposed to reduce the complexity of rules and the related inherent risk associated to the reimbursement of costs of the research projects. The ultimate aim for the residual level of error at the closure of the programmes after the financial impact of all audits, corrections and recovery measures will have been taken into account is to achieve a level as close as possible to 2 %.'

138 The Legislative Authority adopted certain provisions that increase the risk of error, such as a limit on additional remuneration, reimbursement for large scale research infrastructure and a higher target for SME participation.

139 <https://www.eca.europa.eu/en/Pages/Strategy.aspx>

140 <https://www.eca.europa.eu/en/Pages/DocItem.aspx?did=44524>

141 In Cohesion this is not always a 'net' reimbursement to the EU budget, as Member States have the option to replace the ineligible expenditure with new eligible expenditure.

142 Including financial corrections at source and corrections from financial clearance in Agriculture. The methodology used by DG AGRI to calculate the corrective capacity for the purpose of its annual activity report is explained under point 2.1.1.3.1 of DG AGRI's 2017 Annual Activity Report.

143 The Internal Audit Service audit on Erasmus+ and Creative Europe – grant management phase 1 (from the call to the signature of contracts).

144 Internal Audit Service Audit on the Governance, Planning, Monitoring and Implementation of the budget line of the OLAF Supervisory Committee.

145 INEA only partially accepted the observation as it considered that part of this recommendation was beyond its remit and should be addressed at Commission level. However, the action plan provided by INEA addressed all parts of the recommendation (including the part rejected).

146 Following discussion in the Audit Progress Committee DG NEAR confirmed that the management will pursue the principles recommended by the Internal Audit Service .

147 E.g. internal control standards are based on the 2013 framework for internal control principles established by the Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

148 European Court of Auditors' Special Report No 27/2016 on 'Governance at the European Commission – best practice?',

149 Communication to the Commission from President Juncker and First Vice-President Timmermans: Governance in the European Commission, C(2017) 6915 final of 11 October 2017, URL: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/c_2017_6915_final_en.pdf.

150 European Court of Auditors, Rapid case review on the implementation of the 5 % reduction of staff posts, 21/12/2017.

151 Eurostat periodically revises its published data to reflect new or improved information, also for previous years. The latest published data is available by clicking on "bookmark". The "latest known value" column reflects the data that was available at the time of the preparation of the Annual Activity Reports on 2017 and it is the reference point for the Annual Activity Reports of Commission services.

-
- 152 The share of 18 to 24 year old persons who have at most lower secondary education and are not in further education and training.
- 153 Gross domestic product at 2010 reference levels per hour worked (purchasing power parity adjusted).
- 154 The indicator focuses on the sustainability of growth and jobs.
- 155 DESI is a composite index that summarises relevant indicators on Europe's digital performance and tracks the evolution of EU Member States in digital competitiveness. The closer the value is to 1, the better. The DESI index is calculated as the weighted average of the five main DESI dimensions: 1 Connectivity (25 %), 2 Human Capital (25 %), 3 Use of Internet (15 %), 4 Integration of Digital Technology (20 %) and 5 Digital Public Services (15 %). The DESI index is updated once a year.
- 156 The FINTEC indicator is a scale-free measure normalized to always lie between 0 and 1; 0 means no cross-border integration, 1 means full integration; for the price-based part 1 would mean total absence of any price differentials for comparable money market instruments; for the volume-based part, full integration would mean lack of any home bias on the side of investors.
- 157 Variation coefficient of GDP volume indices of expenditure per capita.
- 158 CISS measures the state of instability in the euro area financial system. It comprises 15 mostly market-based financial stress measures split into five categories: financial intermediaries sector, money markets, equity markets, bond markets and foreign exchange markets. It is unit-free and constrained to lie within the interval (0, 1).
- 159 The ratio of total income received by the 20 % of the population with the highest income (top quintile) to that received by the 20 % of the population with the lowest income (lowest quintile).
- 160 The unadjusted Gender Pay Gap (GPG) represents the difference between average gross hourly earnings of male paid employees and of female paid employees as a percentage of average gross hourly earnings of male paid employees.
- 161 The indicator measures the % of effected returns compared to return decisions issued by the Member States.
- 162 Eurostat collects both the nominator and the denominator annually from the Ministries of Interior / Border Guards / Police of the Member States. The data depend very much on national circumstances and policies. In addition, the time lag between the return decision and its execution means that the reference population of the nominator and denominator are not the same.
- 163 Host-country nationals and other EU nationals counted together.
- 164 This designation is without prejudice to positions on status, and is in line with UNSCR 1244 and the ICJ Opinion on the Kosovo Declaration of Independence.
- 165 This designation is without prejudice to positions on status, and is in line with UNSCR 1244 and the ICJ Opinion on the Kosovo Declaration of Independence.
- 166 The indicator measures perceptions of the likelihood that the government will be destabilized or overthrown by unconstitutional or violent means, including politically-motivated violence and terrorism. Higher values in percentile rank indicate better governance ratings.
- 167 For the calculation of the baseline, beneficiary countries under the Development Cooperation Instrument and European Development Fund have been taken into account. Beneficiaries under the European Neighbourhood Instrument and EU-Greenland Partnership Instrument have been excluded.
- 168 The number of opinions to a certain degree depends on the number of legislative proposals and policy communications put forward by the Commission.
- 169 Six departments; i.e. the Development, Neighbourhood and Humanitarian departments, plus also (albeit to a limited extend) the Home Affairs, Regional and Employment departments; Four EU Trust Funds: the 'Bêkou' Trust Fund, i.e. the EU Trust Fund for the Central African Republic; the 'Madad' Fund, i.e. the EU Regional Trust Fund in Response to the Syrian Crisis; the EU Emergency Trust Fund for Africa; the EU Trust Fund for Colombia. See also Annex 9.
- 170 e.g. the "adjusted error rates" (Agriculture department, for Rural Development), the "reportable error rates" (Regional department, for the 2007-2013 programmes), or the "residual total error rates" (Maritime department, for the current programme). In other cases (e.g. Development and Neighbourhood departments), they

are derived by a backwards calculation based on results from advanced residual error studies; i.e. by adding the estimated future corrections (if not assumed being zero) to the amount at risk at closure.

171 As disclosed in the Annual Activity Reports, this includes considering fewer more recent years than the 7-years-period (e.g. Agriculture, Development, Neighbourhood departments), using an alternative estimation basis (e.g. Agriculture, Research, Communication Networks, Regional, Employment departments and the Research Executive Agency), or even estimating that future corrections will be zero (e.g. Regional, Employment, Maritime departments for their current programmes, as the relevant corrections have been implemented by the Member States in the relevant annual accounts to have a residual error rate below the materiality threshold of 2 % following the change of the management and control system put in place for the 2014-2020 period).

172 'Non-quantified reservations' are defined as reservations for which it is not possible to make an accurate assessment of the impact for the financial year, for which the financial impact is zero for this reporting year, or which cannot be quantified because they are only reputational.

173 For some programmes with no set closure point (e.g. European Agricultural Guarantee Fund) and for some multiannual programmes for which corrections are still possible afterwards (e.g. European Agricultural Fund for Rural Development and European Structural and Investment Funds), all corrections that remain possible are considered for this estimate.

174 or equivalent, such as after the expenditure is registered in the Commission's accounting system, after the expenditure is accepted or after the pre-financing is cleared. In any case, this means after the preventive (ex-ante) control measures have already been implemented earlier in the cycle.

175 As disclosed in the Annual Activity Reports, this includes considering fewer more recent years than the 7-years-period (e.g. Agriculture, Development, Neighbourhood departments), using an alternative estimation basis (e.g. Agriculture, Research, Communication Networks, Regional, Employment departments and the Research Executive Agency), or even estimating that future corrections will be zero (e.g. Regional, Employment, Maritime departments for their current programmes, as the relevant corrections have been implemented by the Member States in the relevant annual accounts to have a residual error rate below the materiality threshold of 2 % following the change of the management and control system put in place for the 2014-2020 period).

176 Equivalent to the European Court of Auditors' methodology (European Court of Auditors 2016 Annual Report methodological Annex 1.1 paragraph 10)

177 In all cases of Co-Delegations (Internal Rules Article 3), the "payments made" are covered by the Delegated departments (since 2017 also for Type 3). In the case of Cross-SubDelegations (Internal Rules Article 12), they remain with the Delegating departments (the reporting on the latter is being reconsidered for 2018).

"Pre-financings paid/cleared" are always covered by the Delegated departments, even in the case of Cross-SubDelegations.

PS: Co-Delegations Type 1 are actually 'divided' between departments, with each department duly covering its own 'share' of (both) payments and pre-financings.

178 e.g. the "adjusted error rates" (Agriculture department; for Rural Development), the "reportable error rates" (Regional department; for the 2007-2013 programmes), or the "residual total error rates" (Maritime department; for the current programme). In other cases (e.g. Development and Neighbourhood departments), they are derived by a backwards calculation based on results from advanced residual error studies; i.e. by adding the estimated future corrections (if not assumed being zero) to the amount at risk at closure.

179 See the European Court of Auditors' 2016 Annual Report, paragraph 1.25 with box 1.8

180 See the European Court of Auditors' methodology (European Court of Auditors 2016 Annual Report methodological Annex 1.1 paragraph 17)

181 'Non-quantified reservations' are defined as reservations for which it is not possible to make an accurate assessment of the impact for the financial year, for which the financial impact is zero for this reporting year, or which cannot be quantified because they are only reputational.

182 Special Report No 4/2017 "Protecting the EU budget from irregular spending: The Commission made increasing use of preventive measures and financial corrections in Cohesion during the 2007-2013 period".

183 The methodology used by DG AGRI in order to calculate the corrective capacity for the purpose of its annual activity report is explained under point 2.1.1.3.1 of DG AGRI Annual Activity Report 2017.

184 The methodology used by DG AGRI in order to calculate the corrective capacity for the purpose of its annual activity report is explained under point 2.1.1.3.1 of DG AGRI Annual Activity Report 2017.

185 It should be noted that due to the rounding of figures into millions of euros, some financial data in the tables above may appear not to add-up.

186 For the purpose of calculating its corrective capacity in the Annual Activity Report, DG AGRI takes into account only the amounts related to conformity clearance decisions adopted by the Commission and published in the Official Journal of the EU and deducts the corrections in respect of cross-compliance infringements. For details on the methodology used for FY 2017, see DG AGRI Annual Activity Report 2017, point 2.1.1.3.1.

187 The amount does not include the financial corrections “at source”.

188 Article 21(3)(c) of the Financial Regulation.

189 Art. 41 of Reg. 1306/2013.

190 Regulation (EU) N° 1303/2013 of the European Parliament and of the Council laying down common provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund, the Cohesion Fund, the European Agricultural Fund for Rural Development and the European Maritime and Fisheries Fund covered by the Common Strategic Framework and laying down general provisions on the European Regional Funds, the European Social Fund and the Cohesion Fund repealing Regulation (EC) N° 1083/2006 – OJ L 347, 20.12.2013, p. 320.

191 Stemming from Member States' control statistics reported to the Commission

192 Not for the 2000-2006 period.

193 'Technical Assistance and Information Exchange instrument TAIEX-REGIO PEER 2 PEER'

194 This amount does not include the at source financial corrections applied by the Member States before declaring the expenditure to the Commission, since there was no legal requirement to report such amounts. Consequently, the Commission does not have such information.

195 Including financial corrections at source.

196 At source corrections are excluded from this annual reporting, in line with the legal framework applicable for 2007-2013.

197 In addition to Commission reporting.

198 In order to eliminate the risk of double counting, the amounts reported in this section are calculated as the difference between the cumulative amounts reported by the Member States (Art. 20 reports on withdrawals and recoveries) and the financial corrections reported by the Commission (table 1.2.2 above).

199 This information has been transmitted in the assurance packages received in February 2018 for the third accounting year and is still under assessment by the Commission services (information as reported by the Member States, pending the Commission verifications).

200 In addition to Commission reporting

201 Research budget implemented by the Commission and Executive Agencies.

202 Implementation of Research budget entrusted to joint undertakings.

203 Budget implementation by international organisations.

204 Flat rate corrections should be seen as an estimation of the financial corrections (flat-rate and/or extrapolated) which are not directly linked to individual operations/projects. It needs also to be underlined that for European Regional Development Fund/Cohesion Fund in some cases the amounts of corrections communicated by the Member States cover both individual and flat rate/extrapolated corrections; for reporting purposes these amounts are included under the typology (individual or flat rate) which is considered prevalent. These two limitations do not have an impact on the reliability of the global amounts reported.

205 As a result, the eligible expenditure declared to the Commission is capped to the amount after the deduction of the flat rate correction.

206 The Internal Audit Service performed in 2017 (final report issued in January 2018) an audit in EACEA on Erasmus+ and Creative Europe – Grant Management phase 1 (from the call to the signature of contracts). Overall,

the Internal Audit Service identified serious shortcomings in the design and implementation of EACEA's controls that require urgent and determined action to ensure that the highest quality projects are selected for EU funding in compliance with the applicable rules. The Internal Audit Service notably issued one critical recommendation (accepted by the Agency) as regards the role of the evaluation committee (no evidence that the evaluation committees' final conclusions on the projects to be financed or rejected were based on a review of and deliberations on the merits of all the submitted grant proposals and that they did not simply endorse the work done by external experts whose role is to assist the committees but not to take the final decisions). Following the action taken by the Agency, the rating of this critical recommendation has been downgraded to 'very important' after an Internal Audit Service follow-up engagement performed in March 2018.

207 From 2017 onwards, the scope of statistics has been extended to include the European Development Fund and the EU Trust Funds in the total of the Commission.

208 Commission Delegated Regulation (EU) N° 1268/2012 of 29 October 2012 (OJ L 362, 31.12.2012, p.1)

209 Regulation (EC) No 1083/2006 of the European Parliament and of the Council laying down general provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund and the Cohesion Fund and repealing Regulation (EC) No 1260/1999 (OJ L 210, 31.7.2006, p. 25)

210 Based on available data in the corporate accounting system (ABAC) as of end of the financial year 2007

211 i.e. above the statutory time limit

212 i.e. no longer conditional upon the presentation of a request for payment (with the exception of amounts below EUR 200)